

Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea

2

Conselho editorial

Dra. Adriany Ferreira de Mendonça | UFRJ

Dr. Alexandre G. da Cruz Alves Jr | UniFAP

Dra. Ana Tereza Reis da Silva | UnB

Dr. Bruno A. A. Nunes | UCSF

Dr. Carlos Dimas Martins Ribeiro | UFF

Dr. Christian Fernando Scaramella | UADER

Dra. Cristiane Maria Amorim Costa | UERJ

Dr. Daniel A. de Azevedo | UnB

Dra. Danielle L. Ferreira | UCSF

Dr. David Melo van den Brule | UFCEG

Dr. Dirceu Cadena de Melo Filho | UFC

Dr. Éder Merino | UnB

Dr. Faber Paganoto | CPIO

Dr. Fabio Alves Gomes de Oliveira | UFF

Dr. Fernando Santoro | UFRJ

Dr. Fernando Sobrinho | UnB

Dra. Glória Maria Vargas | UnB

Dr. Gutemberg de Vilhena Silva | UniFAP

Dr. Henrique Fortuna Cairus | UFRJ

Dr. Igor Robaina | UFES

Dr. Ilvan Medeiros Lustosa Jr. | IFB

Dra. Iná Elias de Castro | UFRJ

Dra. Juliana Nunes Rodrigues | UFF

Dr. Juscelino Eudâminas Bezerra | UnB

Dr. Leandro Riente da Silva Tartaglia | CPIO

Ma. Letícia Parente Ribeiro | UFRJ

Dra. Lília Susana Padilla y Sotelo | UNAM

Dr. Marcelo Alonso Moraes | PUC-RJ

Dra. Maria Clara Dias | UFRJ

Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias | UnB

Dr. Pablo Ibañez | UFRRJ

Dra. Patrícia Gomes da Silveira | CPIO

Dr. Paulo César da Costa Gomes | UFRJ

Dra. Potira Hermuche | UnB

Dr. Rafael da Silva Nunes | PUC-RJ

Dr. Rafael Franca | UnB

Dr. Rafael Haddock-Lobo | UFRJ

Dr. Rafael Winter Ribeiro | UFRJ

Dra. Rejane Rodrigues | PUC-RJ

Dra. Renata Ramalho Oliveira | WUSTL

Dr. Ricardo Nogueira | UFAM

Dr. Roberto Goulart Menezes | UnB

Dra. Susana de Castro | UFRJ

Dr. Victor Dias Maia Soares | EBEP-RJ

Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea

2

ORGANIZADORES

Juliana Nunes Rodrigues
Licio Caetano do Rego Monteiro
Augusto César Pinheiro da Silva
Letícia Parente Ribeiro
Rafael Winter Ribeiro
Rebeca Steiman



Copyright desta edição ©2021 by Editora Terra Escrita

Foi feito o depósito legal conforme Lei 10.994 de 14/12/2004.

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da editora.

Editor: Jefferson Lopes F. Jr.

Revisão: A cargo dos autores

Diagramação: Julia Braghetto Moreira

Direitos desta edição reservados à Editora Terra Escrita

Rua São Bráz, 93

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.770-150

contato@terraescrita.com

www.terraescrita.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R696d

Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea
2 / Juliana Nunes Rodrigues Et al. (Org.) – Rio de Janeiro: Terra Escrita,
2021.

408 p. ; 21 cm.

ISBN 978-65-995742-3-8 versão impressa

Inclui bibliografia.

1. Geografia. 2. Geografia Política. 3. I. Título. II. Autor.

CDD 304.2

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea

2

SUMÁRIO

UM GIRO DE E PARA A AMÉRICA LATINA E O BRASIL NO DEBATE DA GEOGRAFIA POLÍTICA E DA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA <i>Apresentação</i>	9
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NA AMÉRICA LATINA <i>Licio Caetano do Rego Monteiro</i>	19
O CONTINENTALISMO LATINOAMERICANO: NACIONALISMO DE QUINTA FRONTEIRA <i>Andrés Rivarola Puntigliano</i>	23
INTEGRAÇÃO E PROJEÇÃO BIOCEÂNICA DA AMÉRICA DO SUL E A MULTIDIMENSIONALIDADE DO EIXO AMAZONAS (MANTA-MANAUS-BELÉM) <i>Milton Reyes Herrera</i>	43
GESTÃO SECURITÁRIA DAS FRONTEIRAS NO CONE SUL: LIMITES DA COOPERAÇÃO <i>Adriana Dorfman, Julian Mokwa Felix e Rafael Francisco França</i>	79
EXPERIÊNCIAS A PARTIR DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE MÉXICO-ESTADOS UNIDOS <i>Gonzalo Hatch-Kuri</i>	101
A GEOPOLÍTICA DO ÚTERO: PARA UMA GEOPOLÍTICA FEMINISTA DECOLONIAL EM ESPAÇOS DE MORTE LENTA <i>Sofia Zaragocin</i>	129
OS DESAFIOS E OS NOVOS DEBATES NA GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA, DESDE O SUDESTE DO BRASIL <i>Wanderley Messias da Costa</i>	125
O RETORNO DA GEOPOLÍTICA DA TRADIÇÃO CLÁSSICA AOS DISCURSOS GEOGRÁFICOS DO PODER NO SÉCULO XXI <i>Antonio Marcos Roseira</i>	149
A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: COMPETIÇÃO INTERESTATAL E O DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO <i>Hélio Caetano Farias</i>	177

INTERFACES DA GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL, OLHARES DO CENTRO-OESTE E DA BAHIA <i>Marcos Leandro Mondardo</i>	201
POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA DAS AÇÕES COLETIVAS: APONTAMENTOS CONCEITUAIS E PROPOSITIVOS <i>Agripino Souza Coelho Neto</i>	205
LUTAS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E GEOGRAFIA POLÍTICA: DIÁLOGOS, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS <i>Marcos Leandro Mondardo</i>	233
INCÊNDIOS NO BIOMA PANTANAL E AS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS PARA O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL <i>Elisa Pinheiro de Freitas</i>	261
A GEOGRAFIA POLÍTICA E A GEOPOLÍTICA DESDE A AMAZÔNIA <i>Gutemberg de Vilhena Silva</i>	291
AMAZÔNIA, FRONTEIRA E ÁREAS PROTEGIDAS: DIALÉTICA DA EXPANSÃO ECONÔMICA E PROTEÇÃO DA NATUREZA <i>Ricardo Gilson da Costa Silva e Viviane Vidal da Silva</i>	295
GEOGRAFIA DAS REDES DO CRIME ORGANIZADO NA AMAZÔNIA <i>Aiالا Colares Oliveira Couto</i>	315
A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DAS GUIANAS <i>Gutemberg de Vilhena Silva e Stéphane Granger</i>	335
GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA DESDE O NORDESTE: UMA APRESENTAÇÃO <i>Caio Augusto Amorim Maciel</i>	355
COVID -19 NO CORPO HUMANO COMO TERRITÓRIO MÓRBIDO: O MEU EU “NU” COMO VÍTIMA EM UMA GEOGRAFIA VIRAL GLOBALIZADA MUTANTE E ATIVA <i>Alcindo José de Sá</i>	361
INTERCULTURALIDADE E GEOGRAFIA POLÍTICA: UMA MIRADA DESDE A REGIÃO NORDESTE <i>Caio Augusto Amorim Maciel</i>	377
SOBRE AS AUTORAS E SOBRE OS AUTORES	397
SOBRE AS ORGANIZADORAS E ORGANIZADORES	405

UM GIRO DE E PARA A AMÉRICA LATINA E O BRASIL NO DEBATE DA GEOGRAFIA POLÍTICA E DA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Este livro resulta do II e do III Ciclo de Debates sobre Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, promovidos pela Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (REBRAGEO), durante os anos de 2020 e 2021. Esses ciclos de debates, assim como a presente publicação, são resultados das atividades da REBRAGEO durante a pandemia da Covid-19, que embora tenha impossibilitado os encontros presenciais, não esmoreceu os nossos debates acadêmicos. Como forma de nos mantermos ativos, realizamos uma adaptação do evento, que ocorreria presencialmente, transformando-o em um conjunto de três ciclos de mesas redondas virtuais. O primeiro deles, que contou com convidados internacionais, abordou temas e conceitos da Geografia Política e da Geopolítica produzida nos países anglófonos, franceses e ibéricos. Tratou-se de um momento de diálogo em torno de epistemologias e de metodologias de pesquisa entre geógrafos brasileiros, portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e americanos.

Nos II e III ciclos, que conformam o objeto desta coletânea, privilegiamos a interlocução com geógrafos políticos latino-americanos, além de nos voltarmos para o diálogo com pesquisadores e pesquisadoras em Geografia Política dedicados a enfrentar grandes desafios nacionais, tratados em pesquisas realizadas nas diferentes regiões do Brasil. Assim, além de termos realizado três mesas redondas em torno dos temas “Desafios e novos debates da Geografia Política Contemporânea na América Latina”, que contaram com a presença de renomadas pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos, realizamos outras quatro mesas com convidadas e convidados nacionais, dedicadas a pesquisas realizadas nos diferentes contextos regionais brasileiros.

O conjunto desses lugares e perspectivas contempladas é então publicado neste segundo volume da coleção “Os desafios e os novos debates da Geografia Política Contemporânea”. Os textos aqui reunidos expressam não apenas dilemas epistemológicos, mas, também, ilustram de maneira bastante significativa a pluralidade de um campo de investigação da Geografia bastante vibrante, interessado nas relações entre poder, política e espaço.

Cada seção deste livro é precedida por um pequeno texto de apresentação e balanço das produções apresentadas, escrito pelas mediadoras e mediadores que participaram das mesas redondas virtuais. Esperamos, assim, que esta publicação seja inspiradora para pesquisadoras e pesquisadores confirmados e iniciantes, interessados na vitalidade dos debates e nos diferentes caminhos de pesquisa fomentados.

AMÉRICA LATINA

Neste volume trazemos contribuições que expressam diferentes faces dos dilemas da geografia política e da geopolítica na América Latina. A integração regional, a gestão das águas, a segurança fronteiriça e o feminismo decolonial são alguns temas que nos abrem o caminho para essa aproximação.

Andrés Rivarola Puntigliano nos traz uma análise sobre o continentalismo latino-americano, explorando o conceito de continente como “grande espaço”, em que as diversas projeções nacionais conformam um sistema regional. No caso da América Latina, o continentalismo confronta necessariamente uma visão continental que foi expressa ao longo do tempo como hemisférica ou interamericana pela projeção regional do poder estadunidense. O autor reconstitui o continente latino-americano em suas diferentes formulações nos séculos XIX, XX e XXI, trazendo neste último momento o pensamento do historiador uruguaio Alberto Methol Ferré.

O tema da integração regional ganhou importância na América do Sul ao longo dos anos 2000 com os investimentos da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Milton Reyes Herrera aprofunda uma análise sobre um dos eixos da IIRSA, o Eixo Amazonas, que conecta Manta, no Equador, a Manaus e Belém,

no Brasil. Reyes revisita o histórico do integracionismo na América Latina desde o século XIX até os tempos mais recentes. O autor faz um balanço dos recursos naturais estratégicos disponíveis na América do Sul e defende a necessidade de se combinar estratégias regionais para o melhor aproveitamento dos recursos. Especificamente sobre o eixo estudado, Milton Reyes analisa o seu papel na integração bioceânica e todo o potencial produtivo associado às inovações logísticas trazidas pelo projeto. Por fim, o autor explicita a importância do eixo Manta-Manaus-Belém frente as mudanças geopolíticas globais relacionadas às novas conexões lideradas pela China na África e no Pacífico.

Adriana Dorfman, Julian Mokwa Felix e Rafael Francisco França tratam da gestão securitária das fronteiras no Cone Sul da América do Sul. Numa região complexa, os diferentes ilegais representam desafios permanentes aos Estados, ganhando centralidade na gestão das fronteiras de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Segundo a definição de um dos autores (França, 2018), a gestão securitária das fronteiras se refere ao “controle exercido por agentes estatais situados no limite internacional (operações e policiamento), os contatos e negociações entre agentes e órgãos estatais com diferentes atribuições (entre aduaneiros e agentes da migração, por exemplo) e entre instituições de um e de outro Estado em relação ao trânsito fronteiriço”. Entre os aparatos estatais se estabelecem relações de coordenação, cooperação e colaboração, mas também eventuais conflitos. Os autores enfocam as trípticas fronteiras em Barra do Quaraí (BR), Bella Unión (UY) e Monte Caseros (AR) e em Foz do Iguaçu (BR), Puerto Iguazú (AR) e Ciudad del Este (PY), pontos focais da gestão securitária das fronteiras para os países envolvidos.

O capítulo de Gonzalo Hatch-Kuri trata de um tema emergente nos estudos fronteiriços, a situação da gestão de águas subterrâneas transfronteiriças. O autor explora o caso da fronteira México-Estados Unidos, enfocando as regiões de Paso del Norte (Ciudad Juárez-El Paso-Las Cruces), onde foi promovido um programa binacional de caracterização de quatro aquíferos, e do aquífero do Rio San Pedro (Sonora-Arizona), onde foi realizado um estudo binacional. Hatch-Kuri analisa ainda o nexos água-energia no caso da exploração do gás de xisto com a tecnologia de *fracking* no aquífero transfronteiriço Edwards-Trinity-El Burro (Coahuila-Texas). A partir dos estudos de caso e da compreensão geral sobre o tratamento científico e jurídico das águas

subterrâneas no México, Gonzalo Hatch-Kuri conclui defendendo uma transição para um paradigma científico para melhor acompanhamento sobre as dinâmicas hidrogeológicas, a superação das lacunas jurídicas nos marcos regulatórios vigentes e a precaução com a poluição relacionada ao uso do *fracking*. O autor reivindica uma maior consciência política sobre a importância das águas subterrâneas no contexto transfronteiriço por parte das instituições mexicanas de modo a superar as assimetrias em relação ao tratamento dado ao tema nos Estados Unidos.

Sofia Zaragocin traz uma abordagem geopolítica feminista decolonial para analisar o que chama de “geopolítica do útero”. A partir dos conceitos de colonialidade de colonos e de morte lenta, toma como exemplo a resistência física das mulheres **Épera** (Eperara Siapidaara) do norte de Esmeraldas, no Equador, “que propõem o útero como trincheira para enfrentar a morte coletiva”. A concepção do corpo como território desafia as escalas com as quais nos acostumamos a pensar os espaços políticos. A territorialidade do útero tem sido discutida a partir dos debates sobre aborto, direitos sexuais e empoderamento, temas aos quais Sofia Zaragocin agrega o útero como “local de resistência à procriação e ao empoderamento que supõe, especificamente, ser mães”. Sua contribuição agrega um aporte latino-americano aos debates da geopolítica feminista ainda muito centrados nas autoras anglófonas.

SUDESTE

No conjunto de textos referentes à mesa do Sudeste, Antonio Marcos Roseira retoma a história do pensamento geopolítico para demonstrar a influência de dois movimentos teóricos fundamentais, por ele denominados como “Primeiro Debate” e “Segundo Debate”. O “Primeiro Debate” teria ocorrido entre a fundação do que conhecemos como Geopolítica e a década de 1950, responsável por uma enorme expansão das teorias sobre a relação entre território e poder; o Segundo Debate, que surgiu no início da década de 1970, questiona a submissão instrumental da geopolítica à agenda de poder dos Estados. Para Roseira, o legado mais relevante deste último foi um lento processo de reconstrução da base teórico-metodológica da disciplina, com forte influência para a prática e a reflexão da Geopolítica mundial e brasileira

até os dias atuais.

A partir do resgate da formação e expansão do sistema internacional, Helio Caetano Farias trata do caráter indissociável das estratégias de desenvolvimento econômico e de defesa em diversas experiências no mundo e no Brasil. Ao revisitar a experiência desenvolvimentista brasileira, destaca a diversidade ideológica de proposições e atores envolvidos, cujas estratégias oscilaram ciclicamente entre a forte associação com a nação hegemônica do sistema internacional e a diversificação de parceiros internacionais. Enfim, Farias nos convida a pensar criticamente sobre a retomada do desenvolvimento como um projeto nacional de longo prazo que inclua, em suas metas, a mudança de posição na hierarquia de poder e de riqueza do sistema internacional, rumo à autonomia econômica e à independência política.

CENTRO-OESTE

O conjunto de três textos seguintes aponta para a atualidade da Geografia Política como prisma de análise das relações entre política e território em um contexto de acirramento de conflitos e da urgência da pauta ambiental no País.

O texto de Agripino Coelho Neto enfoca a estratégia-rede e a política de escalas de um movimento sindical rural, apresentando contribuições teórico-metodológicas e um rico material empírico. O texto discute como as estratégias-rede e as políticas de escala se tornam componentes das práticas socioespaciais das ações coletivas. O autor oferece, assim, possibilidades de compreensão das ações coletivas por meio da análise do comportamento espacial de associações, sindicatos e cooperativas de agricultores camponeses. Para tanto, recorre-se ao tripé conceitual rede, escala e território.

Marcos Leandro Mondardo, por sua vez, aborda os ataques aos territórios indígenas e a lógica de exploração dos recursos naturais como a terra, a água, a madeira, o minério, associados à expansão, sobre territórios indígenas e de comunidades quilombolas, do agronegócio. O texto tem por objetivo problematizar a relação entre as lutas dos povos indígenas no Brasil e a Geografia Política, estabelecendo diálogos, contribuições e perspectivas críticas bastante atuais e oportunas. Em diálogo com o

texto precedente, Mondardo argumenta que tem se desenhado, no País, a produção de políticas de escala – sobretudo por meio de articulações de escala com as organizações internacionais – como forma de luta política. Assim, para além da escala local, esses movimentos constroem uma escala de ação, para além de suas lutas territorializadas. Essas diversas formas de r-existência configuram múltiplas territorialidades (outros mundos, pluriontologias) articuladas em diferentes níveis escalares. A reflexão se desdobra a partir da mobilização dos conceitos de território, corpo-território e fronteira.

Fechando a seção de contribuições de pesquisadores do centro-oeste e da Bahia, Elisa Pinheiro demonstra como a atual política de flexibilização ambiental concorre para ampliar, em âmbito doméstico, os conflitos entre as populações tradicionais e os setores ruralistas que expandem a fronteira agrícola para áreas sob o controle da União – Unidades de Conservação, terras indígenas, etc. Além disso, Elisa Pinheiro aborda como desmatamentos e incêndios em áreas de grande vulnerabilidade ambiental, como é o caso do bioma Pantanal, muitas vezes vinculados aos efeitos do afrouxamento da legislação ambiental, reduzem a capacidade do Brasil em influenciar, na arena internacional, os fóruns sobre as mudanças climáticas; ou seja, restringe o *soft power* do corpo político brasileiro bem como impacta nas exportações de produtos agropecuários.

AMAZÔNIA

O grupo de pesquisadores da Amazônia Brasileira, responsável pela composição da seção “A Geografia Política e a Geopolítica desde a Amazônia”, apresenta conformações histórico-temporais que atingem tal ambiente e que estruturam formas, conteúdos, linguagens e aspectos materiais e simbólicos das relações de poder, em rede, que tal espaço enseja. Ao focarem nos estudos espaciais sobre as Guianas e seu entorno, os professores Gutemberg de Vilhena Silva, Stephane Granger, Ricardo Gilson, Viviane Vidal e Aiala Couto desvendam as naturezas de atores e agentes, em múltiplas escalas, que definem uma estrutura de pensamento sobre essa região do continente sul-americano interpretada, inúmeras vezes, apenas pelo seu perfil amazônico em um contexto isolado das ‘core

areas' regionais e mundiais. As reflexões trazidas identificam histórias que, traçadas para além do imaginário coletivo, expressam a realidade de povos locais imbricados e afetados por acordos e leis internacionais antes traduzidos e interpretados apenas desde as grandes metrópoles ou das áreas centrais do planeta.

Gutemberg de Vilhena Silva e Stéphane Granger, no seu artigo 'A Formação Territorial da Região das Guianas' demonstram, de maneira didática e bastante clara, os cinco séculos de interação local-global de tal região no contexto territorial e seu ordenamento territorial com base em acordos internacionais que definiram as dimensões americana e europeia desse espaço regional. Além dessa abordagem colaborativa para a interpretação da dimensão sociopolítica da região, os pesquisadores abordam a importância das grandes navegações europeias e os acordos internacionais na definição e consolidação das fronteiras para, finalmente, trazer a contemporaneidade dos discursos sobre a formação dos Estados Nação para o contexto dos territórios que foram fortemente impactados pelo período da Guerra Fria. É um artigo que nos convida à reflexão acerca de uma região que não deve ser entendida como uma planície isotrópica (Corrêa, 1989), mas, sim, como um dos eixos do planeta fortemente afetados pelas tensas e conflituosas relações entre agentes e atores locais e globais na sua configuração atual. Já o artigo de Ricardo Gilson e Viviane Vidal traz para a contemporaneidade dos séculos XX e XXI as dinâmicas regionais da formação de Unidades de Conservação (UC's) e seus embates entre atores e agentes institucionais e não-institucionais na configuração territorial dessas unidades, em um contexto onde as discussões temáticas, teóricas e geopolíticas sobre as fronteiras nacionais ganharam força. A reconfiguração geopolítica da região complexifica os temas sobre preservação e conservação ambiental, ganhando novos aportes teórico-conceituais relacionados às ações dos poderes instituídos e os atores e agentes que dão identidades aos territórios. O artigo é, pois, instigante por nos confrontar com a ideia clássica sobre uma pretensa internacionalização da região. Embora as forças dominantes reforcem a internacionalização em termos institucionais, o texto destaca a expressiva atuação de forças econômicas, políticas e sociais não institucionais. Nesse sentido, os projetos atuais e suas dinâmicas, mesmo ilegais ou informais, reverberam significativamente na construção de novas territorialidades e redes regionais.

Finalizando os artigos dessa seção, Aiala Couto toca em um dos temas mais expressivos trabalhados pela geografia do crime organizado, desde a década de 1980: o narcotráfico e suas redes nacionais e internacionais na Amazônia. Estruturada nos artigos clássicos da Geografia brasileira dos anos de 1990 e 2000, o pesquisador evoca a necessidade de serem compreendidos os territórios-rede do narcotráfico para a análise dos aspectos socioespaciais mais expressivos da região na atualidade. Com apoio do escopo teórico-conceitual de autores como Bertha Becker, Claude Raffestin e Milton Santos, o autor disserta sobre as horizontalidades e verticalidades na configuração territorial da Amazônia e seus aspectos em rede na atualidade dos grupos de narcotraficantes que usam a região para expandir os seus negócios desde as core areas no Brasil, notadamente dos grandes comandos da ilegalidade do Sudeste do país. Nessa perspectiva, os núcleos urbanos da região estudada se tornam nós da trama de uma geografia estratégica do crime organizado. Fartamente mapeado, o artigo desvela as rotas, alianças e conflitos entre as facções criminosas na região, apresentando a Amazônia como um espaço dinâmico e fundamental para essas redes na atualidade. Ao discriminar em cada unidade política estadual da região as facções mais expressivas, o autor finaliza o seu trabalho mostrando tais redes no papel vital de manutenção de circuitos da economia ilegal e legal na composição da rede dos negócios ilícitos no Brasil setentrional.

NORDESTE

Os dois professores que trazem contribuições desde o Nordeste também abordam temas bastante oportunos ao contexto atual de pandemia.

No trabalho apresentado, Alcindo Sá refletiu sobre poder e morte na globalização, como processo dissimétrico, baseando-se em Mbembe, Agamben, Raffestin e Bauman. Para pensar a temática proposta propôs partir das ideias de Agamben sobre o corpo nu e a aparição *Homo sacer* - refugio humano à margem dos processos socioterritoriais, ou mesmo à margem da vida.

Caio Augusto Maciel, por sua vez, buscou problematizar a centralidade territorial do Estado moderno como foco de uma geografia

cultural e política cuja finalidade estaria em entender a questão da adesão coletiva a um projeto de Nação. Para realizar tal reflexão, o autor recupera as contribuições de Jean Gottmann sobre as forças de circulação e de resistência ao movimento. Aciona, também, os processos interculturais, que trazem “preocupações transdisciplinares em termos de contatos e relações entre culturas que, tanto no plano individual quanto no coletivo, articulam-se em contextos de diversidade e heterogeneidade social”. Dessa maneira, evidencia os desafios subnacionais (como os regionalismos) e transnacionais que se apresentam ao Estado-nação.

Desta maneira, esperamos estimular a divulgação e o debate de temas atuais da Geografia Política e da Geopolítica da América Latina e do Brasil. O panorama não esgota a vasta diversidade de pesquisas realizadas na área, mas contribui para lançar luz a importantes contribuições realizadas a partir de diferentes enfoques teóricos e distintas origens geográficas. Seguimos na expectativa de que os encontros presenciais sejam retomados e promovam os intercâmbios necessários para o fortalecimento da Geografia Política e da Geopolítica no Brasil.

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Lício Caetano do Rego Monteiro

Em 2021, foram realizados ciclos de debates da Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (REBRAGEO) e um dos ciclos foi focado na América Latina, com a participação de sete palestrantes (o mexicano Gonzalo Hatch-Kuri, os equatorianos Milton Reyes Herrera e Sofia Zaragocin, o chileno Martín Sanzana Calvet, o argentino Alejandro Rascovan, o uruguaio Andrés Rivarola Puntigiano e a peruana Monica Bruckmann). Os quatro capítulos da primeira parte deste livro são resultado desse ciclo, acrescidos da contribuição de Adriana Dorfman, Julian Mokwa Felix e Rafael Francisco França.

Na América Latina, a Geografia Política é um campo emergente, ainda em consolidação. A Geopolítica, por sua vez, aparece mais em outras áreas que não a Geografia. No entanto, existem interesses e iniciativas para aproximações entre os dois campos.

A América Latina foi um dos redutos em que a geopolítica ganhou espaço na primeira metade do século XX, com a apropriação das ideias vindas da Alemanha, França e Estados Unidos. A geopolítica tradicional na América Latina contou com a assimilação das teorias de Kjellen e Ratzel, em diversos países: no Brasil, com Everardo Backheuser e Mário Travassos, no México, com Jorge Vivó Escoto e, na Argentina, com Jorge Atencio (RIVAROLA, 2021, pp. 235-237). Ao contrário do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, onde a geopolítica ficou no ostracismo ao fim da II Guerra pela associação entre geopolítica e nazismo, na América Latina, não houve declínio do uso do termo, como sugere a análise bibliométrica do Google Ngram Viewer (REGO-MONTEIRO, 2018).

Diferentemente dos demais gráficos analisados [em inglês, francês e alemão], a curva ascendente da geopolítica em língua espanhola se inicia em meados

dos anos 1930 e atravessa de forma ininterrupta os anos da II Guerra Mundial, perdendo fôlego somente nos anos 1950 para retomar logo nos anos 1960 até os anos 1980, quando então começa a diminuir. Nesse sentido, existe um descompasso bastante marcado em relação à geopolítica nas demais línguas. A primeira ascensão teve como marco a chegada de Franco ao poder na Espanha e a permanência do regime ditatorial mesmo após a II Guerra Mundial. O efeito da queda dos alemães não foi decisivo para a redução do interesse pela geopolítica. O novo fôlego pós anos 1960 advém já dos impulsos do pensamento geopolítico dos países de língua espanhola na América Latina (REGO-MONTEIRO, 2018, p. 104).

Ao longo dos anos 1960 e 1970, consolidam-se abordagens geopolíticas em diversos países da América Latina, com influências da geopolítica clássica e do nacionalismo desenvolvimentista. Philip Kelly lista dezesseis pensadores geopolíticos na América do Sul, destacando-se um número considerável de oito militares, além de diplomatas, jornalistas e professores dedicados ao tema da geopolítica. Todos eles expoentes da geopolítica tradicional, com produção bibliográfica concentrada entre as décadas de 1960 e 1980.

Segundo Nolte e Wehner (2015), a geopolítica neoclássica, que conceitualiza a política externa a partir das características geográficas, continua sendo a mais influente no âmbito latino-americano, onde a *critical geopolitics* permaneceu pouco desenvolvida.

A partir dos anos 1980, a influência da geopolítica tradicional arrefeceu, com o questionamento às visões autoritárias associadas ao pensamento geopolítico e com a crise dos projetos nacionais de desenvolvimento, quando emerge o neoliberalismo na América Latina (RIVAROLA, 2021, pp. 242-243). Apesar da persistência de algumas publicações ainda vinculadas à geopolítica tradicional, podemos dizer que houve uma renovação dos enfoques geopolíticos ao longo das décadas de 1990 e 2000, por meio da participação maior de civis e de uma agenda que ultrapassava os limites ideológicos da “doutrina de segurança nacional” propugnada nas décadas anteriores.

Em 2010, um importante artigo de Jaime Preciado e Pablo Uc

propôs uma agenda de investigação regional para uma geopolítica crítica na América Latina. Os autores buscavam já incorporar a influência da *critical geopolitics* à análise da produção latino-americana. Consideravam que:

existe uma diversificação de práticas geopolíticas que se orientam seja para a (re)produção de representações dominantes, seja para novos espaços de representação (em ocasiões alternativas). Esta disputa político-espacial gerada por diversos discursos geopolíticos que, sem embargo, são parte de uma grande imaginação regional, já que ainda frente aos diversos interesses que politizam esta imaginação (dentro e fora da região), as mais variadas escalas e referentes geográficos se sobrepõem num espaço físico comum.

O artigo de Preciado e Uc (2010) delimita diferentes práticas espaciais que geravam novos espaços de representação, mas sem que essas práticas ou espaços produzissem necessariamente uma autodeclarada geopolítica. Quanto à produção latino-americana, Preciado e Uc (2010) registram o giro decolonial, mesmo que este ainda não estivesse incorporado na produção específica de autodeclarados geógrafos políticos e geopolíticos do continente.

Com importantes aportes para a renovação dos estudos geopolíticos, os teóricos da *critical geopolitics* foram pouco traduzidos para o espanhol e para o português, o que restringiu o seu alcance na América Latina. A incorporação de suas teses em uma geopolítica crítica latino-americana é proposta como um diálogo que inclua os conteúdos próprios do contexto e do pensamento latino-americanos. Um caminho possível é o diálogo com o conceito de “geopolítica do conhecimento” trazido pelos teóricos da decolonialidade. Preciado e Uc propõem esse diálogo, considerando que as abordagens têm em comum uma forma própria de vincular conhecimento e poder, ao modo de Foucault, mas levando em conta a situação espacial desse vínculo. A geopolítica do conhecimento considera que a circulação das ideias é mediada pelas relações de poder. Os diferentes lugares de enunciação são levados em conta a partir de suas posições relativas nas hierarquias de poder/saber.

Os capítulos aqui publicados oferecem uma amostra da

produção latino-americana em geografia política. A publicação em português dos textos permite romper uma barreira linguística de modo a favorecer um diálogo mais profícuo entre a geografia brasileira e a que se produz no restante da América Latina. Apesar da maior facilidade de leitura dos textos em castelhano publicados em livros e revistas disponíveis online, ainda são escassas no Brasil as referências aos trabalhos de nossos vizinhos latino-americanos. Esperamos, assim, trazer uma contribuição significativa acerca da geopolítica e da geografia política latino-americanas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. *Geopolitics: re-visioning world politics*. London: Routledge, 1998
- KELLY, Philip. *Checkerboards and shatterbelts: the geopolitics of South America*. Austin: University of Texas Press, 1997
- MIGNOLO, Walter. *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001
- NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. *Geopolitics in Latin America: old and new*. In: D. Mares e A. Kacowitz. *Routledge Handbook of Latin America Security*. Routledge, 2015
- PRECIADO, Jaime; UC, Pablo. *La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional*. *Geopolítica(s)*, 2010, v. 1, n. 1
- REGO MONTEIRO, Licio Caetano do. "Linhas cruzadas: a geografia política e a geopolítica no século XX no Google Ngram Viewer e o debate no Brasil". In: Rückert, A. A.; Silva, A. C. P.; Silva, G. V. (org.) *Geografia política, geopolítica e gestão do território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Ed. Letra1, 2018.

O CONTINENTALISMO LATINO-AMERICANO: NACIONALISMO DE QUINTA FRONTEIRA^[1]

Andrés Rivarola Puntigliano^[2]

INTRODUÇÃO

O historiador sueco Magnus Mörner (2001, p.15) dizia que “devemos respeitar a dimensão espacial da história” (*historiens rumsdimension*). Sem desvalorizar nenhuma delas, diria que, por sua dimensão, a “continental” é uma das mais respeitáveis de todas. Não é apenas uma dimensão geográfica que abarca grandes populações, mas também identifica unidades por meio das quais o sistema internacional de estados e nações pode ser estruturado. Certamente, ainda não existe um Estado ou nação continental, assim como não existiam Estados-nação antes de seu surgimento como uma novidade histórica, produto da modernidade. No entanto, pensamento global e projeção continental caminham de mãos dadas.

As unidades continentais podem ser fictícias, ou até mitológicas (Wigen; Lewis, 1997). No entanto, são realidades políticas que participam de visões, utopias e estudos que, em conjunto, exercem uma enorme influência na ação dos agentes políticos, culturais e comerciais. É correto afirmar, como argumenta Jussi Pakkasvirta (1997, p.11), que o continentalismo assumiu um significado particular na América Latina, ultrapassando o caráter estritamente geográfico, e se transformando

1 Publicado originalmente como: “El continentalismo Latinoamericano: nacionalismo de quinta frontera”. In: Caetano, Gerardo y Hernández Nilson, Diego (eds.). *Alberto Methol Ferré: Reflexiones sobre geopolítica y la región*. Bueno Aires: Planeta, 2019, pp. 45-66. Tradução: Lício Caetano do Rego Monteiro e Letícia Parente Ribeiro.

2 Professor associado de História Econômica e conferencista de Estudos Latino-Americanos em Nordic Institute of Latin American Studies (NILAS), Stockholm University. É também diretor do NILAS. E-mail: andres.rivarola@lai.su.se

em um aspecto da comunidade política. Nesse caso, estamos diante de um fenômeno que Octavio Ianni (1988, p.17) denominou de “quinta fronteira”, ou seja, quando a nação transborda sua fronteira, em busca de um novo espaço territorial, imaginário ou não. O “continentalismo” é uma visão de grande espaço, talvez a maior em termos de um espaço territorial contínuo. No entanto, é importante levar em conta que essas visões geralmente coexistem com outras “quintas fronteiras” referidas a espaços menores que o de um estado. O resultado de uma ou de outra é produto de uma luta de poder político.

Neste texto, analiso a projeção da ideia continentalista na América Latina. Começarei pela apresentação do conceito de “continente” em seu uso político e social, mas, sobretudo, no que diz respeito às projeções nacionais como forma de estruturação de um determinado sistema, regional ou internacional. Na sequência, discutirei com maior detalhe o significado que essa noção teve na América Latina e na América em geral, desde a própria concepção dos estados coloniais e independentes do continente americano, passando pelas novas formas de significação e projeção que o continentalismo assume no novo século XXI. Em relação a essa última fase, será analisado, com especial atenção, o pensamento de Alberto Methol Ferré, autor que, ao se conectar a visões históricas, encontra um enquadramento teórico e conceitual para dar atualidade a uma ideia antiga.

O QUE É O CONTINENTALISMO?

Em um estudo sobre a conceitualização da dimensão continental, Martin W. Lewis e Kären E. Wigen (1997, p.33) explicam como os “continentes” podem ser vistos como “ilhas-mundo”, algo como regiões geograficamente perfeitas, no sentido de possuírem uma nítida e indiscutível fronteira representada pelos espaços aquáticos, em especial os oceanos. Seria possível então afirmar que um continente pode equivaler a uma região, mas o oposto só seria verdadeiro se o esquema geográfico da “ilha-mundo” (*world island*) estiver presente. Entretanto, isso não é suficiente, pois é necessário diferenciar uma ilha comum de uma “ilha-mundo”. A chave está na dimensão territorial, mas, nesse caso, não se trata de uma ciência exata.

A partir de uma perspectiva realista, seria possível afirmar que um continente, além de exibir uma nítida delimitação geográfica, possui uma dimensão territorial que, por si só, lhe confere um peso extraordinário no sistema mundial. É a partir daí que se obtém a categoria de “ilha-mundo”. As Ilhas Britânicas, agrupadas no reino da Grã-Bretanha, tiveram, por exemplo, uma importância enorme no sistema mundial, não em virtude de seu território, mas pelo controle de espaços para além dele. Mesmo a Austrália pode ser complexa de definir, uma vez que possui uma extensão muito maior do que a das ilhas comuns, mas não atinge a dimensão territorial para ser classificada como uma “ilha-mundo”. Existem apenas três candidatos que cumprem esses critérios: África, América e Eurásia.

Ao mesmo tempo, “continentes” como a África podem ter uma influência mais limitada do que muitos estados menores. É aqui que entra o elemento “meta-geográfico”, ou seja, a maneira como as pessoas, consciente ou inconscientemente, estruturam espacialmente seu conhecimento do mundo (Lewis; Wigen, 1997, p. ix). Com base no que pode ser uma (sempre disputada) realidade geográfica, imagina-se uma “quinta fronteira” para o que se considera uma unidade com potencial para ser um pilar do sistema mundial.

Embora o conceito de “continente” tenha raízes na antiguidade, seu direcionamento no sentido político, ideológico ou estratégico, acrescentando o sufixo “ismo”, é mais recente. Refiro-me aqui ao “continentalismo”, já diretamente vinculado à projeção de um Estado ou de um espaço geopolítico que envolva verdadeiramente uma projeção territorial continental: uma “ilha-mundo”. Embora civilizações anteriores ao século XIX pudessem ter grandes posses territoriais, a projeção de seu controle geográfico era, em geral, problemática, quiçá impossível, devido, entre outros fatores, a uma limitação de natureza técnica, não apenas em virtude da logística de um estado de tal dimensão, mas também pelas limitações do conhecimento geográfico.

Um exemplo de “continentalismo” moderno é o “sistema continental” proposto pelo imperador Napoleão Bonaparte no início do século XIX. Esse sistema abarcava políticas econômicas e políticas dirigidas aos territórios da Europa Ocidental dominados por Bonaparte, mas com uma projeção eurásiana. Mais tarde, o continentalismo também fez parte dos ideais alemães de projeção nacional, transcendendo (ou

compensando) as limitações geopolíticas dos estados da Europa central. Nesse contexto, o economista político Friedrich List exerceu uma influência importante, buscando no continentalismo uma plataforma de desenvolvimento para sua nação alemã, bem como um caminho para a união das nações sob uma Lei comum. Sem dúvida, a economia moderna foi uma ferramenta indispensável, mas também o controle dos recursos e das rotas comerciais. Caso o poder marítimo estivesse fora de alcance, os estados poderiam recorrer a uma projeção continental por meio da união de nações continentais. Somente pela união, List afirmava, “é possível criar uma nação agrícola, manufatureira e mercantil de primeira ordem” (1909, p. 476).

Outra contribuição nesse sentido foi o trabalho de Alexis de Tocqueville, em meados do século XIX, ao analisar a implementação de uma visão “continental” no caso dos Estados Unidos da América (EUA), sem perder de vista o que estava ocorrendo na Rússia (Tocqueville, 2009, p.655). Em ambos os casos, o autor assinalou o potencial existente para o controle dos recursos naturais e humanos de um território com pretensões continentais. No caso dos EUA, somava-se a isso um potencial industrial que agregava um nível tecnológico de ponta que, combinado com o referido elemento territorial, estaria na base daquilo que o geógrafo político alemão Friedrich Ratzel havia identificado como a tendência histórica “em direção à construção de estados cada vez maiores” (Ratzel, 2011, p.155). O espaço, o território, a economia e a dimensão nacional foram elementos que atraíram acadêmicos e estadistas a partir do século XIX, os quais buscavam novas formas de compreender a organização social e de superar sua posição no sistema internacional cada vez mais globalizado.

O ‘CONTINENTALISMO’ NA AMÉRICA LATINA

A projeção continental do pensamento político e econômico no continente americano deu seus primeiros passos com a identificação por Américo Vespúcio (1454-1512) de um novo território continental, posteriormente visualizado e batizado no mapa-múndi de Martin Waldseemüller, de 1507. Tal fato ensejou a diferenciação entre

Orbis Terrarum e o *Orbis Alterius*, levando à ideia do *mundus novus*, identificado como América em homenagem a Vespúcio (O’Gorman 2003, pp.126-35).

Embora a palavra “continente” ainda não tivesse sido usada em relação a novas identidades e projeções geográficas, a percepção do *mundus novus* como nova(s) ilha(s) mundial(is), logo passou a fazer parte da formulação de políticas e da projeção estratégica para o estabelecimento de civilizações e projeções estatais. Esse foi particularmente o caso dos espanhóis, devido à vasta extensão de seus assentamentos em todo o continente americano. Quando o projeto de colonização avançou e os territórios estratégicos tiveram que ser protegidos dos poderes rivais (europeus e indígenas), as autoridades espanholas se viram forçadas a adquirir uma “perspectiva continental”. Em linha com o que foi proposto por John H. Elliot (2006, p.22), entendo que a escala da conquista, bem como os requisitos organizacionais e recursos potenciais do continente, eram grandes demais para que a coroa permanecesse indiferente a uma visão mais global do território. Um efeito disso foi o envio de expedições ao Rio da Prata, a fim de assegurar, a partir do sul, as áreas produtoras de prata na região andina e suas rotas de transporte, o que resultou na fundação da cidade de Buenos Aires em 1536, e na posterior criação do Vice-Reino do Rio da Prata, em 1776. O mesmo aconteceu na América do Norte, para defender a prata de Zacatecas e o Vice-Reino da Nova Espanha, empurrando as fronteiras para o Texas, a Flórida e a costa do Oceano Pacífico.

No caso dos portugueses, seu alcance, até meados do século XVI, foi fundamentalmente na faixa territorial atlântica, enfrentando tanto as nações indígenas quanto os franceses. A situação mudou com a união das coroas espanhola e portuguesa por meio da União Ibérica, em 1580, sob o governo do rei espanhol Felipe II (1527-1598) que também se tornou rei de Portugal, como Felipe I. As posições ibéricas, agora unidas, controlavam a maior parte do continente americano, incluindo as conexões transoceânicas através do Pacífico com as Filipinas; e as do Atlântico, com as colônias africanas.

Um resultado historicamente relevante dessa união foi a eliminação da antiga fronteira entre Espanha e Portugal, sancionada pelo

Tratado de Tordesilhas em 1494. Foi o início do *Drang nach Westen*³ brasileira, ideia de grande relevância geopolítica no que diz respeito à formação do atual estado nacional brasileiro, conduzindo-o a um quadro continental de expansão sul-americana (Pandιά Calógeras, 1998, pp.155-159). Uma diferença entre Portugal e Espanha era que o enquadramento “continental” para os primeiros era a América do Sul, enquanto para os últimos, por razões ofensivas ou defensivas, abrangia todo o continente americano. Refiro-me à dimensão nacional, quiçá espiritual, que lhes foi conferida pela influência transnacional da Igreja Católica, abrangendo também os territórios franceses e britânicos.

Mesmo às vésperas do processo de independência, o império espanhol tinha toda a intenção de manter seu território, chegando a atingir sua extensão máxima em 1783, após o Tratado de Paris, quando a Espanha adquiriu a Louisiana e recuperou a Flórida. O Caribe se tornou então um *Mare Nostrum* espanhol, e o império realizou planos de colonização, alianças com nações indígenas e construiu novas fortificações em direção ao norte americano. O objetivo era conter os Estados Unidos a oeste, assim como os britânicos e os russos ao norte. No sul, o objetivo também era consolidar o território, neste caso, frente ao avanço português, com a fundação de Montevidéu no Rio da Prata, em 1724, e a consolidação de sua posição nas Ilhas Malvinas.

Ao mesmo tempo em que havia rivalidades, os ibéricos mantinham o objetivo de evitar novos conflitos por meio de um novo acordo global que substituiria o obsoleto Tratado de Tordesilhas. Um passo nessa direção foi dado com o Tratado de Madrid, em 1750, e com o subsequente Tratado de San Ildefonso, em 1777. Isso não pôs fim aos conflitos, mas significou a criação de novos instrumentos institucionais para o diálogo e a convivência pacífica. O espírito da União Ibérica nunca abandonou as visões de união e expansão das elites luso-hispânicas. Por exemplo, quando o império espanhol estava em sua crise terminal, enfrentando movimentos revolucionários em toda a América do Sul, os portugueses calibraram cuidadosamente seus desejos expansivos com o apoio aos espanhóis. Um dos projetos era fazer frente ao avanço republicano, bem como à crescente influência regional britânica, por meio de uma união ibérica no formato de um reino sul-americano

3 N. da. T.: *Marcha para o Oeste*

chefiado pelo rei de Portugal, Dom João VI, ou sua esposa, Carlota Joaquina (Rivarola Puntigliano; Briceño Ruiz, 2017, p.16).

Contudo, poder-se-ia argumentar que a consolidação e institucionalização do conceito “continental” na América não se deu por meio dos impérios europeus, mas por intermédio da criação dos Estados Unidos da América. A palavra “continental” faz parte, inclusive, de uma das primeiras expressões institucionais independentes das antigas colônias britânicas da América do Norte em seu primeiro “Congresso Continental” de 1776. Cercado por grandes potências e com uma forte vontade de sobrevivência e autonomia, o “tamanho” (dimensão territorial) e o *leit-motif* expansionista tornaram-se as pedras angulares da construção de um estado que adotou um nome peculiar: Estados Unidos da América. O nome “Estados Unidos” indica a integração de estados então separados, e “América” a dimensão geopolítica do *lebensraum* necessário “para a ampliação, o enriquecimento e o fortalecimento da União” (Burnett, 1941, p.223).

A noção “continental” estava parcialmente relacionada aos britânicos, quando se referiam às suas colônias americanas como “o continente”. No entanto, uma “consciência continental” emergente entre os colonos surge no processo de independência. Ou seja, uma “quinta fronteira” geopolítica, o *lebensraum*, que vai além de seu território atual, representado na ideia de “destino manifesto” e abarcando, inicialmente, o espaço continental da América do Norte. Em 1823, com as instituições nacionais já consolidadas, o alcance se estende para todo o continente americano, por intermédio da Doutrina Monroe. A quinta fronteira continental da América parecia tão irreal em 1823 quanto a da América do Norte em 1776.

As iniciativas e os objetivos orientados para o continental também existiam no interior dos movimentos independentistas hispano-americano, sem dúvida influenciados pelos eventos no norte da América. Um dos precursores mais famosos do continentalismo foi o venezuelano Francisco de Miranda (1750-1816), que defendia a união de todas as antigas colônias hispano-americanas em uma confederação. Nesse sentido, ele proclamava, em 1806, a união dos “povos do continente colombiano” propondo a realização de um “Congresso Continental” no istmo do Panamá (Bohórquez Morán, 2006, p.355). Mais tarde,

Simón Bolívar (1783-1830) ecoou essa proposta e convocou os novos estados hispano-americanos para o Congresso Anfictiônico, realizado no Panamá em 1826.

Uma pedra angular dessas iniciativas foi a ideia de que o continente americano constituía uma parte singular e autônoma do sistema internacional, diferente da Europa. Apesar dos profundos desentendimentos com Miranda (Londoño, 1950, pp.11-13), Bolívar compartilhava sua preocupação com a manutenção da unidade após a independência. Ele conhecia as ambições espanholas, francesas e britânicas de controlar as novas nações independentes e suspeitava das tendências expansionistas dos EUA. No entanto, mantinha uma visão de alcance continental e até mesmo global. Os documentos do Congresso Anfictiônico estipulavam, por exemplo, que a nova ordem continental “estabeleceria a base de um sistema que, a longo prazo, abraçaria todos os países do mundo” (de La Reza, 2006, p.38). O Congresso não obteve êxito, mas se converteu em uma plataforma jurídica e em um horizonte para os países de língua espanhola, representando também um primeiro passo na direção da ideia de uma nação de nações e de “cidadania continental” (Betancourt Mendieta, 2013, p.138).

Após o fracasso do Panamá, a antiga América espanhola iniciou um processo de fragmentação que levou à formação das nações atuais. Embora os ideais “continentalistas” tenham sobrevivido, seus agentes políticos não tiveram força suficiente para se contrapor à balcanização do antigo império espanhol. No entanto, alguns “instintos continentais” foram mantidos quando os estados enfrentaram agressões imperialistas estrangeiras. Dois exemplos disso foram o primeiro Congresso Americano, ocorrido em Lima em 1847, e o segundo em Santiago do Chile, em 1864.

O caso do Brasil foi diferente uma vez que o país conseguiu manter-se unido ao longo do processo de independência. Nesse caso, o continentalismo não era apenas um instinto de aglutinação defensiva, mas um elemento de natureza geopolítica, baseado na continuidade do Império e do aparato burocrático português. Por um lado, a partir da já mencionada perspectiva sul-americana e, por outro, de uma visão continental americana exemplificada no projeto do ministro das Relações Exteriores do novo governo imperial, José Bonifácio, que procurou

criar uma “solidariedade continental” multinacional para a promoção comercial e a defesa mútua (De La Reza, 2006, p.78).

No que diz respeito aos estados de língua hispânica, além das iniciativas de Lima e Santiago, pode-se dizer que o ressurgimento de uma “consciência continental” se desenvolveu “a partir de baixo”. Após a fracassada independência de Cuba devido à intervenção dos EUA, que também anexou Porto Rico, ganha força um movimento de intelectuais, personalidades políticas e expoentes da cultura. Havia então uma reconexão com as propostas bolivarianas e de pessoas como o neo-granadino José María Samper ou o chileno Francisco Bilbao, que promoviam a unidade continental. Vai surgindo assim a quinta fronteira latino-americana, por meio de influentes intelectuais como José Martí (1853-1895) e, um pouco mais tarde, José Enrique Rodó (1871-1917). Martí rejeitava as tendências imperialistas dos Estados Unidos, contrapondo sua iniciativa pan-americana de 1889 (ver adiante) com uma “América” de oposição que ele denominou de *nuestra América*. Rodó, por sua vez, elevava a identidade hispano-americana a uma proposta nacional e filosófica alternativa ao utilitarismo anglo-americano.

O CONTINENTALISMO LATINO-AMERICANO DO SÉCULO XX

No princípio do século XX tem início a chamada “etapa idealista” da questão continental (Betancourt Mendieta, 2013, p.141). Um de seus grandes expoentes foi o argentino Manuel Ugarte (1875-1951). Ugarte era um influente intelectual na promoção do continentalismo, que já se apresentava como explicitamente latino-americano e parte de uma agenda política regional. Segundo Ugarte, aquilo que mais prejudicava os latino-americanos era sua própria noção de nacionalidade, ao não entenderem que o bem comum superior era o da mãe pátria latino-americana. Nesta linha, ele advogava em favor de uma consciência continental, argumentando que “os melhores patriotas serão aqueles que postergam os patriotismos locais em prol do patriotismo continental” (Ugarte, 1978, p.21). Diferentemente de pensadores anteriores, o alcance nacional “continentalista” de Ugarte incluía claramente o Brasil, já que, como afirmava: “o Brasil é parte da Hispano-América e seu destino como

nação é inseparável do resto do continente” (Ugarte, 1978, p.25).

Outro “continentalista”, contemporâneo de Ugarte, foi o peruano Francisco García Calderón (1883-1953). De acordo com Calderón, as democracias latinas e a criação de um “continente” deveriam se basear em três elementos fundamentais: valores comuns (democracias), uma raça (americana) e um *Zollverein* (união aduaneira) que asseguraria a industrialização. Ugarte estava de acordo em relação à política econômica, mas era mais específico no que diz respeito ao elemento nacional, claramente vinculado, segundo ele, à dimensão latino-americana, incluindo o Brasil. Ugarte também era mais específico quanto ao objetivo político, ao postular explicitamente a necessidade de criação de um novo estado: os Estados Unidos do Sul. Para ele, e para aqueles que estavam alinhados com ele, a América Latina constituía um “nacionalismo fracionado”, que somente por meio da (re)unificação poderia enfrentar os Estados Unidos e outras grandes potências imperialistas. Observa-se, nesse caso, uma forte reconexão com os ideais de Bolívar, agora adaptados à nova dimensão “latino-americana” (Blanco Fonbona, 1942). Sob o conceito ugartiano de *Pátria Grande* consolida-se a nova forma de nacionalismo regional, denominada “latino-americana”.

Além dos pensadores da região e de sua evolução política e social, é importante levar em consideração elementos externos. Neste sentido, cumpre ressaltar, como bem argumentou Alberto Methol Ferré, como a “continentalização” da ideia nacional latino-americana vai sendo construída como reação à consolidação dos Estados Unidos como “o primeiro Estado-Continental Industrial da história”. A partir daí teria surgido, segundo o autor, um novo paradigma em que “as dimensões para os estados nacionais se tornaram mais amplas” (Methol Ferré, 2013: 98). No que diz respeito ao continente americano, a influência estadunidense aumenta devido à iniciativa de criação de uma união pan-americana, em 1889, bem como à subsequente irrupção em Cuba, Porto Rico e à criação do Panamá. Isso, segundo Methol Ferré, traria a necessidade de se repensar a questão da união hispano-americana no formato de “Pátria Grande”. Dessa forma, a unidade “nacional” da América Latina foi projetada em um novo Estado-Continental latino-americano, seguindo o “novo paradigma do Estado-Continental dos Estados Unidos da América do Norte” (Methol Ferré, 2013, pp.105-106).

Durante os primeiros anos do século XX, o discurso continental foi reforçado pelo surgimento de novos esquemas de pensamento oriundos da geografia política, agora denominada de “geopolítica”. Entre seus promulgadores, cabe citar o diplomata espanhol Badía Malagrida (1946 [1919]). Embora não falasse da América Latina, inspirado no pai da geografia política, o alemão Friedrich Ratzel, e em Bolívar, Malagrida buscava projetar a fundação de uma nacionalidade que chamou de “supernacional”, vista como a base de uma confederação hispano-americana, incluindo o Brasil e as Antilhas.

A crise do sistema liberal, a nível hemisférico e mundial, aliada à reação anti-imperialista, fruto das repetidas intervenções dos Estados Unidos (entre outros), provocou uma grande comoção em toda a região latino-americana. O levante estudantil e a reforma universitária de Córdoba devem ser vistos sob este prisma, assim como a revolução mexicana de 1910. Houve assim um forte impulso ao novo conceito de “América Latina”, associado à visão “continental”. É justamente no México que o exilado peruano Víctor Haya de la Torre dá os primeiros passos para fundar, em 1924, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). A APRA, posteriormente estabelecida no Peru, foi um novo tipo de partido político com projeção continental, talvez o primeiro do continente a incluir a unidade política da América Latina em sua plataforma (Gullo, 2013). A proposta de Haya de la Torre foi uma reação ao que via como “isolamento arrogante”, “quase xenófobo”, dos países e partidos de esquerda da região. Do seu ponto de vista, a resistência anti-imperialista, assim como a superação do subdesenvolvimento, deveria estar fundada em uma visão continental (Haya de la Torre, 2010, p.143).

No Rio da Prata, o trabalho de Ugarte tem continuidade e se torna a base de uma corrente geopolítica de grande impacto político. Esse processo esteve vinculado ao chamado “movimento revisionista”, cuja influência se amplia a partir da década de 1940, desde os círculos acadêmicos e chegando às Forças Armadas, onde Juan Domingo Perón (1895-1974) se tornaria um dos principais nomes dos chamados “continentalistas”. Para além da influência de pensadores europeus, Perón era sobretudo um nacionalista argentino e latino-americano, convencido de que a Argentina jamais seria independente ou desenvolvida por si mesma. Inspirado pelo nacionalismo continental emergente, Perón deu passos definitivos em direção a uma “consciência geográfica” ao criar um

novo enquadramento geopolítico.

Ao ser eleito presidente (1946-55), Perón manteve uma ambiciosa política externa continentalista, com vistas à formação dos Estados Unidos da América do Sul (Perón, 2008). Perón entendeu que o desenvolvimento argentino dependia do fortalecimento do eixo argentino-brasileiro e da superação do que Badía Malagrida chamava de “condição fatal” da barreira andina (Badía Malagrida, 1946). Sua perspectiva estratégica visava à formação de um novo “estado continental”, como imperativo para o desenvolvimento autônomo. Nesse ponto, ele divergia do objetivo de se criar uma Confederação de Estados que abrangesse a América Latina e o Caribe. Para Perón, a possibilidade de criação de um estado autônomo dependia da consolidação de um estado continental, para o qual a dimensão sul-americana constituía o quadro geopoliticamente viável. Em Perón, o continentalismo latino-americano possui um valor simbólico, enquanto o sul-americano adquire uma dimensão geopolítica (Methol Ferré, 2012, 257). Em outras palavras, os Estados Unidos da América do Sul seriam o objetivo político, no quadro de uma “quinta fronteira” nacional latino-americana.

O Brasil, por sua vez, logrou institucionalizar uma “consciência geográfica” combinando profundos conhecimentos de história e estratégia nacional com novas formas de análise geopolítica. O continentalismo brasileiro também tem raízes no período colonial e apresenta uma continuidade no desenvolvimento do conceito e da ação, por exemplo, sob a direção do Ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior (o Barão do Rio Branco, 1845-1912), na transição do Império para a República no final do século XIX. Neste momento, são delineadas duas perspectivas continentais: a Pan-americana (apoiando a iniciativa dos Estados Unidos) e a Sul-americana, na qual encontramos a reivindicação autônoma dos agentes políticos nacionais. Um vínculo mais específico com o conceito de “continente” se dá com a introdução da dimensão geopolítica na década de 1930. Um de seus precursores foi o geólogo brasileiro Everardo Backheuser (1948), que abriu as portas para a obra posterior de Mario Travassos (1947), a qual apresenta uma ênfase mais direta no “continentalismo” e na geopolítica. Seu trabalho logo se vinculou diretamente às projeções estratégicas nacionais, desde o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) até os regimes militares subsequentes (Costa, 2013 [1991]).

A ideia continentalista também se mantém durante a segunda metade do século XX. No México, o reitor da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) afirmava que “se o povo mexicano deseja ser dono do seu próprio destino, ele deve aspirar à fusão da Hispano-América em um único Estado, em uma única unidade política” (Vivo Escoto, 1943: 9-10). Na Argentina, o continentalismo ultrapassou Perón, e mesmo o peronismo, permanecendo para além destes. Por exemplo, no interior de setores militares, como ilustra o pensamento geopolítico e estratégico do general Juan E. Guglielmelli que, seguindo as propostas de Perón, desenvolveria a ideia de uma “estruturação continental” recomendando uma relação mais estreita com o Brasil, bem como uma união com o Chile (Guglielmelli, 1979, p.70). No Chile, surgem diversas iniciativas em prol da integração regional, assumindo sua mais clara expressão continental no pensamento e nas iniciativas do economista Felipe Herrera. Como explica Methol Ferré (2013, p.42), “a tese central de Herrera é que não há transição do Estado-nação para o internacionalismo [o que talvez entenderíamos hoje como uma dimensão supranacional global], mas que essa transição apresenta, atualmente, outro estágio intermediário, com outro protagonista, os Estados Continentais, que são Nações ou Povos-continente”. É importante destacar que essas ideias não emanavam de personalidades isoladas, mas representam movimentos que defendiam propostas integracionistas como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a Comunidade Andina ou outras formas de integração.

Além de intelectuais, políticos ou Estados, o século XX na América Latina contou com outro grande apoiador do continentalismo, o qual deve ser mencionado. Trata-se da Igreja Católica. Um precedente é a criação, em Roma (1858), do Colégio Pío Latinoamericano (CPL). Um segundo precedente é, também em Roma, a reunião do Primeiro Conselho Plenário da América Latina (Methol Ferré; Metalli, 2006, p. 49). Ambos constituíram avanços na formulação de uma identidade e de uma visão continental latino-americana, tanto no que diz respeito à organização territorial da própria Igreja, como também em relação ao objetivo político e social da integração regional. Trata-se de algo que foi sendo formulado e delineado por meio das Conferências Episcopais nacionais que, a partir de 1955, assumiram a forma de uma entidade regional, a Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM). Uma

de suas tarefas era reunir os bispos da região, gerando uma identidade regional a fim de consolidar as plataformas continentais como uma etapa geopolítica para a consolidação de uma Igreja (e um estado) universal (Methol Ferré, 1987).

No final do século XX, o continentalismo na América Latina encontra novas expressões. Como no início do século, o incentivo para tal veio do continentalismo hemisférico promovido pelos Estados Unidos, expresso, nesse momento, na proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Na América Latina, uma resposta importante e inovadora a essa iniciativa foi a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991. Embora o MERCOSUL só tivesse como membros países do Cone Sul, havia uma visão estratégica para o aprofundamento da integração sul-americana. O Brasil desempenhou um papel decisivo nessa visão estratégica, que se expressará posteriormente na iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) na Cúpula Presidencial Sul-americana de 2000. Tal iniciativa marcou a agenda para a criação da União das Nações do Sul (UNASUL) em 2008. Prevaleceu, neste caso, uma agenda de “desenvolvimento” regional que, em termos estratégicos, estava alinhada com aquilo que o argentino José Felipe Marini denominou de “geopolítica da integração” (Marini, 1987).

Com vistas a criar um espaço geopolítico sul-americano, observa-se uma intenção de se buscar a integração entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Diferentemente do processo de integração defendido pelos Estados Unidos e sua visão de livre Mercado, o dos sul-americanos visava o Mercado comum. Havia, portanto, um objetivo mais avançado de construção de um espaço comum estatal. Nessa linha, Methol Ferré (2013, p.124) concebia a América do Sul como uma “ilha continental” americana, o espaço decisivo para a construção de um estado latino-americano comum. No entanto, a dimensão latino-americana não existia nas visões geopolíticas dos representantes nacionais dos governos da época. Pode-se dizer que ela foi ignorada e até mesmo combatida pelos principais promotores da integração como, por exemplo, os representantes nacionais brasileiros, para os quais a dimensão sul-americana constituía uma alternativa concorrente. Entretanto, não havia unanimidade e as posições variaram. Vale lembrar que tanto o tratado fundador do MERCOSUL quanto o da UNASUL indicam que seu propósito é fortalecer a unidade da América Latina e do

Caribe (MERCOSUL 1991; UNASUL 2011), o que consta inclusive dos textos das constituições de diversos países, incluindo o Brasil.

CONTINENTALISMO DO SÉCULO XXI

O processo de integração latino-americana continuou sua trajetória até o início do século XXI. O que Methol Ferré (2013, p.132) chamou de “núcleo básico de aglutinação” argentino-brasileiro, foi fortalecido pela inclusão da República Bolivariana da Venezuela, sob a liderança do presidente Hugo Chávez Frías (1999-2013). Com base na plataforma política e institucional liderada por esses países e em uma nova onda de lideranças nacionais, Chávez contribuiu para gerar uma estruturação continental de diferentes dimensões: a sub-regional, como é o caso do MERCOSUL; a continental-sul-americana, no formato sul-americano da UNASUL; e aquela que poderíamos chamar de macrorregional na dimensão latino-americana, que ganha uma nova projeção com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010.

Como nas projeções integracionistas e regionais anteriores, essas iniciativas têm como contrapartida diferentes formatos de reação anti-hegemônica em relação aos Estados Unidos. A proposta da ALCA ainda estava sendo promovida a partir do norte. Embora não tenha prosperado, diferentes formatos de integração em nível bilateral e regional foram propostos, como, por exemplo, a integração norte-americana, na qual o México estaria inserido. Tanto a UNASUL quanto a CELAC surgiram em grande parte como respostas a essas propostas.

Como na América Latina, também existem abordagens diferentes nos Estados Unidos. É o que podemos ver no caso dos diferentes governos: até o presidente George Bush (2001-2009) insistiu-se na proposta da ALCA. Durante a gestão de Barack Obama, (2009-2017) a proposta continental foi substituída por formatos bilaterais, embora tenha havido uma tentativa de fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA), e a antiga Doutrina Monroe foi oficialmente extinta. Na gestão do presidente Donald Trump (2017-2021), a doutrina foi reinstaurada, mas sem retornar a uma proposta continental. Na América Latina, ocorreram, de um lado, as iniciativas continentais sul-

americanas e, por outro, as chamadas propostas continentais, abrangendo a dimensão latino-americana. Nesse sentido, houve inclusive um retorno às propostas anteriores de um estado continental latino-americano. Um de seus formuladores foi o presidente da República Oriental do Uruguai, José Mujica (2010-2015), além do vice-presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Álvaro García Linera (2006-), que propôs a criação de um “Estado Plurinacional Continental”.

Com o fim do chamado ‘*boom* das commodities’, que garantiu preços elevados para a exportação de matérias-primas, extingue-se também um dos motores do modelo de crescimento que sustentava as políticas de distribuição de renda e as forças políticas que defendiam ambiciosos planos de integração regional. A mudança foi rápida e abrupta, desencadeando uma profunda crise política em meio a qual se fragilizaram os projetos integracionistas, bem como diferentes visões de cunho estratégico. Essa não foi a primeira vez na história que iniciativas integracionistas, continentalistas ou não, foram interrompidas ou mesmo revertidas.

A despeito das hesitações latino-americanas, o mundo não para. Segundo a leitura de Methol Ferré, na primeira fase da globalização formam-se os Estados-nação e prevalece o Estado-nação industrial. Na segunda fase, o Estado-nação disputa a supremacia com o Estado-Continental industrial. Na nova fase, aquela do século XXI, a disputa pela supremacia no sistema ocorreria entre estados continentais industriais (Methol Ferré, 2013, p.118). Talvez, dever-se-ia acrescentar, entre os estados continentais industriais e aqueles estados continentais que possuem vantagens no setor informacional, além do industrial. Alguns estados, por seu tamanho, coesão e história, já possuem a vantagem de ter uma dimensão que lhes confere preferência no que diz respeito a uma reivindicação continental. Outros precisam alcançar dimensão por meio da integração regional que, segundo Methol Ferré, tem como horizonte limite ideal o de um Estado Continental (Methol Ferré, 2013, p.41).

CONCLUSÃO

O continentalismo na América Latina possui uma longa trajetória e talvez seja um dos primeiros continentalismos do mundo,

ao menos quando se trata de associar ideias espaciais e nacionais. É muito acertada a formulação de Pakkasvirta (1997, p.17), segundo a qual o “continentalismo” da América Latina constitui uma forma de nacionalismo; trata-se da “quinta fronteira” ou da “nação imaginada” de uma projeção nacional e geopolítica. Ou, talvez se possa dizer, de uma utopia de desenvolvimento capaz de eliminar a posição subordinada dos povos latino-americanos no sistema internacional.

Existem, é claro, contradições e diferentes vertentes de pensamento. Começando pela própria origem do “continentalismo” que, como vimos, não é latino-americano, mas americano. Especialmente em relação a uma “quinta fronteira” nacional, superior à multiplicidade de localismos do vasto continente americano. Diante disso, propõe-se uma dimensão hispano-americana que carece de uma verdadeira base geográfica continental, uma vez que não abarcava o norte ou o sul-americano, dada a exclusão dos Estados Unidos, do Canadá e do Brasil. Durante o século XX, a dimensão latino-americana se consolida, com a inclusão do Brasil. A presença do continentalismo se torna explícita na dimensão sul-americana, dividindo-se em duas correntes. Aqueles que, de um lado, a veem como unidade geopolítica da projeção hegemônica do Brasil e, de outro, os que a concebem como uma unidade geopolítica para constituir um espaço estatal que sirva de base para uma “quinta fronteira” da América Latina. Isto é, a base nacional da dimensão geopolítica sul-americana.

Na base dessa ideia encontra-se a visão de personalidades como Perón, Haya de la Torre ou Felipe Herrera, segundo a qual na era dos estados continentais, a nação latino-americana fragmentada deveria ser unida para se tornar soberana (Herrera, 1964, p. 36). Essa corrente de pensamento esposava a certeza de que não haveria maneira possível para a superação do subdesenvolvimento, por vias separadas, nem mesmo de uma América do Sul integrada. A partir da proposta dos “povos continentes”, buscava-se projetar as unidades estatais para além do seu alcance geográfico, imbuindo um possível estado de um sonho que envolvesse milhões de pessoas.

Reside aqui um problema de caráter geopolítico, bem como na construção de sua “quinta fronteira”. Um estado estritamente continental jamais poderá ser latino-americano, uma vez que a América Latina é

uma sub-região daquilo que é, de fato, um continente, a América. Por outro lado, uma unidade geopolítica sul-americana carece, por ora, de uma “quinta fronteira” nacional. Caso o distanciamento em relação aos Estados Unidos esteja em sua base, a dimensão “latino-americana” parece ser a única capaz de funcionar. A outra alternativa seria retornar à “quinta fronteira” original e projetar o subcontinente em uma dimensão americana (hemisfério ocidental). O que, embora pareça difícil neste momento, não seria impossível se considerarmos as projeções relativas às correntes demográficas e culturais, bem como a crescente impossibilidade dos Estados Unidos de se projetar como líder do sistema mundial.

Qualquer que seja o formato da quinta fronteira (América, América Latina ou América do Sul), a construção de um estado (nacional ou continental) requer uma dimensão nacional com enraizamento popular. Isso também inclui qualquer projeto regional de integração que pretenda ser mais ambicioso do que um mero acordo de livre comércio. A imaginação de quintas fronteiras, a identidade e a cultura são elementos não menos importantes do que os fatores econômicos ou institucionais. Para aqueles que entendem a integração como um tema estratégico frente aos desafios estruturais do século XXI, trata-se de uma discussão central para responder à questão ainda válida de Methol Ferré: “pode a América Latina, no conjunto ou em parte, construir um estado continental moderno?” (Methol Ferré, 2013, p. 89).

REFERÊNCIAS

- Backheuser, Everardo. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil, Gráfica Laemmert Limitada, Rio de Janeiro, 1948.
- Badía Malagrida, Carlos. El Factor Geográfico en la Política Sudamericana, Instituto Editorial Reus, Madrid, 1946.
- Betancourt Mendieta, Alexander. “La Perspectiva Continental: Entre la Unidad Nacional y la Unidad de América Latina”, *Historia Crítica*, Bogotá, no. 49, 2013, pp. 135-157.
- Blanco Fonbona, Rufino. El Pensamiento Vivo de Bolívar, Editorial Losada S.A., Buenos Aires, 1942.
- Bohórquez Morán, C. L. Francisco de Miranda. Precursor de las Independencias de la América Latina, Fundación Editorial el perro y la rana, Caracas, 2006.
- Burnette, Edmund Cody. The Continental Congress, The Macmillan Company New

York, 1941.

Costa, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, Editora Universidad de São Paulo, São Paulo, 2013 [1991].

de la Reza, Germán A. *El Congreso de Panamá de 1826 y Otros Ensayos de Integración Latinoamericana en el Siglo XIX*, Universidad Autónoma Metropolitana, México D.F., 2006.

Elliot, John H. *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America 1492-1830*, Yale University Press, New Haven, London, 2006.

García Calderón, Federico. *La Creación de un Continente (Obras Escogidas II)*, Fondo Editorial del Congreso del Perú, Lima, 2001.

Gugliamelli, Juan. E. *Geopolítica del Cono Sur*, El Cid Editor, Buenos Aires, 1979.

Gullo, Marcelo. *Haya de la Torre: la lucha por la Patria Grande*, Ediciones de la UNLa, Buenos Aires, 2013.

Haya de la Torre, Víctor Raúl. *El antiimperialismo y el APRA*, Fondo Editorial del Congreso del Perú, Lima, 2010.

Herrera, Felipe. *América Latina Integrada*, Losada Sociedad Anónima, Buenos Aires, 1964.

Ianni, Octavio. "A Questão Nacional na América Latina," *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 2, no. 1, 1988, pp. 17–18.

Johannesson, Fredrik. *Det panamerikanska problemet 1826–1920. En studie i modern politik*, Norrköpings Tidningars Aktiebolags Tryckeri, Norrköping, 1922.

Lewis, Martin W. and Wigen, Kären. E. *The Myth of Continents. A Critique of Metageography*, University of California Press Berkley, 1997.

List, Friedrich. *The National System of Political Economy*, Longmans, Green & Co., London, 1909 [1856]. Accessible en: <http://oll.libertyfund.org/titles/315>. Accessed: 2018-06-26.

Londoño, Julio. *La Visión Geopolítica de Bolívar*, Imprenta del Estado Mayor General, Bogota, 1950.

Marini, José Felipe. *Geopolítica Latinoamericana de la Integración*, Editorial Humanitas, Buenos Aires, 1987.

MERCOSUR. *Tratado de Asunción*, 1991. Accessible en: <https://www.rau.edu.uy/MERCOSUR/tratasp.htm> (Adquirido 2019-04-01).

Methol Ferré, Alberto. *Los Estados Continentales y el MERCOSUR*, Casa editorial hum, Montevideo, 2013 [2009].

_____. "Epílogo: América del Sur: de los Estados-Ciudad al Estado Continental", Jose Briceño Ruiz, Andrés Rivarola Puntigliano & Angel Casas Gragea (eds.) *Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía*, Fondo de Cultura Económica de España, Madrid, 2012, pp. 251-263.

_____. *La Iglesia en la Historia de Latinoamérica. Desde la Postguerra a Nuestros*

Días, Editorial Nexo SRL Buenos Aires, 1987.

Methol Ferré, Alberto; Metalli, Alver. *La América Latina del Siglo XXI*, Ensayo Edhasa, Buenos Aires, 2006.

Mörner, Magnus. *Människan, Landskap, Varor & Vägar*, Atlantis AB Stockholm, 2001.

O’Gorman, Edmundo. *La Invencción de América: investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir* (3a edición), Fondo de Cultura Económica, México DF., 2003 [1958].

Pakkasvirta, Jussi. *¿Un Continente, Una Nación? Intelectuales Latinoamericanos, comunidad Política y las Revistas Culturales en Costa Rica y en el Perú (1919-1930)*, Gummerus Kirjapaino Oy Saarijärvi, Helsinki, 1997.

Pandiá Calógeras, João. *A Política Exterior do Imperio*, vol. 1, Senado Federal, Brasília, 1998.

Perón, Juan Domingo. *Los Estados Unidos de América del Sur*, Ediciones Corregidor, Buenos Aires, 2008.

Ratzel, Friedrich. “Las leyes del crecimiento espacial de los Estados. Una Contribución a la Geografía Política Científica”, *Geopolítica(s)*, 2011, vol. 2, nr. 1, pp. 135-156.

Rivarola Puntigliano, Andrés; Briceño-Ruiz, José. *Brazil and Latin America. Between the Separation and Integration Paths*, Lexington Books Lanham, Maryland, 2017.

Briceño-Ruiz, José; Rivarola Puntigliano, Andrés & Casas Gragea, Ángel M., (eds). *Integración Lationoamericana y Caribeña. Política y Economía* (Madrid: FCE, 2012).

Toqueville, Alexandre de. *Democracy in America* (Vol. 2), Liberty Fund, Inc., Indianapolis, 2009).

Travassos, Mario. *Projeção Continental do Brasil* (4ta edición), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1947.

Ugarte, Manuel, *La Nación Latinoamericana*, Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1978.

UNASUR. *Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas*, 2011. Accessible en: <http://www.unasursg.org/es/documentos-normativos-unasur> (adquirido: 2019-04-01).

Vivó Escoto, Jorge A., *Geopolítica. Sobre la necesidad de dar una nueva organización a la geografía política del Caribe*, Jornadas-3, Centro de Estudios Sociales, El Colegio de México, Mexico DF, 1943.

INTEGRAÇÃO E PROJEÇÃO BIOCEÂNICA DA AMÉRICA DO SUL E A MULTIDIMENSIONALIDADE DO EIXO AMAZONAS (MANTA-MANAUS-BELÉM)^[4]

Milton Reyes Herrera^[5]

Este trabalho apresenta algumas reflexões com o objetivo de explorar a potencialidade da projeção bioceânica da América do Sul e sua relação com a integração, levando em consideração alguns elementos centrais:

- que a América do Sul pode ser vista como uma unidade de análise, elemento sobre o qual Centeno (2002) também reflete; e, apesar das particularidades de seus países e áreas geográficas, a região também contém elementos de continuidade em sua cultura e em sua história política e econômica.
- que este texto se centrará principalmente no espaço que se projeta como sendo a América do Sul em sua continuidade com as ex-colônias das antigas potências ibéricas.
- que há uma tradição de cunho integracionista na geopolítica sul-americana, presente em pensadores como o Barão do Rio Branco, e em alguns proponentes posteriores da geopolítica brasileira como Meira Mattos, Terezinha de Castro e Bertha Becker (Mello 1997; Costa Freitas; 1994), em pensadores como o uruguaio Methol Ferré, bem como em autores que continuam no exercício de resgate

⁴ Tradução: Lício Caetano do Rego Monteiro e Rebeca Steiman.

⁵ Professor da Escuela de Seguridad y Defensa do Instituto de Altos Estudios Nacionales, IEAN / Pontificia Universidad Católica del Ecuador, PUCE. E-mail: milton.reyes@iaen.edu.ec

e projeção desta tradição como Andrés Rivarola (2009, 2011) e Raphael Padula (2013), por exemplo.

- que a proposta toma como núcleo central a conexão bioceânica através do eixo Manta-Manaus-Belém, como um espaço - artéria central que também tem se articulado com: 1) outras regiões do interior sul-americano, 2) com diferentes infraestruturas de eixos já planejados, mas também 3) com hidrovias, que promovem a integração e a ocupação inteligente do interior sul-americano; bem como com 4) a materialização de uma interconexão entre o Caribe (através do Escudo das Guianas), a Amazônia expandida e, em seu sudeste, a Bacia do Prata.

Complementar ao assinalado, também se pode destacar que a importância da América do Sul pode ser facilmente observada em termos de recursos, posição ou pelo seu potencial em política internacional (que inclui potencial em termos de capacidades materiais).

Esse **último aspecto se refere à possibilidade da concretização de um espaço ampliado** por meio de diferentes tessituras, tais como: a) a proposta de uma Confederação Hispanoamericana, no caso de Bolívar, ou b) um espaço como o ABC – Argentina, Brasil y Chile – (em Perón e Getúlio Vargas), que resulte em um contraponto ao poder hemisférico referente à zona temperada do norte das Américas, e c) mais ainda, numa zona ampliada que - por exemplo - tomando como base o Mercosul, tenha a capacidade de vertebrar uma atração à Ilha Sul-americana, e posteriormente à continuidade latinoamericana-caribenha, seguindo a linha proposta por Ferré (1997) de “Mercosur es Suramérica, y Sudamérica ya es Latinoamérica”.

ANTECEDENTES: DE ESFORÇOS INTEGRACIONISTAS E INTERESSES EXTRA REGIONAIS

No primeiro caso mencionado, vale a pena lembrar que, uma vez iniciadas as guerras da independência (ou talvez melhor: a guerra civil independentista hispano-americana⁶), existiram alguns elementos ao nível do complexo cenário de interesses, mas estes afetaram a desconfiança entre os Estados do sul da América e o crescente poder hemisférico do norte. Desconfiança dada pela expansão dos Estados Unidos que se sucedeu desde a libertação das 13 colônias e sua conformação política em um primeiro momento como uma “união militar” (Miller Trebat, 2012)

Por outro lado, o esforço e a pulsão independentista e integracionista centrada na América do Sul também apresentavam desconfiança frente ao Império brasileiro, visto como potência extracontinental, porque:

Su régimen, monárquico ... favoreciera el recelo inicial con el que las cancillerías sudamericanas veían a Brasil, atribuyéndole intenciones imperialistas e igualdad de miras con la Santa Alianza. Entre los hechos que alimentan esa reserva figura la breve ocupación de la provincia boliviana de Mojos y Chiquitos, considerada “el principio de una invasión de la Santa Alianza europea” y, sobre todo, la guerra con las Provincias Unidas por el control de la Banda Oriental (De la Reza, 2003, p. 7)

De qualquer maneira, retornando ao caso dos EUA, em 1823, produz-se o reconhecimento dos países hispano-americanos pelo crescente poder do norte, através de dois passos: o primeiro, quando o presidente Monroe recebeu Manuel Torres em 19 de junho de 1823, encarregado dos negócios da Gran Colômbia, até então o único agente dos governos hispano-americanos no norte do país, assegurando-lhe o

6 Entretanto, nas duas facções em disputa, independentistas ou realistas, a composição de forças era a mesma; criollos, espanhóis, “aventureiros”, setores subalternos, etc. (Enrique Ayala Mora, notas de clase magistral, noviembre de 2001, Universidad Andina Simón Bolívar del Ecuador).

interesse dos EUA no bem-estar e no triunfo de seu país (Universidade Central da Venezuela: S / D).

O segundo momento, e reconhecimento definitivo, se daria através da mensagem de Monroe (doutrina) ao Congresso em 2 de dezembro de 1823. Esse reconhecimento e a doutrina foram dados como: a) resposta que desmonta a proposta de hegemonia compartilhada com a liderança inglesa e b) como estabelecimento de um projeto próprio sobre as Américas:

Juzgamos propicia esta ocasión para afirmar, como un principio que afecta los derechos e intereses de los Estados Unidos, que los continentes americanos, en virtud de la condición libre e independiente que adquirieron y conservan, no pueden más ser considerados, en el futuro, como susceptibles de colonización por ninguna potencia europea [...]
(Mensaje del Presidente James Monroe al Congreso de los EUA, 1823) (oas.org, S/D)

Assim, a mencionada declaração, enfocada retoricamente contra a Santa Aliança, continha ao menos dois elementos que podiam gerar desconfiança: I) não outorgava nenhuma garantia que pudesse constituir obrigação para a República norte-americana de respeitar os territórios dos antigos domínios espanhóis da América (Universidad Central de Venezuela: S/D); II) e, neste complexo cenário, as nações hispano-americanas já haviam assistido à espetacular expansão norte-americana até a Florida e a Luisiana.

A desconfiança também se dava no âmbito das percepções e no discurso dos atores hegemônicos dos EUA: se, para Bolívar, estes eram pouco confiáveis; para os norte-americanos, as pretensões panamericanistas de Bolívar “eram delirantes”. Assim, em 27 de maio de 1823, o Departamento de Estado instruía seu ministro Richard C. Anderson, embaixador em Bogotá, nos seguintes termos: “...durante algum tempo fermentaram na imaginação de muitos estadistas teóricos os propósitos flutuantes e indigestos dessa Grande Confederação Americana» (Pividal, 1977, p.169. apud Gomez, S/D).

Nesse contexto, sem embargo, são muito curiosos os inumeráveis erros e operações políticas das elites dentro desse novo estado que

tentavam gerar um núcleo de articulação, assim como, por outro lado, as inúmeras manobras das grandes potências anglo-saxônicas para minar a possibilidade do surgimento de uma confederação ou unidade política territorial com potencialidade na região sul-americana e que se projetasse até o restante das antigas colônias hispânicas e lusitanas.

Assim, por exemplo, resulta inexplicável que em 1824, a Gran Colômbia, sob a direção de Santander, conceda aos EUA no “Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação” de 1824 (ratificado em 1825), o tratamento de nação mais favorecida de forma ilimitada; acordo com o qual perdeu todas as vantagens conseguidas com o México, com quem desde 1823 já possuía um tratado onde se concediam favores recíprocos em consideração à aliança que por então os unia e à sua origem comum como países hispano-americanos (Universidad Central de Venezuela: S/D).

Ao conceder aos EUA esse tratamento, a Colômbia perdeu todas as vantagens conseguidas com o México. Não as resguardar em uma cláusula regional impediu que o tratado mexicano fosse posteriormente ratificado, sob pena de estender aos Estados Unidos os favores concedidos ao México (Ibid.). Como resultado, a cooperação comercial com seus aliados foi prejudicada e a proteção até mesmo da produção local e regional foi enfraquecida.

Apesar do anterior, o processo de confederação segue um rumo paralelo:

Se inicia formalmente con la negociación y la firma de tratados de “Unión, Liga y Confederación perpetua” por Colombia (Gran Colombia) con cuatro países: Perú el 6 de junio de 1822; Chile el 23 de octubre de 1823; México el 3 de diciembre de 1823 y, después de su separación de México, con la República de Centroamérica el 15 de marzo de 1825. Estos tratados bilaterales, que comparten el texto y los alcances, representan la piedra angular del Congreso Anfictiónico de 1826 (De la Reza, 2003, p. 3).

Em uma carta de dezembro de 1824, com o objetivo de materializar uma Confederação das Repúblicas Hispano-Americanas,

Bolívar convoca o Congresso do Panamá, declarando que este “não deve se basear apenas no princípio de uma aliança defensiva e ofensiva ordinária”, mas na criação de “uma sociedade de nações irmãs”. Para fundamentar as funções desta instância, Bolívar recomenda a adoção de mecanismos de arbitragem (interpretação de acordos futuros e solução de controvérsias internas), bem como arranjos tarifários para favorecer o comércio da Confederação (Ibid., P. 4).

Os países inicialmente convocados foram “(a Grã) Colômbia, México, Peru, Chile e Buenos Aires (Províncias Unidas)” (Ibid., p.3), convite que se estende tardiamente à Bolívia, Grã-Bretanha, Holanda e Estados Unidos, especialmente estes últimos, por iniciativa de Santander (Colômbia), apesar da relutância de Bolívar (Ibid.).

O congresso realizado em 22 de junho de 1826 contou com a presença do Peru (país organizador), México, Confederação Centro-americana e Grã Colômbia; ali, entre vários pontos, já se levantava o interesse comum de tornar independentes e incluir as ilhas do Caribe: Cuba e Porto Rico. Do lado dos ausentes estão as Províncias Unidas e o Chile, enquanto a Bolívia chega atrasada.

O congresso, tal como foi concebido por Bolívar, pode ser lido a partir das teorias de segurança como uma posição defensiva contra os riscos que a Antiga Metrópole Espanhola ainda representava, mas também contra a expansão econômica e territorial dos Estados Unidos; considerando ademais a possibilidade de criar uma confederação a fim de alcançar a unidade política e econômica. Tudo isso reunido em um quadro que não negava os princípios econômicos liberais na América hispânica e, tendo - como uma das possibilidades - uma aliança fundamental com a Inglaterra, Bolívar previu que poderia ser construído um cenário que empoderaria a região como um ator central dentro daquela ordem mundial particular.

Como balanço dos próprios erros e acertos, e das operações das potências regionais, o Congresso, (em sua primeira e segunda reuniões no Panamá e em Tacubaya, no México), não conseguiu concretizar a articulação política e econômica dos países convocados da América Hispânica (já que o Brasil havia se declarado neutro diante das guerras de independência), devido:

- às múltiplas divergências ligadas aos interesses políticos das lideranças locais;
- aos conflitos intra e interestatais dos estados nascentes nos níveis econômico, político e militar;
- a uma “racionalidade, carente de prospecção e apegada a uma lógica de rivalidades provinciais, claramente subjacente aos desacordos mais importantes do projeto e (que colaboraram) no aprofundamento das dificuldades que o Congresso pretendia resolver” (Ibid.: 17);
- aos temores, suscitados em outras sub-regiões (como a de Buenos Aires), de uma possível hegemonia regional absoluta de Bolívar;
- e, finalmente, entre outras, às pressões para converter o Congresso em um espaço fundamentalmente orientado para a negociação de tratados de abertura comercial da metrópole convidada de última hora: os Estados Unidos.

Tudo isso trouxe como resultado que as assimetrias desde então existentes entre a potência do norte e os países do sul não só se mantivessem, mas também que seguissem se aprofundando.

Nesse ponto, é interessante ressaltar que, por volta de noventa anos depois desse esforço, em maio de 1915, a região assistiu à assinatura, em Buenos Aires, do denominado Pacto ABC por parte “dos governos das Repúblicas Argentina, Estados Unidos do Brasil e Chile^[7]” (*Texto del Pacto ABC o Pacto de No Agresión, Consulta y Arbitraje* de 1915, p.1). O texto é retomado nos anos cinquenta, por Perón (Argentina), Getúlio Vargas (Brasil) e Carlos Ibáñez del Campo (Chile), que colocaram a

7 Tendo como pano de fundo “os atuais tratados de arbitragem entre Chile e Brasil, de 18 de maio de 1899, entre a República Argentina e o Chile, de 28 de maio de 1902, e entre a República Argentina e o Brasil, de 7 de setembro de 1905” (Ibidem), manifestase: “o desejo de afirmar nesta ocasião a cordial inteligência que a comunidade de ideais e interesses criou entre os seus respectivos países e de consolidar as relações de estreita amizade que os unem, evitando a possibilidade de violentos conflitos no futuro, coerente com os desígnios de harmonia e paz que inspiram sua política internacional e com a firme intenção de cooperar para que a cada dia a irmandade das repúblicas americanas se torne mais sólida” (Ibidem).

necessidade de relançar o Pacto histórico ABC “para conjecturar uma realidade sul-americana com caráter, frente a uma nova ordem mundial que se estruturava logo depois da II Guerra Mundial” (Pavez, 2015, p.2). Levavam em consideração a busca de uma projeção geopolítica da sub-região sul-americana e a necessidade de a região não reproduzir uma lógica baseada exclusivamente na exportação de matérias-primas e recursos naturais e estratégicos.

Porém, no interlúdio, e principalmente em pleno conflito mundial, e dada a leitura da América do Sul como um espaço de disputa estratégica para a competição global, é visível - no campo da perspectiva geopolítica - a continuidade do interesse norte-americano pelo espaço e pelos recursos ao sul da fronteira, especialmente na América do Sul; o que é evidente nas abordagens de Spykman.

Spykman defende, então, o fim do *isolacionismo* dos EUA, “e fundamentava-se numa concepção de geopolítica abrangente das relações de poder que se desenvolviam em escala mundial, (pelo que) os EUA não poderiam manter-se isolados sem graves consequências para sua segurança territorial e seus interesses territoriais” (Mello, 1999, p. 98).

Assim, constrói-se uma perspectiva favorável ao intervencionismo em que os EUA vão se assumir como uma potência com projeção mundial. Tema relevante para a nossa região sul-americana, pois Spykman a considera uma das cinco grandes ilhas do continente, mas que em última instância deve ser regida a partir das necessidades geopolíticas norte-americanas, através do “grande espaço intercontinental (pan-região) que se estende do Alasca até a Patagônia e do Atlântico ao Pacífico” (Ibid). Daí seu estudo “Os Estados Unidos frente ao Mundo” de 1942, onde se realiza (especialmente na Parte Dois: A Luta pela América do Sul) uma análise detalhada de fatores étnico-raciais, geográficos, políticos, culturais, econômicos, institucionais e militares que fortalecem a projeção de poder norte-americana sobre a América do Sul (ver Spykman, 1944).

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, quando se consolidou o poder global norte-americano, apesar de Spykman não ter conseguido ver esse cenário, é preciso lembrar que aqui podemos encontrar visões e interesses que informaram a agenda estratégica norte-americana na América do

Sul e que representam elementos a serem reconhecidos como contidos a partir de nossos interesses regionais.

Assim, por exemplo, resumidamente, além das projeções apontadas por Spykman para a América do Sul, devemos dar atenção às perspectivas que, como potenciais ameaças, representam as colocações de Brzezinski^[8] coletadas por Mello (1999) sobre recursos estratégicos, recursos que existem abundantemente em nossa região, tanto em seus componentes energéticos, como em matérias-primas a serem processadas, e mesmo em recursos naturais ainda não analisados no vasto e ainda virgem território da Amazônia.

Nesse mesmo sentido, é relevante assinalar colocações destacadas em Buzan (1991), as quais tentam minimizar as ações na área de segurança e defesa nos “estados do Sul”, incluídos os sul-americanos; dentro de uma agenda que contempla cinco setores de segurança: política, militar, econômica, social e ambiental, de uma perspectiva de auto delegação de controle de *segurança militar e policial global* aos EUA, e inclusive através da mediação de atores internacionais não estatais, onde os países *periféricos* perderiam capacidade de controle efetivo e soberania, especialmente em áreas onde se encontram abundantes recursos estratégicos.

Uma vez realizadas as aproximações à articulação de imagens e interesses da hegemonia continental sobre a região, também é preciso revisar brevemente alguns espaços estratégicos da América do Sul em termos de potencialidades.

AMÉRICA DO SUL: CARACTERIZAÇÃO DE POTENCIALIDADES

Em primeiro lugar, cabe brevemente recordar alguns elementos a se considerar sobre o espaço e a localização estratégica da região, o que justifica a integração bioceânica via eixo Amazonas e sua bacia, mas que também pode potencializar a integração das outras duas grandes bacias da região, sendo que a do Orinoco permitiria ademais uma projeção sobre o Caribe, a América Central e o México.

8 Ver Mello, 1999, capítulo 5, “Brzezinski e o confronto americano-soviético”.

A América do Sul está situada nos hemisférios sul e ocidental, e seus limites naturais são: ao norte, o mar do Caribe; a leste, nordeste e sudeste, o oceano Atlântico; e a oeste, o oceano Pacífico. Sua extensão é de 17.819.100 km², cobrindo 12% da superfície da Terra e sendo habitada por 6% da população mundial, tem uma extensão de 7.500 km desde o mar do Caribe até o cabo Horn...A América do Sul tem três grandes bacias hidrográficas: do rio Orinoco, do rio Amazonas e do Rio da Prata, e seus rios interiores têm enorme potencial para navegação e aproveitamento de energia hidráulica. Os três sistemas drenam em conjunto uma área de 9.583.000 km². Assim mesmo, o espaço geográfico sul-americano está segmentado por grandes barreiras naturais que obstaculizam sua integração física, como é o caso da Amazônia e da Cordilheira dos Andes, que tem 8 mil km de extensão e atinge 6.700 metros de altitude, (Fiori, et al, 2013, p. 28)

Assim, pode-se complementar que a geografia sul-americana apresenta ou oferece poucos passos naturais (Ibidem.) entre os espaços Atlântico-Pacífico, o que tem levado a colocar-se que existe uma dissociação ou ao menos um antagonismo entre ambos. Da realidade mencionada resultou o tipo de articulação histórica dos países da região ao comércio internacional, com uma ocupação territorial que se centrava em fazer com que os produtos (inicialmente primários) desembocassem nos portos para dirigir-se aos destinos metropolitanos; daí, uma ocupação com muito menor penetração administrativa no território até o interior da ilha continente sul-americana.

Dessa forma, à falta de penetração inicial para gerar ocupação administrativa e territorial do Estado também se soma o interesse extrarregional em aliança com atores locais para que as unidades políticas nacionais ou regionais não comandem política, produtiva e economicamente a Amazônia; e isto em razão da importância estratégica desta geografia a nível de recursos, mas também de posição.

Assim, também cabe salientar a importância estratégica do caso das Ilhas Galápagos, similar à da Amazônia, já que ambos são espaços que, por sua posição geopolítica e/ou riqueza em recursos estratégicos, têm estado ameaçadas como contínuo da soberania de seus respectivos estados

Ya que desde una retórica supuestamente ambientalista, se proponía desde 1989, y especialmente durante la arremetida mediática y política de los años 90s y principios del siglo XXI, que *la administración de estos dos espacios “emblemáticos” pasará al supuesto buen cuidado de organizaciones altruistas de corte ambientalistas promovidas por los países “líderes civilizados” (que comandan) las instituciones internacionales* (Reyes, 2016, p. 1451)

Portanto, a mencionada problemática e as ameaças tornam pertinente o debate sobre a necessidade do resguardo e da articulação dos recursos e áreas estratégicas da América do Sul, de uma perspectiva também estratégica, que, partindo dos interesses dos estados e economias nacionais sul-americanas, possam conter a) a regulação e o controle legítimo e eficiente dos potenciais de capacidades materiais como os recursos estratégicos; b) uma projeção para a integração regional latino-americana e caribenha; e c) a consciente necessidade de gerar espaços para projetar o fortalecimento das capacidades de sua própria segurança e defesa.

E assim se faz necessário revisar alguns elementos a respeito das potencialidades dos recursos naturais e estratégicos, sobre os quais podemos encontrar o seguinte relatório.

Como se observa, se pode comprovar uma variedade considerável de recursos e reservas que, além do petróleo (que não está mapeado), também significam potencialidades de alto calibre estratégico em vários setores articulados à geração de riqueza via produção; mas também a temas relacionados à competição global no novo cenário de desenvolvimento da inovação acelerada das tecnologias de comunicação e informação.

Sobre este cenário de competição podemos assinalar que: a) em sua face visível se relaciona à competição econômica (produtiva e comercial e com impacto no campo do mercado de capitais), mas, que também b) está vinculado à competição no campo do desenvolvimento mais avançado e tecnológico da indústria de defesa - incluindo por exemplo os desenvolvimentos que serão alcançados pelo 5G ou pela inteligência artificial.

Assim, cabe finalmente destacar sobre este tema que a necessidade de assegurar os recursos e a soberania são objetivos altamente relevantes para a integração sul-americana. São objetivos convergentes, ainda mais com a necessidade de que a região se projete politicamente (o que inclui a dimensão de desenvolvimento e inovação no nível de capacidades materiais) como uma unidade política de cunho novo. Unidade esta que possa responder de maneira mais sólida aos desafios do sistema interestatal, que parece estar reconfigurando-se com a consolidação de uma ordem de grandes Estados continentais.

Nesse sentido, continuando com as concepções de Rivarola (2016), “no século XXI, os Estados que buscam aumentar a autonomia aplicam estratégias de integração regional e políticas orientadas ao desenvolvimento, seguindo uma via para construir novos *grossraums* centrados em Estados que são continentais em seu alcance”.

Todos esses elementos contribuem para a necessidade de integração por conectividade (modalidades distintas) e, além de “integrar para não entregar” (a Amazônia), como bem afirmou Terezinha de Castro, também permitem a articulação e superação do antagonismo Atlântico – Pacífico. Este, por sua vez, além de gerar uma projeção bioceânica que responde aos desafios do continuum espacial Pacífico-África- Eurásia, também o faz para o continuum Atlântico - África - Eurásia.

Nesse contexto, é necessário rever as iniciativas de integração ao nível da infraestrutura, como foram inicialmente planejadas e reconstruídas numa perspectiva que visa aprofundar a integração complexa e, por fim, como pode ser abordada como um dos olhares que permite uma projeção regional, no sentido que essa questão já vem sendo tratada.

EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUL-AMERICANOS: IMPORTÂNCIA PARA PROJEÇÃO

Como primeira entrada, podemos apontar que os antecedentes da IIRSA - COSIPLAN estão atravessados por uma perspectiva próxima à matriz da abertura e de um novo regionalismo aberto que coexistiu no

projeto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em que o elemento central era o intercâmbio comercial e a possibilidade de promover o polo industrial de Manaus no Brasil (alimentado pela produção da região), como um polo de manufatura e comércio bioceânico.

Porém, com a gestão da presidência Lula e uma visível influência da tradição integracionista e desenvolvimentista da escola geopolítica brasileira (especialmente de Meira Mattos), as iniciativas de infraestrutura serão orientadas para uma perspectiva de integração complexa de acordo com a proposta da União dos Nações Sul-Americanas (UNASUL)

Assim, são constituídos: a) o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento, COSIPLAN, - integrado pelos Ministros das áreas de infraestrutura e/ou planejamento, ou seus equivalentes designados pelos Estados Membros da UNASUL; e b) a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, IIRSA: delegada para gerar a coordenação das ações intergovernamentais dos doze países sul-americanos e construir uma agenda comum para promover projetos de integração de infraestrutura de transporte, energia e comunicações (IIRSA, S / D).

A IIRSA propôs 10 eixos, dentre os quais, como já foi referido, nos concentraremos naquele que pode tornar-se o ponto nodal ou o coração de uma interligação regional, incluindo as posições que permitem tomar consciência do potencial da sua plena projeção.

O EIXO AMAZONAS E O EIXO MANTA-MANAUS-BELÉM^[9]

O Eixo Amazônico implica um sistema multimodal, cujo objetivo é a união bioceânica com as seguintes alternativas:

- Na costa do Pacífico: Tumaco na Colômbia, Manta no Equador e Paita no Peru;
- Na Costa Atlântica: portos de Belém e Macapá (Duran, 2011, p. 40).

⁹ Este tema retoma, sistematiza e discute parte dos elementos apresentados no trabalho “La Conexión Interoceánica Manta – Manaos- Belem: Oportunidad para la Integración; Proyección Económica, Política y de Seguridad Sudamericana” (Reyes, 2016).

Em geral, na perspectiva do Projeto IIRSA de Eixos de Integração, este é um dos 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID). Porém, se levarmos em consideração a execução do Eixo Amazônico em sua articulação ao eixo multimodal Manta-Manaus, pode-se perceber como estes também estão geograficamente e diretamente articulados a outros projetos estratégicos de integração regional, como o projeto viário do Eixo do Escudo das Guianas e do Eixo Andino.

Ao mesmo tempo, se reconhecermos que ali também é possível articular o EID Peru - Brasil - Bolívia, como eixo receptor complementar para a Amazônia e Belém, encontramos o que há de estratégico para toda a região sul-americana do projeto Manta-Manaus e do Eixo Amazônico.

Na perspectiva deste trabalho, esta projeção de infraestruturas não está orientada para a competição intrarregional, mas sim para a busca da maximização da conectividade, da comunicação e da integração, e todos os benefícios que, como a complementaridade econômica orientada para o desenvolvimento, reforcem também as questões de segurança nacional e regional. Isso permitiria não só a recuperação das economias e da produtividade nacionais, mas também o fortalecimento de seus mercados para o intercâmbio não só regional, mas com a Ásia e a África, inclusive com a possibilidade de aproveitar o potencial da grande potência emergente que é a China.

Agora, se compararmos o número de projetos e os investimentos estimados do Eixo Amazônico (incluindo os da região Pan-Amazônica Norte), em relação ao total do portfólio da IIRSA por Eixo de Integração, remontando a 2010, podemos deduzir que existe uma menor quantidade de recursos projetados em proporção aos outros EIDs, porque a) a interconectividade bioceânica e intrarregional via Eixo Amazônico é mais eficiente em termos de esforços e recursos econômicos; b) entretanto, as distâncias terrestres entre os portos do Pacífico do Norte Sul-Americano e as hidrovias que levam ao corredor fluvial natural do rio Amazonas são relativamente curtas, em relação à distância total - principalmente terrestre em outros EIDs; e c) porque, além disso, já existem várias alternativas para materializar o Eixo.

Assim, o Eixo Amazônico contém características de um sistema multimodal que envolve a interconexão de três portos do Pacífico:

Tumaco na Colômbia, Manta no Equador e Paita no Peru, com os portos atlânticos brasileiros de Belém e Macapá (Ibidem.), que, por meio de transporte terrestre, pode chegar aos rios Huallaga, Marañón, Ucayali e Amazonas no Peru; Napo e Morona no Equador; e Putumayo como uma hidrovia compartilhada pela Colômbia e Equador.

Tais conexões posteriormente se articulam aos seguintes corredores fluviais:

- Hidrovia Ucayali: Pucallpa- Contamana - Iquitos (Peru) – Leticia (Colômbia) e daí até o Atlântico.
- Hidrovia Marañón: Yurimaguas - Tres Unidos - Iquitos (Perú) – Leticia (Colômbia) e daí até o Atlântico.
- Hidrovia Putumayo: Tumaco - Puerto Asís - Puerto Leguizamos - Puerto Guzmán - Solano - Puerto Arango - Leticia e daí até o Atlântico.
- Hidrovia Morona: Puerto Morona - Sarameriza - Puerto América -Yurimaguas - Iquitos - Leticia e daí até o Atlântico.
- Hidrovia Napo: El Coca - Nuevo Rocafuerte (Ecuador) - Cabo Pantoja - Mazán -Iquitos - Pijauyal (Perú) - Leticia (Colômbia) – Tabatinga (Brasil) e daí até o Atlântico. (Ibid., 40-41).

Porém, dentre essas alternativas, pode-se reconhecer que, devido aos avanços já realizados em diversas obras e por questões estratégicas, a opção melhor encaminhada é o Projeto Manta - Manaus.

Este, como corredor logístico multimodal (ver imagem 1), é parte de um contínuo histórico no Equador antes da institucionalização mesma do IIRSA. Seu objetivo é:

Unir por vía terrestre el puerto de Manta, ubicado en la provincia de Manabí de la costa pacífica ecuatoriana, con el puerto de Francisco de Orellana (El Coca), ubicado en la provincia de Orellana en la Amazonía ecuatoriana, siguiendo por vía fluvial por el río Napo hasta llegar al río Amazonas en Iquitos (Perú), continuando por este río hasta llegar a Tabatinga (Brasil), para desembocar en la Zona

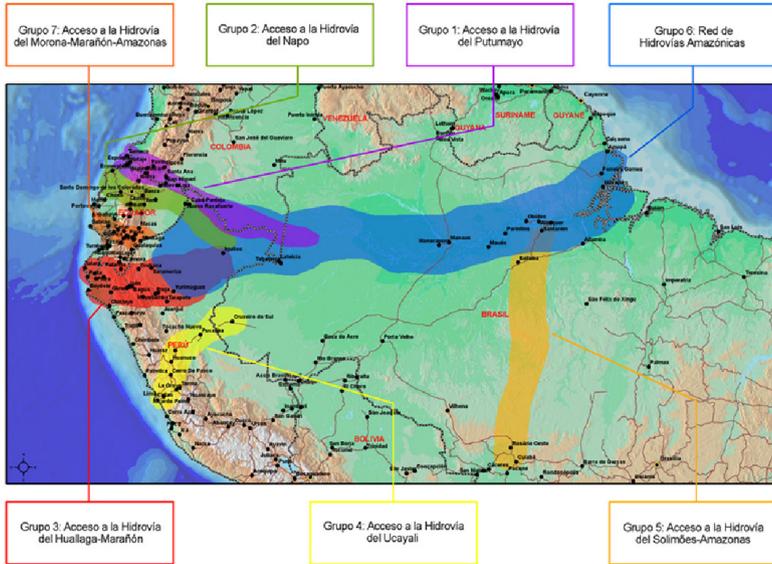
Franca de Manaus y finalmente a Belén en Brasil
(Ibid. p.42)

Ao contrário do projeto original, focado na funcionalidade da região ao potencial de Manaus, a proposta aqui é implantar iniciativas abrangentes que gerem uma continuidade entre Manta-Manaus-Belém, ampliando assim o portfólio de oportunidades e iniciativas estratégicas (do nível econômico ao setor de segurança e defesa).

Contudo, no que se refere à conexão do Pacífico, articulada à área geográfica de Manta, haveria uma articulação a uma área que seria composta pelas regiões autônomas ou áreas de planejamento: 4 (Província de Manabí, Santo Domingo de los Tsáchilas); 3 (especialmente as províncias de Tungurahua e Cotopaxi), tangencialmente 9 (Distrito Metropolitano de Quito); e 2 (províncias de Napo e Orellana) do lado equatoriano^[10]; enquanto na região do Nordeste brasileiro e na conexão do Atlântico se articularia com a organização territorial brasileira, especificamente na região 2 (Região Nordeste): onde entram os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (Ibidem, p. 61).

10 Organização de acordo com a Secretaria Nacional de Planificación, SENPLADES, do Equador. (ver Plan Nacional del Buen vivir, 2008).

Imagem 1: Eixo Amazônico



Fonte: Eje Amazónico: IIRSA 2011

As vantagens existentes para que ocorra a interligação do lado do Pacífico, através do Porto de Manta, em termos de infraestrutura, profundidade, etc., podem ser demonstradas quando, já em 2002, se concluiu que, por exemplo:

A partir de un estudio de la Universidad Politécnica de Valencia que muestra las calificaciones respecto a los servicios portuarios que ofrecen los principales puertos del Pacífico, (ubica) en primer lugar, al puerto de Manta; eso implica que del lado de la competitividad del Pacífico, Manta prevalecería ante puertos colombianos como Buenaventura y Cartagena o ante Puerto Cabello de Venezuela^[11] (Ibidem., p. 65-66).

11 Universidad Politécnica de Valencia, Dpto. Ingeniería e infraestructura del Transporte, 2002, p. 82.

Em termos de distância e custos, o eixo multimodal Manta-Manaus, no total, cobriria 578 km por via terrestre e 2.860 km por rio. Já o eixo IIRSA Norte do Peru, por via terrestre, tem um percurso de 960 km mais 2.683 km por via fluvial. Da mesma forma, de acordo com uma análise da Câmara de Comércio de Manaus (em um estudo de 2011), usar a rota equatoriana custaria 696 reais por tonelada, isso era então aproximadamente 405,6 dólares. Já no eixo peruano, que liga o porto de Paita a Yurimaguas, custaria 1.048 reais por tonelada, ou seja, 610,7 dólares (Cf. Valdez 2013).

A partir desta projeção, os Governos Autônomos Descentralizados (GAD's) e o Estado equatoriano investiram, de 2007 a 2014 (em meio ao denominado ciclo das *commodities*), consideráveis recursos para a infraestrutura dentro da perspectiva de gerar uma lógica desenvolvimentista denominada nessa administração governamental como “competitividade sistêmica”^[12] (apontando a mudança de matriz produtiva que a nível da infraestrutura requeria investimentos em vias de primeira ordem, ampliação de estradas, etc.). Esses investimentos diminuíram notavelmente o tempo de traslado entre os distintos pontos da interconexão terrestre do lado equatoriano; e, assim mesmo, se investiu em portos respectivos às hidrovias, e se realizaram os estudos concernentes de engenharia, para que o rio Coca y o rio Napo pudessem prestar serviço ao longo dos doze meses do ano, a embarques de maior calado^[13].

Desde o início da queda do ciclo das *commodities* e o subsequente

12 De 2007 a 2011, o governo do Equador investiu um total de US \$ 3.716 milhões. Os três governos anteriores investiram 1.506 milhões em seis anos. Entre os projetos rodoviários emblemáticos, quanto à zona de impacto do projeto, estão o Tronco Amazônico, com 1.049,59 quilômetros e um investimento de US \$ 295 milhões, e o Projeto Multimodal Manta-Manaus (andes.info.ec, 2012). Além disso, esperava-se investir pelo menos 5.250 milhões de dólares (ibid.) em infraestrutura viária e construção de rodovias, algo que ainda não foi avaliado em detalhes.

13 Por exemplo, num estudo de pré-viabilidade, já em 2007, realizado pela Capitania dos Portos de Manta, argumentou-se que “o Rio Napo é navegável em grande parte do seu percurso e com a realização de obras de canalização, dragagem e balizamento (principalmente para contornar os problemas gerados pela estação seca do verão, em novembro-janeiro), pode ser utilizado durante todo o ano por barcaças com rebocadores ou autopropelidas ... O conceito básico das obras contido nos estudos consiste na construção de um canal principal de navegação... por dragagem e canalização do rio.” (lahora.com.ec, 2007)

início da crise econômica agravada pelo terremoto de 2016 no Equador, os avanços e as taxas de investimento diminuíram. A isso se soma também o início do enfraquecimento da UNASUL e de seus projetos de integração material multidimensional (infraestrutura, energia etc.). Portanto, para 2017, os resultados são mistos na execução de toda a rede de infraestrutura sul-americana e na possibilidade da conexão bioceânica Manta-Manaus-Belém.

Nesse ponto recorde-se que a iniciativa (IIRSA), que foi articulada ao COSIPLAN, esteve operacional na base da UNASUL até 2017, ano em que este projeto integracionista ainda se encontrava em pleno funcionamento, e onde as projeções, no que se refere ao tipo de financiamento, reportava naquele ano a seguinte tabela:

Quadro 2: Tipo de Financiamento Projetado

Setor público	60% +-
Iniciativas público-privadas	25% +-
Setor privado	15% +-

Fonte: IIRSA, 2017, Elaboração própria

Diante da mudança de cenário, a realidade atual permite observar que, dadas as novas condições da economia internacional e seu impacto na região, podem ser geradas novas oportunidades de investimento e financiamento dos setores público-privado e claramente privado. Este último poderia ter um maior percentual de participação nos elementos dos projetos a serem executados. O importante a princípio é que a obra avance, pelo menos sob o guarda-chuva do interesse comercial, que não seria questionado por posições ideológicas dos governos ou pelas correlações de forças políticas do momento, nos países da região.

Retomando o tema do Eixo Amazonas ampliado, cabe assinalar que este teria a possibilidade não só de gerar uma articulação horizontal bioceânica, mas também outras articulações:

- Pacífico – Amazônia - Atlântico e Caribe: através da articulação com os Eixos Andino e Escudo das Guianas;

- Pacífico – Amazônia - Atlântico Sul: através dos eixos da hidrovia Paraguai-Paraná, e Interoceânico Central, MERCOSUL-Chile

Essa configuração, a nível de infraestrutura, pode ser observada no seguinte mapa (figura 2), sobre o qual se pode observar a zona que poderia transversalmente propor uma integração vertical que tendo como epicentro o Eixo Amazonas ampliado, também permita a saída ao Atlântico Sul.

Figura 2: Eixos de Integração e Desenvolvimento IIRSA



Fonte: Eixos CAF-IIRSA, s/f. Demarcação em Zonas de influência sobre a conexão vertical: elaboração própria

Neste ponto, também é necessário reconhecer o progresso da execução e do orçamento, considerando as alegações anteriores, as seguintes informações detalhadas podem ser apresentadas.

Quadro n. 4. Estado de projetos diretamente relacionados (Pacífico – Amazônia - Atlântico e Caribe)

Eixo	Amazonas	Andino	Escudo Guayanés
n. de projetos (n. grupos)	70 (8)	65 (9)	20 (4)
investimento estimado mm. USD	27.498	28.141	4.581
carteira ativa	46	45	14
Projetos investimento estimado (carteira ativa).	20.423	27.148	4.495
Projeção % projetos concluídos a 2020 (n. projetos a concluir)	26% (n.d)	21% (17)	17% (n.d)
investimento executado em USD (projetos concluídos 2017)	7.073	994 (20)	87 (6)
% do total	25%	-	2%

Fonte IIRSA, 2017, Elaboração própria (Caribe)

Quadro n.5. Estado de projetos indiretamente relacionados (Pacífico – Amazônia – Atlântico Sul)

Eixo	Hidrovia Paraguai-Paraná	Interoceânico Central	MERCOSUL- Chile
n. de projetos (n. grupos)	84 (5)	63 (5)	115 (6)
investimento estimado mm. USD	7.534	19.901	58.516
cartera ativa	64	40	86
Projetos investimento estimado (carteira (ativa)).	5.421	18.815	48.807
Projeção % projetos concluídos a 2020 (n. projetos a concluir)	55% (15)	45% (12)	24 % (29)
investimento executado mm USD (projetos concluídos 2017)	2.133 (20)	1.084 (23)	9.708 (29)
% do total	-	-	-

Fuente IRRSA, 2017, Elaboración própria

Para além da necessidade de resolver os financiamentos pendentes, aqui também é necessário reconhecer que a articulação destes eixos pode ser complementada pela projeção das hidrovias que permite uma integração da infraestrutura e da mobilidade dentro da região sul-americana, mas também outras ligações de natureza bioceânica e de conexões como a do Caribe e a do Atlântico sul-americanos.

Figura n.3 Hidrovias e canais em relação à articulação Amazonas – Atlântico Sul



Fonte: Executive Intelligence Review (EIR) apud Small (2014). Demarcação em Zonas de influência sobre a conexão bioceânica: elaboração própria

Essa projeção, em termos de infraestrutura, garantiria a conexão rodoviária e poderia se concentrar na solução de dois pontos para a conectividade plena, se os seguintes canais propostos forem integrados: Madeira – Guaporé (ponto 4), e Canal Arinos – Paraguai (ponto 6).

É que, também no mesmo sentido, CAF (2016) - defende que

El continente suramericano dispone de una amplia red de cuencas, hidrovias y regiones hidrográficas, tanto nacionales como internacionales, de una enorme potencialidad en recursos naturales, que brindan oportunidades reales para impulsar el crecimiento productivo, comercial, turístico y social, constituyéndose en un factor estratégico para favorecer la integración y para promover el desarrollo económico y social de sus áreas de influencia (CAF, 2016, p. 13).

Assim, revendo a Figura 3, pode-se observar que o Eixo Amazônico expandido permitiria a Conexão Bioceânica Pacífico-Atlântico, mas também faria parte do ramal conjunto que permite: a) uma conexão vertical do Caribe - Atlântico Sul Sul-americano, com saída direta para um porto de operação histórica (na Bacia do Rio da Prata); e b) outras duas, do Caribe ao Atlântico brasileiro, que demandariam canais. O caso mais relevante é o canal do Tieté, que se projeta para a região de São Paulo, cidade que forma o triângulo do “ouro” com Rio de Janeiro e Belo Horizonte (articulando assim um enclave econômico, produtivo e financeiro central).

Por outro lado, e voltando ao redimensionamento do projeto Manta-Manaus articulado ao Eixo Amazônico, também é necessário apontar o potencial para enfrentar riscos internos e ameaças transnacionais à região; bem como a possibilidade de ameaças interestaduais extrarregionais. A conexão bioceânica pode gerar posições de defesa regional, tanto frente a ocupações e posições no Caribe, quanto em território sul-americano por potências estrangeiras; estabelecendo como referência:

A Oeste: Ilhas Galápagos¹⁴; Triângulo Manta - Guayaquil - Esmeraldas (cada um com porto e base aérea); e possibilidades de articulação de portos colombianos e peruanos; e as bases aéreas Andinas de Quito y Latacunga (potencialidades de poder aéreo defensivo); No Centro: Manaus e o estado do Amazonas, integrando a Amazônia Peruana e Colombiana; A Leste: Triângulo Belém - Fortaleza - Recife (Reyes, 2016).

Tal configuração também deve ser articulada com os demais eixos da IIRSA agora, mas de uma perspectiva que se reconstrói a partir da visão do novo integracionismo e de uma projeção defensiva.

Os aspectos que gerariam potencialidades na América do Sul são os seguintes:

- A região alcançaria a capacidade de condição bioceânica e um controle territorial anfíbio (administração efetiva sobre sua territorialidade interna e projeção marítima).
- Ao mesmo tempo que, em sua estratégia do Eixo Amazonas Ampliado, também poderia mobilizar recursos rapidamente de sua zona norte-ocidental até a sul-oriental e vice-versa.
- Tudo isso também seria fortalecido pelas potencialidades de poder aéreo defensivo que existem e podem ser desenvolvidos.
- Agora, se o que foi analisado até aqui tem potencial para a integração das áreas geográficas e espaços internos dos países da região, é necessário rever o potencial de sua projeção a seguir.

¹⁴ Espaço historicamente considerado estratégico do ponto de vista dos pensadores geopolíticos norte-americanos (ver Spykman, 1944), e que na prática serviu de base para a defesa do Pacífico Sul dos interesses norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Apesar de as Ilhas - Patrimônio Natural da Humanidade - serem ecologicamente frágeis, é pertinente continuar a reconfirmar o pleno controle sobre elas pelo Equador, e como território da comunidade política que segundo a América do Sul, além de se colocar como questão se haverá a possibilidade de que essa posição estratégica seja explorada pela região em termos defensivos, e estabelecer os riscos e limites dessa possibilidade.

A PROJEÇÃO REGIONAL A PARTIR DE UM ESPAÇO INTEGRADO

Com a conclusão da conexão Bioceânica, pelo eixo multimodal Manta-Manaus-Belém, poderíamos destacar de maneira geral e introdutória os seguintes cenários:

- A geração de uma nova possibilidade de articulação direta, especialmente a de transição Ásia – América do Sul – África (ampliação do intercâmbio econômico, mas também a nível de política internacional); e,
- A possibilidade de articulação de corte cooperativo com autonomia com políticas concretas de potências econômicas e políticas extracontinentais que compartilhem os mesmos interesses e princípios sobre o tema da soberania nacional; como por exemplo, na presente configuração de competição pelo poder global: China, e através desta até mesmo a Rússia.

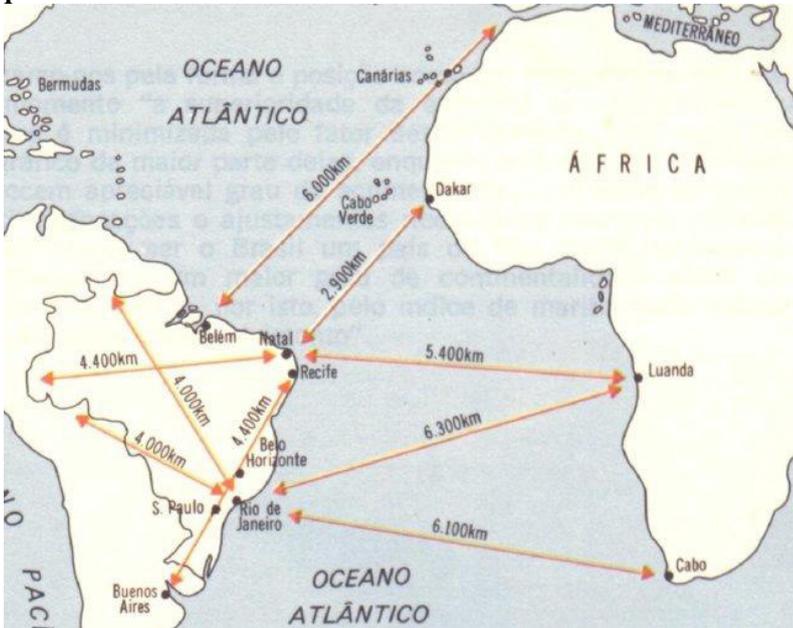
Tudo isso orientado para uma projeção global da região, uma vez que, como se observa no estudo dos autores clássicos da Geografia Política e Geopolítica, historicamente, todos os projetos das potências partiram de uma visão estratégica sobre seu papel na ordem internacional, perspectiva a qual tem direito a América do Sul, numa visão defensiva, como comunidade política institucionalizada. É também uma necessidade estratégica, ainda mais com a conformação de grandes espaços políticos continentais que apresentam novos desafios e configurações na (des)ordem mundial (Reyes, 2016).

Resumindo até aqui o que foi proposto, deve-se lembrar que a possibilidade de materialização de um impulso a partir da “imaginada integração sul-americana” (integrando a região e administrando territorialmente seu espaço) também articula a possibilidade de novas conexões e conexões entre diferentes eixos e até mesmo entre as grandes bacias sul-americanas, tudo coincidindo com o eixo amazônico ampliado: Manta-Manaus-Belém, e seu desdobramento para gerar duas frentes de projeção sul-americana: a projetada para o Caribe e a projetada para toda

a América Latina imaginada como continuidade.

Do lado atlântico, pode-se gerar uma conexão direta com Dakar, na África: aproximadamente 3.871 km, em linha aérea reta alcançável em 5h, 21m (tiempo-vuelo.es, S/D). Uma alternativa seria que Belém pudesse ser articulada por via terrestre ou marítima a Natal^[15], sendo esta última cidade a que manteria uma distância de apenas cerca de 2.900 km, em relação à Dakar.

Figura n. 4 Distâncias Gerais Brasil – África / Nome original: Mapa de distâncias no Atlântico sul. O trecho Natal-Dakar é o mais curto para a travessia do oceano.



Fonte: Castro, T. 1986 apud Soares, et alt., 2009, p. 11

15 Esta teria a desvantagem da distância.

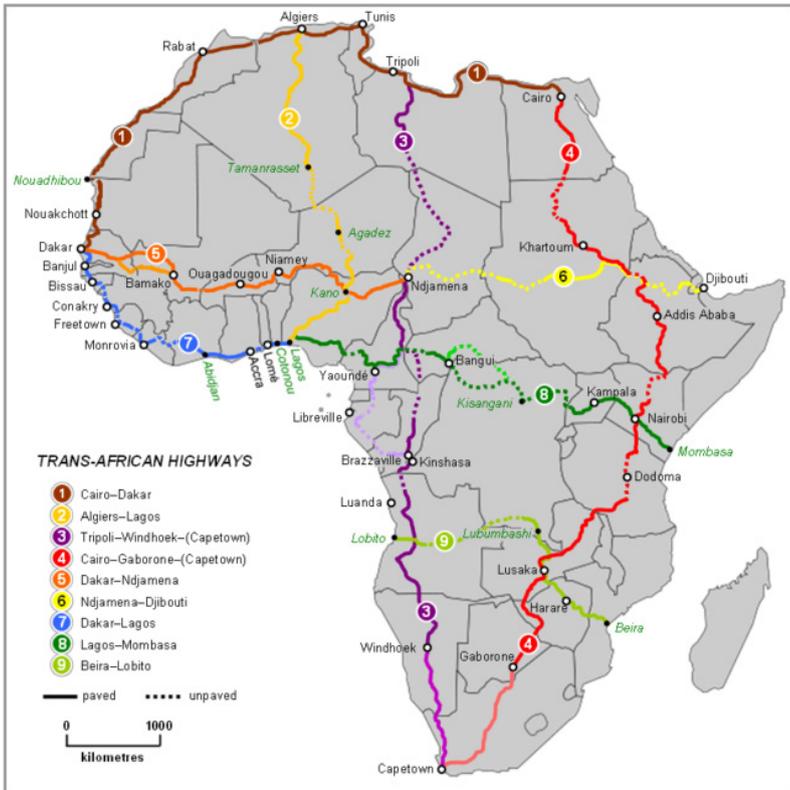
Figura n. 5. O “saliente nordestino” África e Europa.



Fonte: Soares et al., 2009

Levando em consideração que a África também está planejando uma rede de infraestrutura terrestre para a conexão bioceânica, onde Dakar no oeste e Mombaça no leste são levados em consideração; e que parte da conexão marítima da Iniciativa Cinturão e Rota chinesa seja projetada para esta última, então encontramos a possibilidade de concretizar os pilares de um “anel do Sul Global, em termos de infraestrutura”, que potencialize a conectividade, o comércio, a comunicação, o investimento e o financiamento, mas também esforços de cooperação em todas as direções.

Figura n. 6. Trans African HighWays defined in Africa.



Fonte: Adaptação de ADB/UNECA (2003) apud Kah, Ndip Bate, 2020

Esses elementos convergiriam na possibilidade de acordos básicos, que também reconheçam a possibilidade de que a região sul-americana tenha uma projeção na costa atlântica da África, e através das conexões que estão sendo geradas, também em outras comunidades políticas com as quais a região teve pouco ou nenhum contato ou relacionamento.

Figura n. 7: Projeção da Iniciativa Cinturão e Rota da China e sua conexão com África e Mombaça



Fonte: The Economist Group Limited, London (2 July 2016) apud seafarerfunds.com, 2018

Em termos exploratórios, no que se refere às relações América do Sul - África, além das relações comerciais e econômicas tradicionais, pode-se agregar uma agenda em que se reconheça, entre outras: a) a particularidade mútua de ambas as regiões como possuidoras de enormes reservas de recursos estratégicos; b) a possibilidade de intercâmbio no campo científico que permita o desenvolvimento conjunto das capacidades de aproveitamento desses recursos e daqueles vinculados aos saberes ancestrais; bem como, c) a necessidade de promover a negociação conjunta frente aos interesses dos agentes que demandam os referidos recursos. Esses elementos só podem ser uma amostra de uma projeção mais ampla de caráter cooperativo, mutuamente benéfico, e que se articulem aos desdobramentos propostos pelo desdobramento político chinês, na medida em que em seu ressurgimento como ator central do poder global promova lógicas cooperativas e reconhecimento de soberania.

Nesse ponto, também há que se reconhecer as potencialidades de outro polo biocênico:

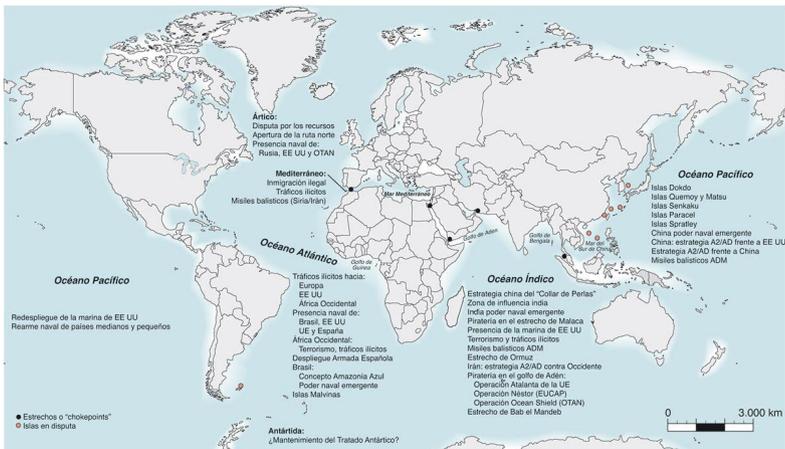
- Pelo lado do Pacífico, podemos assinalar que a porta sul-americana de projeção para o oeste também é uma porta de entrada

da Ásia e da África até o Atlântico (e/ou vice-versa). Esta contém uma condição multidimensional e anfíbia (Oceano Pacífico – terra – fluvial) e desenvolveu capacidades importantes de conectividade, apresenta ainda infraestruturas a construir, as quais podem ser resolvidas por diferentes meios de financiamento. Algo perfeitamente alcançável por distintas modalidades, conquanto não sejam afetados os princípios de soberania.

- Por outro lado, também se deve destacar que a posição aqui analisada permite, em sua característica multimodal, a resolução mais factível do antagonismo Pacífico *vs* Atlântico, articulando uma posição que conecta a complexidade existente entre os dois espaços geográficos mais amplos e pronunciados da América do Sul: a Amazônia e a Cordilheira dos Andes.

Assim mesmo, cabe assinalar que a região em sua posição voltada ao Pacífico apresenta uma vantagem característica frente a outros espaços mundiais. Sua saída encontra uma abertura clara, porque não apresenta barreiras como os *chokepoints*, que complicam a potencialidade de sua projeção marítima.

Figura n.8 Chokepoints a nivel internacional e a realidade do Pacífico Sudamericano

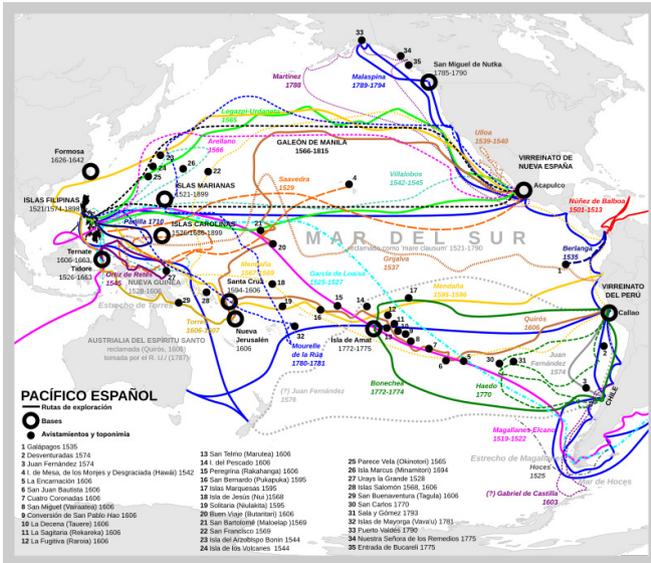


Fonte: Política Exterior, 2013.

É interessante, além do mais, ressaltar que, de forma complementar à Manta, nos encontramos com a posição das Ilhas Galápagos, cuja localização permite uma projeção articulada à defesa do Eixo ampliado do Amazonas, mas também sobre o Pacífico Centro-americano e o Canal do Panamá. Isso confere a mesma obrigação que aos estados da região no caso da Amazônia: “administrar bem para não entregar” – outra dimensão complementar ao princípio geopolítico de Terezinha de Castro.

Da mesma forma, a posição pacífica da América do Sul, e no amplo espaço de sua zona noroeste, historicamente teve uma vocação marítima; e, para além da existência do mito ou da realidade das explorações pré-colombianas em direção ao Oriente, há um impulso para a Ásia através dos polinésios; dentro do qual, como projeção futura, as Ilhas Marquesas na Polinésia Francesa poderiam ser de grande interesse para a região, como uma etapa de interconexão estendida à Ásia e Austrália.

Figura n. 9 Conexões históricas do Pacífico Espanhol e explorações desde o Pacífico Norte da América do Sul



Fuente: wikiwand.com, s/f

Por fim, cabe destacar neste ponto que a posição do Pacífico permite aos Estados da América do Sul com vocação atlântica e posição caribenha - como um grupo integrado - terem uma relação mais fluida com o espaço ampliado e um novo foco de expansão econômica, dinamismo e tecnologia global, sem reproduzir as vicissitudes em termos de articulação que o mundo atlântico dos séculos anteriores significou para os países andinos.

REFLEXÕES FINAIS

O potencial de gerar uma conexão bioceânica que articule o Pacífico Sul-americano com o Atlântico consiste em poder integrar regiões-chave do subcontinente, mas também na capacidade de se projetar para a África; e com isso também poder aproveitar uma conexão que, via Mombaça, consolida uma proposta de anel global no Sul. Essa conexão aproveitaria a infraestrutura ou o financiamento promovido pela Iniciativa Cinturão e Rota da China, sob uma avaliação focada na primazia do interesse regional sul-americano.

O Eixo expandido da Amazônia (Manta-Manaus, Belém) e a conexão bioceânica apresentam uma série de oportunidades para a região em termos comerciais, produtivos e de integração; o que significa também aproveitar os recursos e a posição estratégica da região, pois um componente do desenvolvimento das oportunidades anteriores leva à necessidade de gerar capacidades de segurança e em matéria de defesa.

Nesse mesmo sentido, este eixo também significaria para América do Sul a possibilidade de construção de uma segunda linha de defesa depois do Caribe, ou de um ponto de apoio a partir da projeção/articulação Amazonas - Escudo das Guianas até a defesa do norte da América do Sul.

Tal esforço baseia-se na necessidade de explorar as estratégias regionais próprias, tendo em conta a existência de uma ordem interestatal prevacente de caráter competitivo. Para isso, também é necessário fortalecer uma complexa lógica de integração que evite entrar em uma lógica competitiva, ainda mais diante da escassez de recursos que se vislumbra nos próximos anos.

É necessário ter claro que a competição entre os países da região debilita a posição de seus Estados frente a futuras negociações com grandes potências globais e diminui a possibilidade de gerar uma integração que conforme uma nova comunidade política. A mesma comunidade poderia estar em condições de resolver os objetivos que se apresentam pela conformação de uma ordem mundial que parece orientar-se a uma ordem de grandes Estados continentais, e/ou de grandes espaços comandados por suas respectivas unidades/comunidades políticas.

A região pode e deve explorar sua projeção global, como primeiro passo para potencializar suas capacidades a partir de um olhar estratégico. Isso permite não só responder aos objetivos que apresenta a dinâmica de uma ordem mundial em movimento, mas, também, identificar, a partir da flexibilidade tática, o que se deve resolver na conjuntura, assim como os objetivos e metas a longo prazo.

Toda grande potência partiu da tentativa de resolver um grande problema que permita sua projeção. Esse é o desafio da América do Sul junto ao espaço ampliado da América Latina e do Caribe.

REFERÊNCIAS

- BUZAN, Barry (1991). *New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century*. *International Affairs*, Vol. 67, No.3 (Jul.) p. 431-451.
- CAF, Corporación Andina de Fomento (2016) *Hidrovías para el desarrollo y la integración Suramericana*, Bogotá: Corporación Andina de Fomento.
- CENTENO, Miguel Angel (2002) *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- CHILD, John (1979) *Geopolitical Thinking in Latin America*. *Latin American Research Review*, Vol. 14, No. 2 (1979), pp. 89-111
- COSTA FREITAS, Jorge. (2004). *A Escola Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004
- DE LA REZA, Germán (2003). *EL congreso Anfictiónico de Panamá. Una hipótesis complementaria sobre el fracaso del primer ensayo de integración Latinoamericana*, Araucaria, vol. 4, núm. 10, segundo semestre, pags. 1-19.
- DURÁN, Sara (2011) *Brasil en el contexto de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) y el corredor multimodal Manta-Manaos, periodo 2003-2010*”, Quito, Tesis Maestría Universidad Andina Simón Bolívar.

FERRÉ, Methol (1997) EL Mercosur es América del Sur, América del Sur ya es América Latina, Cuadernos de Marcha, n° 123, enero. (I y II) pp.4 Disponible en: <http://www.metholferre.com/obras/articulos/capitulos.php?id=57>, visitada el 14 de junio de 2016

FIORI, José Luis; VATER Maria Claudia; PADULA, Raphael, PINHEIRO, Samuel (2013). Brasil, América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégias de integração. Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro, Volume 3. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

GÓMEZ Pineda Luis (s/f) Bolívar y los Estados Unidos. Disponible en: <http://www.monografias.com/trabajos4/bolivar/bolivar.shtml#ixzz3HUYDnYY> , visitada el 20 de octubre 2014

KAH Elvis, NDIP BATE Gregory (2020) Socio-Economic Impact of Tarring the Cameroon Section of the Lagos-Mombasa Trans African HighWay through Mamfe in Manyu Division, Open Journal of Social Sciences, 2020, 8, 393-411. Disponible en: https://www.scirp.org/pdf/jss_2020082715113444.pdf. Visitado el 1 de febrero 2021

LARA, Luis (2019) Visión geopolítica del Ecuador en el período 2006 - 2016: Su influencia en la Seguridad y Defensa. Tesis de Maestría, Instituto de Altos Estudios Nacionales, Disponible en: <http://repositorio.iaen.edu.ec/handle/24000/4969>, Visitado el 2 de febrero de 2020

MELLO, Leonel I. A. (1999). Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Edusp/Hucitec.

MILLER TREBAT, Nicholas (2012) O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento, Econômico Americano, 1776-1860, tese de doutoramento, Universidade Federal de Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2011/Nicholas%20Miller%20Treat.pdf>

OAS.ORG (s/f) La Doctrina de Monroe (1823) Fragmento del Séptimo Mensaje Anual del Presidente Santiago Monroe al Congreso el 2 de diciembre de 1823. Disponible en <https://www.oas.org/sap/peacefund/VirtualLibrary/MonroeDoctrine/Treaty/MonroeDoctrineSpanish.pdf>

PADULA, Raphael (2013) “A Geopolítica da Bacia do Pacífico e a Integração Regional na América Do Sul”, IMEA-UNILA VOL. 1, NUM. 2, P. 30-47, 2013.

PAVEZ, Lucas (2015) Los Procesos de Integración de Argentina, Brasil y Chile, a 100 años del ABC, El IRI Opina, IRI – UNLP. Disponible en: https://www.iri.edu.ar/images/Documentos/opiniones/abc_2015.pdf. Visitado el 10 de mayo de 2020

POLITICA EXTERIOR (2013) N.151, Disponible en <https://www.politicaexterior.com/articulo/el-mar-tablero-geopolitico-del-siglo-xxi/>, Visitada el 10 de enero 2017

REYES, Milton (2016) La Conexión Interoceánica Manta – Manaus- Belem: Oportunidad para la Integración; Proyección Económica, Política y de Seguridad Sudamericana, Anais do 2º CONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016, p. 1448-1470.

RIVAROLA, Andrés (2009) El Nacionalismo Continentalista, en Latinoamérica,

Anales, N.E #12: Bicentenario/Bicentennial.

RIVAROLA, Andrés (2011): 'Geopolitics of Integration' and the Imagination of South America, *Geopolitics*, 16:4, pp. 846-864

RIVAROLA, Andrés. (2016) 21st century geopolitics: integration and development in the age of 'continental states', *Territory, Politics, Governance*, p. 1-17

SEAFARERFUNDS.COM (2018) One Belt, One Road – Many Motives; Disponible en: <https://www.seafarerfunds.com/commentary/one-belt-one-road-many-motives/>. Visitado el 4 de febrero de 2019.

SENPLADES. (2008) Plan Nacional del Buen Vivir, Quito: SENPLADES.

SMALL, Dennis (2014) El Puente Terrestre Mundial: Redescubriendo las Américas

SOARES Valério; FARIA, Edja ; BORBA Ana Paula (2009) Mapas que revelam um olhar: a expansão urbana de Natal sob a ótica de fatores estratégicos, *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 10-13 de novembro. Ouro Preto, Brasil., p 1-16

SPYKMAN Nicholas, (1944). Estados Unidos Frente al Mundo. México: Fondo de Cultura Económica.

TEXTO DEL PACTO ABC O PACTO DE NO AGRESIÓN, CONSULTA Y ARBITRAJE DE 1915 (1915) Disponible en: https://www.uchile.cl/documentos/texto-del-pacto-abc_125167_0_5255.pdf, visitado el 3 de noviembre de 2020

UNIVERSIDAD CENTRAL DE VENEZUELA “Reconocimientos de Portugal, Gran Bretaña y Estados Unidos” (s/f), disponible en: <http://historiadiplomaticadevenezuela.wikispaces.com/Reconocimientos+de+Portugal,+Gran+Breta%C3%B1a+y+Estados+Unidos>, visitado el 15 de octubre de 2014.

VALDEZ Rafael (2013). Nacen dos arterias comerciales., *Revista China Hoy*, 1era edición Disponible en http://www.chinatoday.mx/eco/clae/content/2013-01/29/content_515286.htm. Visitada el el 10 de mayo de 2014.

WIKIWAND.COM (s/f) Exploraciones y rutas españolas en el Océano Pacífico. Disponible en: https://www.wikiwand.com/es/Oc%C3%A9ano_Pac%C3%ADfico

GESTÃO SECURITÁRIA DAS FRONTEIRAS NO CONE SUL: LIMITES DA COOPERAÇÃO

Adriana Dorfman^[16]

Julian Mokwa Felix^[17]

Rafael Francisco França^[18]

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a gestão securitária das fronteiras no Cone Sul em um contexto complexo na América do Sul. Sua complexidade surge da combinação de densidade populacional, desigualdade econômica, terras férteis, recursos hídricos abundantes e grandes usinas hidrelétricas binacionais (a exemplo de Itaipu, Corpus e Yaciretá), entre outros fatores acionados em distintos projetos territoriais estatais e não-estatais. Trânsitos fronteiriços ilegais no sul do continente representam contínuos desafios aos projetos estatais, tornando-se o tema central na gestão fronteiriça pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A fronteira brasileira se estende por 16.145 km, dos quais 1.263 km com a Argentina, 1.371 km com o Paraguai e 1.050 km com o Uruguai. O Brasil também compartilha fronteiras com Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Uma

16 Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: adriana.dorfman@ufrgs.br

17 Bacharel em Relações Internacionais. Mestrando em Ciência Política no Centro de Estudos Internacionais do Colegio de México. E-mail: jmokwa@colmex.mx

18 Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais. Delegado da Polícia Federal do Brasil, Chefe do Núcleo de Inteligência Policial na Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu. E-mail: franca.rff@pf.gov.br

fronteira linguística separa cidadãos falantes de português dos falantes de espanhol, refletindo diferenças históricas e culturais. Esse poderia ser um motivo para que a coordenação, a cooperação e a colaboração através dessas fronteiras fosse menos fluída que o esperado. A relevância geopolítica desses contatos sugere que uma abordagem coerente do Brasil em relação a suas fronteiras poderia representar uma política de escala continental para a América do Sul.

Dentro de uma visão realista, a gestão securitária das fronteiras se faz necessária diante dos trânsitos frequentes a atravessar essas linhas cuja função seria, primordialmente, de controle e separação. Por gestão securitária das fronteiras entende-se o tradicional controle exercido por agentes estatais situados no limite internacional (operações e policiamento), os contatos e negociações entre agentes e órgãos estatais com diferentes atribuições (entre aduaneiros e agentes da migração, por exemplo) e entre instituições de um e de outro Estado em relação ao trânsito fronteiriço (França, 2018). A gestão securitária das fronteiras é uma função dos Estados e se materializa em um quadro legal interno e externo (leis, acordos e tratados), na implantação de postos de controle, pessoal e tecnologia neles empregada, estatísticas criminais e migratórias, ações interagências etc. que não se situam exclusivamente no limite territorial de cada estado.

A gestão securitária das fronteiras, segundo a proposta desenvolvida por Leuprecht et al. (2021), pode ser classificada em três estágios: coordenação, cooperação e colaboração. Esse processo de aprofundamento das relações em comunidades securitárias formadas por distintos estados, vizinhos ou não, trata do desenvolvimento, aplicação e alinhamento de políticas transfronteiriças. Esses são os atributos de diferentes tipos de comunidades de segurança:

- comunidades nascentes tendem a coordenar;
- comunidades emergentes coordenam e cooperam, mas encontram dificuldades em colaborar;
- comunidades maduras coordenam, cooperam e colaboram (Leuprecht et al, 2021, p. 349).

Esses autores propõem um modelo prescritivo, em que a gestão securitária passaria por estágios sucessivos de relações entre comunidades securitárias fronteiriças de estados não necessariamente contíguos, estágios esses relativos à capacidade dos Estados tanto em estabelecer relações de confiança como em implementar e apoiar o desenvolvimento de objetivos comuns, dando como exemplo mais bem acabado a Anglosfera. Apesar dos limites óbvios da adoção de modelos exógenos para processos locais, consideramos que a gestão securitária das fronteiras possui um aspecto globalizado, em que tecnologias e parâmetros se difundem internacionalmente, cabendo, portanto, examinar nossa realidade em comparação com tais modelos.

A descrição da gestão securitária da fronteira na escala regional, bem como das estruturas domésticas de cada país, permite entender as possibilidades de coordenação, cooperação, colaboração e conflito no Cone Sul. Dentre os processos locais, destacam-se as tríplexes fronteiras em Barra do Quaraí (BR), Bella Unión (UY) e Monte Caseros (AR) e em Foz do Iguaçu (BR), Puerto Iguazú (AR) e Ciudad del Este (PY)^[19], tratadas neste artigo por serem pontos focais da gestão securitária das fronteiras entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Este artigo está fundamentado na literatura sobre fronteiras sul-americanas e sobre crime organizado na região, bem como em conhecimento prático das estruturas securitárias nela atuando. Outros recursos, como notícias, foram examinados, a fim de analisar as recentes evoluções no tema. Para descrever a estrutura regional da gestão, foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) do Observatório de Defesa Sul-Americano (ODS). O CEED era um órgão permanente do Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS) e publicava mensalmente relatórios sobre os principais eventos, informações e notícias sobre os Ministérios de Defesa do CDS (UNASUR, 2018). Todos os 34 relatórios publicados entre 2016 e 2018 (11 referentes ao ano de 2016, 12 ao ano de 2017 e 11 ao ano de 2018) foram examinados. A pesquisa foi realizada através

19 Conforme Lisboa, a exata localização da tríplex fronteira entre o Brasil, Argentina e Paraguai toca este último país em Presidente Franco, não em Ciudad del Este. Ali também está localizada a segunda ponte entre Brasil e Paraguai na região, quase concluída. Ciudad del Este somente mantém a Ponte Internacional da Amizade (PIA), sendo que o Município de Hernandarias é onde se localiza Itaipu para os paraguaios (Lisboa, 2022).

da busca das seguintes palavras-chave: *frontera* (fronteira), *fronteriz* (possíveis derivações da palavra fronteira) e *crime*. Infelizmente, o CEED encontra-se inativo desde 2019 e não é mais possível acessar os documentos. No entanto, os relatórios estão disponíveis via requisição aos autores do artigo.

A análise de outros países da América do Sul, especialmente aqueles que fazem parte de estruturas regionais de cooperação como o Mercosul, poderia expandir o conhecimento da gestão securitária de fronteiras na América do Sul. Entretanto, diferenças geográficas, históricas e produtivas demandam metodologias diferentes das aplicadas neste artigo. O Chile, por exemplo, não compartilha uma história comum e pouco se aproxima das características econômicas e institucionais do Brasil, Paraguai ou Uruguai, não integrando a maioria das iniciativas de integração regional. Além disso, a cadeia montanhosa dos Andes e o terreno acidentado levaram a diferentes estratégias de gestão securitária da fronteira.

Alguns dos temas tratados neste artigo refletem a necessidade de diálogo nacional, em virtude de que a segurança regional interconecta dinâmicas locais e globais. Cabe esclarecer que o termo regional é aqui utilizado para a escala supraestatal. A realização de uma análise multiescalar ajudou a encontrar respostas para os processos comparativos descritos e analisados neste trabalho. Nesse sentido, foi possível combinar escalas, dinâmicas e atores tanto estatais quanto não-estatais, políticas nacionais, acordos regionais, tendências globais e mentalidades específicas dos atores. É extremamente relevante entender que não existem nem uma rígida escala de delimitação, nem uma hierarquia estrita ou determinação de cima para baixo (*top-down determination*) para esses processos. A hierarquia entre os territórios é reconhecida pela análise de processos sociais a fim de entender como a gestão securitária da fronteira ocorre em um contexto de divergências regionais e nacionais e iniciativas locais por agentes públicos.

A CONSTRUÇÃO GEOPOLÍTICA DA REGIÃO

A região sob análise se estende ao longo das fronteiras da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, desde a tríplice fronteira em

Barra do Quaraí, Bella Unión e Monte Caseros até Tríplíce Fronteira em Foz do Iguazu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este. A linha fronteira tem 1.765 km e a região abarca uma área de, aproximadamente, 456.890 km², com uma população estimada de 10.115.000 habitantes e densidade de 22 habitantes por km² (IGN 2018; 2018; SNTIC 2012, INE 2012). Uma característica dessa região fronteira é a existência de várias cidades-gêmeas ou cidades tríplíce que se originaram de iniciativas de nacionalização da fronteira e delimitação do território em projetos relativos à construção de soberania no século XIX. Essa relação entre colonizadores de distintas nacionalidades se desenvolveu para compensar sua condição marginal em relação aos centros políticos do estado. Nos dias atuais, recursos econômicos, culturais e políticos disponíveis nas fronteiras ligam-se à presença de migrantes com redes de relações com várias partes do mundo. Migrantes árabes, chineses e africanos são notados devido a características distintivas em comparação às populações nativas.

A expressão “Tríplice Fronteira”, usada para a região de Foz do Iguazu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este está geralmente ligada a preocupações securitárias (Dorfman, 2017), evocando a instabilidade de um triângulo, ainda que as relações entre as três cidades (os três países) não sejam simétricas. A interação entre Foz e Ciudad del Este é intensa, as preocupações securitárias também o são; já a Argentina passa a dar importância à região a partir dos ataques, em 1994, à embaixada israelense em 1992 e a um clube judaico em Buenos Aires. Agências de segurança internacionais passaram a vigiar a região, considerando-a um centro do terrorismo global (Rabossi, 2004). Entretanto, nenhuma prova foi encontrada para fundamentar essas acusações (Silva, 2008). Em 1998, o Plano de Segurança para a Tríplíce Fronteira foi assinado entre Brasil, Argentina e Paraguai, o que legitimou a expressão no discurso oficial. Visões críticas sugeriam que interesses externos queriam controlar os grandes aquíferos e os abundantes recursos energéticos disponíveis na região (Montenegro, Béliveau, 2006).

Mais do que os supostos vínculos com o terrorismo internacional, grupos criminosos têm atuado proeminentemente na região por décadas. Eles focam em contrabando e tráfico de drogas e armas. A Tríplíce Fronteira possui um desempenho econômico excepcional e, devido à construção de uma intrincada rede de rodovias,

está ligada aos principais centros de poder políticos e econômicos e a importantes portos no Brasil, na Argentina e no Paraguai. Desafios à soberania territorial (às normas dos Estados) por grupos criminosos na América do Sul têm origem no fluxo internacional de drogas e armas, criando pontos internacionais de contato e infiltração em estruturas políticas.

Os grupos criminais foram se organizando na região e as forças de segurança também o fizeram. A repressão efetiva contra o crime organizado desencadeia esforços de todos os lados da fronteira, tanto em aeroportos como em portos. Desse modo, a integração policial e trabalho interagência na fronteira entre Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad del Este torna-se um dos principais modelos do continente. Mesmo assim, ainda faltam projetos conjuntos e multilaterais relacionados à gestão securitária da fronteira nos países da região, o que dificulta resultados positivos nesse tema. Parte da análise desenvolvida neste trabalho trata dos esforços brasileiros em estimular o estabelecimento de redes de comunicação regionais para uma gestão securitária multilateral da fronteira.

A outra tríplice fronteira, mais ao sul, se situa entre Brasil, Argentina e Uruguai, e não tem um grande lago como Itaipu para integrar os territórios. Essa região é bem diferente em quase todos os aspectos em relação à primeira tríplice fronteira mencionada: não é tão populosa, nem tem tanta importância econômica; não há um comércio pujante e poucas rodovias ligam a região às cidades em que os três territórios estatais se tocam. Além do mais, as cidades que formam essa tríplice fronteira não estão bem conectadas. Bella Unión no Uruguai e Barra do Quaraí no Brasil estão, aproximadamente, a oito quilômetros de distância; Monte Caseros na Argentina não está ligada por uma ponte ao Uruguai e está longe de Barra do Quaraí. Não obstante, os sistemas de saúde e de educação estão bem integrados. Preocupações securitárias nessa região incluem o trânsito de produtos químicos e equipamentos e para a agricultura (Dorfman, 2015).

Finalmente, regimes extraterritoriais na região incluem a faixa de fronteira (150 km de largura, no Brasil), a zona de segurança e de fronteira (na Argentina) e a zona de segurança fronteiriça (50 km de extensão, no Paraguai). Também, há *free shops* (no Uruguai e no

Brasil) e zonas de livre comércio em todos os quatro países (Benedetti, Bustinza, 2017).

O conceito de faixa de fronteira foi criado no século XIX pelo império brasileiro na forma de zonas de 10 léguas de largura (66 km) sob o controle direto do estado central. As constituições sucessivas adotaram uma normativa semelhante até que, em meados do século XX, a legislação brasileira definiu largura da faixa como 150 km a partir da linha fronteira (Steiman, 2002) abrangendo, hoje, aproximadamente 27% do território brasileiro, quase o tamanho da Argentina. A intenção era definir uma zona tampão para defender o território a oeste por meio de um controle centralizado e da instalação de colônias militares, numa época de demarcação imprecisa das terras.

Na contemporaneidade, várias atividades na faixa de fronteira estão limitadas pela normativa estatal a respeito da segurança nacional e devem ser aprovadas pelo Conselho de Defesa Nacional. Essas atividades incluem a construção de aeroportos e pontos, a operação de empresas de telecomunicação, o estabelecimento de indústrias de interesse à segurança nacional, a exploração de recursos naturais, a colonização e o loteamento de áreas rurais, a alienação e concessão de terras públicas, transações imobiliárias por estrangeiros e participação estrangeira na propriedade de terras rurais.

No caso uruguaio, não há faixa de fronteiras. Argentina e Paraguai definiram legalmente Zonas de Segurança Fronteira em 1994 e em 2005, respectivamente, vinculando a posse de terra à soberania territorial e favorecendo o estabelecimento de pessoal militar.

RECURSOS E ATORES ENTRELACADOS

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai tem um papel crucial para a economia regional devido à monumental Usina Hidrelétrica de Itaipu^[20] e ao importante volume comercial entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Esse também é o principal ponto de conexão entre Brasil e Paraguai, cujas economias vêm se entrelaçando crescentemente. Itaipu foi construída no final dos anos 1970 em um projeto envolvendo milhares de trabalhadores, que vieram de diferentes partes do continente e ficaram na região após a finalização da construção da usina. Isso gerou uma multiplicação de 10 vezes da população (em 40 anos) nas cidades de Foz do Iguaçu e suas vizinhas, como Ciudad del Este (antigamente conhecida como Puerto Stroessner, em referência ao ditador paraguaio) e Puerto Iguazú.

A área está no centro da Bacia do Rio da Prata, incluindo os rios Paraná, Uruguai e Paraguai e vários outros importantes corpos d'água. Processos de territorialização pré-colombianos tinham as vias navegáveis como meios de transporte e comunicação, sobretudo dos rios Paraná e Uruguai. Os topônimos sugerem a importância dos rios na maneira como foram estruturadas essas terras.

Essas regiões, atualmente, pertencem a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde a época colonial, elas foram consideradas geopoliticamente importantes, o que não mudou até hoje; no passado, a região era objeto de disputas entre a população nativa, missões católicas e as coroas de Portugal e da Espanha. Os rios foram usados como referência para desenhar fronteiras naturais entre as coroas portuguesa e espanhola e os estados independentes que as sucederam.

No século XXI, a territorialidade do estado-nação desenvolveu

20 De acordo com o site oficial de Itaipu: “Mesmo depois da conclusão da usina chinesa de Três Gargantas, em 2012, com potência instalada de 22,4 mil megawatts ante os 14 mil MW de Itaipu, a usina brasileiro-paraguaia mantém o título de maior produtora de energia do mundo, com o recorde anual de 103,1 milhões de MWh, registrado em 2016. A maior produção da usina chinesa foi de 1010 milhões de MWh, em 2018. No acumulado, a soma de toda energia produzida por Itaipu é imbatível: são mais de 2,63 bilhões de MWh. Essa energia seria suficiente para atender por 42 dias a toda a demanda do planeta com eletricidade limpa, renovável e de menor custo que a maioria das fontes disponíveis.” (Itaipu, 2020, <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/usina-de-itaipu-completa-35-anos-de-geracao-no-auge-da-eficiencia-productiva>).

redes de rodovias orientadas às capitais costeiras, e os rios se tornaram, principalmente, fontes de água e hidroeletricidade, ao invés de meios de transporte ou redes de conectividade. Nessa época, também surgiram fronteiras linguísticas importantes entre o Brasil e estados falantes de espanhol. Apesar disso, em uma escala local, línguas de transição como o *portunhol*^[21] em suas diversas variedades apagam as discontinuidades.

A região está em cima do Aquífero Guarani, um corpo de águas subterrâneas de 1.196.500 km² com um volume estimado de 48.000 km³, mais do que suficiente para suprir a população e as atividades econômicas da região. A reserva é abastecida por chuvas abundantes e um rico sistema fluvial. Desde 2001, há um acordo de cooperação do Mercosul que é responsável por governar esses recursos compartilhados (Ribeiro, 2008).

Os recursos hídricos também permitiram a construção de usinas hidrelétricas gigantes, como Itaipu, Corpus e Yaciretá. Essas infraestruturas críticas estão ligadas a diversas iniciativas na produção hidrelétrica, fundada e fomentada por atores tanto estatais em distintos níveis como por outros órgãos como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) e a Usina de Itaipu Binacional.^[22]

Recursos de água abundantes e terrenos planos ou levemente montanhosos sem maiores limitações de solo ou clima permitem o desenvolvimento de produtos agrícolas direcionados à exportação, especialmente soja e arroz. A agricultura é a principal atividade econômica do Cone Sul, tanto em valor de exportação quanto em superfície cultivada. Desde 1970, a área de produção e

21 Porunhol/portuñol é um dialeto das áreas de fronteira que abarca uma mistura da estrutura portuguesa com o vocabulário espanhol, enriquecido com termos locais e expressões indígenas. Na academia, também é chamado de “Dialeto português do espanhol”. Em 2015, o portunhol foi proposto a UNESCO como um patrimônio cultural intangível.

22 O Conselho de Administração da Itaipu Binacional é composto de doze membros, nomeados pelos governos do Brasil e do Paraguai e que representam, cada um, interesses estatais. Governos federais nomeiam três cargos cada, suas respectivas empresas de energia (Eletrobrás e Andes) nomeiam dois, e os Ministros de Relações Exteriores nomeiam um. Logo, ela tem um caráter híbrido, não é completamente pública, nem somente privada. Para mais informações, ver: <https://www.itaipu.gov.br/institucional/diretoria-e-conselho>. A eventual privatização da Eletrobrás poderia implicar na passagem da empresa e seus ativos ao controle privado.

a produtividade aumentaram continuamente, integrando as regiões contíguas brasileiras, paraguaias e argentinas. Wesz Jr. estima que o total da área de cultivo de soja no Cone Sul seja igual à soma dos territórios da Alemanha, Portugal e Bélgica (2016). O autor informa que, desde os anos 1990, “a liberalização econômica, o processo de globalização dos mercados e o aumento da produção de leguminosas estimularam o avanço de grandes empresas transnacionais” na região (2016, p. 287, t.n.).

Essa densa rede transnacional abrange propriedade de terras, cooperativas, produção de farelo e óleo de soja e empresas exportadoras. Há uma especialização na região, em que o processamento ocorre, principalmente, na Argentina, e os grãos são exportados, em sua maioria, pelos portos brasileiros. Isso acontece devido a políticas nacionais de isenção de impostos para a soja no primeiro país e para exportações *in natura* no segundo (Wesz, 2016, p. 292). Em resumo, a integração geográfica da produção é uma característica do complexo da soja e está ligada à integração vertical de empresas transnacionais, mediadas pela estrutura regulatória de cada país.

Além disso, atores brasileiros e paraguaios, operando na legalidade e na ilegalidade, acionam essas redes transnacionais. O fluxo entre esses dois países é operado por pequenos compradores (sacoleiros), bem como por organizações de grande abrangência (legais ou não), estabelecidas em ambos os lados da fronteira. Essas organizações vêm controlando e taxando (ou evadindo as taxas) o comércio de bens - como cigarros, eletrônicos, agrotóxicos, produtos alimentícios, remédios, armas de fogo, munição e drogas, entre outras mercadorias. O contrabando de bens é fomentado pela diferença nos regimes comerciais de ambos os países. Por exemplo, impostos sobre cigarros no Brasil representam até 80% do valor de venda, enquanto no Paraguai esse valor não passa de 18% (Dorfman, 2015; Dorfman et al., 2017).

Motivados por altos lucros e apoiados na gestão das soberanias e no comércio de mercadorias políticas, tais grupos encaminham grandes cargas de produtos aos mercados das regiões metropolitanas do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e várias outras cidades de todos os portes, localizadas no interior das unidades federativas. Cabe esclarecer que mercadorias políticas são entendidas

como “atos de agentes poderosos que negociam vantagens relativas à sua autonomia” e que gestão de soberania é conceituada como “o uso de estruturas legais (e gestionadas pelo estado) para promover interesses privados em diferentes escalas” (Dorfman et al., 2017, p.1)

Importantes movimentos migratórios de trabalhadores, tanto sazonais quanto permanentes, geraram um grupo social conhecido como brasiguaios. A imigração de brasileiros para o território paraguaio começou na década de 1950 e foi encorajada, em grande medida, pelos governos de ambos os países. Na década seguinte, dentro do programa “Marcha para o Leste” do governo paraguaio, ocorreu um extenso movimento de aquisição de terras por brasileiros. Esse programa foi desenhado para promover a ocupação da fronteira por colonizadores paraguaios, mas também foi usado para a venda de terras a estrangeiros e grandes produtores (Colognese, 2013). Logo, cruzar a fronteira do Brasil para o Paraguai era parte do processo de colonização da região, que permitiu estabelecer redes transfronteiriças nas quais a maioria dos imigrantes saiu do sul do Brasil em direção ao oeste, no leste do território paraguaio.

Atualmente, disputas por terra estão relacionadas à migração brasileira para o Paraguai, especialmente aquela ligada à expansão dos agonegócios, por vezes causando movimentos de pessoas sem terra e/ou reivindicações por parte de grupos indígenas e nacionalistas. Um exemplo pode ser encontrado nas campanhas de organizações camponesas na luta pela reforma agrária. Esses grupos são representados alternadamente como criminosos, insurgentes e terroristas, ou como guerrilheiros e exércitos de libertação, a exemplo do Exército do Povo Paraguaio (EPP) e da Associação Campesina Armada (ACA) (Martens, 2017; Paraguay, 2014; Winer, 2017). Ademais, direitos humanos e justiça social não são qualidades fortes da região, o que é explicitado pela grande quantidade de trabalho indocumentado, altas taxas de pobreza, ocupação ilegal de terras e desrespeito às comunidades indígenas e os seus ativos.

GESTÃO SECURITÁRIA ESTATAL DOS DESAFIOS À SOBERANIA NAS FRONTEIRAS

Esses estados não enfrentam ameaças externas significativas de fora da região. Igualmente, não há perspectiva de conflito armado entre os estados vizinhos.

A condição marginal da região fronteira relaciona-se a algumas atividades criminais, especialmente o descaminho tradicional na escala local. No entanto, é a conectividade que atrai grupos criminosos organizados lidando com contrabando, pirataria e tráfico de drogas e armas em âmbito internacional. Evidentemente, não há um vínculo linear entre condição marginal ou conectividade e crime, já que o último não tem rebatimento direto com espaços absolutos ou relativos, classes sociais ou grupos étnicos. Pelo contrário, agentes de diferentes inserções têm à sua disposição mercadorias políticas e *savoir passer* (Dorfman, 2008), e aqueles centralmente posicionados nas estruturas de poder e na hierarquia social podem gerir aspectos da soberania, bem como representações geográficas de grande difusão.

Além da violência ligada a problemas de posse de terra, o crime organizado é a maior ameaça à população da região, principalmente aquele originário nas metrópoles brasileiras atravessando as fronteiras e em direção aos Estados vizinhos (das Neves, 2016). Por exemplo, a regulação do consumo de *cannabis* no Uruguai fez com que aumentasse o tráfico vindo do Brasil e se incrementasse a taxa de homicídios nas cidades vizinhas do Uruguai, o que parece estar ligado a disputas territoriais entre organizações criminais brasileiras.

Ademais, plantações de maconha paraguaias, crescendo em grandes terrenos por todo o país, mas principalmente localizadas próximas à faixa de fronteira, estão direcionadas ao mercado brasileiro, com uma parcela desse produto destinada aos mercados argentinos e uruguaios. Também, o contrabando de cigarros produzidos no território paraguaio, com tabaco exportado pelo Brasil e reinserido pela fronteira, tornou Foz do Iguaçu e a região circundante em uma via para outros estados da federação brasileira (Dorfman et al., 2017).

Através do lago artificial que foi formado pela construção da

Usina Hidrelétrica de Itaipu, bens contrabandeados, drogas e armas de fogo são rapidamente redistribuídos por meio de estradas e rodovias, em direção aos mercados consumidores em regiões metropolitanas, em sua maioria, na costa do Atlântico. Inclusive, o imenso lago é fácil de cruzar em quase qualquer lugar. Como resultado, vários portos clandestinos facilitam o contrabando de bens. Imediatamente após a identificação dessas estratégias, desencadeia-se a repressão pelos órgãos de segurança e, ato contínuo, novas formas de passar são implementadas.

Para coibir esse fluxo, a Itaipu Binacional vem fomentando o uso de ferramentas tecnológicas pela polícia na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. A participação dessa empresa no financiamento de atividades e projetos de interesse à Polícia Federal brasileira, à Receita Federal, à polícia militar, às forças armadas, à patrulha fronteira argentina e às forças policiais paraguaias é de extrema importância para o controle dessa fronteira e vinha ocorrendo mesmo antes que militares passassem à direção brasileira da empresa em 2019. Grupos marítimos têm atuado em operações conjuntas, incluindo as polícias Federal e militares brasileiras e a Armada paraguaia.

Além disso, a presença de grupos criminosos brasileiros nas prisões paraguaias levou ao aumento das taxas de violência no país, o que motivou fomentou a coordenação e cooperação entre autoridades brasileiras e paraguaias, por exemplo, no Comando Tripartite, órgão supranacional formado em 1996 entre Argentina, Brasil e Paraguai, cuja principal atividade é a cooperação policial direta (Bordignon, 2019).

Na região da Ponte da Amizade, que liga Ciudad del Este à Foz do Iguaçu, o governo brasileiro vem equipando a segurança fronteira através da instalação de sensores e câmeras habilitadas a controlar placas veiculares e realizar reconhecimento biométrico, aumentando ainda a vigilância sobre o trânsito por baixo da ponte. Além disso, o número de veículos blindados, drones para vigilância de áreas remotas e binóculos com visão térmica aumentou, o que levou à descoberta de novas rotas de tráfico no Lago Itaipu. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em parceria com o governo paranaense e a Receita Federal, estão direcionando recursos para um projeto chamado de “Fronteira Tech”, que busca tecnificar o controle da fronteira (AEN, 2019).

Ao mesmo tempo, várias ações estão sendo realizadas pelo lado brasileiro, como o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) e o programa VIGIA (Vigilância, Integração, Governança, Interoperabilidade, Autonomia). O PPIF, criado pelo governo brasileiro em 2016, uniu várias forças policiais sob a Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República do Brasil a fim de incrementar a governança, a prestação de contas e a divisão de trabalho entre várias agências. A intenção desse programa é criar um órgão suprainstitucional com a tarefa de reunir vários órgãos policiais sob a mesma direção – com diferentes objetivos, mas dentro do mesmo sistema (Brasil, 2016). Devido aos seus 42 planos de ação, o PPIF vem desenvolvendo várias operações e criando agências na região fronteira para habilitar uma resposta rápida e integrada ao crime transfronteiriço. Ainda que esteja vigente, por um lado, o PPIF aparenta ter reduzido sua presença em anos recentes (Monteiro, 2021), o que pode ter sido causado pela diminuição da sua visibilidade devido à pandemia. Por outro, a integração de informações e órgãos estatais, considerada essencial para o programa, aparenta ter retomado sua importância em 2022 através ações de articulação entre autoridades tanto domésticas como internacionais para lidar com o crime transfronteiriço (Agencia, 2022; Sá Brazil, 2022).

O programa VIGIA acabou sendo o principal articulador da política fronteira do Brasil do governo Bolsonaro (Monteiro, 2021). O funcionamento desse programa é mais flexível e tem menor custo em comparação a programas anteriores. Por exemplo, há efetivos permanentes mobilizados para em operações específicas, maior interoperabilidade, através da integração das forças armadas, polícias federais e estaduais, e grande capacitação e aquisição de aparelhos tecnológicos. Conforme Monteiro, o programa foi desenvolvido com foco na região fronteira em Foz do Iguaçu, tendo sido ampliado a outros estados, como o Amazonas e Santa Catarina. Até o final de 2020, não houve nenhum sinal de mudança no programa (Rego-Monteiro, 2021).

COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERESTATAIS SOBRE SEGURANÇA FRONTEIRIÇA

Tentativas de institucionalizar a coordenação e a cooperação fronteiriças no Cone Sul são recentes. Antes dos anos 1970, temores vinculados à segurança nacional marcavam o cenário (Nasser; De Moraes, 2014). A cooperação em produção energética foi uma das primeiras iniciativas, seguida por acordos de integração, que levaram ao estabelecimento de um conjunto numeroso de normas e fóruns diplomáticos com o objetivo de regular as relações entre os países. Exemplos disso são o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus assinado entre Brasil, Argentina e Paraguai (1979) e o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, acordado entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai (1991). A negociação de tais tratados trouxe estabilização e levou a um maior compartilhamento de interesses securitários na região. O estabelecimento do Mercosul foi consistente com a formação de um ambiente securitários para facilitar o fluxo intrabloco (Nasser; De Moraes, 2014). O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), criado em 2008, se destacou como um mecanismo de defesa regional por alguns anos.

O levantamento dos arquivos do Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED) permitiu identificar as principais ações oficiais e publicizadas levadas a cabo na região, relacionadas à segurança na fronteira e à repressão da atividade criminosa ao longo de anos mais recentes. A estrutura da gestão securitária das fronteiras do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai foi descrita, a fim de compreender os papéis institucionais na fronteira e as possibilidades de coordenação e cooperação.

A maioria dos documentos encontrados no banco de dados do CEED estão ligados à coordenação de segurança e cooperação no norte da América do Sul. A cooperação extrarregional é um tema recorrente, sendo a Colômbia um caso de destaque. A maioria dos acordos eram bilaterais.

A coordenação e a cooperação entre os países platinos são comparativamente mais desenvolvidas do que no norte da América do Sul, como sugere a aproximação Brasil-Paraguai, provavelmente por

causa da integração regional no âmbito do Mercosul, sugerindo ainda um menor interesse de parte do Uruguai nas questões de segurança.

Em relação à cooperação Brasil-Paraguai, esses países assinaram vários acordos com o objetivo de reprimir o crime organizado e o tráfico entre os dois países. Tais tratados têm temas como o “Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas” (1992), “Acordo sobre Cooperação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Madeira” (1996), “Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais” (2002), “Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados” (2009) e “Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa” (2018).

Nesses documentos, Brasil e Paraguai aprofundam sua cooperação em segurança e política externa, inaugurando um mecanismo consultivo e avaliativo, cujo objetivo é fortalecer o diálogo entre as partes. No mesmo ano, ambos os países concordam em fortalecer o combate ao crime organizado e desenvolver tecnologia no controle de fronteiras^[23].

Argentina e Brasil compartilham uma história de acordos em desenvolvimento nuclear, que começa na metade dos anos 1960. Antes disso, prevaleciam as tensões nacionalistas entre os dois países. Desde a década de 1980, ambos países assinaram tratados para o avanço da cooperação policial e técnica e, em 1991, foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Como demonstrado por Grassi (2018), a cooperação em geral e em assuntos nucleares em específico está relacionada a governos desenvolvimentistas. Apesar de oscilações conjunturais, foram alcançados resultados conjuntos, como a oferta de urânio enriquecido brasileiro à Argentina e de molibdênio argentino ao Brasil. Também, a cooperação na construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB),

23 Os documentos estão disponíveis em <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/19519-brasil-e-paraguai-renovam-acordo-militar-ate-2021> e <http://www.mdn.gov.py/index.php/noticias/ministro-martinez-mantuvo-reuniones-bilaterales-con-sus-pares>.

com planos de engenharia, pessoal e financiamento conjuntos, aliada a outros projetos nucleares, demonstram um forte compromisso de ambos os países a respeito do controle do mercado nuclear na América do Sul. Desenvolvimento futuros incluem a construção do Reator Multipropósito Argentino (IPEN, 2018).

Nos anos 1990, Argentina e Uruguai começaram um processo de reestruturação das suas forças policiais contra o crime organizado e o tráfico. Naquele momento, pensava-se que o Uruguai estava tornando-se mais importante como um país de trânsito (Dreyfus, 2002), e que a Argentina, além de ser um país de trânsito, vinha desenvolvendo um papel na cadeia de produção de drogas (Derghougassian; Varone, 2009; Simone, 2014). Ao mesmo tempo, ambos países estavam criando instituições para lidar com problemas relacionados ao tráfico de drogas como a criação da Junta Nacional de Drogas (JND) no Uruguai em 1988 e a Secretaria para Políticas Integradas de Drogas da Argentina em 1989, que vêm sendo continuamente modernizadas. Desde a sua criação, essas instituições estão se envolvendo mais na política nacional de drogas de cada país mediante a integração de mecanismos nacionais.

LIMITES DA COOPERAÇÃO NA GESTÃO SECURITÁRIA REGIONAL

A vontade de construir uma abordagem regional foi enunciada claramente na Declaração de Brasília. Assinado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai em 16 de novembro de 2016, essa declaração trata da coordenação da gestão da segurança nas fronteiras. Considerando que “a criminalidade transnacional está no centro de várias questões de segurança em nossa região”, os países reforçam a necessidade de desenvolvimento econômico e social nas fronteiras, combinado com políticas intensificadas de coordenação e cooperação em segurança de fronteiras.

Três níveis de coordenação e cooperação são nomeados (nacional, bilateral e regional), ressaltando a importância do enquadramento regional para alcançar os resultados desejados (Brasil, 2016). Três diretrizes são mencionadas:

- incentivar operações conjuntas e cooperação institucional, técnica e jurídica;
- construir uma visão compartilhada da fronteira tanto em cada estado quanto em organizações de integração como o Mercosul e outros fóruns e
- fomentar estruturas como institutos de pesquisa, metodologias compartilhadas, convênios e reuniões (Brasil 2016).

A cooperação tecnológica não é regular entre os países vizinhos. Por conseguinte, as bases de dados não são interconectadas, e as trocas se limitam a consultas de compartilhamento de dados. Por isso, a iniciativa de unificar placas de veículos nos países do Mercosul se destaca, tendo como objetivo facilitar a cooperação, promover o comércio, combater o contrabando e permitir uma maior tecnificação da fronteira, com controle efetivo dos fluxos de carros através de placas comuns a todos os países do Mercosul, de interesse das seguradoras de veículos no Brasil.

Por fim, o Brasil está impulsionando os “fusion centers” na região fronteira, convidando os países vizinhos a integrá-los (Cope, Parks, 2016). Esses centros se baseiam no modelo norte-americano em que várias agências trabalham no mesmo lugar para promover a troca de informações. Em 2019, foi inaugurado o Centro Integrado de Operações (CIOF), primeiro centro baseado nesse modelo, participação argentina.

Como considerações finais, pode-se afirmar que a coordenação e a cooperação em temas de segurança regional tendem a ser bilaterais, em contraste com o uso de mecanismos multilaterais para colaboração transfronteira. Interesses divergentes entre os estados permitem concluir que acordos bilaterais são mais fáceis de negociar que iniciativas multilaterais. Nesse sentido, dificuldades para desenvolver e manter a estrutura multilateral de coordenação e cooperação estão presentes. Por exemplo, forças policiais trabalhando juntas e dentro de padrões internacionalmente consagrados ainda estão em um estágio pouco desenvolvido. Por outro lado, na maior parte do tempo, a Polícia Federal brasileira lidera os contatos com instituições em países vizinhos a fim

de propor ações bilaterais. O Brasil também dá os primeiros passos em várias ocasiões em relação ao incremento do controle fronteiriço e à assinatura de acordos de defesa, o que se deve, principalmente, à balança de poder na região e à pressão da opinião pública brasileira sobre o papel (de ameaça) das fronteiras na segurança pública.

REFERÊNCIAS

AEN. Ponte da Amizade ganha monitoramento inteligente. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Ponte-da-Amizade-ganha-monitoramento-inteligente>. Acesso em: 8 jun. 2022.

AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA. Gabinete de Seguridad de Brasil y Ministerio del Interior comparten programa de protección de fronteras. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.ip.gov.py/ip/gabinete-de-seguridad-de-brasil-y-ministerio-del-interior-comparten-programa-de-proteccion-de-fronteras/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BENEDETTI, A.; BUSTINZA, I. Estudio comparado de las definiciones sobre frontera en la normativa sudamericana (con especial énfasis en las décadas de 1980 a 2010). En: BRATICEVIC, S.; TOMMEI, C.; RASCOVAN, A. (eds.). Bordes, límites, frentes e interfaces. Algunos aportes sobre la cuestión de las fronteras. [S. l.]: El Colegio de la Frontera Norte, 2017. p. 37–65.

BORDIGNON, F. As Cooperações Policiais Internacionais em Fronteiras, do Local ao Global: o Comando Tripartite na Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. 2019. 149 f. - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, [s. l.], 2019.

BRASIL. Reunião ministerial do Cone Sul sobre segurança nas fronteiras. [S. l.], 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-ministerial-do-cone-sul-sobre-seguranca-nas-fronteiras. Acesso em: 8 jun. 2022.

COLOGNESE, S. A. Brasiguaios: Uma Identidade Na Fronteira Brasil/Paraguai. Tempo da Ciência, [s. l.], vol. 19, núm. 38, p. 145–158, 2012.

COPE, J. A., PARKS, A. 2016. Frontier security: the case of Brazil. Strategic Perspectives. No. 20. Institute for National Strategic Studies. National Defense University Press.

DAS NEVES, A. J. Plano Estratégico de Fronteiras, rumos e desafios da integração e cooperação em segurança pública no contexto dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras. 2016. - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://ppgefcpn.ufms.br/files/2017/06/Alex-Jorge.pdf>.

DERGHOUGASSIAN, K.; VARONE, P. El crimen organizado en el Cono Sur. Un mapeo de los flujos ilícitos en Argentina, Uruguay, Paraguay y Chile – actualización de los datos 2008-2009. En: ANUARIO 2009 DE LA SEGURIDAD REGIONAL

EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. [S. l.]: Friedrich Ebert Stiftung, 2009. p. 315–374.

DORFMAN, Adriana. “Pequenas pontes submersas”: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 3, n. 1, p. 93–114, jan.-abr. 2008.

DORFMAN, A. Smuggling: Power Networks, Moral Geographies and Norm Enforcement at Work at Southern Cone Borders. En: SZARY, A.-L. A.; GIRAUT, F. (eds.). *Borderities and the politics of contemporary mobile borders*. London: Palgrave MacMillan UK, 2015. p. 171–187. E-book. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1057/9781137468857>.

DORFMAN, Adriana. Estudos Fronteiriços Brasileiros sobre a Argentina em teses e dissertações (2000-2014). *Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras 2017*, vol. 4, p. 11-25, 2019. DOI 10.21826/2525-913X-2017-4-02

DORFMAN, A.; FRANÇA, A. B. C.; FRANÇA, R. F. Political Commodities and Sovereignty Management: Cigarette Smuggling across Brazil's Southern Borders. *Geopolitics*, [s. l.], vol. 22, núm. 4, p. 863–886, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14650045.2017.1356288>.

DREYFUS, P. G. Drug Trafficking and National Security. 2002. 650 f. - Université de Genève, [s. l.], 2002. Disponível em: <http://www.unige.ch/cyberdocuments/theses2002/DreyfusP/these.pdf>.

FRANÇA, Rafael F. Controle de Fronteiras no Brasil. Barueri-SP: Editora Novo Século, 2018, v.1. p.416.

GRASSI, J. M. O desenvolvimento nuclear de Argentina e Brasil e o salto para a cooperação bilateral. Foz do Iguaçu: Anais do 4o Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 2018.

IPEN. Brasil e Argentina assinam contrato para o Reator Multipropósito Brasileiro. [S. l.], 2018. Disponível em: https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=40&campo=9923. Acesso em: 8 jun. 2022.

ITAIPU BINACIONAL. Usina de Itaipu completa 35 anos de geração no auge da eficiência produtiva. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/usina-de-itaipu-completa-35-anos-de-geracao-no-auge-da-eficiencia-produtiva>. Acesso em: 8 jun. 2022.

LEUPRECHT, C. et al. Patterns in nascent, ascendant and mature border security: regional comparisons in transgovernmental coordination, cooperation, and collaboration. *Commonwealth and Comparative Politics*, [s. l.], vol. 59, no. 4, p. 349–375, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14662043.2021.1997192>.

LISBOA, Marcelino Teixeira. Relações Brasil-Paraguai e a “conjuntura crítica”. YOUTUBE, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MxrnTKSLQ5I&t=1141s>, acesso em 12.06.2022.

MARTENS, J. A. Aproximaciones a la naturaleza del EPP desde la perspectiva de la insurgencia. *Revista Novapolis*, [s. l.], vol. 12, p. 43–68, 2017. Disponível em: <http://>

novapolis.pyglobal.com/pdf/novapolis_ns_12.pdf.

MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. La triple Frontera: globalización y construcción social del espacio. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.

NASSER, R. M.; DE MORAES, R. F. O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. [S. l.]: IPEA, 2014.

PARAGUAY. ¿Qué es ACA? - Paraguay.com. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://www.paraguay.com/nacionales/que-es-aca-115983>. Acesso em: 9 jun. 2022.

RABOSSI, F. Dimensões das especializações das trocas - a propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Leste. Ideação, [s. l.], vol. 6, núm. 6, p. 151–176, 2004. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/636>.

REGO-MONTEIRO, L. C. Esperando os bárbaros: geopolíticas da segurança no Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

RIBEIRO, W. C. Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania. Estudos Avançados, [s. l.], vol. 22, núm. 64, p. 227–238, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300014&lng=pt&lng=pt.

SÁ BRAZIL, L. de. Programa do Governo Federal de combate a crimes fronteiriços reúne autoridades em Campo Grande. [S. l.], 2022. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/programa-do-governo-federal-de-combate-a-crimes-fronteiricos-reune-autoridades-em-campo-grande/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, R. C. M. e. Reordenação de identidade de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. Trabalhos em Linguística Aplicada, [s. l.], vol. 47, núm. 2, p. 357–373, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132008000200006&lng=pt&tlng=pt.

SIMIONE, M. E. 2014. Organized crime in Argentina. A democratic and human rights perspective. Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia.

STEIMAN, R. 2002. Brasil e América do Sul: questões institucionais de fronteira. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/artigos/brasil-e-am%c3%a9rica-do-sul-quest%c3%b5es-institucionais-de-fronteira/#.YqONQHbMLDd#ixzz7Vpo7S1WL>

UNASUR. Centro de Estudios Estratégicos de Defensa del Consejo de Defensa Sur Americano. [S. l.], 2018.

WESZ JR, V. J. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. The Journal of Peasant Studies, [s. l.], vol. 43, núm. 2, p. 286–312, 2016. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2015.1129496>.

WINER, S. Representaciones e imágenes sobre el conflicto agrario en Paraguay. Revista Novapolis, [s. l.], vol. 12, p. 11–42, 2017. Disponível em: http://novapolis.pyglobal.com/pdf/novapolis_ns_12.pdf.

EXPERIÊNCIAS A PARTIR DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE MÉXICO-ESTADOS UNIDOS^[24]

Gonzalo Hatch-Kuri^[25]

INTRODUÇÃO

Às margens do alcance do *Tratado entre el gobierno de los Estados Unidos Mexicanos y el gobierno de los Estados Unidos de América de la distribución de las aguas internacionales de los ríos Colorado, Tijuana y Bravo, desde Fort Quitman, Texas, hasta el golfo de México*, firmado em 1944, as águas subterrâneas transfronteiriças, usualmente confundidas com os “aquíferos transfronteiriços”, têm sido objeto de estudo por diversas disciplinas nas últimas duas décadas. No entanto, seguimos longe na tentativa de confirmar a existência de um inventário abrangente de todos os fluxos transfronteiriços de águas subterrâneas entre México e Estados Unidos. Para isso, seria necessário fortalecer as evidências sobre o funcionamento sistêmico de tais fluxos, com efeitos sobre o âmbito jurídico (*do ser ao dever ser*) e sobre o desenho adequado de uma política ambiental de preservação e conservação, ambos elementos-chave para gerar certeza nos direitos de soberania sobre tais águas, que competem a cada país proteger.

Novos desafios se abrem nesta temática no curto prazo, porque, ao contrário do que está contemplado no tratado, isto é, a distribuição

24 Tradução: Licio Caetano do Rego Monteiro e Rebeca Steiman.

25 Geógrafo, Professor do Colegio de Geografía, F.F. y L., UNAM, e da Universidad Autónoma de Querétaro (UAQ). Pesquisador Nível 1 do Sistema Nacional de Investigadores (México). Assessor científico e consultor na área de gestão ambiental e hídrica. E-mail: ghatch@comunidad.unam.mx

do volume de água superficial que corresponde ao México e aos Estados Unidos para cada uma das referidas bacias, ainda não existem as condições adequadas para propor um acordo institucional que supere as assimetrias que imperam na governança das águas subterrâneas em cada país e, portanto, que permita estabelecer no futuro uma distribuição equitativa desse recurso, o que se expressaria em um modelo de gestão transfronteiriça para garantir o uso racional das águas subterrâneas pelas concessionárias de água em cada país. Desse modo, tal processo implica uma estreita cooperação internacional, bem como das partes interessadas (*stakeholders*), considerando o impacto e a qualidade dos resultados de prévia caracterização e avaliação científica dos sistemas de escoamento transfronteiriço de águas subterrâneas. Esse esforço poderia começar assim que ambas as nações concluíssem a sistematização cartográfica e a construção de modelos do funcionamento sistêmico de todos os fluxos transfronteiriços de águas subterrâneas.

Através de cinco seções, esta contribuição faz uma avaliação global do conjunto de quatro experiências de pesquisa, realizadas na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) no período de 2012 a 2019, e de seus resultados. Nessas experiências, temas como avaliação científica, gestão conjunta e análise da política pública que rege as águas subterrâneas dos dois países foram analisadas sob o enfoque da Geografia Política, mas é preciso dizer que se buscou dialogar com especialistas de outras disciplinas, como o Direito Ambiental, a Ciência Política e a Hidrogeologia, com o objetivo de construir e propor uma visão integradora desta temática. Os resultados, como um todo, conduziram à elaboração de uma proposta regulatória de caráter acadêmico que busca preencher as lacunas científicas e legais que prevalecem no México em relação às águas subterrâneas transfronteiriças.

A primeira seção destaca as contribuições da pesquisa na região binacional de Paso del Norte (Ciudad Juárez-El Paso-Las Cruces), onde se constatou que o discurso da *escassez hídrica* foi fundamental para que a classe política do sudoeste estadunidense promovesse em 2006 um ambicioso programa binacional de caracterização científica de quatro aquíferos transfronteiriços, mais conhecido pela sigla em inglês TAAP. Na segunda seção, os resultados oficiais do programa TAAP para o aquífero transfronteiriço do Rio San Pedro (Sonora-Arizona) são discutidos criticamente, destacando as assimetrias científicas nas

formas de produzir e integrar o conhecimento hidrogeológico pelas agências e universidades envolvidas. As assimetrias também se destacam na terceira seção, mas desta vez aquelas que estão vinculadas a projetos de produção de hidrocarbonetos não convencionais como o gás de xisto por fraturamento hidráulico do subsolo (prática também conhecida como *fracking*), dentro de um processo ainda maior que corresponde à integração energética regional da América do Norte (Canadá-Estados Unidos-México). Por fim, as características da proposta acadêmica para a regulamentação das águas subterrâneas transfronteiriças são descritas no documento Lei de Águas Subterrâneas: Uma Proposta (Carmona et al., 2017), encerrando este texto com uma avaliação final sobre os aspectos mais urgentes que devem ser tratados no processo de elaboração de um potencial modelo de gestão ou tratado sobre águas subterrâneas transfronteiriças entre México e Estados Unidos.

PASO DEL NORTE E A COMPETIÇÃO PELAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS TRANSFRONTEIRIÇAS

Paso del Norte é uma região binacional situada na metade da fronteira México-Estados Unidos. Com uma população da ordem de 2,3 milhões de habitantes em 2015, a região é conformada por três cidades que se localizam, por sua vez, em três entidades políticas subnacionais distintas: Ciudad Juárez, em Chihuahua; El Paso, no Texas; e Las Cruces, no Novo México. A pujante indústria maquiladora, a indústria balística-militar e o setor agrícola (*nogales, chile*, entre outros) exercem uma forte pressão sobre os fluxos de água subterrânea que circulam em dois grandes aquíferos compartilhados, o Bolsón del Hueco e o Bolsón de la Mesilla, que respondem por mais de 85% do abastecimento hídrico das três cidades.

Segundo o *Atlas Nacional de México* (Instituto de Geografía, 2007), a precipitação média anual da região binacional Paso del Norte é de 350mm e a cobertura vegetal predominante, de *matorral xerófilo*, em outras palavras, trata-se de um ambiente de extrema aridez. Embora o deserto como ecossistema ainda seja compreendido em algumas ocasiões como sinônimo de pobreza natural, e também como *locus* de

exclusão social e subdesenvolvimento, a Geografia tem se colocado em um debate muito mais profundo para superar as visões essencialistas que predominam sobre a água, em que a análise tende a reduzir-se ao evidente, isto é, à descrição e localização das águas superficiais enquanto pouco se explora uma visão sistêmica ou integral sobre a relação ser humano-água (Linton, 2010), que inclui a água subterrânea. O anterior não evita que outros especialistas insistam na omissão do papel preponderante do aproveitamento da água subterrânea nos ambientes áridos como fator real do desenvolvimento no México (Domínguez y Carrillo-Rivera, 2007).

Visto o anterior, e em função da elevada dependência da água subterrânea que essa região binacional tem, no trabalho *Elementos de análisis de la propuesta de Ley General de Aguas en México a partir del derecho humano al agua y sus repercusiones en el quehacer científico, docente y en la investigación* (Hatch-Kuri *et al.*, 2017) examinamos o conceito de *escassez hídrica* a partir de uma perspectiva crítica, considerando, por um lado, a usualmente pouco compreendida distribuição natural da água doce continental e, por outro, a origem do discurso político da escassez, que tende ser confundido com um fenômeno de ordem natural.

Com efeito, o volume de água relacionado com a sua circulação e distribuição planetária, mesmo entendido como expressão do próprio ciclo hidrológico, é objeto de estudos e medições frequentes a fim de revelar mais dados (ver Tabela 1). É bastante comum que não se compreenda que 97% da água doce continental é subterrânea e que, portanto, apenas 3% é superficial (riachos, rios, lagos e lagoas), já que a água das geleiras, das neves perenes e do *permafrost* até hoje não é utilizada devido à sua baixa rentabilidade econômica, ocasionada por sua vez pela distância que existe entre sua localização geográfica e os grandes centros populacionais que a demandam.

Quadro 1. Distribuição de volumes de água do ciclo hidrológico (2016).

Estimativa de volumes de água na superfície e na atmosfera (km³)		
<i>Água na atmosfera</i>	120.000	
<i>Água na vegetação</i>	1.000	
<i>Água nos corpos superficiais</i>	100.000	
<i>Água no solo ou na capa edáfica</i>	16.000	
Estimativa de volumes de água subterrânea por tempo de residência de seu movimento no subsolo (idade) (milhões de km³).		
<i>Água Moderna</i>	25 anos 190.000	50 anos 350.000
<i>Água Antiga</i>	75 anos 490.000	100 anos 693.000

Fonte: Elaboração própria de acordo com Gleeson et al, 2016.

De acordo com Gleeson et al. (2016), se considerarmos moderna unicamente a água subterrânea que se infiltrou há menos de 50 anos, teríamos um volume da ordem de 347.180 milhões de km³, que supera mais de 3,5 milhões de vezes o volume de água que ocupa os corpos superficiais continentais e que apenas totaliza 100.000 km³, sendo a água subterrânea um elemento superior à água superficial. Essa informação chave, que ainda não foi incorporada à compreensão do ciclo hidrológico tanto na educação básica quanto na superior, certamente foi

transmitida entre as camadas sociais que compõem as elites educadas. Somente assim é possível explicar que a classe política regional do sudoeste dos Estados Unidos entendeu assim, no contexto de seus interesses e da expansão de seus negócios com o México na fronteira, o peso da água subterrânea, promovendo em 2006 uma lei que, posteriormente, deu origem ao programa governamental TAAP, cujo objetivo era a avaliação científica de quatro aquíferos transfronteiriços compartilhados com o México, considerados estratégicos para os Estados Unidos. Uma análise muito mais detalhada foi publicada em dois de nossos trabalhos: *Agua subterránea y soberanía interdependiente: El caso de los sistemas acuíferos transfronterizos en la región binacional de Paso del Norte* (Hatch-Kuri, 2017a), e no livro que leva o mesmo título da presente seção (Hatch-Kuri, 2017b). Ambos os textos exploraram as implicações e os possíveis efeitos do conjunto de políticas públicas que regulam as águas subterrâneas nos governos estaduais e federais do México e dos Estados Unidos.

No caso dos Estados Unidos, Texas e Novo México são estados assimétricos, um exemplo disso são seus diferentes setores econômicos: o primeiro é mais industrializado do que o segundo, o que sugere uma competição acirrada entre os dois pelo uso de recursos essenciais como a água, em um contexto em que se aproveitam dos benefícios da vizinhança mexicana e de sua integração econômica regional orientada pelo Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC). Nesse processo de integração, as águas subterrâneas pareceriam sem importância; no entanto, o estudo sugere que esse recurso tem desempenhado um papel estratégico na acumulação regional de riquezas, e que o desconhecimento de seu funcionamento sistêmico e do volume preciso que compartilham ambos os países foi motivo suficiente para o que TAAP fosse promovido nos Estados Unidos.

Porém, acima dos interesses de classe e do poder regional, são as assimetrias institucionais, jurídicas e financeiras que impedem uma gestão adequada dessa água, como propomos em *Las aguas subterráneas transfronterizas México-Estados Unidos: Importancia e invisibilidad en contexto del TLCAN*^[26] (Hatch e Ibarra, 2015). Nesse trabalho, destacou-se a forma diferenciada de conceber as águas subterrâneas em termos jurídicos: enquanto nos Estados Unidos sua gestão e soberania é assunto

26 NAFTA (nota do tradutor).

exclusivo de cada um dos estados que formam a nação, no México é o governo federal que controla e dota os usuários do recurso. Da mesma maneira, é feita menção à marcada assimetria em ambos os países na forma como se define a unidade de gestão de águas subterrâneas. Enquanto no México se instituíram por lei os aquíferos convencionais ou administrativos, ou seja, unidades de gestão não científicas ou poligonais territoriais utilizadas para determinar o volume de água suscetível de concessão entre aqueles que exigem um título oficial para seu uso, nos Estados Unidos a definição de aquíferos contrasta por parte da dimensão geológica real (com base em evidências científicas), o que tampouco significa o reconhecimento de uma visão sistêmica do funcionamento das águas subterrâneas. Este é um debate interno na hidrogeologia moderna.

Outra contribuição reside na análise dos aspectos que devem ser modificados para a incorporação das águas subterrâneas transfronteiriças no atual marco regulatório da água no México, pressupondo-se, para tanto, a possível aprovação no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) do projeto de resolução *O direito de aquíferos transfronteiriços 63/124* (2009) e, por sua vez, a possível ratificação do México, tal como aconteceu na época com o *Direito Humano à água e ao saneamento* (ONU, 2010). Vale a pena expressar que o pouco prestígio de que gozam as águas subterrâneas transfronteiriças alcança o âmbito jurídico, uma vez que não existe uma definição científica e jurídica que faça alusão a tais águas nas normas mexicana e norte-americana (nos estados que fazem fronteira com o México) (Hatch-Kuri; Carrillo-Rivera, 2021). No primeiro, a Lei Nacional das Águas (LAN), de 1992, carece de qualquer referência à água subterrânea, muito menos a reconhecem ou identificam no que se refere à política de águas transfronteiriças, como canal internacional ou compartilhado, situação que explica a ausência de

uma política pública para sua adequada gestão conjunta.^[27]

De maneira geral, os achados desta pesquisa nos obrigam a repensar as implicações da nula visibilidade política das águas subterrâneas em diversos níveis, um dos quais é a dimensão da representação cartográfica^[28], já que apenas a Comissão Nacional de Águas (Conagua), autoridade da água no México, a produz para os aquíferos nacionais, o que não acontece com a Comissão Internacional de Limites e Águas (seção México), que funciona como canal diplomático para a gestão dos tratados internacionais sobre águas transfronteiriças no México.

Do nosso ponto de vista particular, a representação cartográfica das águas subterrâneas transfronteiriças é complexa devido à diversidade de métodos existentes nas ciências aplicadas à água e à hidrogeologia, mas sobretudo deve ser considerada estratégica, uma vez que esclarece o tipo de soberania e de direitos que os Estados envolvidos devem exercer sobre esses cursos de água compartilhados. O México e os Estados Unidos exigem essas informações para eventualmente negociar no futuro o desenho de um Tratado e Modelo de Gestão Transfronteiriça que, entre outras coisas, determine as responsabilidades bilaterais para proteger e conservar esses canais hídricos.

O TAAP E A AVALIAÇÃO DO AQUÍFERO TRANSFRONTEIRIÇO RIO SAN PEDRO

No trabalho intitulado *Evaluación crítica del acuífero transfronterizo río San Pedro* (Hatch-Kuri, Carrillo-Rivera y Huizar-

27 No contexto da ainda pendente emissão no México da Lei Geral das Águas, destaca-se que nem a Lei Korenfeld (Parecer em sentido positivo, 2015), iniciativa considerada oficial, nem o contrário dela - isto é, a iniciativa cidadã de Lei Geral da Água (Iniciativa com projeto de decreto, 2020) proposta pela sociedade em torno da organização "Água para Todos, Água para a Vida" - contemplam as águas subterrâneas transfronteiriças. Mesmo o projeto de iniciativa da Comissão de Água Potável e Saneamento do Congresso da União, Legislativo LXIII, também conhecido como Lei de Pichardo (Projeto de Lei Geral das Águas, 2018), não abordou a questão aqui exposta. [O deputado José Ignacio Pichardo Lechuga Pichardo (PRI) presidiu a Comissão de Água Potável que sugeriu a lei. Nota do tradutor].

28 A única cartografia que representa o polígono no plano horizontal e superficial das águas subterrâneas transfronteiriças é o mapa dos 592 aquíferos transfronteiriços, publicado pelo *International Groundwater Resources Assessment Center* em 2015.

Álvarez, 2019) enfocamos na análise crítica do impacto dos resultados do TAAP e suas implicações políticas na relação ambiental entre México e Estados Unidos. Com rigor científico, se realizou una revisión pormenorizada da publicação oficial binacional *San Pedro River Aquifer Binational Report/ Estudio binacional sobre el acuífero transfronterizo del río San Pedro* (Callegary *et al.*, 2016), último informe binacional publicado até o ano de 2019 e derivado do TAAP.

O rio San Pedro nasce em Cananea, México, e desemboca no rio Gila, tributário do rio Colorado, nos Estados Unidos. Por debaixo deste canal superficial, o aquífero transfronteiriço homônimo possui uma extensão territorial superficial de cerca de 5.352 km² (2.892 km² no México e 2.460 km² nos Estados Unidos). Em 2010, se estimou que sobre este aquífero habitavam 90.000 pessoas; 52.000 residiam nos Estados Unidos e o restante no México, de acordo com o *Estudio binacional* (Callegary *et al.*, 2016). Sua avaliação foi iniciada em 2010 e concluída em 2016, com a publicação digital e online de seus resultados, depois de coletar informações e processá-las entre os dois países. Os objetivos do estudo foram os seguintes:

- compreender o estado da arte sobre o clima, o referente geológico particular (aquífero), o solo, a cobertura vegetal, a mudança de uso do solo e a hidrologia subterrânea do aquífero (hidrogeología);
- compilar e criar uma base de dados de alcance binacional;
- identificar vazios de informação e atualizar dados, como as versões prévias que se referiam ao modelo hidrogeológico do aquífero rio San Pedro.

Na revisão crítica dos resultados do TAAP em Sonora-Arizona, procuramos indagar acerca das implicações científicas e políticas decorrentes da avaliação binacional realizada no contexto do TAAP e, da mesma forma, compreender em que medida os resultados da avaliação poderiam contribuir para o fortalecimento de um incipiente esquema ou modelo de gestão binacional da água subterrânea como mecanismo preventivo de conflitos locais.

Metodologicamente, partimos de duas premissas. A primeira é que, a partir da abordagem da Geografia Política, a água é conceituada como uma *totalidade híbrida*, ou seja, uma espécie de lubrificante que articula as relações sociais e que, devido à sua mobilidade física e planetária, configura conflitos multidimensionais que refletem interesses pela sua apropriação, transformação e organização espacial (Linton, 2010). Entende-se como dimensão conflitiva da água, justamente, a falta de uma *visão sistêmica das águas subterrâneas* para a prevenção de conflitos transfronteiriços, pois à medida que existam dados mais rigorosos sobre o funcionamento das águas subterrâneas, os esquemas ou modelos de distribuição política da água entre as nações poderiam ser muito mais justos e convergentes com os padrões que ademais exigem a aplicação de uma política de preservação ambiental. A segunda premissa corresponde à abordagem hidrogeológica baseada no uso e incidência da metodologia dos *sistemas de escoamento thotianos* e seu vínculo metodológico com aspectos críticos do funcionamento das águas subterrâneas (ver figura 1).

Figura 1. Metodologia interdisciplinar de análise para as águas subterrâneas transfronteiriças

Fonte: Elaboração própria com base em Hatch-Kuri, Carrillo-Rivera e Huizar-Álvarez (2019).

Os *sistemas de fluxo*, segundo a metodologia proposta por Tóth (1970), são definidos em uma análise tridimensional como locais, intermediários e regionais para estabelecer sua posição relativa (espaço / tempo) dentro do aquífero. A situação dos sistemas de escoamento na análise de águas subterrâneas é muito favorável, principalmente em casos de controvérsia diplomática sobre qual é o local de origem da água de uma nascente ou poço. Essa é uma técnica que oferece vantagens devido aos elementos que envolve. Por exemplo, a hidrogeoquímica é utilizada para verificar se a água circula por determinado material geológico ou a idade da água, que verifica se o caminho percorrido é aquele estabelecido pela referência da hidráulica subterrânea, o que mostra que a água subterrânea extraída infiltrou ou foi recarregada nesta ou naquela elevação topográfica localizada em um dos países que compartilham esses fluxos internacionais de água. Em essência, os sistemas de fluxo permitem estabelecer o funcionamento da água e os processos envolvidos em sua

movimentação, o que é extremamente vantajoso quando comparado ao balanço hídrico tradicionalmente utilizado em questões técnicas hídricas. Deve-se notar que no Canadá (Rivera, 2018) sistemas de fluxo são usados para definir o funcionamento de suas águas subterrâneas da escala local à regional, uma metodologia que também está sendo aplicada nos aquíferos transfronteiriços da grande bacia do rio Mekong (Zai-sheng et al., 2010).

Considerando a coerência entre os objetivos estabelecidos e a metodologia empregada no *Estudo binacional* (Callegary et al., 2016), se chegou a resultados muito valiosos, mas, ao mesmo tempo, a aspectos que revelam assimetrias significativas na geração do trabalho entre ambos os países, o que leva a diversas áreas de oportunidade.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a confusão dos conceitos, visto que no *Estudo Binacional* (Callegary et al., 2016) pouca clareza foi detectada sobre o significado de “aquífero”, uma vez que foram utilizados como sinônimos os termos *sistema aquífero*, *aquíferos regionais* e *aquíferos*, embora esses termos impliquem conceitos diferentes. Assim, nesta investigação, apenas o material granular é tratado como um *aquífero* e, embora sejam fornecidas informações sobre as rochas fraturadas *aquíferas*, isso não está claramente incluído nas considerações hidrogeológicas. Outros exemplos semelhantes, que aludem a uma série de termos que parecem diferentes e que não estão devidamente definidos no início do documento, são *aquífero aluvial*, *aquífero rochoso fraturado*, *aquífero para poros e fraturas* e *aquífero aluvial regional*. Aqui deve ser notado que no relatório correspondente à primeira fase deste aquífero (documento elaborado no México) há uma falta de precisão porque o aquífero do rio San Pedro é um local definido administrativamente, e não hidrogeológico, o que contrasta com a forma pela qual é concebida nos Estados Unidos.

A definição de cada um desses conceitos é imprescindível, pois são as unidades espaciais para a gestão dos canais transfronteiriços, ou seja, esses conceitos constituem a base para a formulação de tratados internacionais e subsequentes programas de monitoramento. Logo, é imprescindível não confundir as formas como se tem fragmentado o que inicialmente pode ser chamado de “ciclo hidrológico transfronteiriço” e seus componentes espaciais: bacia hidrológica, bacia hidrográfica,

aquífero e fluxos de água subterrânea.

Por outra parte, nossa revisão crítica detectou a carência de uma descrição clara da espessura geológica do aquífero, da totalidade de seus materiais e da natureza de seus limites laterais, sobretudo se o que se perseguia era uma exposição nítida de sua geometria (visão 3D), de acordo com o que sugerem a metodologia dos sistemas de fluxos *thotianos* e os instrumentos ou guias internacionais, como a *Estrategia regional para la evaluación y gestión de los sistemas acuíferos transfronterizos en las Américas* (UNESCO, 2015) e até o próprio significado de *aquífero transfronteiriço* utilizado na Resolução da ONU 63/124 (2009).^[29]

De forma similar, o *Estudo binacional* (Callegary *et al.*, 2016) apresenta problemas de inconsistência com as unidades de medição usadas, isto é, em seu emprego não existe uma padronização. Assim, fala-se de metros cúbicos por segundo e, em outras ocasiões, de litros por segundo. Um erro semelhante se apresenta também na classificação edafológica do aquífero, representada no mapa de solos situado na página 20 do mencionado estudo, porque, enquanto a classificação mexicana é relativa à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), nos Estados Unidos se emprega a do Serviço de Conservação de Recursos Naturais desse país, sendo ambas incompatíveis. O anterior está em plena contradição com o que sugerem e indicam tanto o *Convênio sobre a proteção e uso dos cursos de água transfronteiriços e dos lagos internacionais* (Comissão Econômica das Nações Unidas para Europa [CEPE], 1992) (também conhecido como Convênio de Helsinki), como a *Convenção das Nações Unidas sobre o direito dos usos dos cursos de água internacionais para fins distintos da navegação* (ONU, 1997) (também conhecida como Convenção de Nova Iorque) em matéria de homologação de informação. Resta notar que, neste documento, não se considerou a água subterrânea como um elemento que incida na formação do solo.

Por outro lado, embora procure enriquecer a definição do

29 O Artigo 2 define que um aquífero transfronteiriço é a formação geológica permeável com água, localizada em uma camada menos permeável, e a água contida na zona saturada da formação. Esta formação geológica pode, além disso, estar hidráulicamente ligada entre si com outros aquíferos para formar um sistema aquífero transfronteiriço, que, devido à sua extensão geológica, pode ter diferentes partes localizadas em diferentes estados.

sistema aquífero, o *Estudo Binacional* não aprecia uma análise das diversas variáveis da hidrologia subterrânea envolvidas que facilite, pelo menos, a identificação da inter-relação entre as águas superficiais e as águas subterrâneas (a caracterização do Ciclo Hidrológico). Deve-se notar que, embora o estudo sugira a atualização do modelo conceitual de água subterrânea e seu balanço hídrico, para que isso seja possível é necessário especificar adequadamente as estações de medição de escoamento no México e nos Estados Unidos, incluindo gráficos de tempo de escoamento e, com isso, a determinação da vazão de base, caso contrário não é possível avaliar o *sistema aquífero* como um todo. Dessa forma, o *balanço hídrico* apresentado é uma versão resumida de outro trabalho mais amplo contido no relatório e elaborado 10 anos antes. Talvez isso explique a imprecisão na estimativa dos indicadores climatológicos, já que do lado mexicano apenas quatro estações meteorológicas foram utilizadas para a análise do comportamento atmosférico em uma superfície que chega a 1.735 km². O desejável teria sido a geração de um modelo conceitual de água que incluísse um modelo numérico e fosse complementado com a interpretação de análises químicas e isotópicas (idade da água) de águas superficiais e subterrâneas, bem como os resultados de estudos de vegetação e de tipo de solo (naturais) obtidos previamente no campo.

Quanto às informações geológicas e sua representação cartográfica, embora seja apresentado um mapa das unidades estratigráficas que emergem (mas não da Geologia), teria sido ideal incorporar conceitos como *estruturas*, *fraturamento*, *depressões*, *descontinuidades*, *mineralogia*, entre outros. Além de incluir, pelo menos, algumas seções geológicas que se cruzam, fornecendo uma visão espacial explicativa 3D da referência geológica do caso.

Em relação à análise hidrogeoquímica, não foi especificada a metodologia (gerenciamento e interpretação da informação) utilizada para a coleta das amostras de água. Do ponto de vista dos sistemas de fluxos *tothianos*, indicadores como a temperatura da água permitem inferir a profundidade da circulação da água no aquífero, elemento que, por sua vez, serve para a caracterização dos fluxos subterrâneos. Por fim, embora aspectos como a localização georreferenciada dos poços, os proprietários e concessionários dos poços e o volumes e a qualidade da água extraída em tempo real não tenham sido contemplados no TAAP, esses dados indicam a forma como a água se distribui politicamente em

ambos os países e pode constituir uma segunda fase para a avaliação abrangente de todas as águas subterrâneas transfronteiriças.

Por tudo isso, concluiu-se que dados vitais ou estratégicos como a definição conceitual de um caráter transfronteiriço e com uma referência 3D do aquífero transfronteiriço do rio San Pedro e a determinação dos sistemas de fluxos *thotianos* e seus componentes estiveram ausentes em sua totalidade no *Estudo Binacional* (Callegary et al., 2016), deixando dúvidas sobre esses aspectos e a aprovação dos resultados. Nessa perspectiva, o estudo reflete que cada país realizou uma avaliação específica, com padrões ou referências diferentes, o que, em alguns casos, dificulta a compreensão da informação processada e, por sua vez, revela descoordenações e assimetrias que podem gerar conflitos na formulação de esquemas de gestão conjunta de aquíferos transfronteiriços, evitando a cooperação que garanta uma distribuição política equitativa desses cursos d'água compartilhados.

OS CANAIS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA TRANSFRONTEIRIÇA E A FRATURAÇÃO HIDRÁULICA: O AQUÍFERO TRANSFRONTEIRIÇO EDWARDS-TRINITY- EL BURRO (NEXO ÁGUA-ENERGIA)

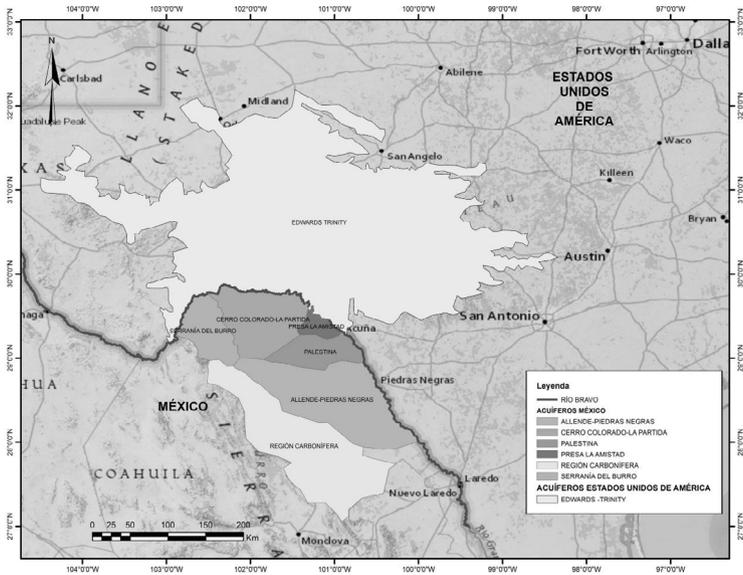
Durante o período de 2016 a 2018, foi desenvolvido o projeto de pesquisa intitulado *Implicaciones políticas en la competencia espacial por el aseguramiento hídrico y energético México-Estados Unidos: El papel de las aguas subterráneas transfronterizas en el fracking*. Os resultados refletiram-se principalmente em dois artigos^[30]. A pesquisa buscou revelar a importância da relação entre águas subterrâneas

30 Também foi organizado o Fórum Internacional *As Assimetrias na Gestão e Regulação de Águas Subterrâneas na América do Norte: Rumo a um Esquema Integral no México*, realizado em 10 de agosto de 2017, no qual foram discutidos (com a presença de especialistas do Canadá, Estados Unidos e México) os desafios e assimetrias prevalentes na gestão das águas subterrâneas naquela região. Da mesma forma, foi realizado o workshop internacional *Estratégias regionais para a gestão de aquíferos transfronteiriços*, ministrado pelo Dr. Alfonso Rivera, hidrogeólogo chefe do Serviço Geológico do Canadá.

transfronteiriças e o *fracking* (nexo água-energia) na fronteira Estados Unidos-México, tomando como referência as licitações iminentes (rodadas) que o governo mexicano tem facilitado para que o setor privado seja partícipe do uso de hidrocarbonetos não convencionais (gás de xisto), principalmente nas áreas localizadas às margens do Rio Grande, na fronteira com os Estados Unidos.

Este projeto foi dividido em duas etapas, na primeira foi feito um diagnóstico exploratório do conjunto de informações oficiais relacionadas ao aquífero transfronteiriço Edwards-Trinity-El Burro, localizado entre os estados de Coahuila e Texas (ver mapa 1), visando demonstrar que a perspectiva de gestão transfronteiriça de águas subterrâneas em relação ao *fracking* é praticamente nula. Na segunda etapa, a escala de análise donexo água-energia foi ampliada, incluindo uma análise da América do Norte como um todo, respondendo assim às seguintes questões: quais são os elementos de análise que contribuem para a invisibilidade política da relação água subterrânea fronteira-*fracking* no contexto da integração energética norte-americana? Desses elementos, quais são os critérios para a preservação ambiental das águas subterrâneas transfronteiriças em um cenário de extração irracional e contaminação derivada do *fracking* na região?

Mapa 1. Sistema aquífero transfronteirizo Edwards-Trinity-El Burro



Fonte: Elaboração própria para o estudo de Hatch-Kuri (2018b).

Os achados deste projeto em sua primeira fase sugerem, por um lado, que a falta de uma avaliação sistêmica das águas subterrâneas dificulta o entendimento oportuno dos efeitos ambientais danosos do *fracking* sobre as águas subterrâneas, uma vez que é um erro considerar que esta técnica envolva apenas danos ambientais locais. Por outro lado, do ponto de vista da Geografia Política, indicam que os depósitos transfronteiriços de gás de xisto nos Estados Unidos têm sido um componente fundamental para a expansão dos interesses econômicos daquele país na formação do bloco econômico e energético regional na América do Norte, que inclui México e Canadá. De acordo com nossa análise recente, estima-se que a demanda doméstica de gás de xisto seja atendida até o ano 2100 nos Estados Unidos. No entanto, aquele país busca a consolidação de um bloco econômico de corte energético, junto com seus vizinhos Canadá e México, para competir de forma mais agressiva no mercado com outros países produtores, como Rússia e

China (Hatch-Kuri, 2021).

Na publicação *Fracking en el acuífero transfronterizo Edwards-Trinity-El Burro: Implicaciones y daños ambientales transfronterizos* (Hatch-Kuri, 2018b) comprovamos que a visão sistêmica da água subterrânea transfronteiriça está ausente em sua relação com o *fracking*. Tal técnica é polêmica por diversos motivos, entre eles a demanda de água - estima-se que seja entre 9 e 20 milhões de litros por poço - e a água injetada no subsolo - que se mistura com produtos químicos que facilitam o fraturamento da rocha, mas poluem a água e o aquífero. Também não há certeza sobre o volume de água que retorna do poço (fluxo de retorno) ou sobre seu descarte final.

No caso do aquífero transfronteiriço Edwards-Trinity-El Burro, localizado no norte de Coahuila, México e centro-sul do Texas, as informações e estudos previamente preparados, especialmente para a área mexicana, são limitados. Portanto, de acordo com as informações geológicas e hídricas disponíveis, estimamos (ver mapa 1) a dimensão poligonal (apenas em seu plano horizontal) deste aquífero transfronteiriço no México, incluindo as seguintes unidades administrativas do aquífero: Cerro Colorado-La Partida, Presa la Amistad, Palestina, Allende-Piedras Negras y Región Carbonífera. Dessa forma, sua extensão territorial atingiu a ordem de 44.434,20 km², embora a maior extensão territorial continue sendo nos Estados Unidos. Outros achados relevantes foram a discrepância nos dados oficiais referentes ao volume disponível de água subterrânea nos aquíferos administrativos mexicanos, bem como as assimetrias existentes entre o México e o Texas na governança das águas subterrâneas e sua regulação no fraturamento hidráulico.

A Comissão Nacional de Águas (CONAGUA) estimou para 2015 que o volume de água subterrânea disponível na região hidrológica da bacia do Rio Grande era de 1.604,54 hm³ / ano, mas esse número foi drasticamente reduzido por estado. Assim, em Coahuila foi reduzido para 47,53 hm³ / ano, mas, no caso dos seis aquíferos administrativos pertencentes ao aquífero transfronteiriço Edwards-Trinity-El Burro e localizados em Coahuila, volumes suficientes de disponibilidade de água subterrânea foram relatados com uma ordem de 118,48 hm³ / ano, superando assim a quantidade disponível deste recurso em toda Coahuila (volume hipoteticamente distribuído por

28 aquíferos administrativos atingindo um volume da ordem de 47,53 hm³ / ano). O que é preocupante nessas estimativas é que, se forem usadas como base para outorga de concessões de água para *fracking*, podem desencadear descontentamento social entre outros usuários de água subterrânea em áreas próximas aos limites da fronteira. Basta lembrar a reclamação pública feita pelos *ejidatarios* de Jiménez, Coahuila, em 2016³¹, e considerar que, devido à disponibilidade de água subterrânea, os resultados indicam que, hipoteticamente, em apenas alguns dias, a indústria de *fracking* poderia “extrair toda” a água disponível (10,89 hm³ / ano) do aquífero administrativo Serranía del Burro, estimada pela CONAGUA.

Em relação ao governo e à regulação do uso das águas subterrâneas com *fracking* entre o México e o Texas, as assimetrias nos esquemas de gestão são significativas. O Código de Águas do Texas regula esse recurso por meio da assistência dos Comitês de Proteção de Águas Subterrâneas do Texas, que operam por condado e tem poderes para gerenciar e proteger a água. Em contrapartida, no México, a CONAGUA faz o mesmo por meio dos Comitês Técnicos de Águas Subterrâneas (COTAS) que, com caráter puramente consultivo, emitem recomendações ao Executivo Federal para melhorar a gestão das águas subterrâneas. Na comparação feita entre os Comitês de Conservação de Água Subterrânea do Texas localizados no sistema aquífero transfronteiriço Edwards-Trinity, dos 37 que deveriam operar em cada município, 31 (84%) funcionam, em comparação com um número nulo de COTAS sem operação na porção mexicana desse sistema. Por outro lado, em agosto de 2017, foram publicadas no México as diretrizes para a proteção e conservação das águas nacionais nas atividades de exploração e extração de hidrocarbonetos em reservatórios não convencionais, em que se estabelece um marco regulatório para a proteção das águas a serem usadas por *fracking*; no entanto, nenhuma menção é feita ao uso de canais relacionados a águas subterrâneas transfronteiriças ou compartilhadas.

31 Na IX Audiência Pública do Tribunal Latinoamericano da Água (2016), no México, os *ejidatarios* de Zapata, Palmira e Jiménez, Coahuila, apresentaram evidências sobre a concessão de água que outorgou a Conagua (3,6 hm³/día) a duas companhias canadenses dedicadas à venda deste recurso para o negócio da indústria do *fracking* (Highmark Marketing Inc. y Lightning Inc.), ademais, denunciaram a possível concessão de 7,2 hm³/día adicionais para expandir seu negócio.

Como é evidente, a falta de dados sobre as águas subterrâneas e a falta de uma abordagem de gestão transfronteiriça geram tensões políticas entre os diferentes setores envolvidos. Até o momento, a Petróleos Mexicanos (Pemex) concluiu a fase de exploração das reservas de gás de xisto na bacia de Sabinos-Burro-Picachos, a fim de verificar a existência dos recursos prospectivos anteriormente projetados em 2015 (13,9 bilhões de barris de óleo bruto equivalente) pela Comissão Nacional de Hidrocarbonetos. Dos 28 poços perfurados, apenas três deles encontraram reservas lucrativas. No entanto, a polêmica ficou latente porque estudos geofísicos - como os de Martínez (2018) - mostram que a fase de exploração realizada pela Pemex causou microismicidade induzida e efeitos na infraestrutura das populações do norte dos estados mexicanos de Nuevo León e Coahuila.

Este último foi discutido no Fórum de Governança da Água, convocado pelo Conselho da Bacia do Rio Grande (CCRB) “Rumo a uma visão compartilhada”, realizado na cidade de Monterrey, Nuevo León, em 18 e 19 de novembro de 2018. Nesse fórum, pelo menos três posições conflitantes puderam ser vistas. Por um lado, o representante da Secretaria de Energia defendeu a viabilidade e rentabilidade da utilização do gás de xisto no México, enquanto, por outro, os acadêmicos manifestaram preocupação com a falta de estudos no país sobre a determinação específica dos impactos ambientais e sociais do *fracking*. Por fim, o empresariado regional, ou seja, do Nordeste mexicano, embora legitimamente preocupado com esses impactos, parecia coincidir muito mais com a posição defendida pela Secretaria de Energia, ou seja, de abertura ao investimento estrangeiro protegido pelas reformas sofridas pela Lei de Hidrocarbonetos no mandato de 6 anos do ex-presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018). Em suma, isso indica que o avanço do *fracking* corresponde mais a um projeto de classe do que a um projeto propriamente nacional. Por este motivo, uma das conclusões gerais é que o mais adequado para a resolução deste conflito seja invocar a aplicação do princípio da precaução como meio eficaz de suspensão temporária desta atividade. Isso até haver informações suficientes para permitir uma tomada de decisão benéfica para todos os setores envolvidos.

QUE DESAFIOS REPRESENTA O DESENHO DE UM MODELO DE GESTÃO CONJUNTO PARA AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS TRANSFRONTEIRIÇAS MÉXICO-ESTADOS UNIDOS?

Em conjunto, as descobertas anteriores sugerem a necessidade de propor uma mudança radical na forma de conceber, avaliar e governar as águas subterrâneas, pelo menos no México. A falta de transição para um paradigma científico que atualize e produza evidências sobre o funcionamento do seu ecossistema, as lacunas jurídicas que prevalecem nos atuais marcos regulatórios sobre as águas subterrâneas transfronteiriças e a aposta perigosa que o *fracking* representa devido ao seu alto potencial poluidor foram motivos suficientes para se escrever uma proposta acadêmica para regulamentação de águas subterrâneas com base em evidências científicas produzidas durante mais de três décadas de pesquisa. Na *Lei de Águas Subterrâneas: Uma Proposta* (Carmona et al., 2017) a avaliação sistêmica das águas subterrâneas é formulada através da aplicação de sistemas de fluxos *tothianos*, bem como na vigilância e no monitoramento permanentes da qualidade da água, além da aplicação de alerta precoce (derivado do *princípio da precaução*) para todas as atividades que comprometem o equilíbrio ecológico da água. Essa proposta incluiu uma seção de regulação específica para águas subterrâneas transfronteiriças (Capítulo VII “Sobre Aquíferos Transfronteiriços”), que visa a proteção, preservação e gestão soberana destes cursos compartilhados, considerando os aquíferos como uma *unidade geológica transfronteiriça de gestão*^[32], para os quais medidas são estabelecidas no controle da extração, distribuição e uso da água, com base no seu uso justo e razoável, levando em consideração os princípios da soberania, integridade territorial e desenvolvimento sustentável, bem como aquele relativo à elevação ao máximo dos benefícios mútuos derivados da sua utilização, de acordo com os instrumentos internacionais e os antecedentes na matéria.

32 O conceito de aquífero transfronteiriço desta proposta, localizado no artigo 3 do capítulo I, está em concordância com a definição do projeto de Resolução 63/124 (ONU, 2009).

Precisamente, esta seção se desenvolveu considerando os trabalhos prévios efetuados por Robert D. Hayton e Albert E. Utton em 1989, mas também o conteúdo do *Convênio sobre a proteção e o uso dos cursos d'água transfronteiriços e os lagos internacionais* (CEPE, 1992) e da *Convenção das Nações Unidas sobre o direito dos usos dos cursos d'água internacionais para fins distintos da navegação* (ONU, 1997). Também se recuperou as diretrizes para a gestão de aquíferos transfronteiriços publicadas pela UNESCO em 2015.

Na publicação *A Joint Management of Transboundary Aquifers: From Asymmetries to Environmental Protection* (Hatch-Kuri, 2018a) efetuamos uma análise profunda sobre a diferença e as implicações da *soberania permanente sobre os recursos naturais* e os efeitos do reconhecimento internacional em relação com a *soberania compartilhada sobre os recursos naturais*, para sustentar a formulação da seção de regulação dos aquíferos transfronteiriços a partir de uma visão de *soberania compartilhada ou interdependente*.

Em síntese, o trabalho coloca a coordenação entre um ente técnico-administrativo (Serviço Hidrogeológico Nacional [SNH]) e a Comissão Internacional de Limites e Águas (CILA) para: *a)* definir e avaliar os sistemas de escoamento transfronteiriços; *b)* conhecer os volumes de recarga e descarga natural de cada um dos aquíferos; *c)* avaliar o rendimento sustentável da água subterrânea; *d)* supervisionar a distribuição e a partilha da água, isto é, estabelecer um registro preciso das concessões do lado mexicano e criar uma base de dados confiável que seja suscetível de ser intercambiada com as nações vizinhas; *e)* propor as vazões de extração; *f)* monitorar permanentemente a qualidade da água extraída; *g)* estabelecer procedimentos de alerta precoce; *h)* reduzir as cargas de poluição de fontes pontuais e difusas; *i)* servir como um fórum binacional para o intercâmbio diplomático de informações sobre os usos existentes e planejados das águas subterrâneas em instalações e atividades que possam causar um impacto transfronteiriço; *j)* armazenar, salvaguardar, definir, validar e aprovar todos os dados e informações que sejam objeto de intercâmbio diplomático sob critérios de acessibilidade, transparência e responsabilização; *k)* calcular e revisar as necessidades atuais e futuras de água subterrânea, entre as mais importantes.

Da mesma forma, está prevista a entrega de um relatório trimestral ao Congresso da União, que reflita o progresso na gestão dos aquíferos transfronteiriços, considerando os seguintes aspectos: *a)* o marco jurídico transfronteiriço aplicável; *b)* os planos, programas e qualquer outro instrumento de planejamento setorial, regional e fronteiro, aplicáveis em cada país; *c)* a identificação dos responsáveis de cada país; *d)* a identificação dos recursos econômicos e financeiros para a execução de cada programa; *e)* os mecanismos de padronização, comparação, validação e intercâmbio de informações e *f)* as formas, mecanismos e procedimentos de participação pública na elaboração do programa, sua avaliação, monitoramento, acompanhamento e controle social. Vale ressaltar que, embora o México não possa obrigar as nações vizinhas a cooperar nessa área, o TAAP já abriu um precedente para a cooperação com os Estados Unidos. Resta examinar as implicações dessa política em relação aos países vizinhos ao sul, ou seja, Guatemala e Belize.

Esta proposta busca enfrentar os desafios que correspondem às assimetrias existentes enquadradas nos diferentes tratados e programas institucionais e ambientais México-Estados Unidos. Ao mesmo tempo, tenta tornar visível a importância da regulação soberana desses cursos d'água, que tem estado ausente no contexto das negociações políticas realizadas pelos diferentes atores envolvidos no setor hídrico no México no processo de expedição da Lei Geral de Águas, que deve ser feita em breve pelo Poder Legislativo Federal.

Neste quadro, certos atores, tais como ambientalistas, iniciativa privada, autoridades do setor e alguns acadêmicos, consideram erroneamente que tal assunto é exclusivo da esfera da política externa mexicana ou, antes, que institucionalmente corresponderia ao CILA tratar e administrar a questão, quando se demonstra que este último tem poderes limitados para tanto e, ainda, não há clareza na distribuição de poderes entre as autoridades federais, estados e municípios para administrar esses cursos d'água. Caberia inclusive questionar se uma visão setorial exclusiva ainda é necessária para resolver o problema e, portanto, abrir novas possibilidades de gestão considerando instrumentos atuais como a Portaria Ecológica Geral do Território, que estabelece prioridades em torno da gestão da água como um todo ao longo o país. Por isso, inicialmente, seu reconhecimento jurídico é necessário no contexto das possibilidades institucionais atuais no México, como base para uma

abordagem muito mais sólida do futuro no *corpus* da relação bilateral e da política voltada para a gestão da água na fronteira.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo de seis anos de estudo das águas subterrâneas transfronteiriças México-Estados Unidos, é possível afirmar que o pouco prestígio social que goza a água subterrânea em termos gerais tem ofuscado sua importância e sua presença estratégica no núcleo duro da política hídrica no México. Em contrapartida, nos Estados Unidos, seu conhecimento e funcionamento, bem como a quantificação de sua quantidade e qualidade, são objeto de interesse científico e político, principalmente por parte dos estados fronteiriços, o que foi evidenciado pelo projeto de lei promovido em 2006 por ex-senadores do Novo México (Jeff Bingaman e Pete Domenici) e do Arizona (senador Jon Kyl e ex-congressista James Thomas Kolbe) para operacionalizar o TAAP.

Este programa estabeleceu um precedente histórico na avaliação binacional dos aquíferos transfronteiriços entre os dois países, que poderia muito bem ser estendido ao resto dos aquíferos que ainda estão por ser avaliados de uma perspectiva oficial, embora para isso seja necessário considerar pelo menos dois pontos. O primeiro, conforme demonstrado nos resultados da pesquisa, é que o uso de uma abordagem de avaliação sistêmica da água subterrânea (determinação dos sistemas de fluxos *tothianos*) não pode ser dispensada, o que por sua vez implica o reconhecimento da operação transfronteiriça da água e, conseqüentemente, a aplicação de modelos conjuntos de medição, avaliação, padronização e homologação dos resultados. A segunda é que, no caso dos Estados Unidos, tudo parece indicar que a continuação de um programa de avaliação de natureza semelhante ao TAAP continuará a depender dos interesses existentes de carácter regional ou da vontade política dos políticos dos estados fronteiriços com o México (Califórnia, Arizona, Novo México e Texas), a fim de gerar e obter mais informações sobre a operação de águas subterrâneas transfronteiriças, como é possivelmente o caso do Texas, onde recentemente a Texas A&M University fez contribuições valiosas para o conhecimento dos aquíferos transfronteiriços. Portanto, parece que a questão ainda passa

despercebida em Washington, DC, o que poderia até ser benéfico para o estado atual e de curto prazo da relação bilateral com o México, uma vez que essas hidrovias ainda não se configuraram como uma espécie de “reservatório de água”.

Diante disso, caberia perguntar então: a) que medidas semelhantes estão sendo realizadas no México para compensar a falta de informação sobre o comportamento sistêmico das águas subterrâneas transfronteiriças?; b) quem são os usuários desses canais compartilhados ao longo do espaço fronteiriço binacional?; c) quais são os volumes de água que foram concedidos a cada um dos usuários?; d) onde estão fisicamente localizados os seus usos?; e) quem monitora os aproveitamentos da água subterrânea e que sanções estão previstas para um padrão de uso irracional da água?; para citar apenas algumas dúvidas sobre este assunto. Certamente, não será possível responder plenamente a essas e outras questões até que no México sejam superados os obstáculos ou desafios sociais, institucionais, jurídicos e financeiros que, em suma, fazem parte das assimetrias enfrentadas pelos Estados Unidos nesta matéria.

Nesta contribuição foram aludidos alguns destes desafios, como a ideia errônea de que a gestão das águas subterrâneas transfronteiriças se resolve com a presença *per se* do CILA, esquecendo que no Tratado da Água de 1944 essas águas não eram objeto de acordo e que não existem legalmente na legislação nacional de águas, de modo que, conseqüentemente, não existem os elementos necessários para o seu reconhecimento legal (*o dever ser*), muito menos para propor uma distribuição política equitativa entre os dois países.

A isso se deve acrescentar que os atores ou partes interessadas na gestão da água no México não fizeram um esforço suficiente para incorporá-las plenamente aos projetos das diversas propostas da Lei Geral de Águas. Por este motivo, um primeiro passo para resolver estes desafios é a sua definição jurídica e a criação de um suporte institucional adequado, bem como do orçamento necessário, para a realização de trabalhos - semelhantes ao TAAP - que permitam ter as informações básicas sobre águas subterrâneas transfronteiriças. Isso facilitaria, no futuro, a criação de programas de gestão binacional ou local para sua efetiva proteção e conservação ambiental.

REFERÊNCIAS

Borrador de la Ley General de Aguas de la Comisión de Agua Potable y Saneamiento [sin publicar], Ciudad de México, 2018.

Callegary, J. B., Minjárez-Sosa, I., Tapia-Villaseñor, E. M., Dos Santos, P., Monreal-Saavedra, R., Grijalva-Noriega, F. J., Huth, A. K., Gray, F., Scott, C. A., Oroz-Ramos, L. A., Megdal, S. B., Rangel-Medina, M. y Leenhouts, J. M. (2016). Estudio binacional sobre el acuífero transfronterizo del río San Pedro. cila. <http://www.cila.gob.mx/as/ebsatrsp2016.pdf>

Carmona, C., Carrillo-Rivera, J., Hatch, G., Huizar, R. y Ortega, M. (2017). Ley del agua subterránea: Una propuesta. unam.

Comisión Económica de las Naciones Unidas para Europa (cepe). (1992). Convenio sobre la protección y uso de los cursos de agua transfronterizos y los lagos internacionales en su forma enmendada, junto con la decisión VI/3, en la que se aclara el procedimiento de adhesión. Autor. https://www.unece.org/fileadmin/DAM/env/water/publications/WAT_Text/Convention_text_SPA.pdf

Dictamen en sentido positivo que presentan las Comisiones Unidas de Agua Potable y Saneamiento, y de Recursos Hidráulicos la Cámara de Diputados, con proyecto de decreto por el que se expide la Ley General de Aguas. Gaceta Parlamentaria (4228-II), Ciudad de México, 5 de marzo de 2015. https://www.senado.gob.mx/comisiones/cambio_climatico/reu/docs/Dictamen_LGA_070415.pdf

Domínguez, J. y Carrillo-Rivera, J. (2007). El agua subterránea como elemento de debate en la historia de México. En A. Mayer, México en tres momentos: 1810-1910-2010 (pp. 1-29). unam.

Gleeson, T., Befus, K. M., Jasechko, S., Luijendijk, E., & Cardenas, M. B. (2016). The global volume and distribution of modern groundwater. *Nature Geoscience*, 9(2), 161-167.

Hatch-Kuri, G. (2021). Aguas subterráneas transfronterizas y fracking: invisibilidad y fragmentación en el contexto de la integración energética de América del Norte. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 25 (1).

Hatch-Kuri G. & Carrillo-Rivera J.J. (2021) Groundwater Flow Systems and Their Importance in the Assessment of Transboundary Groundwater: The Mexico–U.S.A. Case. In: Alconada-Magliano M.M. (eds) *Intensified Land and Water Use*. Springer Earth System Sciences. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-65443-6_7

Hatch-Kuri, G. (2017a). Agua subterránea y soberanía interdependiente: El caso de los sistemas acuíferos transfronterizos en la región binacional de Paso del Norte. *Norteamérica*, 12(2), 113-145.

Hatch-Kuri, G. (2017b). Paso del Norte: La competencia por las aguas subterráneas transfronterizas. *El Colegio de Chihuahua/Universidad Autónoma de Ciudad Juárez*.

- Hatch-Kuri, G. (2018a). A Joint Management of Transboundary Aquifers: From Asymmetries to Environmental Protection. *Frontera Norte*, 30(59), 129-154.
- Hatch-Kuri, G. (2018b). Fracking en el acuífero transfronterizo Edwards-Trinity-El Burro: Implicaciones y daños ambientales transfronterizos. *Investigaciones Geográficas*, 96, 1-20.
- Hatch-Kuri, G., Carrillo-Rivera, J. y Huizar-Álvarez, R. (2019). Evaluación crítica del Acuífero Transfronterizo Río San Pedro. *Regions & Cohesion*, 9 (1), 61-85. doi: <http://dx.doi.org/10.3167/reco.2019.090106>
- Hatch-Kuri, G. e Ibarra, V. (2015). Las aguas subterráneas transfronterizas México-Estados Unidos: Importancia e invisibilidad dentro del contexto del tlcán. *América Latina Hoy. Revista de Ciencias Sociales*, 69(1), 75-93.
- Hatch-Kuri, G., Schmidt, S. y Carrillo-Rivera, J. (2017). Elementos de análisis de la propuesta de Ley General de Aguas en México a partir del derecho humano al agua y sus repercusiones en el quehacer científico, docente y en la investigación. *Revista de El Colegio de San Luis*, VII(13), 30-61.
- Hatch-Kuri, G., (2011). La producción espacial de San Jerónimo-Santa Teresa: conflictos y tensiones de poder en la región de Paso del Norte. Tesis para obtener el grado de Maestro en Geografía. Posgrado en Geografía. Ciudad de México: UNAM.
- Instituto de Geografía. (2007). Atlas Nacional de México 2007. Instituto de Geografía-unam. <http://www.igeograf.unam/sigg/publicaciones/atlas/anm-2007/anm-2007.php>
- Iniciativa con proyecto de decreto por el que se expide la Ley General de Aguas [sin publicar, versión actualizada], Ciudad de México, 4 de febrero de 2020. <https://aguaparatodos.org.mx/la-iniciativa-ciudadana-de-ley-general-de-aguas-2/>
- International Groundwater Resources Assessment Centre (igrac). (2015). *Transboundary Aquifers of the World* [mapa]. (1:50 000 000). International Hydrological Programme-unesco.
- Ley de Aguas Nacionales (lan). Diario Oficial de la Federación, Ciudad de México, 11 de agosto de 2004. <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/lan.htm>
- Lineamientos para la protección y la conservación de las aguas nacionales en actividades de exploración y extracción de hidrocarburos en yacimientos no convencionales. Diario Oficial de la Federación, Ciudad de México, 30 de agosto de 2017. http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5495543&fecha=30/08/2017
- Linton, J. (2010). *What is Water? The History of a Modern Abstraction*. University of British Columbia Press.
- Martínez, J. M. R. (2018). Shallow Seismicity and Fluid Exploitation in the Northern Burgos Basin (Nuevo León, México). *EPH-International Journal of Science And Engineering*, 4(9), 01-25.
- Organización de las Naciones Unidas (onu). (1997). *Convención de las Naciones Unidas sobre el derecho de los usos de los cursos de agua internacionales para fines distintos de*

la navegación (Quincuagésimo primer período de sesiones Tema 144). Autor. <https://undocs.org/pdf?symbol=es/A/RES/51/229>

Organización de las Naciones Unidas (onu). (2009). Resolución aprobada por la Asamblea General el 11 de diciembre de 2008 [sobre la base del informe de la Sexta Comisión (A/63/439)] 63/124. El derecho de los acuíferos transfronterizos. Autor. <https://undocs.org/pdf?symbol=es/A/RES/63/124>

Organización de las Naciones Unidas (onu). (2010). Resolución aprobada por la Asamblea General el 28 de julio de 2010 [sin remisión previa a una Comisión Principal (A/64/L.63/Rev.1 y Add.1)] 64/292. El derecho humano al agua y al saneamiento. Autor. https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292&Lang=S

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (unesco). (2015). Estrategia regional para la evaluación y gestión de los Sistemas Acuíferos Transfronterizos en las Américas. Autor.

Rivera, A. (2008). Groundwater Sustainable Development in Canada. *Emerging Issues. Geoscience Canada*, 35(2), 73-87.

Rivera, A. (2018). Modelos hidrológicos a multiescala combinados con sistemas de flujo de agua subterránea para evaluar cambios en el almacenamiento del agua subterránea a escala de Canadá utilizando modelado y sensores remotos. En S. Garza-Galván, J. Carrillo-Rivera y R. Huizar (coords.), *Coloquios sobre el agua subterránea en México* (pp. 125-133). Senado de la República, LVIII Legislatura.

Tóth, J. (1970). A Conceptual Model of the Groundwater Regime and the Hydrogeologic Environment. *Journal of Hydrology*, 10(2), 164-176.

Tratado entre el gobierno de los Estados Unidos Mexicanos y el gobierno de los Estados Unidos de América de la distribución de las aguas internacionales de los ríos Colorado, Tijuana y Bravo, desde Fort Quitman, Texas, hasta el Golfo de México. Washington, Estados Unidos, 3 de febrero de 1944. <http://www.cila.gob.mx/tyc/1944.pdf>

Zai-sheng, H., Jing, H. y Lei, N. (2010). Transboundary Aquifers in Great Mekong River Basin. En *International Conference «Transboundary Aquifers: Challenges and New Directions»* (pp. 1-6). isarm.

A GEOPOLÍTICA DO ÚTERO: PARA UMA GEOPOLÍTICA FEMINISTA DECOLONIAL EM ESPAÇOS DE MORTE LENTA^[33]

Sofia Zaragocin^[34]

Existem partes do corpo que criam territorialidades próprias. Neste texto, sugiro que em espaços determinados pela *colonialidade de colonos*, onde a violência lenta (Nixon, 2013) e a morte evitável são naturalizadas (Povinelli, 2011; Berlant, 2007; Povinelli, 2002), o útero cria sua própria territorialidade. Tomo como exemplo a resistência corporal das mulheres Épera (Eperara Siapidaara) da região norte da província de Esmeraldas, no Equador,^[35] que, para evitar a extinção de seu povo, mobilizam o útero como trincheira para enfrentar a morte coletiva. As mulheres Épera se contrapõem às múltiplas formas de violência espacial criando uma territorialidade por meio de seus papéis e corporeidades reprodutivas, dando origem ao que poderíamos chamar de *geopolítica do útero*. Minha contribuição reflexiva se situa na interseção entre a geopolítica feminista anglocêntrica e o feminismo decolonial latino-americano, em um contexto de *colonialidade de colonos* intimamente relacionado à morte lenta dos espaços-corpos. Assim, apresento primeiramente a *colonialidade de colonos* como um marco

33 Publicado originalmente como: “La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta”. In: Cruz Hernández, D.; Bayón Jiménez, M. (org.). *Cuerpos, territorios y feminismos. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas*. Quito: Abya Yala, 2020, p. 81-97. Tradução: Licio Caetano do Rego Monteiro e Letícia Parente Ribeiro.

34 Geógrafa feminista decolonial. Integrante do Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador e professora visitante e pesquisadora associada do Departamento de Sociología y Estudios de Género, Flacso-Ecuador. E-mail: sofia.zaragocin@gmail.com

35 O trabalho etnográfico desta pesquisa de doutorado consta de outros artigos em processo de revisão. Neste texto me interessa enfatizar os aspectos teóricos concernentes à relação corpo-território-morte.

analítico no contexto equatoriano, e, na sequência, faço uma breve revisão da literatura sobre o corpo na geopolítica feminista anglocêntrica, para finalmente propor, a partir da geopolítica feminista decolonial, a *geopolítica do útero*.

COLONIALIDADE DE COLONOS: UMA COLONIALIDADE ANALÍTICA-TERRITORIAL

Este texto retoma uma proposta analítica específica relativa à colonialidade, denominada, em inglês, *settler colonialism* ou, traduzida para o espanhol, *colonialidad de colonos*.^[36] Essa proposta sustenta que a eliminação sistemática dos povos indígenas não deve ser concebida como um evento isolado ou uma série de eventos, mas como uma estrutura de invasão (Wolfe, 1999). Diferentemente do genocídio ou do etnocídio, a invasão estrutural de colonos, além de eliminar a população indígena, busca apropriar-se de seus territórios (Wolfe, 1999; Veracini, 2011; Veracini, 2014). Trata-se de uma proposta analítica da colonialidade baseada na espoliação e na apropriação territorial que explica as formas contemporâneas de eliminação de povos e nacionalidades indígenas, caracterizando-se, sobretudo, como um projeto territorial. A partir da eliminação ou da morte dos povos indígenas, torna-se possível, para os colonos, a apropriação territorial sob novas regras do biopoder, “do aqui e agora” (Morgensen, 2011). É nesse processo contemporâneo de colonialidade contínua que se acentuam geografias racializadas relacionadas à supremacia branca (Bonds e Inwoods, 2016), e à masculinidade heterocolonial^[37] (Gahman, 2016). A *colonialidade de colonos*, como análise a seguir, é, portanto, um projeto territorial altamente racializado e sexualizado.

Intelectuais indígenas feministas que escrevem sobre a injustiça espaço-corporal no contexto da *colonialidad de colonos* em países como

36 Tal proposta foi aplicada em contextos geográficos como os Estados Unidos, Canadá, Austrália e outros países considerados parte do metafórico “Norte global”. A utilização deste marco teórico no contexto latino-americano é muito recente. Ver, por exemplo, a discussão suscitada na LASA 2017 por meio de um painel específico, e o dossiê sobre o tema. (**Nota da Tradução:** utilizaremos ao longo do texto a expressão *colonialidad de colonos*).

37 Minha tradução para ‘white hetero-settler masculinity’.

Estados Unidos, Canadá e Austrália, se identificam a partir de suas próprias noções de feminismo decolonial que são determinadas por seus espaços de enunciação. Em sintonia com o feminismo decolonial latino-americano, incluirei essas noções neste texto para dialogar com os feminismos periféricos a partir da experiência de mulheres racializadas e colonizadas (Zaragocin, 2017). Assim, sugiro que este quadro analítico da colonialidade, juntamente com as críticas feministas indígenas (autoproclamadas como tais) imersas nesta discussão, é pertinente para analisar certas áreas do Equador onde a violência e a morte lenta de povos e nacionalidades indígenas ocorrem com a finalidade de se apropriar de suas terras.

Nesse quadro de análise crítica, a eliminação dos povos e nacionalidades indígenas responde à questão de como e quando eles morrem.^[38] Segundo a “lógica de eliminação” de Patrick Wolfe, a resposta aponta tanto para a morte física quanto cultural. A morte coletiva de povos racializados sob a *colonialidade de colonos* é lenta e pode ser prevenida (Povinelli, 2011; Berlant, 2007), uma vez que se manifesta, por exemplo, em doenças causadas pela contaminação decorrente do racismo ambiental ou do capitalismo racializado. Os e as Éperas morrem por falta de água potável e pela contaminação do rio Cayapas, sua principal fonte de subsistência. Nesse espaço aquático (Oslender, 2002), eles e elas comem, bebem e se banham; ao mesmo tempo, é um local de diversão para os e as *guaguas*.^[39] Porém, devido à contaminação causada pela produção de palma africana, pela indústria madeireira, pela mineração e pela omissão do Estado no provimento de serviços básicos, pessoas morrem de doenças evitáveis e curáveis como a diarreia. O fato de que povos e nacionalidades indígenas morram em espaços cotidianos normaliza a morte de crianças e jovens, cujas vidas perdidas, mesmo quando não são mortes naturais, sejam justificadas pelos serviços de saúde como tendo sido provocadas por causas naturais. Ou seja, mortes evitáveis são naturalizadas e normalizadas e levadas ao extremo. A

38 Essa questão é altamente problemática devido à essencialização dos corpos-espacos, razão pela qual esse texto faz referência à *colonialidade de colonos* em relação aos povos e nacionalidades indígenas, especificamente em relação às mulheres indígenas. Outros trabalhos referem-se à eliminação das populações não indígenas frente à colonialidade dos colonos (Pulido, 2017).

39 Bebês ou crianças de pouca idade.

assimilação cultural é outra forma de morte lenta explicada a partir da *colonialidade de colonos* (Wolfe, 1999), que supõe a apropriação cultural de povos e nacionalidades, constituindo outra forma de eliminação de populações racializadas. Os povos racializados morrem de forma coletiva, física ou culturalmente, nos espaços-tempos do cotidiano, o que normaliza seu desaparecimento gradual.

MORTE-CORPO-TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DA COLONIALIDADE DE COLONOS

A luta territorial das mulheres racializadas é uma questão que associa intimamente o corpo e a terra. Neste texto, desejo enfatizar que essa relação se acentua a partir da relação morte-corpo-território, onde a morte do lugar^[40] converge com a morte dos corpos. A brutal contaminação que resulta do racismo ambiental e do capital racializado contamina e adoce os corpos, o que é reforçado pelo fato de que, como sugerem certas autoras, corpos e territórios constituem ontologicamente um todo (Cruz Hernández, 2016; Cabnal, 2010). A violência simultânea exercida contra o corpo e o espaço tem sido teorizada de diferentes formas, com ênfase no determinante espacial da experiência e sua conceituação. A partir de uma perspectiva latino-americana, as diferentes visões sobre as espacialidades feministas^[41] ressaltam a relação intrínseca entre violência de gênero e dinâmicas espaciais específicas. Por exemplo, existe uma relação direta entre o aumento da violência de gênero em zonas extrativistas (em particular, de mineração) (Ulloa, 2016, *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*, 2014), a violência territorializada e o femi(geno)cídio (Segato, 2012, 2013), e o desenvolvimento de geografias do feminicídio (Zaragocin, Silveira e Arazola, 2018).

40 Neste texto faço uso de diferentes identidades espaciais além do território. Isto se deve à minha formação na geografia feminista, para a qual as relações de gênero criam diferentes tipos de espacialidades além daquela do território. Proponho aqui a utilização da expressão *espacialidades feministas* para, justamente, poder abarcar essas outras identidades espaciais mobilizadas a partir de posturas feministas.

41 Diferencio esta visão daquela que propõe Astrid Ulloa quando faz menção aos feminismos territoriais.

Os feminismos comunitários (Cabnal, 2010), por sua vez, propõem a existência de uma relação ontológica e epistemológica entre o corpo-território, a partir da qual é possível entender, por exemplo, que, se o corpo está doente, o espaço também está e, portanto, a cura do corpo-território é mutuamente dependente.^[42] Já os feminismos decoloniais (Paredes, 2008) relacionam a violência sexual contra o corpo da mulher indígena com o que ocorreu em terras ancestrais quando da penetração colonial. Ulloa agrupa algumas das abordagens citadas acima como feminismos territoriais, definindo-os como:

as lutas territoriais-ambientais que são lideradas por mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas, centradas na defesa do cuidado do território, do corpo e da natureza, e na crítica aos processos de desenvolvimento e extrativismo [...] estão fundamentadas em uma visão da continuidade da vida articulada em seus territórios” (Ulloa, 2016: 136).

Para a autora, os extrativismos relacionam os corpos-territórios das mulheres com processos de apropriação e espoliação (2016). Uma relação mais direta com os processos de morte individual e coletiva das pessoas e suas espacialidades está ausente dessas reflexões.^[43]

A fim de contribuir com as discussões sobre feminismos territoriais (Ulloa, 2016) e espacialidades feministas na América Latina, apresento a seguir as reflexões de mulheres indígenas intelectuais que nos oferecem perspectivas sobre os efeitos espaciais da colonialidade dos colonos que, segundo elas, constitui uma estrutura que depende de geografias injustas e injustiças espaciais para se sustentar e se auto-reproduzir (Goeman, 2017).

42 Durante a visita de Lorena Cabnal ao Equador, a organização Acción Ecológica promoveu um *toxitour* na província de Sucumbíos (localizada na Amazônia equatoriana) para que se pudesse presenciar os derrames de petróleo. Nesses espaços, Lorena curou a terra como forma de curar nossos corpos.

43 Utilizo o termo espacialidades a partir da geografia feminista, tendo em vista a possibilidade de incluir outras dimensões do espaço além do território.

COLONIALIDADE DOS COLONOS COMO UM PROJETO RACIALIZADO E SEXUALIZADO

A *colonialidade de colonos* se manifesta pela eliminação étnica dependente do lugar, consolidando, com frequência, o patriarcado heterossexual, de tal modo que o espaço cotidiano é convertido em um lugar de controle e vigilância colonial (Denetdale, 2017), tornando-se um projeto centralmente racializado e sexualizado (Baker, 2017, Goeman, 2013, Goeman, 2017). A eliminação de uma etnia atravessa necessariamente os corpos de mulheres racializadas, dada a sua capacidade de reprodução e o papel que exercem na continuação da vida (Smith, 2015). A relação entre mulheres racializadas e reprodução espacial em contextos de eliminação étnica tem necessariamente a ver com o seu papel na continuidade da vida^[44] e, por conseguinte, com o seu envolvimento nos processos de morte-corpo-terra. A lógica da eliminação étnica passa pelos corpos de mulheres indígenas, precisamente porque é a partir de suas funções reprodutivas que se pode enfrentar a estrutura colonial cuja finalidade é a sua morte coletiva (Smith, 2015).

As teorias feministas indígenas a que faço alusão neste texto procuram se contrapor às espacialidades dominantes sobre seus corpos e suas vidas diárias, as mesmas que resultaram em configurações territoriais racializadas e sexualizadas (Baker, 2017). Para a intelectual indígena Mishuana Goeman (2013), do território ancestral Seneca, a ideologia espacial dos Estados-nação é baseada em espaços heteropatriarcais coloniais onde uma ordem patriarcal de heterossexualidade foi imposta ao espaço e aos corpos, e especialmente, às mulheres indígenas. Nesse contexto, a autora defende que a decolonialidade espacial é uma forma de justiça espacial que pode ser alcançada por meio de geografias encarnadas nos corpos de mulheres indígenas que criam outras relações sociais, as quais nos conduzem em direções que transcendem o mapeamento do espaço heteropatriarcal do colono (Goeman, 2013). Para Goeman, criar outras espacialidades

44 A reprodução cultural e física das mulheres indígenas foi pautada nos debates sobre os direitos das mulheres e sobre os direitos indígenas. Ver Speed, 2008; Picq, 2012; Cumes, 2012.

a partir da encarnação das mulheres indígenas é uma forma de se contrapor ao espaço heteropatriarcal da *colonialidade de colonos*, e, portanto, à eliminação dos povos e nacionalidades indígenas. Essas reflexões ajudam a compreender as estratégias propostas por mulheres indígenas que enfrentam a eliminação de sua etnia (Zaragocin, 2019) a partir de suas corporeidades e de uma parte específica de seu corpo.

O ponto de encontro entre as propostas de feminismos indígenas em contextos de *colonialidade de colonos* e algumas das correntes de territorialidades feministas^[45] mencionadas anteriormente é que ambas concordam que a colonialidade de gênero define relações de gênero no lugar (Espinosa-Miñosa et al., 2014; Zaragocin, 2019). As primeiras, por sua vez, enfatizam a relação corpo-terra, visto que o corpo das mulheres indígenas se torna um possível alvo da violência exercida por essas estruturas coloniais (Goeman, 2017). A heteronormatividade patriarcal, que se materializa em injustiças espaciais (Goeman, 2017), está ligada à reprodução biológica e social de mulheres racializadas na América Latina. O controle para a eliminação de uma população, bem como a resistência contra o etnocídio, fazem com que, a partir da geopolítica feminista decolonial (Zaragocin, 2018), o útero seja considerado uma entidade geopolítica, como desenvolverei a seguir.

RUMO A UMA GEOPOLÍTICA FEMINISTA DECOLONIAL

Corpos existem em lugares e são, ao mesmo tempo, lugares (McDowell, 1999). Há duas décadas, a geografia feminista anglocêntrica^[46] tem enfatizado a escala do corpo (Longhurst e Jonhston, 2014) ao utilizar o termo *encarnação*^[47] (Johnson, 2008). A partir dessa tradição intelectual, o corpo foi teorizado em relação

45 Em sua visita ao Equador, Lorena Cabnal mencionou que o feminismo comunitário que propunha não seria necessariamente decolonial.

46 Utilizo a expressão “anglocêntrica” para me referir ao *corpus* teórico – majoritariamente de língua inglesa – produzido nos centros de poder do conhecimento no metafórico “Norte global”.

47 Tradução de *embodiment*. **Nota da Tradução:** a autora utiliza aqui o termo *encarnamiento*. Ao longo do texto utilizamos o termo *encarnação* e seus correlatos.

à maternidade e, em maior grau, como uma entidade geopolítica (Longhurst e Jonhston, 2014). A geopolítica feminista, subdisciplina da geografia feminista, mostra as relações de força que operam por meio dos e sobre os corpos, fazendo com que certas subjetividades e corporeidades sejam vulnerabilizadas, exploradas ou violadas em relação à segurança, à população, ao território e ao nacionalismo (Dixon e Marston, 2011, p. 455). O imaginário geopolítico feminista (Hyndman, 2001) incorpora corpos, subjetividades e corporeidades, teorizando a respeito deles partir da *escala* do cotidiano e convertendo-os em *locais* onde, por meio de práticas socioespaciais, as tensões geopolíticas se impregnam. A relação entre escalas de poder por intermédio do corpo e da experiência situada é o pilar que caracteriza a geopolítica feminista anglocêntrica. Foi a partir dessa lógica que se deu ênfase à escala do íntimo e do espaço-tempo da vida cotidiana para compreender as relações de poder em espaços em que o poder do Estado foi pouco analisado. Nesse sentido, tem-se explorado como as geografias das emoções são utilizadas geopoliticamente. Por exemplo, a relação que existe entre o medo experimentado pelas mulheres em seus lares em decorrência da violência de gênero e daquela que é gerada pelas omissões do Estado ante o feminicídio (Pain e Smith, 2008, Zaragocin, Silveira e Arazola, 2018). O trabalho de Sara Smith (2012) é particularmente pertinente, ao propor uma geopolítica íntima em que a luta territorial leva em conta o amor, a reprodução corporal e as *guaguas*, e na qual os corpos não são apenas territórios, mas se convertem em territórios imersos em projetos geopolíticos (Smith, 2012). Diante do exposto, abre-se um espaço conceitual a partir da geopolítica feminista para compreender as diferentes interpretações da morte-território-corpo em uma pluralidade de geografias do mundo onde as mulheres desafiam a morte coletiva de seus povos, por meio de enfrentamentos específicos que criam suas próprias espacialidades. O que torna necessário acrescentar uma reflexão conceitual adicional voltada para uma geopolítica feminista decolonial, que permita conceber a geopolítica do útero.

Há algum tempo, tem-se analisado a hegemonia da produção anglocêntrica^[48] na geografia feminista em função de seu papel determinante no debate acadêmico internacional (Garcia Ramon,

48 Entendida como geografia feminista produzida em centros acadêmicos ou de pesquisa localizados nos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá.

Simonsen e Vaiou, 2006). Comparada com outras correntes da geografia crítica, a geografia feminista incluiu vozes de geógrafas feministas de fora do mundo anglocêntrico, em revistas de geografia feminista como *Gender, Place & Culture* (Garcia Ramon, Simonsen & Vaiou, 2006). No entanto, o que algumas geógrafas de certos países veem como inclusão epistêmica é considerado pelas pesquisadoras latino-americanas como esforços quiçá limitados e com pouca interação conceitual. Seguindo a tradição intelectual da geografia feminista, a geopolítica feminista se fundamentou em ontologias e epistemologias ocidentais e universais (Naylor, 2017). Como no restante do campo da geografia crítica, surgiram correntes de pensamento pós-coloniais; no entanto, os esforços para descolonizar a disciplina ainda são recentes (Sundberg, 2014; Radcliffe, 2017; Naylor, Daigle, Zaragocin, Ramirez e Gilmartin, 2018).

No sentido de propor o útero como uma entidade geopolítica, sugiro partir da geopolítica feminista decolonial, na qual a análise espacial da colonialidade de gênero é vista a partir de uma pluralidade de posições geográficas (Zaragocin, 2018). Especificamente, defino a geopolítica feminista decolonial como uma geopolítica feminista que

considera a colonialidade de gênero em configurações estatais-imperiais e as resistências espaciais racializadas e de gênero que estão relacionadas com noções de soberania e autodeterminação. Ao mesmo tempo, abre-se um diálogo entre a geopolítica crítica e a pluralidade de propostas do feminismo decolonial, que dão origem a epistemologias, ontologias e geopolíticas alternativas (Zaragocin, 2018).

O uso do útero pelas mulheres Épera de Santa Rosa de los Épera é um exemplo de geopolítica feminista decolonial resultante da resistência espaço-corporal que surge da reprodução física e cultural. Na Colômbia, os Eperara Siapidaara (Épera) constituem um dos povos em vias de extinção e no Equador esta nacionalidade é composta por apenas 400 pessoas. Segundo a organização Mujeres Épera del Ecuador, para enfrentar a possível morte coletiva da etnia, se propõe a reprodução de Éperas a fim de assegurar a continuidade da vida desta nacionalidade. A regulação corporal proposta pelas mulheres Épera constitui uma

proposição problemática, e com isso não procuro simplificar a complexidade da reprodução de uma cultura pura neste momento. Mas desejo enfatizar a resistência espaço-corporal implicada no fato de que elas usem seu útero como uma entidade geopolítica.

A GEOPOLÍTICA DO ÚTERO

Quando as mulheres Épera reivindicam seus úteros como trincheiras frente à eliminação de seu povo, elas conferem ao útero o poder de sobrevivência diante da espoliação territorial e da morte lenta a partir de uma parte específica de seu corpo. A resistência é feita a partir dessa parte do corpo, não de todo o corpo, mas de uma parte específica do corpo. Isso se torna ainda mais importante em um contexto de narrativas dominantes acerca dos corpos racializados, os quais são mostrados oprimidos, sexualizados, fracos e caminhando em direção a uma futura morte coletiva (Tallbear, 2016). No caminho para essa morte esperada que depende do lugar, uma parte desses corpos transcende e enfrenta os mesmos poderes globais e hegemônicos que causaram seu lento desaparecimento. Nesse sentido, sugere-se que existem partes do corpo que podem resistir de forma diferente das outras: utilizando certas partes do corpo de forma estratégica para criar uma territorialidade própria. Por exemplo, as pessoas com próteses geram uma territorialidade distinta por meio dessa parte de seus corpos. Essa reflexão difere das análises sobre a interseccionalidade do espaço de Maria Rodó-de-Zárate, nas quais mostra como certas variáveis associadas à diferença (orientação sexual, idade, gênero) são experimentadas em função do lugar onde os corpos se encontram (2014). Ao contrário de Rodó-de-Zárate (2014), que enfoca a configuração do espaço a partir de variáveis associadas à identidade e aos sentires, sugiro que existem partes do corpo que sentem mais em alguns espaços do que em outros. Consequentemente, existem partes do corpo que adquirem maior protagonismo ou potencial político em determinados espaços-tempos do que outras. Em contextos de morte e violência lenta, que provocam a eliminação étnica dos povos, o útero das pessoas se torna uma entidade geopolítica, pois é a partir daí que se

enfrentam as estruturas da lógica da eliminação. A geopolítica do útero não implica em reforçar a ideia da maternidade obrigatória, mas, muito pelo contrário, procura mostrar que em contextos de eliminação de povos racializados esta parte do corpo pode fazer frente à lógica da eliminação.

Como várias autoras já assinalaram, o corpo gera territorialidade. Porém, existem partes do corpo que geram territorialidades distintas. A relação útero-territorialidade se manifesta de forma variada e inter-relacionada dependendo do lugar. A territorialidade que o útero pode criar já foi proposta por diferentes correntes do feminismo, a partir dos debates sobre o aborto, os direitos sexuais e o empoderamento. Nesse sentido, o útero é também um lugar corporal no qual se forjam encontros e desencontros sobre o dever ser dos diferentes feminismos. Na América Latina, a luta pela descriminalização do aborto é uma luta territorial. O útero é, por sua vez, a parte do corpo onde pode haver maior autonomia e empoderamento, quando se decide não ter filhos ou ao se interromper uma gravidez, enquanto para outras pessoas o útero é um lugar de resistência a partir da procriação e do empoderamento que supõe, especificamente, ser mãe. A encarnação produzida pelo útero é mais visível nas lutas das pessoas transexuais, nas quais todas as pessoas podem encarnar uma gravidez, não apenas as mulheres. Assim, não relaciono o útero diretamente com mulheres ou com a maternidade, para não cair em essencialismos, mesmo naqueles que se autodenominam estratégicos ou radicais. Tudo isso faz parte da compreensão do útero como uma entidade geopolítica. A geopolítica feminista decolonial nos permite argumentar que as mulheres Épera estão agindo geopoliticamente a partir de uma parte de seus corpos, enquanto enfrentam os efeitos da *colonialidade de colonos*. Elas estão criando outras identidades espaciais que incluem territorialidades a partir de uma parte de seus corpos.

CONCLUSÕES

A morte do espaço e sua íntima relação com a morte dos corpos faz parte de um *continuum* da colonialidade existente hoje e que, neste texto, ressaltei por meio da proposta analítica da *colonialidade de colonos*. Diante desse cenário, existe uma miríade de resistências corporais-

espaciais, incluindo a autodeterminação espacial, a partir da qual as injustiças espaciais são contestadas. O útero, como entidade geopolítica, e a partir de uma geopolítica feminista decolonial, apresenta várias possibilidades. Neste texto, apresentei apenas uma delas: o útero como entidade geopolítica diante da morte do espaço e dos corpos, situação na qual as mulheres reivindicam essa parte do corpo para criar uma territorialidade de resistência. Na literatura existente sobre a relação entre espaços e corpos afetados por lógicas de violência e de morte lenta, é necessário atentar para o que acontece com o corpo sob essas dinâmicas. Abrem-se, assim, possibilidades conceituais acerca da relação corpo-terra, corpo-território ou território-corpo-terra. Além disso, são mobilizadas outras noções de corporeidade (que incluem outras partes do corpo) de acordo com variadas identidades espaciais em contextos específicos nos quais a morte do lugar converge com a morte dos corpos.

REFERÊNCIAS

- Baker, J. (2017). *Critically Sovereign. Indigenous, Gender, Sexuality and Feminist Studies*. Durham: Duke University Press.
- Berlant, L. (2007). *Slow Death (Sovereignty, Obesity, Lateral Agency)*. *Critical Inquiry*, 33 (4), pp. 754-780.
- Bonds, A.; Inwoods, J. (2016). *Beyond white privilege: Geographies of white supremacy and settler colonialism*. *Progress in Human Geography*, 40, pp. 715-733.
- Cabnal, L. (2010). *Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala*. En ACSuR (Ed.). *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* (pp. 10-25). Las Segovias: ACSuR.
- Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017). *Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios*. Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo.
- _____. (2014). *La vida en el centro y el crudo bajo: el Yasuní en clave feminista*. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo.
- Cruz Hernández, D. (2016). *Una mirada muy otra: los territorios-cuerpos femeninos*. *Solar: Revista de Filosofía Iberoamericana*, 12(1), pp. 35-46.
- Cumes, A. (2012). *Mujeres indígenas, patriarcado y colonialismo: un desafío a la segregación comprensiva de las formas de dominio*. *Hojas de Warmi*, 17, pp. 1-16.
- Denetdale, J. (2017). *Return to "The uprising at Beautiful Mountain in 1913"*. Durham y Londres: Duke University Press.

- Dixon, D.; Marston, S. (2011). Introduction: feminist engagements with geopolitics. *A Journal of Feminist Geography*, 18(4), pp. 445-453.
- Espinosa-Miñoso, Yuderkis et al. (2014). Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Universidad del Cauca.
- García Ramón, M.; Simonsen, K.; Vaiou, D. (2006). Does Anglophone hegemony permeate Gender, Place and Culture? *Gender, Place and Culture. A Journal of Feminist Geography*, 13(1), 1-5.
- Gahman, L. (2016). White Settler Society as Monster: Rural Southeast Kansas, Ancestral Osage (Wah-Zha-Zhi) Territories, and the Violence of Forgetting. *Antipode*, pp. 314-335.
- Hyndman, J. (2001). Towards a feminist geopolitics. *Canadian Geographer*, 2, pp. 210-222.
- Goeman, M. (2017). Ongoing Storms and Struggles. *Gendered Violence and Resource Exploitation*. En Joanne Barker (Ed.). *Critically Sovereign: Indigenous Gender, Sexuality, and Feminist Studies*. Durham: Duke University Press.
- _____. (2013). *Mark my Words: Native Women Mapping our Nations*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Longhurst, R., y L. Johnston (2014). Bodies, gender, place and culture: 21 years on. *Gender, Place and Culture. Journal of Feminist Geography*, 21(3), pp. 267-278.
- McDowell, L. (1999). *Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas*. Madrid: Cátedra.
- Morgensen, S. (2011). The biopolitics of settler colonialism: Right Here, Right Now. *Settler Colonial Studies*, 1(1), pp. 52-76.
- Naylor, L. (2017). Reframing autonomy in political geography: A feminist geopolitics of autonomous resistance. *Political Geography*, 58, pp. 24-35.
- Naylor, L.; Daigle, M.; Zaragocin, S.; Ramírez, M.; Gilmartin, M. (2018). Interventions: Bringing the decolonial to political geography. *Political Geography*, XXX, pp. 1-11.
- Nixon, R. (2014). *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge/Londres: Harvard University Press.
- Oslender, U. (2002). The Logic of the River: A spatial approach to ethnic-territorial mobilization in the Colombian Pacific Region. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 7(2), pp. 86-117.
- Pain, R.; Smith, S. (2008). *Fear: Critical geopolitics and Everyday Life*. En Rachel Pain y Susan Smith (Eds.). Burlington: Ashgate Publishing.
- Paredes, J. (2008). *Hilando fino: desde el Feminismo Comunitario*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando.
- Picq, M. (2012). Between the Dock and a Hard Place: Hazards and Opportunities of Legal Pluralism for Indigenous women in Ecuador. *Latin American Politics and Society*, 54(2), pp. 1-33.
- Povinelli, E. (2011). *Economies of Abandonment: Social Belonging and Endurance in*

Late Liberalism. Durham: Duke University Press.

_____. (2002). *The Cunning of Recognition: Indigenous Alterities and the Making of Australian Multiculturalism*. Durham: Duke University Press.

Pulido L (2017) Geographies of race and ethnicity III: Settler colonialism and nonnative people of color. *Progress in Human Geography* 42(2): 309-318.

Radcliffe, S. (julio de 2017). Decolonizing geographical knowledges. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Volume 42 Issue 3 p. 329-33

Rodó-de-Zárate, M. (2014). Developing geographies of intersectionality with Relief Maps: reflections from youth research in Manresa, Catalonia. *Gender, Place and Culture. A Journal of Feminist Geography*, 21(8), pp. 925-944.

Segato, R. (2013). *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado*. Buenos Aires: Tinta Limón.

_____. (2012). *Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación*. Herramienta 49.

Smith, A. (2015). *Conquest: Sexual Violence and American Indian Genocide*. Durham: Duke University Press.

Smith, S. (2012). Intimate Geopolitics: Religion, Marriage and Reproductive Bodies in Leh, Ladakh. *Annals of the Association of American Geographers*, 102(6), pp. 1511-1528.

Speed, S. (2008). *Rights in rebellion: Indigenous struggle and human rights in Chiapas*. Palo Alto: Stanford University Press.

Sundberg, J. (2014). Decolonizing posthumanist geographies. *Cultural Geographies*, 21(1), pp. 33-47.

TallBear, K. (2016). Genomic articulations of Indigeneity. *Social Studies of Science* 43(4), pp. 509-533.

Ulloa, A. (2016). *Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos*. *Nomadas*, 45, pp. 123-139.

Veracini, L. (2014). Understanding Colonialism and Settler Colonialism as Distinct Formations. *International Journal of Postcolonial Studies*, 16(5), pp. 615-633.

_____. (2011). *Introducing Settler Colonial Studies*. *Settler Colonial Studies*, 1, pp. 1-12

Wolfe, P (1999) *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology: The Politics and Poetics of an Ethnographic Event*. London: Cassell

Zaragocin S (2017) *Feminismos decolonial y buen vivir*. En S Varea y S Zaragocin (eds) *Feminismo y buen vivir: utopías decoloniales* (pp 17-25). Cuenca: PYDLOS

Zaragocin S., Silveira, M & Arrazola, I (2018) *Construyendo una geografía del feminicidio en el Ecuador*. En: Navas, M.G & Makhlouf, M (Eds). *Apropiaciones de la ciudad. Género y producción urbana: la reivindicación del derecho a la ciudad como práctica espacial*. Barcelona: Pollen, pp. 75-11.

Zaragocin S (2018) "Decolonized Feminist Geopolitics: Coloniality of Gender and Sexuality at the Centre of Critical Geopolitics". En Lindsay Naylor, Michelle Daigle, Sofia Zaragocin, Margaret Marietta Ramirez and Mary Glimartin. "Interventions: Bringing the Decolonial to Political Geography" *Political Geography* 66:199-209

Zaragocin S (2019) Gendered geographies of elimination: Decolonial feminist geographies in Latin American settler contexts. *Antipode* 15 (1): 373-392

OS DESAFIOS E OS NOVOS DEBATES NA GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA, DESDE O SUDESTE DO BRASIL

Wanderley Messias da Costa⁴⁹

O sucesso atual da Geografia Política e, especialmente, da Geopolítica entre as novas gerações da pesquisa acadêmica das humanidades e a mídia, em todo o mundo, é um claro indicador de que, na atual conjuntura, com sua imensa diversidade e intensidade de desafios, incertezas e conflitos, existe um notável espaço de reflexão e debates para ser explorado.

Trata-se de um dos campos de estudos mais sensíveis às influências diretas dos movimentos pendulares de competição e cooperação, crise e estabilidade ou guerra e paz que caracterizam as relações internacionais e, especialmente na atualidade, aquelas de âmbito interno dos países e de suas regiões e lugares.

Também está demonstrado que, em cada um desses ciclos de expansão, a geografia política e a geopolítica ressurtem renovadas de algum modo, o que é um claro sinal de vitalidade e resiliência diante dos riscos de obsolescência de seu discurso. É necessário lembrar que essas disciplinas já foram declaradas extintas pela Geografia em pelo menos duas ocasiões no século passado, e que na virada para este século, elas foram alvos das investidas de diversas correntes de pensamento (do neomarxismo ao neoliberalismo) que procuraram promover a diluição e até o esvaziamento do *hard core* categorial de seu objeto teórico e empírico, isto é, o Estado nacional, a soberania, o território e as fronteiras.

No momento, esse *aggiornamento* se faz por diversas vias,

49 Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. E-mail: wander@usp.br

inclusive pelo *renascentismo*, em que teóricos do pensamento geopolítico clássico são resgatados e revalorizados, a exemplo do inusitado prestígio atual de A. Mackinder e de sua teoria do *poder terrestre*, nos EUA e na Rússia, e de A. Mahan e o *poder marítimo*, na China. Ao mesmo tempo, avança a produção intelectual inspirada na sofisticada *geografia política e social de matriz não-razteliana* proposta pioneiramente por C. Vallaux em 1910 e reelaborada por Y. Lacoste, C. Raffestin, P. Taylor e J. Agnew a partir dos anos 1970.

Esse movimento se desenvolve ainda pelos caminhos da *antigeopolítica*, liderado por G. Tuathail e K. Dodd nos anos 1990 e inspirado na chamada *teoria crítica* de matriz pós-estruturalista e pós-moderna que prosperou nos anos 1990 na esteira da *teoria crítica* nas ciências sociais. Seus alvos principais são os clássicos da geopolítica e os realistas da Teoria das Relações Internacionais, e seu objetivo principal é o de propor uma espécie de *geopolítica alternativa*, essencialmente *não-imperialista* e com o foco prioritário nos conflitos políticos de novo tipo, isto é, aqueles que se desenvolvem fora da clássica arena da política internacional com suas rivalidades entre os estados nacionais e especialmente as grandes potências.

Nesse sentido, os textos de Antônio Marcos Roseira e Hélio Farias são excelentes ilustrações dessa revalorização renovada da geografia política e da geopolítica e os diversos caminhos percorridos por essas disciplinas na atualidade.

Roseira examina de modo abrangente essa trajetória desde seus pais-fundadores, sublinhando que a evolução do pensamento na área se deu essencialmente por sucessivos debates, a exemplo das críticas aos pressupostos de Ratzel e Mackinder. No entanto, ele enfatiza que essa crítica não implica na negação absoluta desse pensamento, mas na sua superação e reelaboração em outros termos, conforme suas palavras: “Mackinder estabeleceu, assim como Ratzel, uma geografia do Estado e uma geopolítica de natureza imperialista. Mas, ao contrário do geógrafo alemão, consolidou a disciplina como meio de análise e interpretação do mundo internacional em escala global, de modo que se projetou como um dos analistas de maior influência no século XX.

Outro aspecto importante de sua argumentação é quando destaca o modo como as correntes abrigadas na *geografia política crítica*

abordam as relações internacionais, em geral tendendo a suprimi-las por completo de suas considerações ou a reduzi-las a modalidades diversas de *imperialismo*.

Como consequência, observa, e com razão, que corremos o risco de produzir uma geografia política que, além de tornar praticamente *invisível* o Estado, reduz as relações de poder e os conflitos às esferas exclusivas das arenas endógenas dos países, como assim bem expresso por ele: “*Segundo, essa abordagem evolui para uma geometria exclusivamente doméstica do poder. Num período em que as relações internacionais ganham cada vez mais importância, o exclusivismo da abordagem doméstica e anti-Estado coloca a geopolítica no caldeirão caótico das análises desterritorializantes pós-modernistas. Há um vácuo de estudos em geografia sobre o sistema internacional, os novos atores internacionais, os conflitos, etc.*”

Seu texto também tem o mérito de examinar a evolução desse pensamento no contexto brasileiro, observando desde logo que, ao contrário do que ocorreu principalmente entre os europeus, aqui a *antigeopolítica* não se tornou hegemônica. Assinala, ainda, que o movimento de resgate da geopolítica liderado por Bertha Becker, nos anos 1980, visou principalmente reelaborá-la e aplicá-la aos estudos sobre o Brasil e suas regiões – em particular a Amazônia –, ao lado da trajetória e desafios do País em sua inserção internacional, a integração da América do Sul e os estudos sobre as fronteiras e o meio ambiente.

No artigo de Farias, o escopo e a abordagem exploram as importantes interseções entre geografia política, geopolítica, economia política, relações internacionais e, especialmente, a segurança e a defesa, “*um diálogo entre certa tradição da economia política e certa tradição da geografia política e, por desdobramento, da geopolítica*”. Seu foco é o cenário mundial atual dominado pela competição econômica, política e geopolítica com suas novas disputas de poder, sobretudo entre as grandes potências, contexto no qual a possibilidade de ascensão de países da periferia desse sistema depende essencialmente de projetos de desenvolvimento nacional e, nestes, de políticas e estratégias de defesa.

Para ele, riqueza e poder e desenvolvimento econômico e geopolítica são pares indissociáveis que devem ser levados em conta por todos os estados nacionais em suas aspirações por mudanças na

configuração do sistema internacional, isto é, das posições relativas de cada um deles, encontram-se hoje cada vez mais limitadas e, portanto, a concretização de um projeto nacional desse tipo sempre dependerá de um esforço de articulação entre política interna e política externa. Em suas palavras: *“Sem o poder econômico, a lógica geopolítica dificilmente se sustenta. Sem a geopolítica, o poder econômico, por sua vez, pode passar a oscilar de acordo com as determinações do mercado e de seu horizonte limitado temporalmente e, dessa forma, não se torna um meio constitutivo da projeção de poder de um Estado”*.

Em um mundo marcado por crises, disputas e conflitos de toda natureza, é essencial retomar a centralidade do Estado (como demonstrado no enfrentamento da pandemia do Covid-19) e utilizar-se ao máximo da sua *“capacidade de articular um pacto político interno com os condicionantes externos”*.

Após examinar a arena atual de disputas entre as grandes potências e em especial suas respectivas estratégias de segurança e defesa, além da retomada da corrida armamentista mundial, o autor volta a atenção para o Brasil e sua longa trajetória de experiências em torno de projetos de desenvolvimento, para ele sempre mesclados às tentativas de inserção internacional autônoma do País. Por isso, é fundamental a articulação conceitual e política entre desenvolvimento e defesa, um binômio que se encontra claramente expresso nas atuais Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa do país. Em suma, reiterar a abordagem centrada na interação entre economia, política, relações internacionais e geopolítica parece ser um bom caminho para compreender o mundo atual e o Brasil, em particular.

O RETORNO DA GEOPOLÍTICA DA TRADIÇÃO CLÁSSICA AOS DISCURSOS GEOGRÁFICOS DO PODER NO SÉCULO XXI

Antonio Marcos Roseira^[50]

INTRODUÇÃO

A situação epistemológica da geopolítica nas primeiras décadas do século XXI deriva de uma longa e complexa dinâmica de conflitos intelectuais. Uma análise histórica da disciplina demonstra a existência de dois movimentos teóricos. O Primeiro Debate, que ocorreu entre a sua fundação e a década de 1950, foi responsável por uma enorme expansão das teorias sobre a relação entre território e poder. Esse movimento fez com que a disciplina, que surge primeiro na Alemanha de *fin de siècle*, se expanda para outros países da Europa e do mundo. Uma de suas características era a busca por uma abordagem definitiva, à medida que os discursos se expandiam por meio da rivalidade acadêmica internacional num contexto de crescentes conflitos interestatais. O Segundo Debate surge no início da década de 1970, na forma de vigorosos estudos acerca da submissão instrumental da geopolítica à agenda de poder dos Estados. O legado mais relevante foi um lento processo de reconstrução da base teórico-metodológica da disciplina.

A forma como essa área se desenvolveu em diversos países nos últimos anos é profundamente diversa da sua prática na primeira metade do século XX. O exercício desse campo do conhecimento no século XXI é, de certo modo, um desdobramento direto do Segundo Debate iniciado na França por Yves Lacoste. Do mesmo modo que os demais

50 Professor do Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) e do Bacharelado em Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: m.roseira@ufabc.edu.br

campos das ciências humanas, que foram profundamente influenciados pelo surgimento de novas epistemologias a partir dos anos 1950, a geopolítica é exercida a partir da renovação das concepções de Estado, poder, território, fronteira, soberania, economia, política etc.

O PRIMEIRO DEBATE EM GEOPOLÍTICA

Nos primeiros cinquenta anos de sua formação, a geopolítica se caracteriza por uma disputa epistemológica internacional que define o seu Debate Clássico. Em um cenário de acirrados conflitos interestatais, os estudos originados em um determinado país geravam respostas na forma de abordagens correlatas noutra nação rival. Muitos desses trabalhos foram propostas de análise crítica que alcançaram ampla influência internacional e garantiram o seu lugar entre os clássicos fundadores da disciplina. Esse modelo de conflito intelectual se constituiu numa longa tradição em torno dos discursos sobre o Estado, o território e o poder, marcando todo o debate acadêmico da área. Muito além de um capítulo menor, a rivalidade epistemológica foi o meio pelo qual esse campo do conhecimento estruturou a sua identidade no mundo.

É Friedrich Ratzel que inaugura com *Politische Geographie* (1897) essa tradição de estudos em torno do Estado, o território e o poder. É importante ressaltar que o trabalho de Ratzel vai além da geopolítica, pois refunda a própria Geografia. Trata-se, como argumenta Franco Farinelli (2000), de uma ciência que a partir de Ratzel passa a ter no Estado territorial o seu objeto de análise, uma mudança que impacta profundamente a natureza do seu debate teórico. O novo objeto posto por essa “Geografia do Estado” não rompe plenamente com a tradicional abordagem da descrição dos lugares; uma prática cuja legitimidade estava exclusivamente baseada na busca pelo conhecimento científico, e, por isso, denominada pelos alemães de *erdkunde*. Contudo, esse método descritivo, que marcou os trabalhos de Alexander von Humboldt (1769-1859), Carl Ritter (1779-1859), e Alfred Hettner (1859-1941), será subordinado ao nomotético como meio de análise da estrutura político-territorial da emergente nação alemã.

Claude Raffestin (1993) afirma que Ratzel funda um momento epistemológico, pois sua *geographie* estabelece uma ciência nomotética

que se baseia fundamentalmente no estabelecimento de leis gerais e padrões que se pretendem universais. Ratzel utiliza a unificação alemã como laboratório para estabelecer uma teoria do Estado territorial, acrescentando ao método clássico de descrição dos lugares um novo sentido epistemológico. Entretanto, o Estado territorial ratzeliano é, em termos de teoria política, um constructo fundamentado num complexo e antagónico cruzamento de referências filosóficas. É antes de tudo uma entidade hobbesiana, à medida que o método para sua interpretação parte da decomposição/recomposição do corpo político para compreensão da sua totalidade a partir do conflito entre as forças de coesão e dispersão. É também uma unidade hegeliana, considerando que pode ser entendido como um constructo racional, uma perspectiva que predominou por todo o século XIX. Todavia, é, também, uma elaboração romântica que se revela pela conexão espiritual do povo com o território.

O Estado é operacionalizado teoricamente a partir da tríade autoridade, população e território, que, por sua vez, subordina uma rede de conceitos que irá dominar o discurso geográfico por todo século XX. Centro, periferia, interior, exterior, e crescimento diferencial são, como lembra Raffestin (1993), apenas alguns dos conceitos introduzidos por Ratzel. A preponderância metodológica que a tríade irá ocupar transcende a estruturação da linguagem geopolítica, sendo extremamente reveladora acerca da proximidade entre o programa da disciplina e a agenda estratégica dos impérios europeus. Não por acaso, o impacto da obra de Ratzel fora da Alemanha evidencia tanto a rivalidade interimperial quanto o seu potencial como instrumento de poder. Entretanto, uma “geografia do Estado” não é sinónimo de “geografia estatal”, uma forma de conhecimento instrumental a serviço de coroas europeias durante a Idade Média (Farinelli, 2000). Ao mesmo tempo em que a geopolítica representa, como afirma Bertha Becker (1988), uma tecnologia espacial de poder, significa uma proposta ancorada num longo debate epistemológico.

A revolução ratzeliana é de tal maneira influente que meio século de debate não foi o bastante para romper com a fórmula tradicional de estudo do Estado territorial. Apesar disso, importantes trabalhos funcionarão como contraposições que definirão a natureza do debate europeu e mundial em torno da geopolítica. É o caso de *Géographie Sociale. Le Sol et l'État*, de Camille Vallaux (1911), e *La France de l'Est*,

de Paul Vidal De La Blache (1917). Os franceses contrapõem a fórmula “espiritual-organicista” por meio de uma proposta fundamentada nas ciências sociais e centrada em conceitos como gênero de vida, espaço social, espaço concreto etc. Porém, a proposta francesa apenas substitui a agenda da unificação alemã pelos interesses de um Estado em longo declínio continental desde a queda de Napoleão III em 1870.

Camille Vallaux (1911) apresenta a proposta mais bem acabada de contraposição à teoria ratzeliana. *Geographie Sociale* rompe com uma das mais fortes noções do método tradicional, o antigo mito da unidade sociedade-natureza (Costa, 1992). Além disso, avança em uma série de fortes contraposições: a ideia de adaptação ativa em oposição ao “determinismo” alemão, a supremacia do tempo sobre a concepção romântica de espaço abstrato etc. Não obstante propor uma leitura focada nas questões políticas e sociais trazidas pelas novas tecnologias e seus impactos espaciais – o que demonstra uma leitura muito mais calcada na crença iluminista de Estado como constructo racional – Vallaux termina aprisionado na armadilha territorial de Ratzel. Apesar das críticas, está preocupado com a ideia de coesão do corpo político, o que se expressa em seu trabalho numa tipologia binária em que os Estados simples são marcados pelo baixo nível de integração, e os complexos pela maior conexão e interdependência entre as partes.

O debate vai se intensificar entre as décadas de 1920 e 1950, período em que as críticas aprofundarão o foco na instrumentalização imperialista da disciplina. Karl Wittfogel, na Alemanha da década de 1920, Isaiah Bowman e Richard Hartshorne, nos Estados Unidos da década de 1940 e 1950, foram pioneiros em apontar para o caráter instrumental de uma geopolítica fundada sob imperativos estratégico-militares de potências europeias tradicionais em rota de colisão. Wittfogel será o pioneiro da crítica marxista à geopolítica, afirmando que as noções abstratas de conexão espiritual com o solo deveriam ser substituídas por uma visão econômica, isto é, por relações materiais entre o povo e o território.

Com o passar dos anos, o método ratzeliano é substituído por um organicismo de natureza estreita e radical. As grandes ideologias científicas do século XIX, como o darwinismo social e o positivismo, outrora partes de um constructo epistemológico de bases mais plurais e

complexas que era a *Politische Geographie*, passam a dominar e orientar os discursos sobre o território e o poder, culminando mais tarde na própria aderência da geopolítica ao fascismo. Rudolf Kjéllen (1864-1922), o cientista político sueco que cunha o termo geopolítica em 1899, inaugura essa vertente radical, garantindo à nascente tradição autoritária uma espécie de *moto continuo* que encontrará limite somente com a queda do regime nazista com o qual mantinha relações estreitas. Alguns dos mais renomados herdeiros dessa vertente são geopolitólogos alemães como Karl Haushofer (1869-1946), Arthur Dix (1875-1935) e Otto Maull (1887-1957). Tais especialistas associaram de tal modo a disciplina ao projeto de poder hitleriano, que o termo geopolítica se torna amaldiçoado e sinônimo de propaganda fascista na Europa e nos Estados Unidos por décadas.

A popularização dessa corrente na Europa culmina em um novo embate ideológico, com a rivalidade franco-germânica dando lugar a disputa entre o internacionalismo liberal americano e o expansionismo territorialista alemão. É nesse espírito que o geógrafo e então presidente da Universidade John Hopkins, Isaiah Bowman (1878-1950), irá propor uma oposição americana à geopolítica alemã. Em *Geography vs. Geopolitics* (1944), ao se opor as concepções dos geopolitólogos germânicos, Bowman propunha de modo ferrenho uma abordagem de pretensão liberal-democrática. Como modo de se distanciar das conexões nazistas da *Geopolitik*, denominava a abordagem americana de *Political Geography*. Bowman visava garantir a essa vertente a condição de método verdadeiro, algo apenas alcançável por meio de uma naturalização do discurso político na base do internacionalismo dos Estados Unidos.

Assim como seus nêmesis alemães, Bowman mantinha estreita relação com os imperativos estratégicos do Estado. Não por acaso, a convite da Administração Woodrow Wilson (1913-1921), fora o Conselheiro Territorial Chefe da Comissão Americana para a negociação do acordo de paz que culminou no Tratado de Versalhes, contribuindo ativamente para o esforço de redefinição das fronteiras políticas da Europa. A rivalidade analítico-discursiva chegou a tal ponto que, como destaca Gearóid Ó Tuathail (1996), Bowman propôs uma contraposição do espaço vital germânico (*lebensraum*) pela formação de um espaço vital econômico global para os Estados Unidos. Do mesmo modo que La Blache e Vallaux antes dele, Bowman substitui em sua abordagem o

expansionismo germânico por interesses de seu próprio país.

O último grande representante dessa tradição crítica é Richard Hartshorne, com o artigo *The Functional Approach in Political Geography* (1950). O mais erudito dos geógrafos epistemologistas, Hartshorne propõe uma abordagem essencialmente funcionalista, cujo intuito é substituir o instrumentalismo estatal por uma *raison d'être* exclusivamente científica. Entretanto, assim como a *erdkunde*, que no passado jamais fora, de fato, uma prática de legitimidade exclusivamente científica, a proposta hartshorniana estava umbilicalmente contaminada pela agenda de interesses nacionais. Ironicamente, sua “antigeopolítica” é de tal maneira desprovida de debate político que acaba se transformando numa das expressões mais bem acabadas de geografia do Estado. A partir de conceitos-chave como forças centrífugas e centrípetas, o geógrafo americano acaba reduzindo toda a disciplina a uma abordagem funcionalista de compreensão das forças de coesão e dispersão do Estado territorial. Ao fugir do debate político como a base da disciplina, Hartshorne termina reafirmando o modelo ratzeliano através de outro léxico.

Em *The Nature of Geography* (1930), Hartshorne havia se mostrado um *expert* em revisar e reafirmar o conhecimento geográfico clássico por meio de novos conceitos e temas. Com o artigo de 1950, ele se torna uma síntese dos limites do debate geopolítico na primeira metade do século XX. Com exceção de Wittfogel, todos os demais terminam reproduzindo uma abordagem ratzeliana, apenas substituindo os temas da unificação mal concluída da Alemanha por questões sensíveis de seus respectivos Estados nacionais entre 1875 e 1945. Por mais que os críticos ambicionassem substituir o modelo ratzeliano, estavam imersos no mesmo ordenamento político internacional de rivalidade interimperial. Isso equivale a afirmar que a sua constituição discursiva estava profundamente enraizada numa mesma racionalidade geopolítica.

Enquanto os americanos se empenhavam em negar a política por meio de uma naturalização do internacionalismo liberal, outro geógrafo europeu consolidava a velha geografia expansionista como uma tecnologia espacial a serviço das políticas imperiais. O britânico Halford J. Mackinder constrói, entre as décadas 1900 e 1940, o mais influente

discurso geopolítico do século XX. Ao contrário da natureza endógena da abordagem branda de Bowman e Hartshorne, Mackinder rompe os muros da disciplina com textos que se tornariam um paradigma para o pensamento estratégico-militar de grandes potências, do Ocidente ao Extremo-Oriente. Em textos como *The Geographical Pivot of History* (1904), *Democratic Ideals and Reality* (1919) e *The Round World and the Winning of Peace* (1943), reafirma o valor estratégico do saber geográfico para as disputas interimperiais e, sobretudo, para as necessidades britânicas de manutenção do seu poder global. Membro da prestigiada *Royal Geographical Society* e do parlamento inglês entre 1910 e 1922, diretor da *London School of Economics* entre 1903 e 1908, o geógrafo era tanto um intelectual de Oxford quanto um homem de Estado ativo em questões centrais à agenda do império britânico. Monarquista e realista convicto, fora um arguto defensor de uma racionalidade estratégica em torno da política de equilíbrio de poder. Diferentemente de Bowman, erigia críticas ferrenhas às crenças liberais e suas fragilidades na compreensão da racionalidade estratégico-militar. Em uma era marcada por desafios postos pela evolução tecnológica e pela propagação de novas potências que, num mundo de ecúmeno completo levaria inevitavelmente a conflitos de alcance planetário, Mackinder se consolida como uma espécie de arauto de uma nova grande era da política mundial.

Mackinder estabeleceu, assim como Ratzel, uma geografia do Estado e uma geopolítica de natureza imperialista. No entanto, ao contrário do geógrafo alemão, consolidou a disciplina como meio de análise e interpretação do mundo internacional em escala global, de modo que se projetou como um dos analistas de maior influência no século XX. As suas ideias e concepções foram decisivas para a organização da grande estratégia das principais potências durante a Guerra Fria (1945-1991). O seu discurso geopolítico também influenciou sobremaneira a política nacional e internacional de potências emergentes ao redor do globo.

O geógrafo inglês entendia os Estados modernos como a forma mais bem acabada de organização humana. Contudo, ao invés de examiná-los por dentro, busca compreender as bases modernas do sistema interestatal e as principais causas de conflitos numa era marcada pelo fim da corrida colonial. Assim, torna-se o zênite de um conhecimento que sistematiza uma tradição ancestral de arte de governo e se consolida

com um saber indispensável para a política numa era de multiplicação dos Estados nacionais e escalada de guerras. Ora, ao mesmo tempo que essa abordagem se populariza em outros ramos do conhecimento, perde prestígio na Geografia. A disciplina a propor um método de análise do mundo global, considerando a totalidade do ecúmeno, é justamente aquela que abandona o debate político internacional. Isso acontece exatamente num momento em que cada lugar do planeta está, sem exceção, submetido a uma mesma lógica interestatal, a ordem bipolar. A aventura nazista contribuiu para o arrefecimento da geopolítica, colaborando para a perda de espaço no campo dos estudos internacionais para outras áreas do saber.

A perda de prestígio da Geografia nos estudos internacionais, no entanto, vai além de sua associação com o nazismo; ainda que as relações promíscuas com modelos autoritários tenham se replicado em regiões além-mar, como a América do Sul. Essa condição resulta também do próprio empobrecimento geral das teorias políticas geográficas, incapazes de acompanhar a evolução teórica dos diversos campos das humanidades no pós-Segunda Guerra Mundial. É verdade que durante a Guerra Fria, o francês Jean Gottmann (1915-1994) publicou textos seminais no campo da geopolítica. *The Significance of Territory* (1973) vai além dos trabalhos de Bowman e Hartshorne nos esforços de romper com o método ratzeliano. Ao entender, por exemplo, a importância de atores políticos como as organizações internacionais, Jean Gottmann começa a romper com o estadocentrismo que dominou a geopolítica alemã, francesa, inglesa e americana em toda sua história. Apesar disso, da mesma forma que Isaiah Bowman, Richard Hartshorne e Derwent Whittlesey, Gottmann não consolidou uma nova tradição de estudos das relações internacionais na Geografia.

De fato, como lembra Costa (1992), trabalhos como *The New Europe* (1944) de W. Fitzgerald, *Geography and World Politics* (1958) de L. Carlson, e *Elements of Political Geography* (1954) de S. Valkenburg davam continuidade a tradição geográfica de estudos internacionais. Contudo, esses esforços não foram suficientes para sustentar a ambição da *Political Geography* de Bowman, que era estabelecer um campo liberal-democrático de estudos internacionais. E assim como seus colegas americanos, Gottmann foi incapaz de devolver à disciplina o prestígio que desfrutara na primeira metade do século XX.

O SEGUNDO DEBATE E A REFUNDAÇÃO DA GEOPOLÍTICA

A partir dos anos 1970, alguns textos inauguraram uma perspectiva de reflexão crítica que ecoaria pelas décadas seguintes. Com o passar dos anos, a nova tradição crítica chega ao ponto de romper com o próprio objeto da geopolítica, numa perspectiva que amplia o foco de análise acerca da relação entre sociedade e território. A bem da verdade, a segunda metade do século XX assistiu ao florescimento de novas epistemologias que impactaram profundamente todos os campos do conhecimento em humanidades. A teoria crítica, o marxismo, o pós-estruturalismo etc., transformaram toda a filosofia do conhecimento, com impactos sobre o saber se desdobrando de duas maneiras em geopolítica. Primeiro, elevaram a temperatura do debate crítico sobre os discursos tradicionais acerca do território e o poder. Segundo, permitiram avançar da crítica à proposição de novos objetos e temas, atingindo o âmago da epistemologia.

Pode-se dizer que houve uma pequena revolução no entendimento do próprio poder, que a geopolítica interpretava a partir do Estado e suas estruturas políticas. A gradual diversificação das agendas de pesquisa a partir dos anos 1970 irá refletir no rompimento com uma concepção de poder que predominou do século XVII – com o surgimento da teoria do contrato social – até o final da Segunda Guerra Mundial. Em um período marcado pela plethora de movimentos civis ao redor do mundo e pela ascensão da contracultura, os estudos em geopolítica promovem um debate com vistas a romper com três heranças que definiram a teoria política no século XIX: o cartesianismo, o positivismo e o naturalismo. Tal rompimento é a base de toda a reflexão, tornando possível desafiar o próprio objeto estabelecido na disciplina.

A geografia de Mackinder é um poderoso laboratório para entender o alcance dessas três heranças epistemológicas. Nos seus trabalhos, o cartesianismo estava expresso na separação entre o observador e o objeto, o que impulsionou o processo de visualização do espaço mundial a partir de uma leitura de sua configuração estratégica. John Cottingham (1988) afirma que Descartes entende o universo como um sistema ordenado, com cada um de seus aspectos acessíveis

ao intelecto por meio da razão. Tal ideia permeou todo conhecimento científico e filosófico do século XVIII. Os trabalhos de Alexander von Humboldt, por exemplo, buscavam desvendar a ordem intrínseca ao mundo natural. Muitas décadas mais tarde, Mackinder também faz uso do racionalismo cartesiano, à medida que, pautado mais na razão dos que nos sentidos, visa desvendar as forças políticas e a lógica de suas interações. Entretanto, ao invés de descortinar a natureza dessas interações, seus discursos “produzem” uma ordem mundial geo-política. Isso significa dizer que, como membro da *intelligentsia* britânica, sua abordagem, pautada por valores e crenças da época, apenas reproduz os interesses de diversos grupos políticos. Ao invés de revelar as bases internacionais do poder político, estabelece um discurso racionalizador dos desejos de uma certa elite.

Todavia, é fundamental perceber que o conceito de ordem está associado ao próprio método cartesiano de organização do conhecimento, que por sua vez, só pode ser alcançado por meio do arranjo e ordenamento dos seus objetos. A razão é uma luz, uma espécie de “terceiro olho” capaz de revelar a verdade sobre o mundo observável. Em Mackinder, isso se expressa, especialmente, na detecção de espaços estratégicos, áreas *core*, zonas de tensão etc., ideias que iluminariam a disposição mundial do poder.

O positivismo se exprime, sobretudo, na busca por uma verdade universal posta em leis gerais. A “verdade estratégica” expressa pelo discurso mackinderiano alcança tamanha dimensão que suas leis gerais se tornam, na prática, axiomas ensinados em meios acadêmicos e militares por todo o mundo. A famosa tese geopolítica – quem governa a Europa Oriental comanda o *Heartland*; quem governa o *Heartland* controla a Ilha-Mundo; quem domina a Ilha-Mundo governa o mundo todo – apresentada em *The Geographical Pivot of History* (1904) e aprofundada em *Democratic Ideals and Reality* (1919), se torna altamente popular entre as elites internacionais. A pretensão de verdade e o prestígio fez dessa fórmula um poderoso provérbio a influenciar *policymakers* e a ordenar a estratégia de poder de grandes potências. Da mesma forma, moldou a conduta regional de potências emergentes em diferentes continentes.

O naturalismo, intrínseco à ideia de superioridade racial, era um

componente indissociável da sua teoria. Tal concepção tem forte base nas teses do determinismo geográfico que influenciaram demasiadamente os discursos geopolíticos. David Livingstone (2001) lembra que, a partir de Montesquieu, o determinismo ambiental encontra defensores extremamente influentes, como Kant e Buffon. A geopolítica do início do século XX mantinha muito dos valores dos filósofos iluministas, cuja convicção acerca da influência do clima sobre civilizações revelavam o credo da superioridade racial como substrato. Essa crença na preeminência do homem branco vai definir a concepção de ordem nos trabalhos de Mackinder. Um defensor do império britânico, o geógrafo propunha um modelo de equilíbrio de poder em contraposição ao internacionalismo americano, cada vez mais influente na política mundial. Acreditava, dessa forma, que a divisão do planeta por um grupo de impérios coloniais era a forma mais eficiente de manutenção da paz. Caberia aos homens europeus dividir, ordenar e gerenciar o conjunto do mundo.

Nos anos 1970, o retorno da geopolítica se caracteriza pelo ataque ao saber como técnica de poder do Estado, e pelo esforço de superação dos limites impostos pela tríade cartesianismo-positivismo-naturalismo. Esse novo debate irá promover uma lenta e gradual revolução teórico-metodológica que definirá a maneira como os discursos geográficos sobre a sociedade, o território e o poder são estruturados no século XXI. Assim como Friedrich Ratzel, que reordenou o saber geográfico e estabeleceu as bases para uma nova arte de governo, e Mackinder, que fundou a análise do sistema internacional em escala global, o grupo de geógrafos que impulsionou o Segundo Debate lança as bases de uma nova geopolítica. A disciplina que emerge a partir dos anos 1970, caracterizada por uma profunda transformação no entendimento do poder e sua natureza geográfica, é uma negação ao *etos* epistemológico da era tradicional.

A crítica de que os discursos geopolíticos refletiam e estimulavam os interesses dos Estados leva necessariamente ao desafio à perspectiva cartesiana e sua crença numa realidade objetiva. A fé na luz interna da razão como reveladora da verdade inerente ao mundo externo dá lugar ao engajamento político como meio de transformação da realidade. Para a vertente crítica, os fundamentos do poder territorial se encontram num jogo de forças que atravessa um conjunto amplo de atores políticos e seus respectivos interesses. O Estado territorial, cuja importância agora é menor do que o conjunto da sociedade, deixa de ser uma manifestação

objetiva da realidade para se tornar um campo em disputa. A sociedade e sua rede complexa de atores políticos e econômicos é a arena onde se põem em disputa as dimensões territoriais do poder.

A leitura do corpo político pela epistemologia clássica é desafiada por uma análise baseada em um complexo e antagônico cruzamento de referências filosóficas, com destaque para o marxismo, a teoria crítica e o pós-estruturalismo. O que interessa à vertente crítica não é mais a análise funcional da interação entre forças centrípetas e centrífugas, e seus impactos sobre a integridade do Estado territorial ou dos impérios coloniais. Ao contrário, busca compreender a essência multidimensional dos conflitos envolvendo grupos políticos, instituições, classes, indivíduos etc. É, como muito bem definiu Gearóid Ó Tuathail (1996), uma antigeopolítica, à medida que inverte a própria *raison d'être* de toda a abordagem tradicional.

La Géographie, Ça Sert, D'Abord, à Faire la Guerre (1976), de Yves Lacoste, é a obra inaugural dessa nova era. Publicada mais tarde no Brasil como *A Geografia, Isso Serve em Primeiro Lugar para Fazer a Guerra* (1988), a obra causou profundo impacto entre os especialistas e seus esforços de retomada do ensino da geopolítica nas universidades. Não poderia haver título mais perspicaz para uma obra que ousou atingir o âmago de toda epistemologia ratzeliana. O ensaio de Lacoste é um libelo impiedoso contra toda a tradição intelectual que forjou a tecnologia espacial de poder, e um poderoso manifesto antigeopolítica, que inicia a trajetória de reconstrução intelectual da disciplina no mundo todo. É também uma proposta de método para os novos tempos, marcados pela emergência da sociedade civil na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. A antigeopolítica de Lacoste é **fruto de um questionamento inaudito da legitimidade da *raison d'état*** e seus desdobramentos em toda forma de violência bélica, econômica, étnica etc.

Yves Lacoste atinge violentamente um dos pilares que sustentam toda a racionalidade geopolítica moderna, isto é, aquilo que a teoria hobbesiana entende por sujeição do povo a um ente soberano. Enquanto Mackinder e Bowman entendiam que a Geografia possuía um papel fundamental em moldar a visão e a vontade do povo em favor da nação, Lacoste defendia que a disciplina deveria se imbuir do papel

de quebrar tal sujeição. De um lado, questiona a Geografia como saber estratégico a serviço do Estado nacional. De outro, desafia a clássica fórmula de domínio da “vontade geral” expressa naquilo que denominou de geografia dos professores. O radicalismo de sua proposta significava a implosão da geopolítica do Estado e o seu ressurgimento como um saber libertário fundamental para a formação do cidadão. Enquanto Mackinder, em *Geography as a Pivotal Subject in Education* (1921), escreve abertamente sobre a importância do conhecimento geográfico no sistema educacional para a formação de uma consciência nacional e imperial para toda população inglesa, Lacoste (1976) investe de modo panfletário contra a instrumentalização patriótica desse saber pelo que chama de minorias dirigentes do Estado.

O que diferencia o trabalho de Lacoste da vertente tradicional é, em primeiro lugar, sua apreciação da geografia como uma linguagem e uma forma de poder/conhecimento, sendo, portanto, um discurso, um modo de representar o mundo (Ó Tuathail, 1996). Em *An Illustration of Geographical Warfare* (1973), Lacoste alerta para a longa história de uso da Geografia como um instrumento de poder, lembrando da importância táctica da cartografia e topografia para o Estado maior e o valor administrativo e político da distribuição da população. A própria noção central de região tem origem na palavra latina *regere* (governar), o que faz dela etimologicamente uma definição militar. A Geografia é um saber estratégico que antes de existir em escolas por todo o mundo, estava a serviço de príncipes, diplomatas e militares.

Todavia, o *savoir faire* moderno da disciplina está mesmo na expansão de sua capacidade de formar uma consciência sobre o mundo, de estabelecer entre os cidadãos uma racionalidade geopolítica. A expansão dos sistemas modernos de ensino (do básico ao universitário) e a popularização dos novos meios de comunicação permitiram um aprofundamento da instrumentalização do conhecimento em prol de uma mentalidade geopolítica. Tanto a geografia formal dos professores quanto aquela praticada pelas mídias de massa – jornais, cinema, rádio, televisão etc. – constituem influentes modos de representação do mundo. Tal como praticada em diferentes instâncias da sociedade, a geografia se constituía como poderosa ideologia.

A fundação da revista *Hérodote* em 1976 era um movimento

típico do contexto de uma geografia radical. A primeira edição (*Attention: Géographie!*) anunciava a estratégia de usar as ferramentas, métodos e práticas geográficas para se reapropriar da Geografia para fins radicais, e afirmava que a disciplina não seria reformada, mas colocada exatamente contra aqueles em posição de poder (Ó Tuathail, 1996). O conhecimento geográfico se mantém, ironicamente, um meio de trazer a verdade ao mundo. Em Lacoste, a luz interna da razão, o “terceiro olho”, opera através de uma pretensa objetividade científica a se contrapor aos discursos imperialistas e simplistas da geopolítica ortodoxa. O geógrafo francês opera uma instrumentalização invertida, uma espécie de cartesianismo de baixo para cima, desnudando de modo pretensamente objetivo e engajado a grande verdade expressa nas manifestações geográficas do poder vigente.

Dois grandes vertentes que definiriam o rumo das teorias geopolíticas europeias e americanas nas décadas seguintes estão presentes tanto nos trabalhos de Lacoste, quanto na linha editorial que definiria a *Hérodote*. Os seus textos são marcados pela perspectiva marxista, expressa tanto na importância do papel da ideologia e do capitalismo em suas análises, quanto na posição central ocupado pela defesa de um engajamento militante. Lacoste é um cruzamento inusitado de referências, um intelectual muito distinto daqueles que passaram a advogar mundo afora um lugar de destaque para a ciência geográfica no marxismo. Está mais preocupado com o valor estratégico da disciplina para transformar a realidade do que com uma ortodoxia teórica. Não é por acaso, portanto, que o pós-estruturalismo foucaultiano surgido na década de 1950 seja uma grande influência, pois toda a antigepolítica opera a partir da noção de saber/ poder.

A recusa de Lacoste (1976) à primazia do econômico o colocava mais próximo de abordagens que buscavam expandir a leitura do poder, um conceito por muito evitado por sua natureza amorfa, como classifica Max Weber (2000). A criação da *Hérodote* demarca bem essa busca por expandir a compreensão do poder. Como esclarece Lacoste (1976), a revista nasce com o propósito de resgatar a geopolítica como uma forma de saber-pensar capaz de colocar em evidência estratégias ocultas. A retomada desse conhecimento é uma forma de resgate da política, uma dimensão tão longamente desprezada pelos geógrafos. É justamente Michel Foucault o entrevistado da primeira edição, num tenso diálogo

que se desdobra essencialmente acerca do lugar da Geografia na arqueologia do saber, dada sua importância para o estudo das formações discursivas, do poder etc. Assim como Foucault, Lacoste (fundador, editor e principal voz da revista) também se ocupava dos discursos e da estratégia do espaço em suas diversas escalas.

O cerne epistemológico da geopolítica nos países ricos é “lacosteano”, pois as genealogias dos discursos territoriais, as estratégias de saber/poder, e as geografias da mídia de massa estão no centro da *démarche* daquilo que seria denominado no limiar do século XXI como Geopolítica Crítica. A principal contribuição do geógrafo francês está na revolução teórica que desencadeou há meio século, impulsionada na Europa e nos Estados Unidos com a multiplicação de pesquisadores, publicações, grupos de pesquisa etc.

Contudo, dois grandes desdobramentos da abordagem “lacosteana” têm se tornado passíveis de questionamento. Primeiro, seus principais seguidores empreendem uma geopolítica anti-Estado, uma evolução praticamente natural dada a sua predileção por uma abordagem primordialmente libertária. Em uma crítica a Claude Raffestin (1980) e a sua crença de que a disciplina era essencialmente estadocêntrica, Lacoste (1988) ressalta que o raciocínio geopolítico era também utilizado por aqueles que combatem o Estado. Segundo, essa abordagem evolui para uma geometria exclusivamente doméstica do poder. Em um período em que as relações internacionais ganham cada vez mais importância, o exclusivismo da abordagem doméstica e anti-Estado coloca a área no caldeirão caótico de análises desterritorializantes e pós-modernistas. Há um vácuo de estudos em Geografia sobre o sistema internacional, os novos atores internacionais, os conflitos etc. Embora Lacoste (1976) alegasse não ser prudente abolir a geopolítica – da mesma forma que os biólogos não baniram a biologia a despeito da relação com o nazismo – há, sem dúvida, uma proscrição insensata de todo conhecimento tradicional da disciplina por muitos de seus seguidores.

O segundo geógrafo a influenciar a retomada da geopolítica foi o suíço Claude Raffestin. Alguns fatores destacam sua *Pour une Géographie du Pouvoir* (1980) entre as mais importantes obras no resgate da disciplina. Poucos trabalhos captaram de modo tão genuíno as transformações em emergência. Raffestin foi extremamente hábil em

definir conceitualmente em sua análise a natureza da geopolítica clássica, seus alcances e limites. Foi ainda muito preciso na definição das agendas e temas centrais, bem como na circunscrição dos modelos de análise estabelecidos pelos geógrafos fundadores da disciplina. Assim como em Lacoste, sua proposta de reforma expressa um *mix* inusitado entre pós-estruturalismo e marxismo.

Raffestin (1980) ressalta a importância de Ratzel, que deixou um legado de conceitos, como posição, circulação, centro, periferia, interior, exterior etc. São conceitos que estão não apenas na base de todo conhecimento geográfico moderno, mas que também possuem papel importante em outras áreas do conhecimento. Todavia, Raffestin (Op. Cit.) lembra que o estadocentrismo da disciplina perdura, mantendo-se, assim, o fator central do modelo analítico fundado por Ratzel, que concebia o Estado como a única fonte de poder. Em sua visão, as escolas geopolíticas estreitam a concepção ratzeliana de Geografia como uma ciência do Estado. Nesse sentido, trilha o mesmo caminho dos principais críticos da geopolítica tradicional antes dele, afirmando que o estadocentrismo orientou os grandes discursos europeus e anglo-saxônicos, estando fortemente presente em Mackinder, Spykman, Bowman, Hartshorne etc.

Embora não apresente o mesmo engajamento de Yves Lacoste, o geógrafo suíço é, em primeiro lugar, motivado por uma ruptura política, propondo uma teoria da geopolítica que se diferencie do conhecimento clássico de duas formas principais. Evocando Richard Muir e a sua definição de Estado como derivação do exercício da soberania de uma população sobre um dado território, propõe romper com uma espécie de análise triádica do poder. Os especialistas da fase clássica abordam o Estado ratzeliano por meio de três sinais: a população, o território e a autoridade. A circunscrição do discurso e da análise geopolítica aos três elementos fundamentais do poder do Estado moderno determina a abordagem tradicional, e, portanto, seu léxico expresso por meio de uma extensa rede de conceitos e temas.

Aqui Raffestin (Op. Cit.) atinge com imensa precisão o ponto mais sensível da geopolítica tradicional, pois romper com a análise triádica significava atentar contra a própria concepção vigente de poder. No lugar de um entendimento material de poder, isto é, de uma perspectiva que o

localiza e mensura no Estado, entra a perspectiva relacional. O poder é relacional porque não pode ser localizado em um único ente, existindo somente em relação; é multidimensional, pois se manifesta de modos diversos; e é imanente por estar na natureza de todas as relações políticas. É justamente essa noção foucaultiana que permitiu o estilhaçamento do objeto da geopolítica nas décadas seguintes. No lugar do Estado, entra uma multiplicidade de atores territoriais, e, substituindo a tríade, surge uma diversidade de novos temas e agendas.

A segunda ruptura proposta por Raffestin (Op. Cit.) é com a análise morfofuncional. O conhecimento clássico tem uma preocupação vital com a morfologia do território, e conceitos como circulação, dimensão, forma e posição delimitam a análise geográfica a uma perspectiva geométrica. Mesmo a população não escapa dessa abordagem, sendo fundamentalmente compreendida por sua distribuição, pirâmide etária, composição sexual etc. A leitura morfofuncional, que reduzia o território e a população a recursos mensuráveis do Estado, deveria ser substituída por um olhar multidimensional do poder.

O texto de Raffestin termina aprisionado na armadilha territorial ratzeliana, uma trágica ironia para quem se via como uma espécie de Teseu da geopolítica, prometendo libertá-la do seu próprio Minotauro, o Estado. Perdeu-se no labirinto. Após várias páginas de críticas engenhosas e ousadas, prossegue analisando aspectos tradicionais como a população, a religião, os recursos naturais e a morfologia territorial. Contudo, é preciso reconhecer que a incapacidade de avançar a própria proposta não apaga o seu mérito. O início do texto foi o bastante para chacoalhar a morosidade enfadonha que marcava o debate em geopolítica. Com Lacoste, Claude Raffestin foi um importante arauto anunciando a alvorada da nova era.

A GEOPOLÍTICA REVIVE: O CASO DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

No campo da ciência geográfica, a geopolítica praticada entre os anos 1980 e as primeiras décadas do século XXI está profundamente associada às contribuições do Segundo Debate. Nota-se, de modo geral, a ascensão de agendas na seara daquilo que Claude Raffestin

(1980) classifica como poder com “p” minúsculo. São, portanto, temas que rompem com o exclusivismo da visão estadocêntrica, dialogando abertamente com o amplo campo de interesses da sociedade civil e o seu vasto universo de atores territoriais. Brasil e Estados Unidos estão entre os casos mais emblemáticos de transição para a nova geopolítica. Nesses dois países, há uma superação da *raison d'état* como o fundamento da prática científica, e o fortalecimento de uma conduta teórica mais comprometida com a legitimidade epistemológica

No Brasil, o resgate e a renovação da geopolítica ocorrem simultaneamente ao fim da ditadura militar e à redemocratização. Dessa forma, os novos estudos estão indissociavelmente ligados às demandas político-sociais da nova república. A projeção econômica internacional, o modelo federativo nacional, o planejamento territorial, o meio ambiente, a integração regional, as novas dinâmicas fronteiriças etc., são temas reinterpretados à luz das demandas políticas trazidas pela retomada do regime democrático. Portanto, se o meio acadêmico internacional promovia uma revolução epistemológica na disciplina, as profundas transformações políticas exigiam novas leituras em escala doméstica. Nesse sentido, a ruptura empreendida por geógrafos brasileiros se assemelha ao que foi realizado em universidades europeias e americanas; mesmo porque as bases da velha geopolítica estavam muito bem assentadas em terreno nacional.

Entre os anos 1930 e 1970, o estudo da geopolítica era praticamente uma exclusividade dos militares, que introduziram os discursos europeus e americanos sobre o território e o poder no contexto brasileiro. São estudos marcados pela mesma tríade cartesianismo-positivismo-naturalismo que definira a abordagem tradicional nos países centrais. Destacam-se, sobretudo, a análise organicista do Estado, o expansionismo territorial, a contenção fronteiriça, o domínio do terreno, o acesso aos recursos, a demografia etc. Textos como *Projeção Continental do Brasil* (1935), de Mário Travassos, *Geopolítica do Brasil* (1967), de Golbery do Couto e Silva, e *Brasil, e Geopolítica e Destino* (1975), de Carlos de Meira Mattos, são alguns dos responsáveis por estruturar uma racionalidade estratégica do Estado brasileiro e sua forte tradição autoritária. A principal característica desses trabalhos era emular os discursos territoriais mais influentes no mundo, apenas adaptando sua estrutura analítica para os interesses mais sensíveis ao

Brasil. Da mesma forma que em outros países da América do Sul, seu alcance e influência permitiu sistematizar e embasar um amplo modelo de modernização conservadora sob uma ordem política autoritária. O Brasil é um dos casos mais notáveis em que uma casta de geopolitólogos se torna elite dirigente.

É importante notar que antigeopolítica não se tornou hegemônica nas universidades brasileiras. Trata-se, talvez, de um fenômeno típico de ordens liberais primeiro-mundistas e as suas crescentes demandas por subjetividades. Aqui, ao contrário, houve um resgate da disciplina pelo viés das políticas públicas e do desenvolvimento nacional. O imenso legado de desigualdades sociais e regionais, a destruição do meio ambiente, as rivalidades regionais sul-americanas, dentre muitos outros fatores, exigiam um novo tipo de engajamento dos teóricos brasileiros. Ao mesmo tempo em que precisavam renovar a disciplina, se tornava impossível ignorar os desafios trazidos pela democracia. Consolidou-se um viés crítico ao autoritarismo vigente há mais de duas décadas, e aberto ao diálogo com o emergente Estado.

As décadas de 1980 e 1990 se destacam por uma quantidade significativa de bons trabalhos que definiram a retomada da geopolítica brasileira. Alguns deles se destacam pelo impacto que tiveram na definição do que viria a ser a nova geopolítica. Um dos mais importantes é um artigo intitulado A Geografia e o Resgate da Geopolítica (1988), de Bertha Becker (1930-2013). Publicado pelo IBGE, na Revista Brasileira de Geografia, o artigo é uma das críticas mais bem acabadas à geopolítica clássica, bem com uma proposta sofisticada de resgate da disciplina. O texto se difere profundamente da antigeopolítica lacostea, pois não refuta por completo a epistemologia tradicional, propondo um resgate crítico. Bertha Becker (Op. Cit.) lembra que, na busca por recusar as concepções deterministas de Ratzel, os geógrafos acabaram também negando toda sua riqueza teórica. A contribuição de Bertha Becker é um *mix* entre geografia do Estado e os novos pressupostos trazidos pelos principais teóricos da geopolítica crítica europeia.

Dentre as principais contribuições de Bertha Becker à disciplina estão a concepção de multidimensionalidade do poder, a incorporação

da economia política, o entendimento de uma nova forma de Estado, e a centralidade da cronopolítica. A ideia de multidimensionalidade do poder, assim como em Claude Raffestin (1980), está relacionada a necessidade de assimilação da estratégia de poder de outros atores territoriais para além do Estado. A incorporação da economia política reflete a crescente internacionalização dos processos econômicos e a ascensão de grandes corporações privadas como atores internacionais. O Estado deixa de ter o monopólio econômico, tanto em sua atuação doméstica quanto global, tornando-se uma instituição relativamente distinta daquela que inspirou a geopolítica até os anos 1950. Influenciada por Manuel Castells (1985), dá destaque para o papel das “altas tecnologias” no processo de transformação do Estado, da economia e da geopolítica. Por fim, sua concepção de cronopolítica é tributária da ideia de compressão espaço-temporal e seus impactos na política como conhecemos. Embora essa perspectiva tenha sido apresentada no início do século XX por Camille Vallaux, o precursor dessa tendência na década de 1980 foi Paul Virilio, com a obra *L'Espace Critique* (1984).

Um dos méritos de “A Geografia e o Resgate da Geopolítica” é antecipar tendências políticas e sociais que se tornariam predominantes com a aceleração da globalização nos anos seguintes, e incorporá-las ao estudo da disciplina. Muitas dessas tendências aparecem nas pesquisas e publicações de Bertha Becker nas décadas de 1990 e 2000, por meio de temas como meio ambiente e Amazônia, tecnologia, economia e território, e geopolítica no século XXI. Dentre as publicações mais relevantes, destaca-se Brasil, uma Nova Potência Regional na Economia Mundo (1993), em coautoria com Cláudio Egler. Um dos trabalhos mais importantes e influentes na Geografia de final de século, estabelece a tendência de incorporação da economia política na análise geopolítica da “modernização” e inserção internacional do país.

Outro estudo de grande influência é Geografia Política e Geopolítica, Discursos Sobre o Território e o Poder (1992), de Wanderley Messias da Costa. Defendido originalmente como tese de doutorado no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, esse texto é o mais relevante resgate histórico feito no Brasil sobre o debate teórico em geopolítica. É um estudo minucioso dos discursos sobre o território e o poder em seus contextos históricos – nacionais e internacionais. O trabalho tem o importante mérito de escapar das análises típicas do

marxismo dos anos 1980 e 1990, que reduzia a epistemologia geográfica tradicional a um conjunto de postulados positivistas e naturalistas. O livro amplia o escopo de entendimento da teoria política geográfica, colocando também em evidência o papel do romantismo, do realismo e do liberalismo. Algo incomum na Geografia de final de século, essa interpretação da teoria do conhecimento permitiu uma sofisticação ao entendimento das transformações teóricas no campo da geopolítica.

Os estudos supracitados têm a importância de definir o modelo de retomada da geopolítica. Todavia, muitos dos trabalhos que os antecederam ou sucederam contribuíram para a retomada, sendo fundamentais para a ampliação do escopo de interesses. A *Capital da Geopolítica* (1987), de José William Vesentini, foi, por exemplo, pioneiro na investigação da instrumentalização estratégica do espaço brasileiro por meio da mudança da capital federal para o Planalto Central. A *Ordem Ambiental Internacional* (2001), de Wagner da Costa Ribeiro, aproxima a Geografia dos grandes debates das relações internacionais por meio de um tema crucial ao mundo contemporâneo, o meio ambiente. *Geografia e Política* (2005), de Iná Elias de Castro, tem o mérito de pensar a relação entre política e espaço geográfico nas diversas escalas, passando por temas capitais como federalismo, representação política, regionalismo, sistema internacional etc.

Para além das publicações teóricas, a geopolítica, em suas mais diversas temáticas, floresceu e ganhou força em programas de pós-graduação, grupos e projetos de pesquisa. Os Estudos fronteiriços, por exemplo, se tornaram relevantes sob duas perspectivas. A primeira delas foi pelo foco na circulação ilegal, tensões e conflitos que marcam toda a zona de fronteira entre Brasil e seus vizinhos sul-americanos. Nesse caso, devemos destacar a importância de Lia Osório Machado. Além de ser uma das principais analistas sobre fronteiras, ilegalidades e território no Brasil, Lia Osório Machado coordena o Grupo Retis na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse grupo de pesquisa possui quase trinta anos de atuação no tema das fronteiras brasileiras, com amplo banco de dados cartográficos, e uma diversidade de estudos envolvendo urbanização, planejamento, crimes e meio ambiente nas fronteiras. A principal característica dos seus trabalhos é o foco nas ilegalidades num contexto de interações espaciais nas zonas de fronteira. Essa abordagem revela uma mudança de perspectiva dos estudos fronteiriços no Brasil, que se desloca

das preocupações militares do equilíbrio de poder e contenção territorial interestatal para um contexto de transterritorialidade e proeminência da atuação de redes de crime. No século XXI, o narcotráfico, o contrabando e uma série de atividades ilícitas se expandiram de tal modo, revelando o domínio do saber estratégico sobre as fronteiras e o território por parte de redes de crime, e cujo impacto é sentido por todo o país.

A segunda perspectiva de estudos fronteiriços no Brasil é voltada para os espaços de integração, com destaque para o grupo liderado por Arnaldo Aldomar Rückert, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O grupo tem se destacado nesse início de século com uma vasta produção empírica em torno da relação entre interações espaciais fronteiriças no âmbito da integração regional da Bacia do Prata. Assim como os pesquisadores do Rio de Janeiro, possui o mérito da formação de inúmeros mestres e doutores especialistas em geopolítica das fronteiras. Ainda que existam trabalhos relevantes em outras universidades brasileiras sobre a relação entre fronteiras e integração regional, o grupo do Rio Grande do Sul é, sem dúvida, o grande espaço especializado nessa abordagem.

Os estudos de fronteira são um grande laboratório para entender a transformação da geopolítica no Brasil. Os processos de globalização e integração regional, acelerados a partir da década de 1990, exigiam a inversão do sentido analítico desse conceito. Os fluxos materiais e informacionais, as interações espaciais lícitas e ilícitas, os processos migratórios, a diplomacia voltada à integração, os investimentos multilaterais e a expansão da infraestrutura física, dentre outros fatores, transformaram o significado desses espaços. Enquanto sob o regime autoritário eram interpretados pela estratégia de contenção, hoje são abordados pela lógica reticular dos espaços no contexto de cooperação e integração da América do Sul.

Outros temas da nova geopolítica também foram profundamente influenciados pelo avanço da globalização e do sistema de governança multilateral liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU). No caso do meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, teve um impacto imenso na agenda de estudos ambientais das universidades brasileiras. É um tema de valor altamente estratégico para o Brasil e seus riquíssimos

ecossistemas. Nesse campo, destaca-se, sobretudo, a Amazônia, um tema transversal e convergente com questões de planejamento regional, integração fronteiriça, logística e transporte, exploração agrícola, bioindústria etc. O tema da Amazônia congrega imensas redes de pesquisa envolvendo diversas áreas da Geografia. No caso da geopolítica, Bertha Becker, Wanderley Messias da Costa, Neli Aparecida de Mello-Théry, dentre muitos outros estudiosos da geopolítica, têm contribuído com projetos e publicações voltadas à interpretação da região. No lugar do modelo tradicional de exploração que levou o meio ambiente ao seu limite, propõem-se modos sustentáveis de uso da floresta e sua rica biodiversidade. O uso do solo, as redes de cidades, o planejamento urbano e regional, os sistemas logísticos, o desenvolvimento agrícola, e a bioindústria são estudados sob os consensos internacionais que regem a exploração sustentável da natureza.

O último grande campo de expansão das pesquisas em geopolítica no Brasil são os processos de integração regional. A década de 1990 marca não apenas o aprofundamento da União Europeia, mas também a multiplicação dos projetos de integração regional em todo mundo. A criação do Mercosul em 1991 dá início a um amplo processo de aprofundamento institucional, econômico, político e diplomático que alcançaria toda a América do Sul. A integração regional foi fundamental para aproximar as agendas de pesquisa em geopolítica dos estudos das relações internacionais, com a criação de linhas, grupos e projetos de pesquisa em diversas universidades brasileiras. Destacam-se, sobretudo, as pesquisas conduzidas no âmbito dos departamentos de Geografia das Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De modo geral, a regionalização aparece articulada com outros temas, como fronteiras, segurança e defesa, integração econômica, infraestruturas territoriais etc.

A retomada da geopolítica na Geografia brasileira pode ser medida pelas publicações de livros, artigos, teses e dissertações, por meio do crescimento no número de projetos, grupos de pesquisas, e programas de pós-graduação, e até mesmo pelo acesso a fomento científico. Contudo, algumas limitações são notórias. A principal delas está no fato de que os paradigmas sob os quais operam os atuais estudos na área já ultrapassam as três décadas. A resiliente ausência de reflexão teórica, uma marca constante da disciplina, é notada por

meio da diminuta diversidade dos títulos, observável tanto no campo editorial, quando nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação por todo o Brasil. O predomínio dos estudos de caso é também um reflexo das próprias mudanças de funcionamento das ciências. O crescimento do número de publicação em periódicos, uma das exigências para o fomento de pesquisas, impactou no mercado editorial. Os estudos epistemológicos de grande fôlego deram lugar a artigos e análises mais contidas e menos ambiciosas. Se esse fenômeno não desembocar em crises generalizadas e profundas como a experimentada pela vertente clássica no século XX, levará, no mínimo, a uma perda de capacidade analítica, e, por consequência, de legitimidade frente aos tempos que se anunciam.

Os Estados Unidos são o caso mais emblemático no mundo de retomada da geopolítica no século XXI. A partir dos anos 1980, desenvolveu-se uma escola de base lacosteana denominada de Geopolítica Crítica, em que seus autores empreendem uma antigeopolítica ancorada no pós-estruturalismo de Michel Foucault. Dentre os principais autores, destacam-se Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby e Klaus Dodds. Um dos principais trabalhos dessa escola é *Critical Geopolitics* (1996), de Gearóid Ó Tuathail, professor de Geografia da Virginia Tech. Esse trabalho é responsável por sistematizar as concepções que predominam na maioria dos estudos dessa vertente, aprofundando, do ponto de vista teórico, as conexões da geopolítica com o pós-estruturalismo e o pós-modernismo. Se a vertente lacosteana apenas se inspirava na teoria foucaultiana para revelar a relação entre saber geográfico e poder, Tuathail (Op. Cit.) avança nessa aproximação com o uso de conceitos e temas. Há nesse geógrafo uma verve léxica que remete a criatividade analítica foucaultiana, algo que aparece no modo como “reconstrói” os discursos territoriais dos geopolíticos tradicionais, revelando suas mentalidades, conexões, posições e ativismos. O mérito do seu texto é desvendar uma ordem discursiva da geopolítica em ampla conexão com o Estado e suas agendas.

Além dos discursos, destacam-se entre os principais temas dessa escola, as mídias de massa, fronteira e identidade, globalização, representação geográfica, fluidez territorial e conflitos políticos. A geopolítica crítica opera sua oposição à abordagem clássica privilegiando os temas que estão no campo do pós-modernismo. Como resultado, seus

interesses estão mais no campo das subjetividades do que das relações internacionais. Os analistas dessa escola empreendem uma forma radical de antigeopolítica, visto que sua racionalidade teórica é irreconciliável com qualquer fundamento da epistemologia tradicional da disciplina. E, muito diferente do que ocorre com o Brasil, não há um diálogo com o Estado e as políticas públicas.

A exceção ao domínio da abordagem pós-moderna nos Estados Unidos é John Agnew, professor do Departamento de Geografia da UCLA, e cujos trabalhos têm sido essenciais para a reaproximação da Geografia com as relações internacionais. Essa aproximação ocorre pela inserção de temas da economia política, e pela retomada da teoria política. Alguns dos seus trabalhos mais relevantes são *Mastering Space, Hegemony, Territory and International Political Economy* (1995), em coautoria com Stuart Corbridge, e *Geopolitics, Re-visioning World Politics* (1998). Nesses dois textos, John Agnew articula uma série de atores políticos estatais e não-estatais para compreender as dinâmicas internacionais. Por meio da economia política, ele examina minuciosamente o papel das empresas, do capital financeiro, e de um conjunto de atores políticos estatais na formação do que chama de ordens geopolíticas. Com suporte da teoria política, avança na sistematização do funcionamento do sistema internacional, definindo os conceitos de discurso, ordem geopolítica, hegemonia etc. Destaca uma diversidade de atores políticos, como os Estados-nação, as organizações multilaterais, as ongs, os movimentos sociais, dentre muitos outros.

Agnew publicou dezenas de livros e artigos nas últimas décadas, trabalhos que em conjunto refletem sobre a maioria dos temas centrais da geopolítica. Contudo, em *Globalization and Sovereignty* (2008), amplia o escopo de investigação teórica da disciplina, fazendo um estudo aprofundado do conceito de soberania. O trabalho é uma grande contribuição para compreender a história do conceito, bem como seus alcances e limites na era da globalização. O texto ainda apresenta uma tipologia de soberanias, em um ousado movimento que rompe com a concepção monolítica e predominantemente hobbesiana da teoria política.

Os estudos de John Agnew são uma contribuição essencial à disciplina, pois evidencia o imenso potencial de ampliação da agenda

de pesquisa no século XXI. A sua abordagem, que empreende um tipo de análise construtivista em amplo diálogo com diferentes vertentes teóricas, contribui para alçar a área à condição de campo fundamental para a interpretação do mundo internacional. O que a sua teoria examina é uma construção histórico-geográfica do mundo internacional por meio da diplomacia, dos regimes, das relações políticas e econômicas, dos avanços tecnológicos, dos conflitos etc. O que John Agnew empreende não é uma análise exclusiva do Estado ou de fenômenos pós-modernos, mas o estudo da política de modo indissociável da sua dimensão espaço-temporal. A forma como faz avançar o ciclo de reestruturação epistemológica iniciada pelo Segundo Debate resulta na melhor síntese da nova geopolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicação das agendas de pesquisa revela a importância do Segundo Debate para o resgate deste importante campo das humanidades. Todavia, tornam-se inevitáveis os questionamentos sobre o futuro de uma disciplina que opera por meio de uma epistemologia fundada há praticamente meio século. É necessária uma nova epistemologia capaz de transformar o estudo da geopolítica? A revolução impulsionada a partir do Segundo Debate é suficiente para responder aos complexos desafios de um futuro próximo? São questões cruciais para a definição da geopolítica que queremos e precisamos no século XXI.

O que podemos afirmar de fato é que a dinâmica dos desafios que enfrentamos no mundo contemporâneo é significativamente diferente daquela do fim de século. As novas tensões e conflitos interestatais, a corrida tecnológica e informacional, as mídias de massa, as instabilidades e conflitos políticos, a reemergência do autoritarismo, as graves ameaças ambientais etc., possuem outra lógica geopolítica. Faz-se necessário uma ampliação do foco da disciplina, que nos últimos anos esteve mais centrada em temas domésticos do que em questões internacionais. A legitimidade de uma determinada área do conhecimento está na capacidade de responder aos temas sociais e políticos fundamentais de uma era.

Nesse sentido, cabe aos especialistas contemporâneos um

duplo retorno. De um lado, faz-se necessário o resgate da discussão epistemológica com vistas a ajustar a interpretação aos desafios contemporâneos. De outro, é fundamental a retomada da tradição internacionalista, responsável não apenas pelas primeiras agendas, mas por pautar todo o Debate Clássico da disciplina até os anos 1950. A sociedade atual é marcada pela crescente interdependência global dos fenômenos políticos, cabendo à geopolítica ocupar o seu lugar como um campo fundamental para a interpretação das relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. *Geopolitics: Re-visioning World Politics*. London: Routledge, 1998.
- AGNEW, John. *Globalization and Sovereignty*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.
- AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. *Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy*. London: Routledge, 1995.
- BECKER, Bertha. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia (RBG)*. Rio de Janeiro, Vol. 50, p. 99-125, 1988 (Número 322 Especial).
- BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. *Brasil: Uma Potência Regional na Economia-Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BOWMAN, Isaiah. *Geography vs. Geopolitics*. In: WEIGERT, Hans. *Compass of the World: a Symposium on Political Geography*. New York: Mc Millian Company, 1944, p. 40 - 52.
- CASTELLS, M. *Technological Change, Economic Restructuring and the Spatial Division of Labor*. In: *Seminar on International Division of Labor and Regional Problems*. Vienna, 1985.
- CASTRO, Iná Elias. *Geografia e Política. Território, Escalas de Ação e Instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: Edusp, 1992.
- COTTINGHAM, John. *The Rationalists*. New York: Oxford University Press, 1988.
- GOTTMANN, Jean. *The Significance of Territory*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Olympio, 1967.
- HARTSHORNE, Richard. *The Functional Approach in Political Geography*. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, Vol. 40, No. 02, p. 95 - 130, June 1950.
- HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current*

- Thought in the Light of the Past. Lancaster: The Science Press Printing Company, 1939.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. La France de L'Est (Lorraine-Alsace). Paris: Libr. Armand Colin, 1917.
- LACOSTE, Yves. An Illustration of Geographical Warfare: Bombing of the Dikes on the Red River, North Vietnam. *Antipode*, Vol. 05, Issue 2, p.1-13, May 1973.
- LACOSTE, Yves, A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra. Campinas: Papyrus, 1988.
- LACOSTE, Yves. La Géographie, Ça Sert, d'Abord, à Faire la Guerre. Paris: F. Maspero, 1976.
- LIVINGSTONE, David. Environmental Determinism. In: AGNEW, John; LIVINGSTONE, David. *The SAGE Handbook of Geographical Knowledge*. London: SAGE Publications, 2001. p. 368-380
- Ó THUATHAIL, Gearóid. *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*. Minneapolis: Minnesota Press, 1996.
- MACKINDER, Halford. *Democratic Ideals and Reality*. New York: Henry Holt and Company, 1942.
- MACKINDER, Halford. Geography as a Pivotal Subject in Education. *The Geographical Journal*. London, Vol. 57, No. 05, p. 376-384, May, 1921.
- MACKINDER, Halford. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*. London, Vol. 23, No. 04, p. 421-437, April, 1904.
- MACKINDER, Halford. The Round World and the Winning of Peace. *Foreign Affairs*. Washington, Vol. 21, No. 04, p. 595-605, July 1943.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *Brasil, Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.
- RAFFESTIN, Claude. *Pour Une Géographie du Pouvoir*. Paris: Libr. Techniques, 1980.
- RATZEL, Friedrich. *La Géographie Politique: les Concepts Fondamentaux*. Paris: Fayard, 1987.
- RIBEIRO, Wagner da Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- VALLAUX, Camille. *Géographie Sociale. Le Sol et l'État*. Paris: L'Harmattan, 1911.
- VESENTINI, José William. *A Capital da Geopolítica: Um Estudo Geográfico-Político sobre a Implantação de Brasília*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- WEBER, Max. Os Tipos de Dominação. In: *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora UNB. 2000. p. 139-198.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: COMPETIÇÃO INTERESTATAL E O DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

Hélio Caetano Farias ^[51]

INTRODUÇÃO

Este texto investiga alguns aspectos da competição geopolítica entre os Estados, ressaltando o caráter indissociável da relação entre território, poder e riqueza na política internacional. Para tanto, faz um resgate, breve e pontual, do processo de formação e expansão do sistema internacional, a fim de salientar como se articulam as estratégias de desenvolvimento econômico e as de defesa dos Estados.

As estratégias de desenvolvimento dos Estados mudam de acordo com as circunstâncias históricas e contextos geopolíticos. Quando alguns Estados mudam sua posição na hierarquia de poder e riqueza, impactam na divisão internacional do trabalho e imprimem novos contornos ao funcionamento do sistema internacional. No entanto, para diversos Estados, a superação das críticas condições sociais, das disparidades regionais, do caráter extrovertido da produção nacional, da forte dependência do setor primário, da dependência tecnológica, da pífia integração territorial, das deficiências de infraestrutura básica nas cidades, das situações críticas no balanço de pagamentos, da fragilidade dos sistemas de financiamento, enfim, a superação de graves vulnerabilidades econômicas, políticas e sociais ainda são objetivos a serem alcançados. Essa realidade, que ainda aflige muitos Estados do globo, reafirma a

51 Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM) da Escola da Comando de Estado-Maior do Exército (ECEME). E-mail: heliofarias@gmail.com

pertinência da temática do desenvolvimento econômico.

Recorrer a uma visão de longo prazo, como proposto neste capítulo, é um recorte de método que pretende situar a realidade histórico-geográfica dos países da periferia no próprio espectro da evolução do sistema internacional. Para tanto, porém, busca-se equacionar a dimensão econômica com a dimensão do poder, este associado a uma de suas unidades mais elementares: o território. Tem-se, assim, um esforço de análise que busca estabelecer um diálogo entre certa tradição da economia política e certa tradição da geografia política e, por desdobramento, da geopolítica. Esse esforço se coaduna com uma área do conhecimento que vem se consolidando, desde a década de 1970, sob o rótulo de Economia Política Internacional, um campo de estudos que se preocupa com a interação recíproca entre o Estado e o mercado, entre o poder e a riqueza; um quadro teórico pautado na ambição de apreender a inseparabilidade do poder e da riqueza na interpretação da estrutura e da dinâmica do sistema internacional (Arrighi *et al*, 2001; Gilpin, 2001; Strange, 1994; Fiori, 2004; 2007).

Este texto está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta um breve panorama da competição geopolítica contemporânea e o aumento dos gastos globais de defesa. Na segunda, realiza uma leitura da dimensão geopolítica do desenvolvimento econômico e das estratégias de defesa. Na sequência, enfatiza a experiência brasileira de desenvolvimento ressaltando os seus aspectos geopolíticos.

ALGUNS ASPECTOS DA COMPETIÇÃO GEOPOLÍTICA E DOS GASTOS EM DEFESA

A defesa nacional pode ser compreendida como um conjunto de medidas e ações do Estado, com destaque para o campo militar, que visam assegurar a soberania mediante a manutenção da integridade do território frente a ameaças externas. O exercício da defesa nacional requer o estabelecimento de uma estratégia, ou seja, a definição das ações a serem implementadas para alcançar os objetivos traçados. Qualquer estratégia, seja de dissuasão ou ataque, pronta-resposta ou de coordenação e controle, dependerá das capacidades produtivas nacionais. No mundo

contemporâneo, a defesa está progressivamente associada à existência de um sistema produtivo nacional moderno, robusto e diversificado.

No argumento de Measheimer (2001), as disputas entre as grandes potências moldam a estrutura de poder do sistema internacional, sendo a guerra um destino trágico. A essa visão realista, soma-se a tese de Christopher Coker (2015) de que as guerras, embora improváveis, não são inevitáveis, e continuam como uma ameaça constante à ordem geopolítica estabelecida. Se analisarmos o atual período, a China, ascendendo econômica e politicamente, buscará ajustar seus interesses nacionais no sistema internacional, especialmente em seu entorno estratégico imediato: Sudeste Asiático e Pacífico Sul. Dificilmente essa projeção chinesa será realizada sem questionamentos à posição dos EUA no tabuleiro geopolítico da Ásia-Pacífico.

Depois de quase 30 anos de guerras contínuas no Grande Oriente Médio, incluindo as guerras do Golfo (1990-1991), a guerra do Iraque (2003-2011), a Guerra do Afeganistão (2001-2021), a Guerra contra o Estado Islâmico na Síria e no Iraque (a partir de 2014), diversas políticas e documentos estratégicos de defesa dos EUA indicavam a necessidade de uma reorientação no planejamento militar. Em tais publicações, como o *Quadriennial Defense Review* (2014), a *National Security Strategy*, (2017) e a *National Defense Strategy* (2018), ficou evidente a redefinição das prioridades estratégicas e das percepções de ameaças geopolíticas dos EUA, colocando em primeiro plano a competição de longo prazo com a China e a Rússia. Nesse sentido, reduziu-se a ênfase na percepção dos conflitos difusos, ancorados na leitura das guerras assimétricas e de atores não estatais, para realçar a perspectiva geopolítica das disputas interestatais, demandando um planejamento militar para um cenário de conflitos de amplo espectro e em múltiplos domínios (FARIAS, 2021).

Uma análise dos dados sobre os gastos de defesa compilados nos relatórios *Military Balance* de 2020 e 2021, editados pelo *International Institute for Strategic Studies* (IISS), revela que, em 2019, houve um aumento real da ordem de 4%, somando um total de US\$ 1,73 trilhão de dólares^[52], o que indica o maior crescimento anual da década de 2010. EUA e China puxaram esses gastos, crescendo cada um 6% em relação

52 Os dados do IISS consideram os valores tendo como parâmetro o dólar constante de 2015 (IISS, 2020, p. 1).

ao ano anterior, o que em termos nominais representaram: US\$ 54 bilhões adicionais aos EUA; e US\$ 10,6 bilhões à China. No total, os EUA gastaram, em 2019, US\$ 684 bilhões, ocupando a primeira posição e sendo responsáveis por 40% do total global. Ao passo que a China, em segundo, desembolsou US\$ 181 bilhões, sendo a segunda colocada.

Embora em 2020 a pandemia de Covid-19 tenha impactado negativamente em diversas economias, propiciando uma queda no PIB mundial da ordem de -3,5% (World Bank, 2021), os gastos globais em defesa tiveram um aumento da ordem de 3,9%, alcançado a cifra de US\$ 1,83 trilhão. Novamente, os EUA lideraram esse crescimento, com um aumento anual de 6,6%, o que em termos reais indica um gasto de US\$ 738 bilhões (40% do total) só em 2020. A China destinou US\$ 193,3 bilhões, indicando um aumento anual de 5,2%. Somente para efeito de comparação, no mesmo ano de 2019, o Brasil ocupou a 11ª posição no ranking global de gastos em defesa, tendo destinado cerca de US\$ 27,5 bilhões (1,6 do total global). Em 2020, o gasto foi da ordem de US\$ 22,1 bilhões (1,2% do total global) ^[53].

Os anos de 2019 e 2020 não formam uma realidade isolada. Os números indicam que se trata de uma tendência de aumento progressivo dos gastos em defesa. Os dados globais, também corroborados pelo relatório de 2020 do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), demonstram uma trajetória de crescimento anual desde o ano 2000, após ligeira redução entre os anos de 2011 e 2014 (SIPRI, 2020). Para efeito de comparação, durante os anos noventa, houve uma redução gradual dos gastos globais, saindo de US\$ 1,46 trilhões em 1990 (com base em dólares constantes de 2018) para US\$ 1,07 tri em 1999. A partir do ano de 2000, houve anual progresso. Apenas para ilustrar: em 2001, US\$ 1,13 trilhão; em 2010, US\$ 1,78 trilhão, em 2015; e em 2019, US\$ 1,9 trilhão de acordo com os dados do SIPRI. (SIPRI, 2020).

Os dados acima são relevadores do aumento da competição geopolítica no sistema internacional. Uma das formas passíveis de apreender esse momento é por meio da consulta a documentos de segurança e defesa; os citados NSS e NDS são claros em denominar

53 O Brasil é o país da América Latina com os maiores gastos em defesa. Em conjunto, América Latina e Caribe, tiveram um gasto na ordem de US\$ 60 bilhões, destes Brasil, com US\$ 27,5 bi, seguido de Colômbia (US\$ 10,5 bi), México (US\$ 5,09), Chile (US\$ 4,57 bi) e Argentina (3,26 bi) (IISS, 2020).

Rússia e China como os principais adversários à projeção global de poder dos EUA (Farias, 2021). Por outro lado, a China, por meio de sua *China's National Defense in the New Era*, de 2019, considera que uma das razões para a instabilidade global deriva do reposicionamento unilateral dos EUA em sua estratégia de defesa e segurança do país. A Rússia, em seu documento *Russian National Security Strategy*, de 2015, reafirma seu interesse em alcançar a condição de potência mundial, resguardando seus interesses nacionais, sobretudo nas áreas fronteiriças ao seu imenso território. Mais recentemente, em 2021, o Reino Unido lançou o seu novo documento estratégico *Global Britain in a competitive age: the Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy* (2021), realçando as dimensões da geopolítica e da geoeconomia na redefinição das prioridades e dos desafios dos britânicos em um mundo progressivamente mais competitivo.

Um dos pontos centrais desse momento de acirramento da competição geopolítica internacional é a constatação de que os gastos em defesa, que impulsionam setores industriais específicos, estão progressivamente mais articulados com a estrutura produtiva nacional (Farias, 2020). Não se trata de um fenômeno novo, mas de um dado estrutural da própria dinâmica expansiva e conflitiva do sistema internacional. Desde as origens da indústria moderna no século XIX, as relações entre os processos de acumulação de riqueza econômica e o poder militar se intensificaram. Crescimento econômico e inovações tecnológicas impactam diretamente no desenvolvimento de novas tecnologias para uso militar e, por conseguinte, na competitividade econômica e na concentração de poder por alguns Estados (Farias, 2021).

A geopolítica enfatiza a política de poder dos Estados na interpretação da dinâmica e da estrutura do sistema internacional, realçando a dimensão do território. Os fundamentos econômicos do poder nacional foram, por sua vez, objeto de investigação das ciências econômicas, em especial a economia política e das teorias do desenvolvimento econômico. Ao começar uma investigação a partir da escala mundial, como sugere Arrighi *et al* (2001), pretende-se dissipar parte da névoa que paira sobre a compreensão da dinâmica do poder e da acumulação de riqueza internacionais. Resultantes de uma estrutura pouco flexível e de uma dinâmica expansiva, as engrenagens do sistema internacional acabam por estabelecer hierarquias e condicionar, em

maior ou menor grau, as formas com que os diferentes Estados, assim como suas economias, se inserem no sistema. O presente texto analisa a relação entre a geopolítica e desenvolvimento econômico, buscando demonstrar a seguir como a competição geopolítica impulsionou transformações estruturais nos Estados.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO EXPRESSÃO DA DISPUTA GEOPOLÍTICA

A análise das experiências históricas de desenvolvimento dos Estados atesta a existência de diferentes formas e leituras sobre o mesmo fenômeno. São extensas as listas de autores que indicam o papel proeminente do mercado e do aperfeiçoamento das instituições que o promovem como o centro do processo de desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, do outro lado, também é extensa a lista de autores e teorias que atestam a primazia da dimensão do poder, colocando a ascensão do Estado territorial moderno como o próprio motor do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, da expansão do capitalismo.

Se o desenvolvimento constitui, em termos amplos, o resultado de crescimento econômico, ampliação do bem-estar social e mudança estrutural, dificilmente, portanto, ele poderia ser concebido sem uma interpretação sobre a estrutura e a dinâmica do sistema de poder internacional. Retorna-se, assim, aos debates apontados pelos primeiros clássicos da economia política, nos quais o desenvolvimento teria como norte um projeto de afirmação do poder nacional, que, a um só tempo, está associado ao fortalecimento dos interesses internos e à superação dos constrangimentos externos.

Tais reflexões também foram objeto de preocupações dos teóricos da geografia política e, mais particularmente, da geopolítica. Pode-se, de modo abrangente, considerar que a disciplina se preocupa em compreender a relação entre o espaço e o poder, mais precisamente entre o território e o poder, buscando entender os mecanismos que articulam a política com a geografia naturalmente diferenciada dos Estados.

As condições geográficas denotariam a base material da própria

história de formação e expansão dos Estados no sistema internacional. De acordo com Kaplan (2013), a localização de um Estado pode ser o ponto de partida para compreender as suas principais ambições de política externa. Como diria o autor, a posição geográfica é “o primeiro elemento que o define, mais até que a filosofia de governo” (2013, p. 29). Em raciocínio semelhante, Spykman (1942), décadas antes, teorizava que a geografia era o principal fator da política externa dos Estados, exatamente por ser o mais permanente.

Os clássicos do pensamento geopolítico, a começar por Friedrich Ratzel, passando por Alfred Mahan, Halford Mackinder, Karl Haushofer, Nicholas Spykman, tiveram, a despeito das enormes diferenças, a referência de que o Estado se projeta por meio de seu território e suas potencialidades: econômicas, produtivas, financeiras e culturais. Como afirmado por Costa (2008), não existiria uma geopolítica geral, uma produção teórica de caráter e validade universal, dado que cada estudo carrega em menor ou maior grau as influências do contexto político, histórico e principalmente territorial em que foi produzido. A geopolítica, de tal modo, estaria umbilicalmente ligada à estratégia nacional de defesa e, ao mesmo tempo, de acumulação de riqueza.

Dessa maneira, a geopolítica, ao analisar os fatores geográficos e a história de desenvolvimento dos Estados, tem como fundamento a reflexão sobre o poder. Nessa herança teórica, defende Becker (1988, p. 101), estariam as hipóteses estratégicas sobre a distribuição do poder mundial. Para tanto, dois são os princípios básicos: a centralidade do Estado e a atribuição de poder ao território. Nos autores da geopolítica, a política internacional dos Estados tenderia a ser condicionada ao fator geográfico e às potencialidades ali presentes.

Blackwill e Harris (2016) interessaram-se pelo debate sobre o papel dos ativos econômicos no exercício do poder internacional dos Estados, isto é, para alcançar fins geopolíticos. As abordagens dos autores, apesar de revelarem um esforço para responder às inquietações atuais, não são novas. Remetem ao nascimento da economia política: os termos gerais do debate já estavam postos, em essência, com o processo de consolidação do Estado territorial moderno. Além disso, o período entre o final do século XIX e início do XX abrange outro momento em

que essa confluência de tendências, econômicas e políticas, intensificasse e dá contornos à luta de poder entre os Estados e ao acirramento da dimensão econômica na competição interempresarial e interestatal.

Sem o poder econômico, a lógica geopolítica dificilmente se sustenta. Sem a geopolítica, o poder econômico, por sua vez, pode passar a oscilar de acordo com as determinações do mercado e de seu horizonte limitado temporalmente e, dessa forma, não se torna um meio constitutivo da projeção de poder de um Estado. A geoeconomia não substitui a geopolítica, ambas se complementam, como defende Lacoste (1997). Ambas partem da mesma lógica: tratam indissociavelmente poder e riqueza. Nesses campos, as grandes potências sempre travaram disputas pela primazia na estrutura de comando do sistema internacional. Entrecruzam-se, assim, os meios e os fins da organização dos mercados e da lógica geopolítica. Os instrumentos econômicos – em especial: finanças, tecnologia, produção e comércio – são utilizados para alcançar objetivos geopolíticos.

Enquanto perspectiva de método, e assentado nas referências aqui expostas, considera-se que o desenvolvimento econômico está inerentemente relacionado a um conjunto de processos e fatores que, direta ou indiretamente, tendem a uma singularidade. Partindo do pressuposto que a história não se repete nem no tempo nem no espaço geográfico, afirma-se que o impulso ao desenvolvimento econômico não é um processo natural e tampouco automático. Trata-se de um resultado, quando possível, de projetos estatais de longo prazo reafirmados reiteradamente por políticas econômicas precisas. Um processo que depende, portanto, de fatores que ultrapassam a capacidade de controle de atores sociais domésticos e se relacionam com o aproveitamento das “oportunidades” abertas dentro da competição geopolítica internacional.

Ademais, no curso de uma estratégia de desenvolvimento, salientam-se as escolhas e investimentos preferenciais em setores e regiões nos quais a atuação do Estado sempre será determinante, e, por isso, uma fonte de conflitos. O desenvolvimento, por fim, expressa uma relação de poder, tendendo a criar convergências, consensos - mas também, dado o seu caráter contraditório, tende a não anular as cisões, alterações, divergências - entre os diversos setores e/ou blocos de interesses internos ao Estado. Requer, portanto, uma produção constante do consenso no

sentido de obter, sempre temporariamente, uma convergência entre os interesses políticos, econômicos e sociais presentes em uma sociedade.

Pondo a ênfase na escala do sistema internacional, ressalta-se, como apontado por Arrighi et al (2001), que a acumulação de riqueza é realizada, na economia mundial, de modo menos conflitivo do que a acumulação de poder. Constatação que Friedrich List, ainda no século XIX, já chamava a atenção, exatamente porque considerava que “o poder nacional é uma força dinâmica que abre a porta para novos recursos produtivos” (LIST, 1983, p. 37). Como crítico das ideias e teses liberais, List afirmava que o pensamento econômico cosmopolita (liberal) confundia a riqueza com a força produtiva geradora da riqueza. Dos Estados nacionais depreenderia a vontade estratégica de criar os meios para produção e reprodução da riqueza, e não apenas o manejo de políticas nacionais – econômicas, industriais ou comerciais – para acumular moeda. Neste sentido, a vontade estratégica de criar meios para a ampliação permanente da riqueza – isto é, das forças produtivas – aproxima-se de uma perspectiva do desenvolvimento econômico que se orienta pelo longo prazo que é, em si, um processo de acumulação de poder.

Klaus Knorr (1979) foi um dos autores que atualizou tal argumento. Partindo de uma interpretação sobre a política de poder no sistema internacional, Knorr demonstrou como o poder econômico é uma das bases para a ampliação do poder militar. O desenvolvimento econômico, ao alterar a estrutura produtiva, favorecia mais o poder militar de um Estado do que o crescimento econômico, ou seja, mais do que aumentar os rendimentos com o uso intenso dos fatores de produção existentes, a diversificação produtiva e a melhoria da produtividade, com a introdução de novas tecnologias, elevam o potencial militar de Estado. Robert Gilpin (2001), atualizando essa interpretação, afirma que o objetivo do desenvolvimento não é um “fim em si mesmo”, mas um meio para garantir a autonomia econômica e a independência política.

A concepção de desenvolvimento econômico é, nos recortes aqui trabalhados, inseparável de uma dimensão geopolítica. Sendo assim, o desenvolvimento revela a necessidade de um projeto nacional de longo prazo que inclua, em suas metas, a mudança de posição na hierarquia de poder e riqueza do sistema internacional.

De acordo com o trabalho de Fiori (2014), é possível encontrar algumas generalizações ou recorrências históricas que aliam as dimensões da geopolítica às da economia, como forma de estratégia para acumulação de riqueza e poder no desenvolvimento de alguns Estados. Nesse sentido, sintetiza o autor (2014, p. 37-45): i) nenhum caso de desenvolvimento econômico nacional pode ser explicado por fatores exclusivamente endógenos. Ele sempre foi derivado, ou agiu como resposta, a grandes desafios sistêmicos, de natureza geopolítica; ii) todos os Estados que desempenham ou desempenharam o papel de *hegemon* no sistema se desenvolveram em tabuleiros geopolíticos competitivos. Estiveram sempre com uma preocupação estratégica, com um constante sentimento, criado ou não, de ameaça externa ou cerco, de invasão e fragmentação de seu território. Tal horizonte substantivou a criação de “objetivos estratégicos de suas políticas de desenvolvimento e de industrialização e, ainda mais, na luta constante pela liderança do processo de inovação tecnológica” (2015, p. 39); iii) a posição geopolítica teve um papel fundamental no desenvolvimento de alguns pequenos países. O sucesso econômico não pode ser compreendido sem que se considere a posição territorial dos Estados, decisiva dentro de um quadro de competição entre as grandes potências, que buscavam transformá-los em protetorados militares. Os pequenos países obtinham, em contrapartida, o acesso privilegiado aos mercados e capitais da potência protetora; iv) todos os Estados que se transformaram em grandes potências capitalistas enfrentaram momentos de rebeliões sociais ou guerras civis que estiveram invariavelmente associados às ameaças de invasão externa; v) todas as potências foram expansivas e imperialistas: utilizaram suas economias nacionais como instrumento de poder a serviço de suas estratégias de expansão externa. Nesse sentido, Fiori lembra que a liderança do capitalismo sempre esteve com as “economias nacionais que, apoiadas no poder internacional de seus Estados, conseguiram operar com sucesso na contramão das leis do mercado” (2014, p. 41); vi) as grandes potências vencedoras sempre impuseram as próprias moedas como moedas de referência internacional, como no caso da libra ou do dólar. A moeda internacional não foi ou é uma escolha dos mercados, mas um subproduto da guerra e uma imposição do Estado vitorioso; vii) as grandes potências sempre manejaram a emissão dos títulos da dívida pública, tendo assim uma maior capacidade de emissão e credibilidade

que os demais Estados do sistema internacional;

Observa-se, de modo conclusivo, que a dimensão da geopolítica apresenta uma antecedência ante a lógica do capital e a formação da economia. É importante ressaltar que os Estados que lideraram a expansão do capitalismo, assim como do sistema internacional, são aqueles que tiveram “uma visão estratégica e instrumental de suas economias nacionais” (Fiori, 2014, p. 43). Além disso, esses Estados buscaram permanentemente expandir seus “territórios econômicos” e manter a primazia do poderio militar, liderando a fronteira da pesquisa tecnológica e das inovações. Reafirma-se, assim, a percepção de Weiss (2014) sobre a primazia do *geopolitical driver* na experiência histórica dos Estados que ascenderam à condição de potência, especialmente o caso dos Estados Unidos no século XX.

Weiss (2014) destaca o papel da política de defesa, do estado de segurança nacional, como um elemento de estímulo geopolítico às políticas industriais e ao processo de inovação. Nesse sentido, os EUA seriam um exemplo de país em que os documentos de defesa, como a *National Security Strategy*, orientam a busca pelo domínio de tecnologias-chave para a manutenção da primazia militar. Tais tecnologias, no entanto, dependem da articulação com os setores privados, induzindo a formação de sistema produtivo nacional com níveis elevados de inovações. O argumento central de Weiss (2014) é que a geopolítica e a percepção de ameaça funcionam como catalisadores de uma estratégia de defesa com fortes implicações positivas à competitividade econômica das empresas dos EUA, uma vez que as políticas de defesa foram indutoras de inovações tecnológicas de caráter dual. Tais características, porém, não se restringem à potência hegemônica.

Considera-se como central que a compreensão da formação territorial do Brasil, tal qual a sua constituição enquanto Estado nacional e a expansão de sua influência externa e de capitais nacionais, não ocorreu fora do contexto geopolítico de competição interestatal, seja nos momentos iniciais de transbordamento dos empreendimentos coloniais europeus, seja dentro do contexto geoeconômico de expansão do capitalismo. O período de maior transformação da estrutura produtiva brasileira, entre 1930 e 1980, se deu num contexto de transição na ordem geopolítica internacional, em que a ordem geopolítica sob hegemonia

inglesa foi suplantada pela ascensão dos EUA como potência global (Farias, 2018). Nesse período, as estratégias de desenvolvimento brasileiro tiveram forte vinculação à dimensão geopolítica, com momentos de forte alinhamento com a potência hegemônica e outros de distanciamento. De modo geral, vivenciou-se uma experiência de transformação produtiva pautada em um projeto defensivo, de recorte nacionalista, que emulou as condições para criação de um território e de uma economia nacionais, exatamente porque viabilizaram a integração territorial. A industrialização foi um dos eixos estruturantes da experiência brasileira.

A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

Como visto, a articulação entre o desenvolvimento econômico e as lutas por poder no sistema internacional é objeto de um debate longo, profícuo e central nos estudos de economia política internacional e da geopolítica. Por ser tratar de uma estratégia de transformação estrutural, a temática passa por questões associadas ao sistema produtivo e à política econômica, mas não se reduz a elas. O desenvolvimento envolve metas de longo prazo. Nesse sentido, o Estado é central ao equacionar e hierarquizar as escolhas políticas. Tem por objetivo orientar e sustentar uma estratégia de inserção internacional, adaptando-a às injunções do mercado ou à intensificação das rivalidades estatais. Parte-se, assim, da hipótese de que o desenvolvimento, como parte de uma longa disputa geopolítica, está associado à capacidade de articular um pacto político interno aos condicionantes externos (Medeiros, 2001; Fiori, 2014).

No contexto dos países da América Latina, as teorias de desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento (Furtado, 1979, Fonseca, 2015), ao investigarem as causas profundas internas e externas do atraso econômico, produtivo e da pobreza social dos Estados, apontavam para a tendência de que, sem a intervenção precisa do Estado, as heranças atávicas se auto perpetuariam. Para a superação de tal situação, defendia-se um planejamento racional do Estado, no intuito de promover o desenvolvimento, de onde emularia o termo desenvolvimentismo. Tratava-se de uma ideia-chave que imprimia um

sentido a um conjunto de políticas estatais a favor da industrialização. De acordo com Fonseca (2015, p. 40), a expressão desenvolvimentismo refere-se “à política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis”.

Muitas dessas teorias e estratégias de desenvolvimento conviveram com um período histórico, notadamente de 1930 a 1980, de taxas significativas de crescimento econômico e de industrialização. Em seus primórdios, os debates mais sistemáticos sobre o desenvolvimento brasileiro, nas décadas de 1930 e 1940, tinham uma articulação patente com pensamento geopolítico. Os trabalhos de Everardo Backheuser (1952), Lysias Rodrigues (1947) e, sobretudo, de Mario Travassos (1947) sinalizavam para esta direção. Tais autores colocavam no cerne do problema a constituição do Estado nacional, mediante a centralização do poder e a integração do território nacional. A industrialização e as transformações das forças produtivas responderiam a esses imperativos de natureza geográfica, visando à integração territorial, e da geopolítica, buscando reduzir as disputas de poder entre as elites regionais.

Nesse contexto, as principais percepções de ameaças estavam, de um lado, na zona de fronteira, na ideia de cerco hispânico que mantinha sempre atualizada a hipótese de guerra com os Estados vizinhos. E, de outro lado, na dimensão interna, na premissa de que o baixo grau de integração territorial alimentava as forças centrífugas do regionalismo, potencial elemento de fragmentação da unidade nacional.

A superação dos efeitos deletérios dessas ameaças exigia a reorganização administrativa mediante um processo de concentração do poder, além da integração física do território nacional, contornando, por esses motivos, o peso político exercido pelas elites regionais na condução da política nacional e no modo, ainda incipiente, de inserção no sistema internacional. Travassos (1947) e Rodrigues (1947) indicavam, respectivamente, a importância do poder terrestre, via ferrovias, e do poder aéreo como eixos de afirmação do Estado ante a nação. Desde o final do século XIX, com a Proclamação da República, as forças militares criaram, segundo Becker (1988), a autopercepção de serem os principais responsáveis pela fundação e consolidação do Estado nacional. A

condução do processo de modernização do Estado deu aos militares a consciência que “justifica e autolegitima a sua intervenção política relativamente autônoma em relação a qualquer governo ou circunstância nacional” (Becker, 1988, p. 110).

Os pontos acima indicam um dos caminhos possíveis de leitura do desenvolvimentismo brasileiro (Travassos, 1947; Silva, 1967; Becker, 1988; Fiori, 2001b, Zortea, 2019), isto é, do processo de industrialização conduzido e coordenado pelo Estado, tendo como meta a superação do atraso, da pobreza e da crônica desintegração do território e da economia nacional.

No Brasil, a integração do território foi a meta persistente da ação estatal desde a década de 1930, combinando os fundamentos geopolíticos, retirados da reflexão notadamente militar e nacionalista, com uma reflexão econômica a respeito da inserção do país na divisão internacional do trabalho, isto é, na economia internacional.

O processo de industrialização brasileiro intensificou-se no contexto de transição da hegemonia inglesa para a norte-americana, em uma situação internacional de “caos sistêmico”, no entre Guerras, e de redução do comércio em virtude do colapso econômico de 1929. Em essência, um projeto geopolítico defensivo, nacionalista, e que engatou as condições políticas e materiais para a integração do território e para a formação de uma economia nacional. Nasce ali, como atesta Fiori (2001), o projeto de industrialização que se tornou o eixo estruturante do desenvolvimentismo brasileiro. Caberia ao Estado, pois, o papel de estabelecer as diretrizes do plano de desenvolvimento e coordenar o elenco de instrumentos de políticas econômicas viáveis para sua implementação.

Na agenda clássica do debate brasileiro e latino-americano sobre o desenvolvimento econômico estavam, no cerne, as preocupações com a restrição externa ao crescimento, com as origens e a reprodução das desigualdades sociais e disparidades regionais, além da centralidade do Estado na construção de um sistema econômico nacional e autônomo, impulsionado pelas empresas estatais ou por meio da coordenação e estímulo aos capitais privados. Um espaço de pactos, convergências e dissonâncias de teses, interpretações e políticas das mais diferentes filiações.

De forma a ilustrar o arrazoado das discussões que dominaram o debate brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960, tem-se um quadro no qual estavam presentes liberais, nacionalistas, conservadores e socialistas em suas formulações que buscavam “capturar” o Estado e implementar seus respectivos projetos. Destacase, com auxílio do estudo de Bielschowsky (1988), essa diversidade ideológica de proposições: liberais não desenvolvimentistas, liberais desenvolvimentistas não nacionalistas, desenvolvimentistas privatistas, desenvolvimentistas nacionalistas, e socialistas.

Em outra tradição disciplinar, Cervo (2015) considera que, entre 1930 e 1980, houve o predomínio do paradigma desenvolvimentista nas relações internacionais do Brasil, uma referência à conduta de estratégias de inserção internacional e de construção de parcerias. O desenvolvimento seria o vetor da política externa; dela, colher-se-iam três de suas condições básicas: o capital internacional complementar à poupança nacional; a transferência de ciência e técnica; e o acesso ao mercado externo mediante exportações de bens industrializados.

Na tradição dos estudos latino-americanos, especialmente naqueles produzidos nas fases iniciais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), constata-se uma tentativa de resposta intelectual ao desafio de compreender a inserção do continente no sistema internacional, sob a hegemonia inglesa e nos marcos do liberalismo, que entrou em colapso com os impactos políticos das duas grandes guerras e com os impactos econômicos da crise de 1929 (Farias, 2017). O desmoronamento dos postulados da economia liberal foi o ponto de partida para o entendimento da singularidade latino-americana na economia mundial, numa leitura histórica e comparativa. Por outro lado, o estruturalismo, do mesmo jeito que o nacionalismo alemão (Fonseca, 2005; Fiori, 2001a), compartilhou uma visão sobre o papel do Estado como impulsionador e coordenador da industrialização e da montagem de um sistema econômico endógeno e autofinanciado, o que ocorreria graças “a uma integração virtuosa entre agricultura e indústria, ao incentivo estatal ao desenvolvimento tecnológico e à criação de um sistema econômico nacional que priorize o crescimento das forças produtivas” (Fiori, 2001b, p. 43).

Segundo Becker (1988), o nacionalismo se tornou um

importante fator ideológico para a centralização de poder do Estado e de intervenção nas mais distintas áreas da vida social. As forças armadas encarnavam o manto de uma burocracia ilustrada e com capacidade de planejar e implementar uma via concreta de desenvolvimento. Um processo que decorre, em parte, da convicção política de serem as responsáveis por construir a nação e um sistema produtivo moderno. Todavia, a clareza da “missão geopolítica” não caminhou no mesmo compasso das especificidades da dinâmica econômica – resultando, na verdade, num paradoxo de ideologia liberal e prática do intervencionismo estatal. Visava-se a internalização do vetor técnico científico, mas não eram incluídas no cálculo as contradições e adversidades do desenvolvimento econômico. Contraditoriamente, o crescimento econômico e a industrialização acelerada foram se dissociando da noção de autonomia, do projeto geopolítico de construção da potência, nas suas versões mundial, do governo Médici (1969-1974) e regional ou intermediária, do governo Geisel (1974-1979).

Entremeados por ciclos governamentais autoritários e democráticos, o desenvolvimentismo brasileiro não foi capaz de submeter os investimentos privados externos a um projeto de construção da autonomia nacional. Nesse sentido, acabou, em uma leitura sintética do processo, constituindo a marca de um projeto que internalizou a produção, mas não o comando, e, ao mesmo tempo, se mesclou a um conjunto de pactos internos que reiteram um padrão de exclusão social, um imediatismo exacerbado do empresariado em prol de políticas de subsídios e de uma distribuição geograficamente desigual da riqueza e dos ativos estatais.

Seja como for, entre o legado das teorias da Cepal, seus desdobramentos desenvolvimentistas e a implementação de uma ampla estratégia militar (Fiori, 2001b; Zorzea, 2019), a acelerada industrialização brasileira constituiu um dos casos relativamente bem-sucedidos do modelo de substituição de importações. A partir dos anos 1970, como reflexo das dificuldades em se manter o padrão de crescimento da atividade industrial, adicionou-se à estratégia brasileira o vetor das exportações com a conquista de novos mercados aos produtos fabricados no país. Incluiu-se, na vertente externa, a definição de uma política de inserção internacional, tendo em vista a necessidade de novos parceiros comerciais, em especial os países latino-americanos

e africanos (Farias, 2017).

O horizonte do debate foi encurtado com o retorno avassalador das ideias e prescrições do pensamento neoliberal nos anos 1980 e 1990, um momento em que se aceita um abandono da visão geopolítica, global e sistêmica, dos condicionantes econômicos que obstruíam o desenvolvimento e uma mudança de posição na hierarquia de poder e riqueza no sistema internacional. A questão da restrição externa, por meio da finança ou do padrão de comércio, foi paulatinamente substituída por uma agenda de problemas relacionados a dinâmicas econômicas de curto prazo, que envolvem a busca por uma estabilidade macroeconômica assentada no tripé: desregulação financeira, abertura econômica e privatizações. O fundamento básico dessa “nova abordagem” era que as forças que atuam em favor do desenvolvimento econômico estariam nas relações próprias do mercado e ocorreriam em virtude das ações descentralizadas e eficientes, e não por conta do intervencionismo estatal. Essas restrições fiscais, ancoradas nas prescrições liberais, impediam a manutenção de um gasto autônomo capaz de sustentar um crescimento econômico pautado em um projeto geopolítico de inserção autônoma; além disso, não sinalizavam positivamente para investimentos na infraestrutura territorial ou na difusão de políticas sociais de caráter universalizante.

Nos anos 2000, houve um esforço de retomada de variáveis estratégicas à inserção internacional do Brasil. De um lado, a conformação de um arranjo interno, isto é, o alargamento de uma base corporativa de apoio às decisões e a criação de uma institucionalidade funcional à “vontade estratégica” de redefinir a posição do país no sistema internacional. Do outro lado, na dimensão externa, o Brasil, sem abandonar os antigos vínculos com as potências do Norte, Estados Unidos e os países europeus, acoplou a sua hierarquia de prioridades uma zona preferencial para o transbordamento de sua influência política, econômica e diplomática. Trata-se de uma regionalização que reconhece a inseparabilidade dos objetivos geopolíticos e das condições geoeconômicas na projeção externa dos Estados.

Com os documentos Política Nacional de Defesa (2005), Estratégia Nacional de Defesa (2008) e Livro Branco de Defesa

(2012)^[54], emergiu a noção de entorno geopolítico imediato ou simplesmente entorno estratégico. Trata-se de um espaço que inclui América do Sul, Atlântico Sul e costa ocidental da África, e onde o Brasil pretendia difundir, prioritariamente, sua influência econômica, política e diplomática. De acordo com a própria END (2012, p. 8), “Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento”, pois partia-se da ideia-força de que “Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não”, tendo, assim “capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento”.

De acordo com sucessivas versões da PND e END (2008; 2012; 2016), o sistema internacional é organizado a partir da distribuição desigual de poder, o que amplia a percepção de ameaça entre os Estados. Tanto a PND quanto a END não são explícitas quantos às principais ameaças geopolíticas ao Brasil. Genericamente, colocam que as possibilidades de agressão ao país poderão vir das grandes potências, e não dos estados vizinhos da América do Sul. Parte-se, assim, de uma leitura da competição geopolítica internacional para indicar a necessidade de o Brasil criar uma capacidade autônoma para se defender, articulando, para tanto, a política de defesa nacional com uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Ao elegerem setores estratégicos para o desenvolvimento de sistemas de armas e a incorporação de tecnologias sensíveis, os programas e projetos da Defesa podem atuar como indutores de políticas industriais e de ciência e tecnologia. O setor nuclear, sob responsabilidade da Marinha, conta principalmente com o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB); no setor aeroespacial, sob responsabilidade da Força Aérea, destacam-se o Projeto FX-2, visando a modernização dos caças militares, e o Projeto KC-390, para construção de aviões cargueiros. O Exército, por sua vez, tem entre os projetos principais o Sistema Astros, no intuito de adquirir um sistema de mísseis e foguetes capazes de fornecer os meios para dissuasão extrarregional; o Programa Guarani, visando a modernização dos carros de combate; o Sistema Integrado de Monitoramento de

54A Política Nacional de Defesa (PND) foi lançada em 2005, a Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), em 2012. Todos esses documentos com previsão de serem atualizados de 4 em 4 anos.

Fronteira (SISFRON), com intuito de desenvolvimento de tecnologias que ampliem a capacidade de monitoramento e controle da extensa faixa de fronteira terrestre do Brasil; além disso, o Exército tem a responsabilidade de articular e desenvolver a defesa cibernética.

Como visto, o desafio está em articular os projetos estratégicos demandantes de tecnologias sensíveis com o sistema produtivo nacional como um todo. Em que pese os avanços com a definição dos projetos das Forças e com a política de aquisição no âmbito do Ministério da Defesa, a trajetória de perda progressiva da participação da indústria no PIB nacional aponta para uma situação crítica (Farias, 2020). Segundo dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDE), a queda da indústria de transformação foi intensa, de 27,3% em 1986 para 11,8% em 2018 na composição do valor adicionado. Ao se reduzir a complexidade produtiva da estrutura econômica nacional, maiores tenderão a ser os esforços para acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas essenciais à produtividade e, no caso da defesa, às capacidades militares requeridas em um sistema internacional notadamente impulsionado pela competição geopolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das breves linhas acima, pode-se inferir que na experiência desenvolvimentista brasileira, entre 1930 e 1980, as estratégias oscilaram em pelo menos duas frentes. A primeira no sentido do desenvolvimento associado, firmando fortes vínculos econômicos, financeiros e geopolíticos com a potência hegemônica do sistema internacional: os Estados Unidos. A segunda, por sua vez, consistindo em um eixo capitaneado pela ideia de nação, do qual o desenvolvimento resultaria da conquista de níveis crescentes de autonomia econômica e independência política, por isso a importância em diversificar os parceiros internacionais.

O ponto central do desenvolvimentismo brasileiro, de 1930 a 1980, não estaria em uma suposta singularidade da dinâmica econômica e da inserção latino-americana no sistema internacional, tampouco no autoritarismo político que lhe foi a tônica na construção da estratégia ou mesmo no jogo das mediações entre os capitais nacionais, os estatais e os internacionais. O cerne estava na dificuldade de renovar a

estratégia de poder e de sustentação por meio de um sistema financeiro nacional, e de um projeto de afirmação do Estado em longo prazo. Uma situação que passa pelas condições geopolíticas externas e pela atualização dos consequentes meios financeiros, de inteligência e de poder para implementá-la (Fiori, 2001b; Tavares, 1999). Em todo o ciclo desenvolvimentista brasileiro, o sucesso ou os recuos nas estratégias adotadas estavam atrelados às conjunturas geopolíticas internacionais, a prioridades estratégicas nacionais e a restrições econômicas.

Com base na competição geopolítica aqui analisada, a defesa se articula a uma estratégia de desenvolvimento econômico. Desenvolver, assim, pode ser traduzido como a capacidade de acompanhar a transformação produtiva global, com inovações tecnológicas e de gestão, a fim de alcançar e manter níveis elevados de renda, assegurando a autonomia econômica e a independência política. Nesse sentido, os principais desafios geopolíticos que se apresentam ao Brasil, em termos de defesa, nos remetem ao passado, a experiência desenvolvimentista brasileira entre os anos 1930 e 1980. Não trata de reproduzir aquele momento, mas de retomar criticamente os princípios que orientaram uma estratégia de desenvolvimento e defesa que ambicionava níveis crescentes de autonomia. Uma retomada que, obviamente, precisa enfrentar e avaliar os desafios e a complexidade do atual período. A estrutura produtiva nacional necessita consolidar a indústria de base, diversificar a indústria de bens-intermediários, além de avançar na indústria de alta tecnologia e de serviços sofisticados. Uma tarefa hercúlea, mas que, sem dúvida, os conhecimentos da geopolítica podem iluminar os horizontes, trazendo sempre a lembrança de que na história do sistema internacional, o desenvolvimento econômico é inseparável da defesa, sobretudo em países de dimensões continentais.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni et al. "Geopolítica e Altas Finanças". ARRIGHI, Giovanni (Org.) *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- BACKHEUSER, Everardo. *Curso de geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert. 1952.
- BECKER, Bertha. "A geografia e o resgate da geopolítica". In: *Revista Brasileira de*

Geografia, v. 50, n. 2, Edição Especial, RJ: IBGE, 1988.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Harvard University Press, 2016.

BRASIL. Estratégia nacional de defesa: paz e segurança para o Brasil. 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa; Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012.

_____. Livro Branco da Defesa Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Política nacional de defesa. 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa; Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CHINA. China's national defense in the new era. Beijing: China International Book, 2019.

COKER, Christopher. The improbable war: China, the United States and the continuing logic of great power conflict. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2015

COSTA, Wanderley Messias (1991). Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 2008.

FARIAS, Hélio C. A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014). Tese de doutorado em Economia Política Internacional. Instituto de Economia. IE. UFRJ, 2017.

_____. “Guerras hegemônicas e ordem internacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). Sobre a guerra. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 319-339, 2018.

_____. “Geopolítica e as capacidades nacionais de defesa: um olhar crítico sobre as tendências pós-pandemia”. Observatório Militar da Praia Vermelha — OMPV. Rio de Janeiro: Eceme, 2020.

_____. “Aspectos Geopolíticos da Guerra do Futuro e desafios brasileiros”. In: FRANCO-AZEVEDO, Carlos; AMORIM, Octavio. Estudos de defesa: Inovação, estratégia e desenvolvimento industrial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2021 (no prelo).

FIORI, José Luís (2001a). Sistema mundial, império e pauperização: para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (Org.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes.

_____. (2001b). Para um diagnóstico da modernização brasileira. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos. Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (2004). Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, José Luís. O Poder americano. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (2007). O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____ (2014). História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial.

FONSECA, Pedro. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”. IPEA: Texto para discussão, 2103, Brasília: IPEA, 2015

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 7ª ed., São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GILPIN, Robert. Global Political Economy: understanding the international economic order. Princeton, Princeton University Press, 2001.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). The military balance, 2020. London: Routledge, 2020.

_____. The military balance, 2021. London: Routledge, 2021.

KAPLAN, Robert. A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KNORR, Klaus. Power and wealth: the political economy of international power. London: Palgrave Macmillan, 1973.

LACOSTE, Yves (1997). “Géopolitique, économie et nation”. In: Revue française de Géoeconomie. n° 50, p. 39- 44, 2009.

LIST, Georg Friedrich (1841). Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MACKINDER, Halford. Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction. 1919.

MAHAN, Alfred. The Influence of Seapower on History. Gutenberg. 1890.

MEARSHEIMER, John. The tragedy of great power politics. New York; London: WW Norton & Company, 2001.

MEDEIROS, Carlos. “Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico”. In: FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos (Org.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

RATZEL, Friedrich. “The Laws of the Spatial Growth of States”. In: KASPERSON, Roger; MINGHI, Julian (1969). The structure of political geography. London; New York: Routledge, 2017.

RODRIGUES, Lysias. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

RÚSSIA. The Russian federation’s national security strategy. Moscou: Kremlin, 2015.

SILVA, Golbery (1967). Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SPYKMAN, Nicholas. America’s strategy in world politics: the United States and the balance of power. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). Sipri military expenditure: Data for all countries 1949-2020. Stockholm. 2021

STRANGE, Susan. States and markets. London/New York: Continuum, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. (1985 [1997]). A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição. Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís (org.) (1999) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes.

TRAVASSOS, Mario (1931). Projeção Continental do Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1947.

UNITED KINGDOM. Global Britain in a competitive age: the Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy. London, 2021.

WEISS, Linda. America Inc.? Innovation and enterprise in the National Security State. Ithaca; London: Cornell University Press, 2014.

WORLD BANK. Global Economic Prospects. Washington: The World Bank, 2021.

ZORTEA, Ricardo. “Geopolítica, State-Making e Industrialização no Brasil: o papel do poder militar e do planejamento estratégico no auge do nacional-desenvolvimentismo brasileiro”. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 25, n. 1, jun. 2019.

INTERFACES DA GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL, OLHARES DO CENTRO-OESTE E DA BAHIA

Marcos Leandro Mondardo^[55]

No dia 22 de abril de 2021 participaram da terceira mesa virtual, intitulada “*Desafios e novos debates da Geografia Política Contemporânea no Brasil – Centro Sul*”, do II ciclo de debates virtuais do IV CONGEO 2020/2021, a professora Elisa Pinheiro de Freitas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e o professor Agripino Souza Coelho Neto, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A discussão foi mediada pelo professor Marcos Mondardo, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul. Os professores refletiriam sobre os desafios e novos debates da Geografia Política contemporânea no Brasil. Esse encontro representou as perspectivas de geógrafos engajados, desde os seus contextos regionais, com as pesquisas.

A professora Elisa Pinheiro de Freitas apresentou o tema dos *Incêndios no bioma Pantanal e as implicações geopolíticas para o Brasil no contexto internacional*. Para isso, debateu as consequências e significados do desmonte das políticas ambientais implementadas pelo governo de extrema-direita e as implicações geopolíticas para o Brasil, em especial para o segmento do agronegócio. Considerando a sua trajetória de pesquisadora, ela realizou uma retrospectiva dos tópicos com que já trabalhou e a fizeram se interessar especialmente pelo bioma Pantanal, seja pela problemática que envolve a fronteira do Brasil com a Bolívia; sobre o processo de expansão da fronteira agrícola sobre o bioma – da metamorfose que passa o Bioma pantanal, transformado em “pastanal”

55 Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul. E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

pelas monoculturas da soja, cana e pasto – em especial, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; as “barreiras ambientais” como uma interface da geopolítica no contexto das mudanças climáticas; e, as consequências do “PL da Grilagem”, como tem sido chamado o PL 2633/2020, que “pode permitir que terras públicas desmatadas ilegalmente se tornem propriedade de quem as ocupou”, atingindo em especial os territórios dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outras populações tradicionais que habitam o Pantanal.

Ao longo de sua apresentação, a professora Elisa também apresentou mapas, gráficos e dados sobre a preservação do bioma Pantanal, sobre o aumento de problemas ambientais e a redução de recursos financeiros para instituições fiscalizadoras do ambiente. Segundo a pesquisadora, essas medidas de flexibilização aumentaram a partir do crescimento do neoliberalismo e da extrema direita no país. Ela destacou as consequências dessas ações com a mudança da imagem externa do país e as consequências para os setores econômicos, como o do agronegócio.

O professor Agripino Souza Coelho Neto, por sua vez, levou ao encontro a discussão sobre *Estratégia-rede, políticas de escala e territorialidade: por uma geografia política das ações coletivas*. Para ele, “a estratégia-rede, no campo das ações coletivas, consiste em um conjunto diversificado de práticas socioespaciais que se estruturam em torno da ideia de rede, envolvendo conexão, enlace, trama, aliança e coalização, e que tem como objetivo a potencialização de suas ações políticas, culturais e econômico-produtivas”.

Dialogando com um conjunto de autores, o professor considera que a rede, além de uma forma organizacional composta por indivíduos, é também uma maneira de ação coletiva; a escala não se limita a um ponto ou “dado” de análise e pode ser concebida como categoria da prática sociopolítica das ações coletivas; a territorialidade, por sua vez, pode ser lida como estratégia geográfica acionada pelas ações coletivas para organizar e viabilizar os projetos populares, políticos, econômicos e sociais. Nessa perspectiva, a rede e o território são vistos como conteúdo da prática sociopolítica das ações coletivas.

Para exemplificar este raciocínio, o professor citou movimentos coletivos, como o movimento sindical, as associações e cooperativas de

agricultores camponeses que atuam no Espaço Sisaleiro da Bahia. Essas organizações, segundo ele, tem construído um conjunto de ações que se configuram como estratégia-rede. Outro exemplo de organizações regionais apresentadas pelo professor foi a criação, no semiárido baiano, da Rede Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão (Arco Sertão Central). Para ele, “essas organizações sociais têm formado e/ou participado de redes regionais e nacionais de sindicalismo, cooperativismo e economia solidária”.

Marcos Mondardo, em seu texto *Lutas dos povos indígenas no Brasil e Geografia Política: diálogos, contribuições e desafios*, problematiza a relação entre as lutas dos povos indígenas no Brasil e a Geografia Política, estabelecendo diálogos, contribuições e perspectivas críticas. Esta reflexão, focalizada no âmbito da Geografia Política contemporânea, estabelece diálogo com os conceitos de território, conflitos, fronteira e corpo, para fazer o encontro com os conceitos nativos, como *tekoha* e *oguata*, dos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com o Paraguai.

O texto constrói um itinerário de análise pelas formas contemporâneas dos povos indígenas de mobilização, luta e resistência no Brasil. Para isso, articula a discussão teórico-conceitual da Geografia Política colaborativa e engajada com as lutas dos povos indígenas, sobretudo no que se diz respeito à demarcação dos territórios originários. Desde a intersecção dos saberes indígenas com a Ecologia Política, o autor procura demonstrar a relação indissociável entre ancestralidade, xamanismo e cosmopolítica, para compreender as formas de organização territorial e as relações de poder, a luta histórica dos Guarani por *tekoha*, a elaboração da territorialidade *oguata* e seus vínculos transterritoriais e transfronteiriços. Por fim, o texto considera que as mobilizações, lutas e resistências dos povos indígenas contra a espoliação dos territórios originários permitem o “reencantamento da Geografia Política”, no sentido atribuído por Iná Elias de Castro (2005).

Em um momento de retrocessos democráticos, da pandemia da Covid-19, da acentuação da violência e das desigualdades, da precarização do trabalho e dos ataques aos direitos dos trabalhadores no Brasil, fica o convite para a leitura dos textos resultantes das exposições na mesa

virtual sobre os processos espoliativos em curso no bioma Pantanal, das ações coletivas e das políticas de escala nos movimentos sindicais, nas associações e cooperativas de agricultores camponeses, das mobilizações, lutas e resistências dos povos indígenas, nas interfaces da Geografia Política contemporânea.

REFERÊNCIAS

CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA DAS AÇÕES COLETIVAS: APONTAMENTOS CONCEITUAIS E PROPOSITIVOS

Agripino Souza Coelho Neto^[56]

O movimento sindical é formado por cadeias e também tem a corrente do movimento. O movimento sindical é isso, você começa da base para o município, para a região, é um trabalho integrado, uma rede. Então hoje em dia tem que estar filiado na entidade regional, estadual e federal, e como é uma rede sindical, o objetivo nosso é justamente ser filiado e participar das ações, das políticas discutidas e decididas num conjunto pela FÁTRES para fortalecer o movimento sindical. Porque a gente sozinha, isolada, não vai para lugar nenhum. (Secretária de Políticas Públicas do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar de Serrinha-Bahia).

O fragmento que inaugura este texto é uma inequívoca, manifesta e contundente expressão do comportamento espacial que sustenta a atuação e a organização de determinadas formas de ações coletivas. A rede e a escala são marcadamente evocadas como estratégia constitutiva e do *modus operandi* das organizações sindicais que se estruturam como redes ancoradas nas diversas escalas geográficas.

O depoimento revela com enorme nitidez a estratégia-rede e a política de escalas, expressando a compreensão sobre o funcionamento do movimento sindical concebido como uma rede e a importância estratégica de formar/compor redes. Reflete também com clareza uma visão estratégica sobre a política de escalas envolvida no funcionamento

56 Professor dos cursos de Urbanismo e de Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor do Mestrado Acadêmico em Estudos Territoriais (UNEB). Professor do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial (UEFS). E-mail: agscneto@uneb.br

do sindicalismo rural brasileiro. Em síntese, o depoimento da liderança sindical informa como as estratégias-rede e as políticas de escala se tornam componentes das práticas socioespaciais das ações coletivas.

Os estudos sobre o fenômeno das ações coletivas foram privilegiados no campo das ciências sociais, mais especificamente no âmbito da sociologia. Gohn (2006 [1997]) apresenta as principais teorias dos movimentos sociais (eu diria que muito mais as teorias das ações coletivas), organizando sua sistematização em três paradigmas: (i) o norte-americano, distinguindo as teorias clássicas e as contemporâneas; (ii) os paradigmas europeus, que se desdobram em duas orientações, a vertente marxista e a vertente dos novos movimentos sociais; e (iii) o paradigma latino-americano, influenciado pelos paradigmas europeus.

Estamos considerando as ações coletivas nos termos do sociólogo italiano Alberto Melucci, tributário da vertente dos Novos Movimentos Sociais, que as concebe como:

Um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo. (Melucci, 1996, p. 20).

Importante destacar que as ações coletivas envolvem práticas sociopolíticas que articulam indivíduos ou grupos, conformando “organizações-rede” (Coelho Neto, 2013a) ou mobilizando a atuação de “coletivos em rede” (Scherer-Warren, 2007), estruturados em torno das coalizões de interesses e propósitos, pois as ações coletivas pressupõem uma “[...] ocasião na qual um conjunto de pessoas confia e aplica recursos, inclusive seus próprios esforços, para fins comuns” (Tilly, 1981 apud Gohn, 2006, p. 66).

O sociólogo norte-americano Charles Tilly argumenta que as ações coletivas não se resumem às manifestações contra a ordem vigente, considerando que se trata de um termo mais amplo e que não se restringe aos protestos e rebeliões, mas abrange também petições, marchas e organizações que podem apresentar diferentes nuances, a exemplo de

confederações de trabalhadores, de organizações estudantis, de grupos de amigos, de movimento de bairro, de partidos políticos, entre outros (Gohn, 2006; Melo Junior, 2007).

Minha reflexão está inspirada empiricamente no estudo de determinadas modalidades de ações coletivas, mais especificamente nas ações de sindicatos de trabalhadores rurais, de associações comunitárias rurais e/ou de produção e de cooperativas de agricultores rurais que atuam no Espaço Sisaleiro da Bahia. Aqui, propomos esboçar algumas reflexões que oferece uma possibilidade de compreender a geograficidade das ações coletivas, através da análise do comportamento espacial de associações, sindicatos e cooperativas de agricultores camponeses.

O desafio assumido no texto é pensar uma “Geografia Política das Ações Coletivas”. A empreitada teórica em que estamos investindo e apostando para realizar a leitura do comportamento espacial da ação social, em especial, das ações coletivas, estrutura-se em torno de um tripé conceitual que opera iluminado por três conceitos-matriz: a rede, a escala e o território.

É a partir do acionamento desta tríade conceitual que nos propomos a lançar luz ao fenômeno das ações coletivas, tendo como nexos estruturais sua dimensão espacial. Partimos do conceito-matriz de rede para pensarmos na conformação de estratégias-rede, do conceito-matriz de escala para pensarmos na construção de política de escalas e do conceito-matriz de território para pensarmos na produção de territorialidades.

Nesse sentido, assumimos como ponto de partida três ideias basilares que formam os eixos estruturadores deste texto: (i) a rede é mais do que uma forma organizacional em que os indivíduos compõem organizações-rede, mas é também um modo de operação, ou seja, uma estratégia de ação coletiva; (ii) a escala não se restringe a uma categoria de análise, mas pode ser concebida como uma categoria da prática sociopolítica das ações coletivas; e (iii) a territorialidade é uma estratégia geográfica acionada pelas ações coletivas para viabilizar seus projetos políticos, econômicos e sociais. Esta é a trilha que percorreremos adiante.

AS AÇÕES COLETIVAS E A CONFORMAÇÃO DE ESTRATÉGIAS-REDE

Para principiar o debate sobre as estratégias-rede, recuperaremos alguns dos sentidos nucleares do conceito de rede, considerando a potência analítica de seus conteúdos para pensar a natureza das ações coletivas. É possível considerar que a ideia de rede remete a um conjunto de sentidos que envolvem conexão, nexos, articulação, vínculos, alianças, coalizões, que, no campo das ações coletivas, sugere imaginar a existência de relações sociopolíticas entre indivíduos e grupos organizados.

Os sentidos mais primitivos da noção de rede, que predominaram até o final do século XVIII, estiveram associados a duas principais referências, concernentes à técnica e ao organismo, repercutindo na produção de dois campos representacionais. O primeiro campo se refere à técnica da tecelagem e às práticas a ela associadas, localizando-se desde o “imaginário da tecelagem e do labirinto” da mitologia até as designações prevalentes nos séculos XII e XVIII, que se referem às “redes de caça ou pesca”, aos “cordéis ou cestas”, à composição de “tecidos entrelaçados por fios”, enfim, a toda uma “trama de fibras têxteis”, evidenciando que a “simbologia da rede é o conjunto estruturado de representações e imagens associadas ao tecido e ao fio” (Musso, 2001, p. 196, tradução nossa).

O segundo campo representacional esteve associado à metáfora do organismo, relacionando rede à organização de fluxos ou tecidos no corpo e à imagem do cérebro. Essa é uma perspectiva inaugurada com a medicina de Hipócrates (460-377 a.C.), que reapareceu posteriormente em Descartes (na obra *Traité de l'Homme*), comparando o corpo humano a uma máquina e considerando-o como “[...] uma rede complexa de fibras permitindo a circulação contínua do sangue, um conjunto de passagens organizadas segundo o modelo de uma maquinaria hidráulica” (Musso, 2001, p. 198, tradução nossa).

Um escrutínio que realizamos em outro texto (Coelho Neto, 2012) acerca dos empregos do conceito de rede no conhecimento científico nos permitiu testemunhar a explosão de sentidos e a amplitude de usos e significações na ciência contemporânea, com

sua aplicação aos mais diversificados fenômenos sociais e naturais que compõem os objetos e os interesses das mais variadas áreas de conhecimento científico.

Uma interessante pista para o rastreamento dos sentidos nucleares pode ser encontrada em Lima (2005, p. 91), identificando que a ideia de rede pode ser associada aos significados de captura, de enlace e de horizontalidade. A captura remete ao movimento de armar enredos ou tramas, de entrelaçar-se, de emaranhar-se, “[...] que implica em ação, em papel ativo”. O enlace indica conexão, ligação, abraço, união, que permite pensar em alianças, coalizões, coligações, ou seja, “[...] atitudes de imbricação e remetimento mútuos”. A horizontalidade, por sua vez, pode ser concebida “[...] como um recurso de coordenação horizontal, contrastando-se com a organização piramidal [...]”, característica esta que aparece como componente discursivo flagrantemente acionado pelos coletivos organizados da sociedade civil.

Considerando os múltiplos sentidos nucleares que o conceito de rede inspira e evoca, é possível pensar em um conjunto de componentes fundamentais que costuram as tessituras das redes de relações históricas e geográficas que conformam as ações coletivas. Deste modo, as ações coletivas se configuram como uma rede que se sustenta na articulação de sujeitos sociais (individuais ou coletivos), que constroem nexos e conexões entre ideias e projetos compartilhados, ativam vínculos sociais e estabelecem alianças e coalizões políticas. Nessa direção,

[...] a rede corresponde a articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos [i] vinculados a ações/movimentos reivindicatórios (ONGs, associações, sindicatos etc. [ii]), visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências e à formulação de projetos e políticas [iii]. (Loiola & Moura, 1996, p. 56).

Loiola e Moura (1996) consideram que as redes que se formam no campo das ações coletivas se baseiam na “[...] existência de conflitos, de laços de solidariedade e de projetos políticos ou culturais compartilhados, fundados em identidades e valores coletivos” (p. 56).

Scherer-Warren (1999) verificou a apropriação da ideia de rede

pelas ações coletivas, sendo acionada como estratégia de comunicação e empoderamento da sociedade civil, propiciando a articulação política dos grupos sociais na contemporaneidade, seja como sujeitos de resistência ou como propositores de políticas públicas.

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.e., a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa ideia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo. (Scherer-Warren, 1999, p. 24).

Essa formulação nos remete ao nosso primeiro pressuposto de trabalho, que considera que a rede é mais do que uma forma organizacional em que os indivíduos compõem “organizações-rede primárias ou complexas”^[57], mas é também um modo de operação, ou seja, uma estratégia de ação coletiva, portanto, uma estratégia-rede.

Segundo Marcon e Moinet (2001), a estratégia-rede “[...] consiste em criar ou, na maioria das vezes, em ativar e orientar as relações tecidas entre atores no âmbito de um projeto mais ou menos definido” (p. 21). Os autores se apropriam do sentido que a palavra rede assume na língua inglesa, que corresponde à ideia de uma rede que trabalha (*a net that works; networking*), que nos induz a associar a rede “[...] à noção de projeto comum, em torno do qual se agrupam atores que trabalham juntos para formar um sistema, um dispositivo inteligente” (p. 22), que vai coordenar os atores “[...] a serviço do projeto (lógica da interação), fazendo-os aproveitar a dinâmica da aprendizagem permitida por ligações flexíveis” (p. 22).

A fluidez, a finalidade, as estruturas de relações e a aprendizagem são consideradas por Marcon e Moinet (2001) como algumas das características fundamentais da estratégia-rede. A fluidez proporciona

57 Consideramos como organizações-rede primárias as formas organizacionais formadas por indivíduos, a exemplo de sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas de agricultores ou associações comunitárias rurais. As organizações-rede complexas são formas organizacionais formadas por organizações-rede primárias, a exemplo de centrais sindicais ou cooperativas centrais (Coelho Neto, 2013, 2021).

uma plasticidade estratégica que viabiliza ligações no espaço (relações entre unidades geograficamente dispersas), no tempo (assegurando a permanência das relações entre os atores), do ponto de vista social (permite relações entre pessoas de diferentes condições sociais) e do ponto de vista organizacional. A finalidade é um requisito necessário para a existência coletiva, pois orienta “[...] a escolha de um quadro ético no qual a rede evolui e inspira seus projetos” (p. 119). As estruturas de relacionamento asseguram as ligações entre indivíduos, grupos de atores ou organizações, evitando a dispersão de esforços e otimizando os resultados. A aprendizagem combina as dinâmicas da “aprendizagem de competências”, que envolve a definição de normas comuns e a troca de informações técnicas, e a “aprendizagem coletiva de relações”, que “contribui para uma espécie de homogeneidade de percepções que reforça a convivência dos membros e facilita a administração” (p. 124).

A estratégia-rede no campo das ações coletivas consiste em um conjunto diversificado de práticas socioespaciais que se estruturam em torno da ideia de rede, envolvendo conexão, enlace, trama, aliança e coalizão, e que tem como objetivo a potencialização de suas ações políticas, culturais e econômico-produtivas.

Esse é o caso verificado no movimento das associações, sindicatos e cooperativas de agricultores camponeses que têm atuado no Espaço Sisaleiro da Bahia e têm construído um conjunto de ações que se configuram como estratégia-rede. É nessa direção que essas organizações sociais têm formado e/ou participado de redes regionais e nacionais de sindicalismo, cooperativismo e economia solidária.

Um exemplo emblemático é a criação da Rede Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão (Arco Sertão Central), fundada com 18 cooperativas, mas que, por conta de sua ação de captura, incorporou novas filiadas, adensou sua rede e se tornou mais complexa organizacionalmente, enlaçando mais de 57 cooperativas e associações de produção no semiárido baiano (Coelho Neto, 2013a).

A Arco Sertão se constitui em um caso típico no que se refere aos significados nucleares que expressam a noção de rede, indicando a captura que arma seus enredos e tramas e o enlace que implica a união, a conexão e a formação de alianças. A estratégia adotada voltou-se para

a criação de uma central de cooperativas e associações de produção para viabilizar a comercialização de suas cooperadas.

O funcionamento da Arco Sertão, especialmente sua função de captura e enlace, nos induz a pensar na ideia de estratégia-rede, nos termos definidos por Marcon e Moinet (2001, p. 22), pois “a estratégia-rede nasce a partir do momento em que pelo menos um dos atores orienta e ativa essas ligações no âmbito de um projeto”, consistindo na ativação e orientação das relações tecidas entre os sujeitos sociais no âmbito de um projeto mais ou menos definido e compartilhado (Coelho Neto, 2021, p. 276).

A Arco Sertão, como organização-rede, é caracterizada pela complexidade de sua composição organizacional, formada por mais de 57 cooperativas e associações de produção, pela amplitude de sua disposição espacial, recobrando entidades de mais 30 municípios do sertão baiano, e pelo movimento ascendente de sua organização socioespacial, que se articula e se fortalece a partir das associações e cooperativas de agricultores, localizadas, na maioria das vezes, nos povoados.

Um outro exemplo da formação de rede na escala regional foi a criação da Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB). Essa central de cooperativas foi fundada em 1999 por iniciativa de 05 cooperativas de crédito rural voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária, localizadas no semiárido baiano. Trata-se de um fenômeno organizativo do cooperativismo de crédito rural, assumindo a forma de rede, que apresenta como característica um movimento espacial ascendente que parte das experiências e iniciativas locais e vai compondo formas organizacionais novas, tecendo uma rede de relações de cooperação na escala regional (Coelho Neto, 2013a, 2013b).

Essas modalidades de ações coletivas têm buscado potencializar sua atuação política e suas atividades econômico-produtivas, recorrendo à participação de redes. Em termos gerais, a formação de redes de maior amplitude organizacional e escalar, isto é, as organizações-rede complexas, decorre das articulações que se realizam nas escalas locais, conferindo sustentação para as empreitadas em outras escalas.

Outro expediente acionado pelas ações coletivas é a participação em conselhos, fóruns, feiras e outras modalidades de redes de articulação política e econômica, estruturadas nas escalas regional (seguindo as delimitações dos Territórios de Identidade instituídos pelo Governo da Bahia), estadual (escala de governo) e nacional. Também observamos o estabelecimento de parcerias com agentes situados nas mais variadas escalas espaciais, com a obtenção de apoio para projetos produtivos ou para viabilizar processos de capacitação técnica dos agricultores.

As cooperativas e associações de produção têm se mobilizado na organização e na participação de feiras de agricultura familiar e economia solidária, estratégia que tem se multiplicado nas duas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, as redes que conformam as feiras, os fóruns e os conselhos constituem uma ampla estratégia de ação que coloca em conexão e em movimento uma diversificada e densa rede de organizações sociais, equivalendo ao que Scherer-Warren (2007, p. 35) denominou de coletivos em rede.

Coletivos em rede referem-se a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam a difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta [...].

Segundo Marcon e Moinet (2001, p. 130), não existe um modelo universal de rede, pois “sua forma é contingente às características do campo de ação coletiva no qual ela vai agir”. As estratégias-rede construídas pelas ações coletivas são elaborações humanas contingentes não determinadas, inscritas em contextos históricos e geográficos particulares; portanto, trata-se de “soluções sempre específicas que os homens, com recursos e capacidades disponíveis, inventaram, a fim de estruturar suas interações em e para a resolução de problemas comuns” (Crozier & Friedberg apud Marcon e Moinet, 2001, p. 130).

Nesse sentido, é interessante pensar nas estratégias-rede desenvolvidas de modo muito flagrante por agricultores camponeses no Espaço Sisaleiro da Bahia. A pesquisa que realizamos no âmbito do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimento Sociais (GEOMOV/

UEFS)^[58] (Santos, Silva e Coelho Neto, 2011) identificou a existência de 2.166 associações registradas nos cartórios dos municípios do Território do Sisal, que apresentam origens, características, finalidades e naturezas diferenciadas. Os municípios sisaleiros são formados por vários povoados, e cada povoado tem sua associação comunitária rural. Os agricultores moradores dos povoados, vivenciando problemas socioespaciais comuns, se mobilizam e se articulam para criar as associações comunitárias rurais e/ou de produção para buscar soluções para os problemas imediatos dos seus lugares de vida, especialmente, aqueles relacionados às precariedades de serviços e de infraestrutura básica, bem como às dificuldades de geração de renda e de sobrevivência na terra e em seus “lugares de vida” (Coelho Neto, 2019).

AS AÇÕES COLETIVAS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA DE ESCALAS

O debate sobre política de escalas ainda é lacunar no âmbito da geografia brasileira. Encontramos textos que tangenciam o tema, mas que não o colocam no centro da discussão, muito menos demarcam claramente sua circunscrição epistemológica. Temos promovido um esforço sistemático (Coelho Neto, 2013a, 2017a, 2017b) para discussão do conceito, acionando-o para analisar as tramas das redes socioterritoriais no Espaço Sisaleiro da Bahia, revelando como determinadas formas de ações coletivas se apropriam da noção de escala e fazem efetivas suas ações, tornando a escala uma categoria de suas práticas sociopolíticas.

No Brasil, localizamos reflexões importantes em Vainer (2002, 2006), discutindo, respectivamente, (i) as escalas da ação política, as lutas de escalas e a escalas da luta, delineando as possibilidades de ação do poder local, e (ii) como se constroem as narrativas escalares e a luta pela imposição de escalas, focalizando o debate no nacionalismo e no localismo. Acselrad (2002), debatendo “território e poder - a política

58 A pesquisa intitulada “Inclusão social e desenvolvimento no Território do Sisal: diagnóstico e construção de mecanismos de apoio ao fortalecimento da ação das associações e cooperativas” foi desenvolvida entre 2008 e 2011, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV), da Universidade Estadual de Feira de Santana.

de escalas”, centra sua discussão no redesenho da esfera política e da esfera simbólica, destacando como os arranjos políticos efetivados na esfera local se configuram como política de escalas. Brandão (2010), por sua vez, discute a produção social do ambiente construído e suas escalas espaciais, destacando o papel das escalas espaciais do capitalismo e defendendo a reelaboração e o fortalecimento da escala nacional para a construção de estratégias multiescalares em um contexto-mundo de variedade de experiências e de estilos de desenvolvimento.

No cenário acadêmico internacional, o debate adquiriu amplitude e densidade a partir da década de 1990, embora muitos estudos tenham se concentrado nas escalas do capital. Este é o caso de Marston (2000), cuja ênfase recai nas relações de produção capitalista e como essas relações influenciam a construção social de escala. De modo predominante, as discussões estiveram centradas (i) na construção social da escala e nas transformações escalares disputadas pela economia política das sociedades capitalistas avançadas, (ii) na elaboração e reelaboração de escalas sociais, políticas e econômicas de organização, de regulação, de ação social e união e de contestação, (iii) nos posicionamentos escalares diferenciais de grupos e classes sociais nas geometrias do poder do capitalismo e (iii) nas estratégias escalares mobilizadas tanto por elites como por grupos sociais inferiores (Swyngedouw, 2010). O debate no âmbito das economias políticas de escala tem se concentrado na reflexão sobre a emergência das economias de associação, o reescalonamento da organização e regulação do trabalho, a globalização dos fluxos econômicos, a formação de complexas produções territorializadas, a reorganização das hierarquias de governança e sobre a reanimação das economias de aglomeração (Peck, 2010).

Parece-nos fundamental que a reflexão sobre a política de escalas seja precedida pelo debate estruturado em torno da distinção entre a “escala como categoria de análise” e a “escala como categoria da prática”. Esta ideia aparece de modo muito bem demarcado em Adam Moore (2008). Moore (2008) reconhece a existência de dois raciocínios difusos, mas que se revelam discerníveis, distinguindo a (i) escala como entidade socioespacial material e a (ii) escala como construto epistemológico, compondo, assim, dois campos de significações.

O primeiro campo, que opera com o entendimento de que a

escala é uma entidade socioespacial material, seria tributário de alguns geógrafos inspirados na tradição da economia política (caso de Neil Smith). Para esses autores, a escala não é uma categoria geográfica de análise independente, “[...] mas corresponde a processos materiais reais, eventos e formações espaciais” (Moore, 2008, p. 204, tradução nossa). Assumindo uma direção diametralmente oposta, Moore identifica algumas posições que concebem a escala exclusivamente como um construto epistemológico, concepção que caracteriza o segundo campo de significações. Em síntese, as categorias de análise seriam “[...] categorias distantes da experiência, usadas pelos cientistas sociais”, enquanto as categorias da prática seriam “[...] categorias da experiência cotidiana, desenvolvidas e empregadas pelos atores sociais ordinários” (Moore, 2008, p. 207).

No entanto, discutindo “Geografia, diferença e as políticas da escala”, em um texto publicado originalmente em 1992^[59], posteriormente republicado em espanhol na Revista Terra Livre em 2002, Neil Smith já identificava a distinção entre a escala como categoria de análise e como categoria da prática, reconhecendo os dois campos de significações:

o conceito de escala assume, portanto, um segundo significado. Não é somente a escala material trabalhada e retrabalhada como paisagem, mas também é a escala de resolução ou abstração que nós empregamos para entender as relações sociais [...] (Smith, 2002 [1992], p. 142, tradução nossa).

Em uma indagação de natureza teórico-política, Vainer formula uma questão fundamental que reforça a aludida distinção e aponta a necessidade de pensarmos a escala não somente como construto teórico, mas como categoria da prática: “qual a escala pertinente (ou prioritária), seja para a análise econômica e social, seja para a ação política eficaz?” (Vainer, 2002, p. 14).

Todavia, a distinção em debate tem apenas um caráter didático para Brandão (2010), pois ele advoga que não se pode separar a escala como categoria e unidade de análise, concebida, deste modo, como um

59 SMITH, Neil. Geography, Difference and the Politics of Scale. In: DOHERT, J.; GRAHAM, E. (Eds.). Postmodernism in the Social Science. Londres, 1992.

recurso epistemológico e heurístico, da escala como categoria da prática, que informa um campo e um instrumento das lutas sociais.

A escala como uma categoria analítica e a escala como uma categoria da práxis política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados proporciona um melhor diagnóstico e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas acerca de como enfrentá-los. O desafio (simultaneamente) científico e político consiste, portanto, em tratar de definir que e com que ferramentas cada escala pode revelar, mobilizar, desafiar, acionar, regular, comandar e controlar” (Brandão, 2010, p. 246).

De interesse inequívoco para pensar a política de escalas das ações coletivas é a ideia proposta por Neil Smith, que concebe a escala como uma construção social. Inspirando-se em uma ideia basilar desenvolvida por Lefebvre (2000 [1974]) sobre a produção social do espaço, Smith (2002 [1992]) advoga que as diferentes sociedades não somente produzem o espaço, mas também produzem a escala.

A produção da escala pode ser a diferenciação mais elementar do espaço geográfico e é em toda a sua extensão um processo social. Não há nada ontologicamente dado sobre a divisão tradicional entre casa e localidade, escala urbana e regional, nacional e global. A diferenciação das escalas geográficas estabelece e se estabelece através da estrutura geográfica de interações sociais (Smith, 2002 [1992], p. 141).

Na mesma direção, Swyngedouw (1997, p. 140, tradução nossa) afirma que “a escala não está ontologicamente dada, nem constitui um território definível a priori, nem é uma estratégia discursiva neutra na construção de narrativas”. Desse modo, “a construção da escala geográfica também resulta da e contribui com a luta social baseada (e problematizada) na classe, no gênero, na raça e outras diferenças sociais” (Smith, 2002, p. 143).

As escalas se tornam arena e momento, tanto discursiva quanto materialmente, em que relações de poder socioespacial são contestadas, negociadas e reguladas. Escala, então, é, ao mesmo tempo, o resultado e consequência da luta social pelo poder e pelo controle (Swyngedouw, 1997, p. 140).

Essa é uma formulação potente para pensar a escala como uma categoria da prática sociopolítica das ações coletivas que acionam, mobilizam e manipulam o espaço, construindo suas escalas de organização, de atuação e de empoderamento. Interpretar e reconhecer que a escala é mais que uma categoria de análise, mas pode ser considerada uma categoria da prática, oferece-nos possibilidades de pensar que a escala pode ser objeto de apropriação das ações coletivas, pois, como defendeu Harvey (2000, p. 108), “[...] os seres humanos produzem e fazem efetivas suas próprias escalas para alcançar suas metas e organizar seus comportamentos coletivos”. Portanto, considerar a escala como uma categoria analítica não implica desconsiderar que os mais variados agentes sociais empreendem comportamentos espaciais, elaboram políticas e discursos, desenvolvendo práticas e narrativas escalares.

Para González (2010, p. 125-126, tradução nossa), as “políticas de escala” são definidas como “[...] o campo no qual tem lugar as lutas materiais e discursivas entre diferentes atores para estabelecer configurações escalares hegemônicas. Nessa luta os atores utilizam ‘narrativas escalares’ para justificar e dar impacto a seus argumentos”. Acselrad (2002, p. 33) define política de escalas como “um entrelaçamento de discursos e práticas que tem o espaço como referência”.

Consideramos que política de escalas sejam comportamentos espaciais da ação social que envolve a elaboração e o desenvolvimento de políticas, de discursos, de narrativas e de práticas sociais, que se ancoram e se aportam nas escalas geográficas como conteúdo estruturador de suas ações. Portanto, se considerarmos que as ações coletivas fazem uso da escala como estratégia para se organizar e alcançar seus propósitos, cujos entrelaçamentos de discursos e práticas têm o espaço como referência, é possível pensar que elas empreendem “política de escalas”. Aqui estamos concebendo a escala como uma categoria das práticas sociopolíticas das ações coletivas, acionada e manipulada como estratégia para viabilizar seus projetos. As mais

variadas formas de ações coletivas constroem estratégias escalares, elaboram e reelaboram escalas de organização social e econômica, de articulação e ação política para viabilizar seus projetos políticos e econômico-produtivos.

No Espaço Sisaleiro da Bahia, um conjunto de modalidades de ações coletivas, predominantemente de sindicatos, associações e cooperativas de agricultores camponeses, construiu conexões políticas que resultaram na gestação e consolidação de uma teia social, cuja formação se deve às múltiplas estratégias-rede que foram sendo costuradas desde a ação das pastorais rurais da Igreja Católica, inspiradas na Teologia da Libertação (Coelho Neto, 2013a). Esse processo culminou com a criação do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (Codes-Sisal) em 2002, organização social que se tornou o colegiado territorial do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

A forma terminal mais evidente dessa teia social é a constituição do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (Codes-Sisal). [...] esse conselho foi gestado pelas redes de organizações sociais do Espaço Sisaleiro da Bahia, sendo depois aproveitado institucionalmente como colegiado territorial pela Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural, implantada pelo MDA no ano de 2003. Considera-se que, por suas características e peculiaridades, a criação do Codes-Sisal constrói uma nova escala de articulação, de organização e de estratégia política, que passa a ser legitimada e ganha maior representatividade com a política governamental. A conformação espacial que o Território do Sisal assumiu como território rural na política do MDA corresponde, em grande medida, ao arranjo espacial estabelecido pelas práticas sociais organizativas precedentes (Coelho Neto, 2021, p. 317).

Importante destacar que, no âmbito do Governo da Bahia, foram implantados em 2007, os “Territórios de Identidade”, como instrumento de levantamento e sistematizações de informações e

de planejamento e execução de políticas territoriais. A criação dessa nova escala de organização e o investimento feito pelas ações coletivas sugerem pensar que a “redistribuição e a reorganização constante das escalas espaciais são essenciais para as estratégias sociais e constituem a arena onde se travam as batalhas pelo controle e pelo empoderamento” (Swyngedouw, 2010, p. 57, tradução nossa).

Sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias rurais e/ou de produção e cooperativas de agricultores passaram a apostar nessa nova escala de organização e de relacionamento com o Estado, pois estiveram quase sempre aliados dos processos de participação política e do acesso aos recursos econômicos, geralmente capturados pelos grupos locais que controlaram as prefeituras municipais. Em alguns municípios, estes grupos políticos se confundiam com os empresários do sisal, controlando o executivo e o legislativo municipal por várias décadas.

Nesse sentido, a construção escalar deve ser considerada um processo eminentemente de natureza política, “[...] ao estabelecer a diferenciação de determinado ângulo da luta social pelo controle do espaço”. A política de escala pode ser concebida como uma forma especial de organização e disposição de recursos políticos que “[...] se manifesta na criação de espaços e instâncias em que se tratará de estabelecer alianças, enfrentamentos, etc., o que permitirá fazer uso dos instrumentos, dispositivos e recursos diversos [...]” (Brandão, 2010, p. 249, tradução nossa). As escalas de organização ou de regulação podem se configurar como arenas de mobilização e atuação política e econômica, em que determinadas organizações sociais definem seus objetivos e prioridades, constroem estratégias e desenvolvem suas ações.

Outro exemplo significativo foi a criação da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES). Essa organização-rede foi criada em 1996 por um agrupamento dos sindicatos rurais e sediada na cidade de Valente (BA), sendo atualmente composta por 16 (dezesesseis) Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios do Território do Sisal.

Desde sua fundação, em 1996, a FATRES direcionou sua atuação aos/as trabalhador/as rurais e agricultores/as familiares, tendo como foco estratégico de ação para o alcance de seus objetivos,

os dirigentes e lideranças sindicais rurais, no sentido de fortalecer diretamente as organizações sindicais (STRs / STRAFs/ SINTRAFs), de mobilizá-las e articulá-las para fazerem frente às questões sociais atinentes à realidade rural da região: seca, trabalhadores mutilados do sisal, aposentadoria, erradicação do trabalho infantil, acesso à terra, dentre outras^[60].

Essa iniciativa principia e reforça uma nova escala de atuação do movimento sindical, que não se restringe à escala municipal e difere da federação organizada na escala estadual, assumindo uma posição de liderança, adquirindo visibilidade no Espaço Sisaleiro da Bahia e potencializando seus efeitos na escala regional. A rede estruturada pela ação da Fatres e a escala de organização social que ela ajuda a construir oferecem elementos para pensar como “os processos socioespaciais mudam a importância e a função de determinadas escalas geográficas, reafirmam a importância de outras e, às vezes, criam escalas completamente novas” (Swyngedouw, 2010, p. 57, tradução nossa).

Alguns exemplos de conformação de estratégias-rede se constituem concomitantemente em casos de construção de política de escalas, incluindo, deste modo, (i) a formação e a participação em redes regionais e nacionais de sindicalismo, cooperativismo e economia solidária; (ii) a participação em conselhos, fóruns, feiras e outras modalidades de redes de articulação política e econômica, estruturadas nas escalas regional (seguindo as delimitações dos Territórios de Identidade), estadual (escala de governo) e nacional; e (iii) o estabelecimento de parcerias com agentes situados nas mais variadas escalas espaciais revelam inequivocamente sua natureza escalar.

Essa estratégia é válida para os sindicatos de trabalhadores rurais que organizam suas federações e confederações, apropriando-se das mais diversas escalas espaciais. A avaliação do processo de criação e da configuração espacial das federações sindicais mostra claramente que elas se baseiam predominantemente nas escalas de governo. A FETRAF-Brasil constitui-se numa rede nacional de sindicalismo gestada e sustentada por uma tessitura de organizações-rede em outras escalas.

60 Disponível em: <http://www.fatres.org/Quem.aspx>. Acesso em: 14 maio 2012

Elas se nutrem e se apoiam na existência e atuação de uma rede formada por organizações sindicais estruturadas na escala municipal, estadual, macrorregional (usando aqui as grandes regiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Essa é uma constatação também apontada por Swyngedouw:

Os sindicatos nacionais se formam através de alianças e cooperação de movimentos sociais de escalas mais baixas e necessita manter um delicado equilíbrio entre a promessa de poder que faz a organização nacional e a luta competitiva que deriva de lealdades locais e a luta inter-local (Swyngedouw, 2010, p. 58, tradução nossa).

Desse modo, é importante admitir que a [...] mobilização de narrativas, políticas e práticas escalares se converte em uma parte fundamental das lutas e estratégias de poder político. (Swyngedouw, 2010, p. 58, tradução nossa), pois, “[...] as relações escalares são, de forma inevitável, relações de poder. A escala é, portanto, um objeto de e um meio para lutas político-econômicas (Peck, 2010, p. 91, tradução nossa). Essas relações de poder demarcam o espaço, produzindo territorialidades.

AS AÇÕES COLETIVAS E A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES

O debate sobre o conceito de território e suas derivações (territorialidades, territorialização, desterritorialização e reterritorialização) mobilizou inúmeros geógrafos em diferentes países, resultando em uma densa e vigorosa produção científica, dedicada não somente à reflexão teórica, como à construção de interpretações sobre o comportamento espacial da sociedade. Neste artigo, não nos propomos a recuperar este debate, já realizado por outros textos (Haesbaert, 2004; Saquet, 2007; Coelho Neto, 2103c), mas, nos deteremos em acionar ideias/pistas fundamentais para pensar a produção de territorialidades das ações coletivas.

Inauguramos nosso debate informando quatro premissas fundamentais que inspiram nossas reflexões/proposições sobre o

território/territorialidade: (i) a territorialidade como uma condição fundamental para existência social; (ii) a multiescalaridade do território; (iii) a multidimensionalidade do território; e (iv) o poder como substância do território.

A primeira premissa se apoia na ideia de que a territorialidade é uma condição existencial que une indivíduos ou grupos sociais a seus espaços de vida, construindo as bases materiais e/ou simbólicas de sua reprodução social. O geógrafo tropicalista Joel Bonnemaision (2002 [1981]) defendia essa condição essencial do território na existência de um grupo humano: segundo ele, “não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não tenha investido física e culturalmente num território” (p. 97).

A territorialidade como condição inerente à vida social permite apreender múltiplas manifestações possíveis, construídas nas ações de indivíduos, Estados, empresas, instituições, ações coletivas e uma variada gama de grupos sociais, nas mais diversificadas escalas e contextos históricos e geográficos. Assumindo a premissa da relação fundamental entre sociedade e espaço, consideramos a formação de territórios como um componente essencial para a realização da vida social e a territorialização como um processo de marcação do espaço pela sociedade.

A territorialidade é uma condição fundamental para a vida social, sendo assim, “[...] se territorializam organizações supranacionais, empresas privadas multinacionais e organizações criminosas, os movimentos populares e sociais, os povos indígenas, organizações não governamentais e sindicatos” (González, 2010, p. 622).

A segunda premissa advoga que o território não pode ser concebido exclusivamente na escala nacional, tendo apenas como referência essencial o Estado-Nação. Territórios são construídos e se manifestam em múltiplas escalas espaciais e temporais, podendo, inclusive, ser móveis, cíclicos, periódicos e passíveis de superposição (Souza, 1995). Essa perspectiva de considerar a multiescalaridade do território elastece a capacidade heurística de operacionalidade do conceito, permitindo acioná-lo para interpretar distintas manifestações fenomênicas de territorialidade, isto é, as diversas formas como as sociedades se apropriam dos espaços para torná-los seus territórios.

Há múltiplas formas de manifestações das territorialidades,

conformadas por relações de poder entre os mais variados agentes sociais, que constroem seus territórios e territorialidades particulares. As territorialidades são multiescalares, pois os agentes sociais estabelecem relações com o espaço que implicam a apropriação e/ou o domínio do espaço em múltiplas escalas.

A terceira premissa se ampara na ideia da multidimensionalidade do território. O argumento fundamental esposado se dirige à consideração da dimensão simbólica, que sempre foi subdimensionada e obscurecida pela força da dimensão material, que marcou as acepções clássicas de território na geografia política.

Contudo, no alvorecer da década de 1980, já estava presente em Claude Raffestin (1993) a ideia da multidimensionalidade do território:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivistas. (Raffestin, 1993, p. 158)

Para Bonnemaïson (2002 [1981], p. 103), "o território é, ao mesmo tempo, 'espaço social' e 'espaço cultural': ele está associado tanto à função social quanto à função simbólica". Guy Di Méo (1998) também reforça esta perspectiva, argumentando sobre a construção do território e como ele conjuga a dimensão das práticas e das representações:

Sua edificação combina as dimensões concretas, materiais, aquelas dos objetos e dos espaços, aquelas das práticas e das experiências sociais, mas também as dimensões ideais das representações (ideias, imagens, símbolos) e dos poderes. Acrescentamos que esses diferentes registros encontram seu princípio unificador e sua coerência no sentido que os indivíduos conferem à sua existência terrestre, através do espaço de que eles se apropriam e do qual eles fazem um valor existencial central (DI MÉO, 1998, p. 273, tradução nossa).

A demarcação da multidimensionalidade assume

em Haesbaert (1997, 2004) uma posição destacada. O autor encontra inspiração teórica na distinção elaborada por Henry Lefebvre para os termos dominação e apropriação, que serviram de base para diferenciar as dimensões material e simbólica, pois, [...] o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica (Haesbaert, 1997, p. 41).

A quarta premissa que sustentamos considera o poder como substância do território, portanto, a territorialidade é uma expressão do binômio espaço-poder. Considera-se que os mais variados agentes sociais estabelecem relações entre si e com o espaço, conformando relações sociais de poder que demarcam o espaço e conformam territórios. Nessa direção, Claude Raffestin afirma que “o território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 58).

Os territórios são, portanto, inscrições espaciais da sociedade conformadas no âmbito das relações sociais de poder. O poder, concebido como uma relação social assimétrica e conflituosa tece a substância do território e demarca o espaço, objeto de apropriação e/ou domínio dos indivíduos, grupos sociais, organizações, instituições e ações coletivas de diferentes modalidades.

Alimentado pelo exame das experiências sindicalistas, associativistas e cooperativistas desenvolvidas no Espaço Sisaleiro da Bahia, construímos uma proposição conceitual para a interpretação do comportamento espacial das ações coletivas:

[...] a territorialidade é concebida como os nexos que os grupos sociais estabelecem entre si e com o espaço, implicando uma apropriação material e/ou simbólica, conferindo-lhe uma significação que possibilita às redes socioterritoriais [ações coletivas] construir novas formas de reprodução social. (COELHO NETO, 2013a, p. 388).

Nessa perspectiva, os sujeitos individuais e coletivos estabelecem relações sociais de poder que têm no território um fundamento e uma base material e existencial de vida. Aproveitando uma fórmula lefebvriana

desenvolvida por Santos (1978), advogando que o espaço é mais do que um produto, mas um meio e condição da reprodução social, podemos pensar que o território não é apenas um palco onde se estabelecem as relações, mas um conteúdo que funda e ampara as relações sociais.

A territorialidade vem sendo acionada pelas diversas modalidades de ações coletivas como uma estratégia geográfica de r-existência, manifestando-se por meio de algumas práticas como: (i) a demarcação de um espaço-referência no planejamento estratégico e nas ações de determinadas organizações-rede; (ii) a apropriação de elementos espaciais remetidos à região ou ao território de vivência e de desenvolvimento de suas atividades; e (iii) a elaboração de enunciados, discursos e reivindicações de base espacial em torno do bairro, do povoado, da região ou do território. Esse é um movimento recorrentemente acionado pelos sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias rurais e/ou de produção e cooperativas de agricultores que atuam e constroem suas territorialidades no Espaço Sisaleiro da Bahia.

As associações comunitárias rurais e as associações urbanas (de bairro) se apoiam numa ancoragem espacial para realização de suas ações. A evidência desse argumento consiste no uso do topônimo do lugar de origem para denominar a entidade. Desse modo, elas carregam consigo o *locus* de sua existência, circunscrevendo um espaço como referência para sua identificação e para a construção de um espaço de pertinência de suas ações e reivindicações (Coelho Neto, 2013a).

Esse procedimento permite o estabelecimento de relações com o mundo exterior, isto é, com outros povoados, com a municipalidade e com outras organizações sociais locais, regionais e nacionais, costurando apoios e firmando parcerias para o desenvolvimento de seus projetos e para o alcance de seus objetivos institucionais. As reivindicações são encaminhadas ao governo, e as parcerias feitas com outras organizações da sociedade civil pela associação, em nome do bairro ou do povoado, concebido e reconhecido como uma comunidade. As comunidades rurais/povoados tornam-se reconhecidos a partir das atividades desenvolvidas pelas associações, cujo processo produtivo/organizativo vai costurando as teias/redes que constroem a territorialidade.

A grande maioria das associações remete ao bairro, ao povoado,

ao assentamento rural ou à fazenda em sua nomenclatura, demarcando não apenas o território de atuação dessas organizações, mas comunicando sua origem geográfica e informando seus vínculos espaciais, indicando sua condição de pertencimento, construindo sua identificação com o lugar de origem. Desse modo, os sujeitos individuais e coletivos, organizados territorialmente, apropriam-se de frações do espaço, que é acionado e significado nas tramas sociais, tornando-se território. Assim, a formação de territórios seria um componente essencial para a realização da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA GEOGRAFIA POLÍTICA DAS AÇÕES COLETIVAS

As ações coletivas têm natureza essencialmente política, que pode ser pensada nos termos de Arendt (2006), concebendo esta última como atividade que se baseia na pluralidade dos homens (e mulheres) e no exercício da convivência entre os diferentes. É assim que “[...] a política trata da convivência entre os diferentes. Os homens [e mulheres] se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (p. 21-22). Nessa perspectiva, a reflexão sobre o funcionamento da política pressupõe pensar em uma diversidade de agentes sociais que disputam ideias, projetos, recursos e interesses conflitantes. É importante desvendar as distintas posições e estratégias políticas dos agentes e suas desiguais condições de acesso aos recursos imateriais que os colocam em posições privilegiadas ou inferiorizadas no jogo político.

Os indivíduos, organizações sociais e movimentos sociais se articulam, constroem nexos, compartilham projetos e desenvolvem um conjunto diversificado de práticas socioespaciais que se estruturam em torno da ideia de rede, cujo propósito é a viabilização de suas ações políticas culturais e econômicas. Essas redes (ou estratégias-rede) implicam comportamentos espaciais que envolvem a elaboração e o desenvolvimento de políticas, de discursos, de narrativas e de práticas sociais que se baseiam nas escalas geográficas, ou seja, empreendem política de escalas.

As diversas formas de ações coletivas empreendem também

uma luta por território/territorialidade, que trata de uma luta pelas condições materiais de reprodução social, mas também de uma luta pelas condições imateriais de r-existência: luta pela terra, pelo acesso aos recursos naturais e pela afirmação do pertencimento, da identidade e dos modos de vida. Nessa perspectiva, a territorialidade é uma estratégia geográfica acionada por indivíduos, grupos sociais e ações coletivas para viabilizar seus projetos políticos, econômicos e culturais e assegurar sua reprodução social.

A teorização sobre as ações coletivas tem larga tradição na sociologia norte-americana e europeia como demonstrou Gohn (2006 [1997]), todavia avançou significativamente na América Latina, possivelmente em decorrência da emergência, da profusão e do forte ativismo sociopolítico que passou a apresentar nas últimas décadas. Apesar disso, a geografia política dispõe de um arsenal teórico-conceitual potente para leitura do comportamento espacial das ações coletivas. É nesta direção que nos propusemos caminhar.

É importante destacar que estamos considerando algumas ideias que não são apenas pontos de largada, mas também são pontos de chegada e pontos de continuidade para futuras pesquisas. Consideramos que a rede é mais do que uma forma de organização em que os indivíduos formam organizações-rede, mas é também um modo de operação, ou seja, uma estratégia de ação coletiva que articula indivíduos, organizações e movimentos sociais. Consideramos também que a escala não se restringe a uma categoria de análise, mas pode ser concebida como uma categoria da prática sociopolítica das ações coletivas, pois, como bem afirmou Harvey (2000), os grupos humanos produzem suas próprias escalas para alcançar suas metas e organizar seus comportamentos coletivos. Por fim, entendemos que a territorialidade é uma estratégia geográfica acionada pelas ações coletivas para viabilizar seus projetos políticos, econômicos e sociais.

REFERÊNCIAS

- ACSERLRAD, Henri. Território e Poder: a política das escalas. In: FICHER, T. (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- ARENDDT, Hannah. O que é Política. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002 [1981], p. 83-131.
- BRANDÃO, Carlos. Producción social del ambiente construido y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos” In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010, p. 241-272.
- COELHO NETO, Agripino Souza. Da amplitude de usos e significações do conceito de rede na ciência contemporânea. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 131, p. 181-189, 2012.
- COELHO NETO, Agripino Souza. A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia. 2013. 426 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, UFF, Niterói, 2013a.
- COELHO NETO, Agripino Souza. Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no Espaço Sisaleiro da Bahia. GEOgraphia (UFF), v. 19, p. 39-53, 2017a.
- COELHO NETO, Agripino Souza. As estratégias-rede cooperativistas no Espaço Sisaleiro da Bahia. Bahia - Análise & Dados, v. 23, p. 247-262, 2013b.
- COELHO NETO, A. S. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. GEOgraphia, Niterói (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013c.
- COELHO NETO, Agripino Souza. Escala: um debate teórico político. In: AGUIRRE, M; BASCONZUELO, C; QUIROGA, V.; BUELVAS, J. (Orgs.). Territorio y prácticas socio-culturales en debate: Aportes desde América Latina. Santiago: Editora da Universidad de Santiago de Chile, 2017b, p. 12-22.
- COELHO NETO, Agripino Souza. Experiencias de asociativismo rural en el Territorio del Sisal-Bahía-Brasil: significados, resultados y desafíos. Revista Derecho & Sociedad, v. 5, p. 125-146, 2019.
- COELHO NETO, Agripino Souza. A geograficidade das ações coletivas: rede, política de escalas e territorialidade. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- DI MÉO, Guy. Géographie Sociale et Territoires. Paris: Nathan, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006 [1997].
- GONZÁLEZ, Sara. Las narrativas escalares da globalización: neoliberalismo y

- ciudades competitivas. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010, p. 123-149.
- GONZÁLEZ, Xavier Oliveras. Território. In: BENEDETTI, Alejandro. (Dir.). Palabras clave para el estudio de las fronteras. Buenos Aires: Alejandro Gabriel Benedetti, 2020.
- HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. Espaços da esperança. São Paulo: Loyola, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000 [1974].
- LIMA,IVALDO. G. de. Redes Políticas e Recomposição do Território. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FICHER, T. (org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MARCON, Christian.; MOINET, Nicolas. Estratégia-rede: ensaio de estratégia. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A ação coletiva e seus intérpretes. Pensamento Plural, Pelotas. n. 01, p. 65-87, julho/dezembro. 2007.
- MELLUCI, Alberto. The Playing Self. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1996.
- MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. Progress in Human Geography, v. 32, n. 2, pp. 203-225, apr. 2008.
- MARSTON, Salle. The social construction of scale. Progress in Human Geography, v. 24, n. 2, p. 219-242, apr. 2000.
- MUSSO, Pierre. Genèse et critique de la notion de réseau. In: PARROCHIA, D. (org.). Penser les Réseaux. Seyssel: Champ Vallon, 2001.
- PECK, Jamie. Economías políticas de escala: políticas rápidas, relaciones interescales y workfare neoliberal. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010, p. 77-120.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- SANTOS, Edinusia M. C.; SILVA, Onildo A. da; COELHO NETO, Agripino S. Gente ajudando gente: o tecido associativista no Território do Sisal. Feira de Santana: UEFS Editora, 2021.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). Redes, Sociedade e Território. 2. ed. Santa Cruz do Sul:

EdUNISC, 2007.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas da escala. Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 127-146, jul./dez. 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SWYNGEDOUW, Erik. Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, R; WILLS, J. (editors). Geographies of economies. London: Arnold, 1997, p. 167-76.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010, p. 47-75.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Cadernos do IPPUR, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, p. 13-32, jan-jul. 2002.

VAINER, Carlos B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. Revista de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 9-29, nov. 2006.

LUTAS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E GEOGRAFIA POLÍTICA: DIÁLOGOS, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Marcos Leandro Mondardo⁶¹

INTRODUÇÃO

No Brasil contemporâneo, mesmo com o ódio à democracia (Rancière, 2014), dos retrocessos democráticos e a acentuação da violência contra os povos indígenas e comunidades tradicionais (Guajajara, 2020), mobilizações, manifestações e lutas ocorrem a favor dos direitos territoriais indígenas e dos “direitos da natureza” (Gudynas, 2019). No entanto, o governo necropolítico (Mbembe, 2011), do agronegócio, das grandes corporações neoliberais e da sociedade autoritária (Schwarcz, 2019), nega e combate esse movimento para retirar direitos indígenas.

Nesse contexto, aqueles que levam adiante os ataques aos povos e comunidades tradicionais fazem parte dessa sociedade patológica, do desempenho (Han, 2007), e do projeto neoliberal de espoliação dos territórios (Harvey, 2004). O governo necropolítico reforça esse projeto e age por meio de dispositivos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, composto pelas bancadas ruralista, evangélica e a armamentista, que hoje formam um bloco majoritário. No Legislativo (na câmara de deputados), pressionam para passar em caráter de urgência Projetos de Lei, como, por exemplo: a) do “PL da Morte”, como vem sendo denominado pelos indígenas o PL 490/2007, que visa aprovar a tese do “Marco Temporal”, critério jurídico que, se aprovado, pode limitar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas reconhecidas

61 Professor do curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados, MS. E-mail:marcosmondardo@yahoo.com.br

pela Constituição Federal de 1988^[62]; b) do “PL da Grilagem”, como tem sido chamado o PL 2633/2020, que “pode permitir que terras públicas desmatadas ilegalmente se tornem propriedade de quem as ocupou”; c) e, do Projeto de Lei 191/2020 enviado pelo governo federal, que busca regulamentar a mineração em Terras indígenas.

Por que, então, ocorrem essas disputas por territórios indígenas? As terras onde vivem esses povos originários no Brasil ou reivindicam o reconhecimento de seus antigos territórios de uso e ocupação tradicional atualmente são propícios para o aumento da produção agrícola, instalação de hidrelétricas, exploração de minérios em garimpos, retiradas de madeiras pelo desmatamento, exploração de rios e de água subterrânea dos aquíferos, além de outros recursos naturais. Entretanto, para que isso aconteça, os povos indígenas que vivem nesses espaços, tem que estar de acordo com essas ações ao exercerem seu direito de consulta livre, prévia e informada, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (1989). Essa consulta, na maioria das vezes, não acontece.

A destruição dos territórios tradicionais tem sido oportuna ou oportunista diante desse projeto político do governo genocida, etnocida e ecocida. Os ataques aos territórios tradicionais são fundados em ataques patológicos que incitam a violência contra as minorias, contra outras formas de vida (do pluriverso), tendo como pano de fundo a lógica de exploração dos recursos naturais como a terra, a água, a madeira, o minério, dentre outros, e da expansão, sobre territórios indígenas e de comunidades quilombolas, do agronegócio.

O objetivo deste texto é, assim, problematizar a relação entre as lutas dos povos indígenas no Brasil e a Geografia Política, estabelecendo

62 No que diz respeito à questão indígena, a Constituição Federal de 1988, em seu capítulo VIII, artigo 231, reconhece que os índios têm direito de acesso à terra ao determinar que todas as Terras Indígenas do país devem ser identificadas, delimitadas, demarcadas e homologadas pela União. Esse reconhecimento jurídico, denominado de “direitos originários”, foi um passo importante para que o Estado reconhecesse as terras de ocupação tradicional, além de ficar sob a responsabilidade dele promover o processo de identificação, demarcação e homologação destas áreas. A lei determina que: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, art. 231, [grifos nossos]).

diálogos, contribuições e perspectivas críticas. Esta reflexão é um desdobramento de outros trabalhos (Mondardo, 2018; 2021), focalizados no âmbito da Geografia Política contemporânea (Agnew, 1994), em diálogo com os conceitos de território, corpo-território e fronteira (Haesaert; 2020; 2021; Zaragocin, 2018), para fazer o encontro com os conceitos nativos, como sugere Souza (2013).

Além desta introdução com a apresentação da questão elaborada até aqui, o texto está estruturado em cinco partes: uma análise das formas contemporâneas dos indígenas de mobilização, luta e resistência no Brasil, uma segunda de discussão teórico-conceitual sobre as Geografias políticas com e para os povos indígenas, uma terceira sobre os territórios originários desde a Ecologia Política, uma quarta tratando da relação indissociável entre ancestralidade, xamanismo e cosmopolítica, e uma quinta focalizando especificamente a luta Guarani por *tekoha*, a territorialidade *oguata* e seus vínculos transterritoriais e transfronteiriços. Por fim, apresentamos nossas considerações sobre o “reencantamento da Geografia Política”, como sugere Castro (2005), na relação com os povos indígenas.

MOBILIZAÇÕES, MARCHAS E RESISTÊNCIAS INDÍGENAS NO BRASIL

Diante do “desgoverno” no Brasil, da “despolítica”^[63], em várias escalas, os territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais se colocam como um dos elementos centrais a serem discutidos, nesse momento da história brasileira, por meio da desigualdade exacerbada pela pandemia. Diante do governo “necropolítico” que os povos indígenas estão enfrentando, a pergunta que se impõe é como se

63 No “Manifesto do Piaracu das lideranças indígenas e caciques do Brasil” lideranças indígenas denunciaram no início do ano de 2020 a “despolítica” do “desgoverno”: “Nós, representantes de 45 povos indígenas do Brasil, somando mais de 600 participantes, fomos convocados pelo cacique Raoni [Metuktire] para nos reunirmos entre dos dias 14 a 17 de janeiro de 2020 na aldeia Piaracu (Terra indígena Capoto Jarina), como o objetivo de juntar as nossas forças e denunciar que está em curso com um projeto político do governo brasileiro de genocídio, etnocídio e ecocídio”. (Fonte: <<https://midianinja.org/files/2020/01/%E2%80%9CManifesto-do-Piarac%CC%A7u-das-lideranc%CC%A7as-indi%CC%81genas-e-caciques-do-Brasil.pdf%3E>>. Acesso em: 2 set. 2020.

resiste (e r-existe^[64]), como se organiza, como se faz luta política, neste contexto de ataque aos direitos, ao quadro pandêmico e de acentuação das desigualdades.

Então, diante dos ataques das políticas genocidas do Estado e do contexto de pandemia, é importante destacar uma nova estratégia de luta adotada com a realização da 16ª (de 27 a 30 de abril de 2020) e 17ª (de 5 e 30 de abril) edições do Acampamento Terra livre *online*, organizado pela APIB. Foram transmitidos encontros, reuniões, pajelança, cantos, danças tradicionais, mostra de filmes e debates. Esses eventuais virtuais devem ser uma tendência cada vez mais presente para a defesa e proteção dos corpos, territórios e direitos indígenas.^[65]

Vale evidenciar o acampamento “Luta pela Vida”, realizado em Brasília, previsto inicialmente para durar 7 dias, de 22 a 28 de agosto de 2021, mas que se estendeu por mais alguns dias. Segundo a APIB (2021) 6 mil indígenas foram reunidos no acampamento e essa mobilização nacional foi considerada a maior da história do Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. As lideranças indígenas, vindas de todas as regiões do país, de 176 povos, estavam mobilizadas no acampamento “Luta pela Vida” pela garantia de seus direitos originários e contra o PL 490/2007, que visa estabelecer a tese do “Marco Temporal”. O PL 490/2007, recentemente aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, flexibiliza o usufruto exclusivo das terras indígenas pelos povos originários, garantido pela Constituição, o que inviabiliza demarcações de terras indígenas. Além disso, os povos lutam pela vida em tempos de pandemia, denunciam os projetos anti-indígenas e anti-ambientais em trâmite no Congresso Nacional e o agravamento das violências contra os povos originários dentro e fora dos territórios tradicionais.^[66]

64 Segundo Porto-Gonçalves (2013, p. 169), “dizer colonialidade é dizer também que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo (...). Aqui, mais que resistência, que significa retomar uma ação anterior e, assim, é sempre uma ação reflexa, o que temos é r-existência, isto é, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que atua nas circunstâncias, inclusive re-atua a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico”.

65 (Fonte: <<https://apiboficial.org/atl2021/>>. Acesso em: 05/06/2021).

66 (Fonte: <<https://apiboficial.org/2021/08/24/com-seis-mil-pessoas-em-brasilia-povos-indigenas-realizam-maior-mobilizacao-pos-constituente/>>. Acesso em: 15 set. 2021).

É importante assinalar também que de 7 a 11 de setembro de 2021 ocorreu II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Reunindo 5 mil mulheres, pertencentes a 185 povos, de todos os biomas brasileiros, manifestaram-se em defesa de seus corpos-territórios, contra à violência de gênero dentro e fora dos territórios, contra o patriarcado e o “Marco Temporal”. Como afirmou Nyg Kaingang, liderança indígena da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA):

Hoje a gente trouxe esse contexto, da violência, iniciando a marcha com uma homenagem póstuma. Não adianta pensar na demarcação de terra indígena se não pensar primeiro esse respeito aos corpos territórios das mulheres indígenas. Porque tudo inicia ali. Com o marco temporal, é retomado o genocídio, esse feminicídio que no Brasil acontece há quinhentos e vinte anos contra as mulheres indígenas, negras e hoje também com as não indígenas. Uma vez que o Brasil naturaliza a violência como cultura. Então isso tá presente, por isso que a gente precisa tá aqui marchando, por isso que a gente precisa falar (APIB, 08/set/2021).^[67]

Essas múltiplas formas de mobilização dos povos originários demonstram a capacidade de r-existência (resistir para existir enquanto formas de ser) e implica diretamente na luta pela proteção e autonomia dos territórios indígenas no Brasil.

No entanto, para os povos indígenas e comunidades tradicionais, o Estado violento que está aí não é mais um espaço de diálogo (Clastres, 1974; Ferreira & Felício, 2021). Por isso, são os organismos internacionais, a mídia internacional, que atualmente se configuram como espaços de diálogo, visibilidade, pressão e repercussão. Tem se desenhado, assim, como estratégia de luta pelos povos indígenas a produção de políticas de escala, de articulações de escala com as organizações internacionais. Para além da escala local, esses movimentos constroem uma escala de ação (ou, uma “geometria de poder”, como nos termos de Massey, 2005), para

67 (Fonte: < <https://apiboficial.org/2021/09/08/mulheres-indigenas-dizem-nao-a-violencia-de-genero-dentro-dos-territorios-e-ao-marco-temporal/>>. Acesso em 16 set. 2021).

além de suas lutas territorializadas. Essas diversas formas de r-existência configuram múltiplas territorialidades (outros mundos, pluriontologias) articuladas em diferentes níveis escalares.^[68]

Diante de um contexto espaçotemporal no qual emerge a proliferação do novo coronavírus, da acentuação da violência e das desigualdades socioespaciais, além das questões ambientais como o aquecimento global e, no caso brasileiro, agravado com os incêndios e o desmatamento dos biomas Amazônia e Pantanal^[69], os povos indígenas estão mobilizados e seguem r-existindo enquanto modos de ser. Esse processo ocorre no bojo da flexibilização ou afrouxamento ambiental deliberado por parte do governo necropolítico do agronegócio. Daí a relevância adquirida pela Geografia, e, em especial da Geografia Política, como demonstraremos, para a proteção e defesa do ambiente e para as lutas dos povos indígenas.

GEOGRAFIAS POLÍTICAS COM E PARA OS POVOS INDÍGENAS

O debate sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização que envolvem os diversos povos indígenas, ou

68 Como os povos indígenas não tem diálogo com o Estado violento que está aí, a APIB faz articulações internacionais para enfrentar a situação presente ou despertar a conexão de outros territórios e lutas, em um “salto de escala” e criação de mobilizações políticas globais, em projetos comuns ou ao menos dialógicos que estão em curso. “Na segunda-feira (28/06/2021), a Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil realizou uma reunião internacional com instituições não governamentais parceiras e outros interessados para tratar da situação de emergência que se passa no Brasil. Convocado na sexta-feira anterior, o encontro contou com a participação de mais de 200 pessoas, de 26 países de todas as regiões do mundo. Isso demonstra o interesse internacional sobre a situação vivida pelos Povos Indígenas no Brasil, e a relevância da Apib como autoridade global nos temas que envolvem os povos originários e a preservação do meio ambiente”. (Fonte: <<https://apiboficial.org/2021/06/29/apib-reune-mais-de-200-parceiros-internacionais-para-falar-da-emergencia-indigena-no-brasil/>>. Acesso em: 29 jun. 2021).

69 Vale lembrar o “dia do fogo” (10 e 11 de agosto de 2019) que ficou conhecido porque o mês de agosto teve o maior registro de queimadas na Amazônia desde 2010, com aumento de 196% dos focos de incêndio em relação ao mesmo mês do ano anterior. (Fonte: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/10/investigacoes-apontam-fazendeiros-e-empresarios-de-novo-progresso-como-organizadores-do-dia-do-fogo/>>. Acesso em: 25 jul. 2020).

seja, sobre a recriação de espaços socioambientais das práticas, lutas e r-existências para a reapropriação dos territórios tradicionais, constitui, podemos afirmar, no Brasil, um dos mais fecundos na última década por promover um diálogo (e tensão) estimulante entre a Geografia e as demais Ciências Sociais com os povos indígenas. Esse diálogo, mesmo que por vezes não explicitado, permite fazer um bom encontro entre a Geografia e os povos indígenas na construção de leituras e interpretações ricas em alteridade, abertas à diferença e não encaixadas, com ontologias ou pluriontologias nativas que dizem muito sobre outras formas de vida, de pensar, de sentir e estar no(s) mundo(s).^[70]

Na tradição acumulada, a Geografia, assim como outras Ciências Sociais, pode promover um debate intercultural (Walsh, 2009)^[71] com o pensamento social crítico latino-americano. A Geografia Política crítica latino-americana interessada nas lutas indígenas e nas suas formas de organização territorial deve manter um diálogo aberto com os povos, em seus espaços de lutas. Desde à visão de uma ciência das técnicas que lê o espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos”, como propõe o geógrafo Milton Santos (1996), até a Geografia Política focalizada na relação espaço/território e poder, procuramos enfatizar a dimensão espacial por meio de geografias *com e para os povos indígenas* que interpelem ambientes e sociedades, coletivos de espécies e mundos, humanidades e territorialidades, por meio de dispositivos, geoestratégias, práticas descolonizadoras e subversoras. Para isso é necessário ler o espaço como a “esfera/condição da multiplicidade” e do heterogêneo como propõe a geógrafa Massey (2005), reconhecendo na espacialidade o vivido e o simbólico em práticas que envolvem a cultura, a cosmopolítica, os conflitos, a ancestralidade, o encantamento,

70 Neste texto, partimos dessas ontologias nativas que estão vinculadas às experiências, às lutas e às r-existências (existir para resistir) dos povos e territórios indígenas – vítimas do processo colonial –, mas obviamente sem abrir mão do pensamento crítico que nos ajuda na tarefa de descolonização (desde às minorias, de baixo), do poder e do saber nas lutas por justiça e emancipação social. Mais do que retomar ou criar novos cânones – bibliotecas decoloniais – é imprescindível fazer emergir e ecoar a multiplicidade de memórias, vozes e práticas das lutas sociais.

71 Catherine Walsh (2009) acrescenta a interculturalidade ao debate epistêmico como uma nova maneira de pensar e construir a sociedade no sentido de contestar o eurocentrismo e os dualismos da colonialidade moderna para a defesa territorial e a existência de outras formas de vida. A interculturalidade, assim, é uma categoria da prática dos movimentos indígenas latino-americanos.

a espiritualidade, os mitos e as estórias de vida.

É imprescindível retomar, assim, a proposição da geógrafa Dorren Massey (2005) ao reconhecer outras formas de imaginar o espaço. Para ela, no encontro com outras trajetórias, estórias de vida, como a dos povos originários, foi imposta uma forma moderna-colonial, eurocêntrica e/ou colonizadora, sobre a imaginação destes povos. É importante entender e valorizar as cosmologias e cosmopolíticas dos povos indígenas como parte indissociável da natureza. Como cada povo imagina o mundo, cria o mundo. Essa perspectiva de Massey (2005) deve ser considerada, não por tratar não “apenas” da multiplicidade do espaço, mas por esta acepção estar associada às principais contribuições da leitura geográfica decolonial latino-americana, o “corpo-território” (Haesbaert, 2020) ou, dentro de uma distinção que iremos propor pela ótica dos povos Guarani e Kaiowá, do *tekoha* como território de r-existência.

Os movimentos de resistência no Brasil evidenciam a necessidade de perspectivas teóricas e metodológicas para a Geografia reelaboradas, por exemplo, pela cosmologia e/ou “ponto de vista” indígena, como no pensamento Ameríndio. Uma maneira de pensar ou maneiras de pensar a partir dos indígenas e não sobre os indígenas (Viveiros de Castro, 2015). Essa Geografia pensada a partir do ponto de vista indígena é imprescindível para entender os conflitos territoriais e as lutas pela terra como dispositivos de defesa e conquista de direitos.

Os povos indígenas e comunidade quilombolas levaram para o debate público no Brasil a perspectiva da descolonização da cultura, da terra e do território, por exemplo, e abriram um horizonte de resistência ao considerar um diálogo para além dos cânones acadêmicos. Isso possibilita que trabalhos acadêmicos sejam elaborados com e para os povos e territórios indígenas, o que potencializa a expressão de suas vozes, o envolvimento e engajamento direto nas pesquisas, na elaboração, interpretação e divulgação dos resultados.

A condição de luta, de resistência e as práticas dos povos indígenas exigem, assim, procedimentos teóricos e metodológicos acadêmicos capazes de dialogar, conectar, tensionar e mobilizar geografias políticas por meio das experiências espaciais/territoriais. Isso pode possibilitar interfaces, visibilidades e ressonâncias para e com o empoderamento desses grupos diante da “colonialidade do saber e do poder” (Quijano,

2005). Smith (1999), socióloga indígena Maori da Nova Zelândia, propõe a “pesquisa emancipatória” como forma de descolonização das metodologias. Essa proposta valoriza a ancestralidade, a cosmologia e o ponto de vista indígena, elaborada a partir das periferias, cujo sentido é estudar junto com o povo e não fazer estudos sobre eles. Este estudo é, portanto, tanto etnográfico quanto educacional. Segundo a autora, esta descolonização das metodologias euro-ocidentalizadas, que suprimiram e se apropriaram do conhecimento indígena, é necessária como prática política e educacional para abordar a pesquisa dos povos indígenas contra o colonialismo e o imperialismo e para promover sua autodeterminação.

Por isso, a Geografia interessada nas lutas indígenas e nas formas de organização territorial deve manter o diálogo mediador da Antropologia em suas análises. Essa relação entre Geografia e Antropologia deve ser construída por uma abordagem simétrica. Se a etnografia pode ser vista como a teoria das práticas nativas (Goldman, 2006), é fundamental para a análise da dimensão espacial nas relações das sociedades e/ou povos indígenas, a mediação etnológica, das práticas nativas, no ordenamento cosmológico de territórios e na reelaboração e territorialidades.

Viveiros de Castro (1999), inspirado em Bruno Latour, propõe a superação das polaridades que marcam o campo disciplinar da Antropologia, como natureza e cultura, selvagem e civilizado, tradicional e moderno, indivíduo e sociedade, dentre outras. O antropólogo pós-estruturalista apresenta a ideia de simetria frente ao duo nós e eles. Com isso sugere pensar outras formas de viver junto – de compartilhar o espaço – e de relações menos dicotomizadas. Afirma que as teorias antropológicas assumiram uma postura “em contínua renegociação histórica, entre os mundos do observado e do observador, e que toda antropologia bem-feita será sempre uma ‘antropologia simétrica’ em busca de um mundo comum” (Viveiros de Castro, 1999, p. 147-156).

Considerar a Antropologia como Ciência dos povos (Viveiros de Castro, 2013) e das práticas, potencializa a Geografia enquanto Ciência das técnicas, da ação e dos objetos (Santos, 1996), dos conflitos e de outras possibilidades de se analisar as relações de poder, a partir de práticas nativas, para se compreender as concepções, práticas e objetos dos povos indígenas. Por meio de um exercício de descolonização, deve-

se aprender a ler os territórios e as territorialidades por meio das ações individuais e coletivas, das práticas cotidianas, dos objetos *comuns* e das mercadorias. Focalizar as formas de vida e de organização territoriais imanentes às ações das territorialidades, seus sentidos simbólicos, concretos e estratégicos, fazem parte desta Geografia dedicada aos e praticada com e para os indígenas.

É importante frisar, no entanto, que concepções e práticas consistentes de territórios e territorialidades indígenas não podem ser produzidas pelas metáforas oriundas de outras disciplinas. Nem os conceitos e práticas de espaço que a Antropologia, por exemplo, elabora em seus estudos podem ser encaixadas, automaticamente, na Geografia. Da mesma forma que é importante não encaixar conceitos da tradição geográfica junto às análises sobre os povos indígenas, deve-se tomar cuidado com as metáforas, os conceitos e as práticas oriundas de outros campos disciplinares que carecem de reformulação para operacionalizar a Geografia nos estudos dos povos indígenas, seus territórios e territorialidades. Cabe, assim, à Geografia construir conceitos próprios como forma de instrumentalizar o seu campo e acessar cosmologias. As cosmologias agem no sentido da reconstrução decolonial da Geografia em que os povos indígenas são protagonistas da dimensão espacial. Um exercício por dentro da Geografia de descolonização da ciência e da emergência de poderes plurais.

Como elaborar o diálogo entre as lutas e resistências indígenas e os conceitos e práticas de territórios e territorialidades? Os desafios atuais da Geografia enquanto ciência é o de descolonizar o poder e problematizar o eurocentrismo presente em sua tradição acumulada. Deve-se focar nas resistências indígenas, em suas práticas de luta e nas reelaborações cosmológicas, cosmopolíticas e teóricas dos mitos. Os territórios e territorialidades pensados pela Geografia devem ser afetados pela multiplicidade e potência das lutas ameríndias, suas práticas e elaborações conceituais, para estabelecer um diálogo aberto à alteridade. Fazer um bom encontro entre Geografia – e, em especial, nesse texto, da Geografia Política – e povos indígenas, implica em construir um diálogo rico em alteridade, aberto à diferença e não encaixado, inclusive com os mitos, corpos, espíritos, línguas, que dizem muito sobre outras formas de vida, de pensar, sentir e estar no(s) mundo(s). Um diálogo aberto como potência em alteridade.

TERRITÓRIOS DESDE A ECOLOGIA POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS

Nessa composição ontológica e heterogênea de multiplicidades é possível afirmar que os povos originários têm uma leitura própria dos seus territórios. Isso se deve porque esses povos têm uma cosmologia das mais pulsantes na contemporaneidade em função dos processos de luta e resistência. No Brasil e na *Abya Yala*^[72]/América Latina, os povos indígenas promoveram uma verdadeira redescoberta do território – não “apenas” no sentido geopolítico ou quando fundamentado à área de inscrição, domínio e jurisdição territorial estatal, como na clássica tríade concebida por Ratzel (2019) do solo, a sociedade e o Estado, ou, ainda, como “espaço de vida” –, mas desde a visão que privilegia a “multidimensionalidade do vivido territorial” como propõe Raffestin (1980), até a relação desses grupos com outras ontologias e epistemologias, e das conexões com a ancestralidade, história, autonomia e mundos como propõe Escobar (2018).

Se, “a terra está doente, a terra chora. Precisamos retomar a nossa terra para recuperar a nossa existência com a natureza”, como afirmou uma liderança Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul em acampamento de retomada de território, podemos verificar como essa sociedade moderna-colonial está cada vez mais descolada as suas práticas da terra-natureza (Krenak, 2019), evidenciando a crise civilizatória que vivemos e imposta pelo modo de dominação da natureza (Porto-Gonçalves, 2015).

Na cosmovisão de algumas mulheres indígenas, a terra é a cura, é o alimento, uma “terra-mãe nutridora”. Para Bonnemaison (1992, p. 77), da terra um povo “não apenas extrai comida, mas também extrai seus poderes, sua energia e a qualidade de suas emoções”. Essa relação

72 Os indígenas Kuna, do Panamá, propõe como designação de América o termo originário *Abya Yala*, que significa Terra madura ou Terra Viva. Embora o termo “América Latina” apresente impropriedade, é importante reconhecer que desde esse espaço decolonial cada grupo indígena configura de alguma maneira o seu próprio mundo, o seu universo e a sua cosmologia. Se por um lado a América Latina tem uma herança escravista, patriarcal e colonial, por outro, ela apresenta a potência da biodiversidade e a força de resistência secular da etnodiversidade. Por isso, cada contexto geográfico carrega uma carga histórica e uma combinação de elementos que complexificam, ainda mais, o que chamamos de colonialidade.

indissociável da terra com os povos está conectada, podemos afirmar, à ancestralidade, aos cantos, aos rituais, às relações de parentesco, aos seres encantados e espécies, às práticas, às lutas, aos direitos, que conformam um território de r-existência. Como nos disse um Guarani Kaiowá da Reserva indígena de Dourados^[73], “rezar é uma tecnologia espiritual, usar as nossas tecnologias de reza, de canto, de dança e rituais” para fortalecer a conexão com a terra.

No Brasil, essas terras e territórios indígenas, historicamente tratados pelo Estado como periferias, reivindicam atualmente o seu lugar como centro ontológico e epistêmico dos povos. Mesmo num país cada vez mais edificado pela violência extrativa dos territórios corporativos do agronegócio e da exploração de seus corpos, os povos indígenas carregam as insurreições de resistência secular e luta pela demarcação de suas terras. Por isso, é imprescindível nesse momento de retrocesso democrático, de acentuação da violência e da crise sanitária, a luta por direitos, a defesa e a vigilância dos territórios tradicionalmente ocupados – a exemplo dos *tekoha* Guarani e Kaiowá.

Desde a Ecologia Política dos povos indígenas e comunidades tradicionais, é possível rever essa cosmovisão antropocêntrica do território para a uma perspectiva biocêntrica. Essa mudança é fundamental para tornar o ambiente o sujeito coletivo do debate/da ação – dos direitos da natureza – em que todos os elementos (humanos/não-humanos) são actantes. Contra o ataque, o desmonte e a pilhagem da perspectiva de desenvolvimento neoliberal/neoextrativista no continente latino-americano, os territórios de vida devem ser concebidos, praticados e normatizados por uma visão biocêntrica (Mondardo, 2019) como, por exemplo, por meio do debate do *comum*.

Segundo Dardot e Laval (2004), o comum e os “bens comuns” – incluso a terra, a água, o ar, dentre outros – não podem existir de forma

73 A Reserva Indígena de Dourados foi criada pelo Decreto Nacional 401, de 1917, para confinar uma população de 3.600 Kaiowá. Gradativamente foram deslocadas de forma compulsória novas famílias, dentre elas, Guarani Nandeva, Terena, Bororó, dentre outros. Devido aos conflitos neste espaço multiétnico, na década de 1970 a reserva foi dividida em duas aldeias: Jaguapirú e Bororó. Atualmente a reserva tem uma população de aproximadamente 18 mil indígenas, cercada pelas lavouras do agronegócio. Os indígenas sentem-se pressionados nas áreas do entorno da reserva que, hoje, são supervalorizadas e de interesse da especulação imobiliária, das propriedades rurais, além de sofrerem os impactos do crescente e indiscriminado uso dos agrotóxicos nas lavouras.

independente da relação complexa ou *continuum* entre pessoas e animais. A atividade humana e sua produção e reprodução estão indissociáveis do comum e da relação com os “bens comuns”. Reconstruir categorias da prática e conceituais dos comuns e dos “bens comuns” é importante para repensar essa relação com os territórios de vida, das fronteiras concretas que dividem (e dicotomizam) a natureza e a sociedade, o natural e o social, o material e o imaterial, o humano e o não humano.

Por isso, contra a “ecologia dos desastres”, como a dos agrotóxicos – “o desastre que produz essa separação do sujeito com o ecossistema, para a apropriação da Natureza, constrói o lugar do outro”, em que “a ideia da natureza separada dos sujeitos coletivos é resultado dessa violência colonial abissal como um desequilíbrio ecológico” (Krenak, 2018, p. 1) –, é possível ver novos/velhos horizontes de sentido por meio da Ecologia Política numa perspectiva indígena:

A ideia de ecologia está relacionada a um conjunto de referências sobre um determinado lugar. Ecologia, para quem vive em uma floresta, é floresta viva a respirar e a inspirar: a vida da floresta é o suporte para a materialidade e a espiritualidade da existência, da cultura e da produção/reprodução da subsistência. (...) Pertencer ao lugar é uma forma de romper com esse ciclo do oprimido que vem a ser opressor. Indígena é aquele que vem do lugar. Ser do lugar marca a diferença do não-lugar. O sujeito coletivo pertence ao lugar, é o oposto político do lugar que pertence ao indivíduo. Os Kaiowa Guarani lutam pela terra porque pertencem à terra, não porque a terra pertence a eles; a terra não pertence a ninguém. Para o indígena da terra, não há outro lugar, não há outra ecologia. Frente à despossessão, a espoliação e expropriação do desterro da relação ecológica com a Natureza, proteger a terra tem o sentido da existência. O lugar transcende a Natureza em sua percepção como recurso e alcança a dimensão da existência como o sagrado. O lugar espiritual é onde a terra descansa, e se o lugar é sagrado é em razão da transcendência da Natureza da percepção como recurso (KRENAK, 2018, p. 1 e 2).

Essa ecologia indígena subordina os objetivos econômicos – como os circuitos dos fluxos globalizados de *commodities* do agronegócio

– em defesa de seus territórios de vida, à autonomia territorial, à dignidade humana e a justiça social (FRASER, 2008). Um *continuum* entre existência comum de sujeitos coletivos e seus territórios. Para que isso ocorra, é necessário superar a perspectiva antropocêntrica e incorporar a visão biocêntrica do território, isto é, elaborar uma categoria da prática como a territorialidade encantada, humana e não-humana, sendo concebida por uma visão de natureza expandida, onde fazem parte desse *continuum*, como veremos, a ancestralidade, o xamanismo e a cosmopolista dos povos.

ANCESTRALIDADE, XAMANISMO E COSMOPOLÍTICA

A ancestralidade como uma categoria nativa está vinculada à territorialidade. A ancestralidade é uma relação de consanguinidade (relações de sangue de pai e filho, mãe e filho, primos, dentre outros). Ao mesmo tempo, a ancestralidade carrega relações simbólicas, relativas aos encantados e animismos. Em seu livro “A inconstância da alma selvagem”, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002), pela ideia de perspectivismo, atribui essa relação de ancestralidade na relação entre humanos e não humanos por meio das cosmologias ameríndias, além de ampliar e transformar, com isso, a concepção de animismo.

O perspectivismo seria, de acordo com Viveiros de Castro (2002), uma teoria ou metafísica (geofilosofia) indígena que considera que diferentes espécies (multiespécies) se têm como humanas, mesmo que em um cosmos que tem as demais como não humanas. Essas relações entre espécies humanas e não humanas que existem no cosmos podem ser sujeitos, mas todos não podem ser sujeitos ao mesmo tempo. Isso implica em relações de poder, de disputa e de conflito entre distintas territorialidades. Certos animais, por exemplo, veem-se como humanos e veem humanos como presas. No entanto, um xamã ameríndio seria capaz de mudar de perspectiva, ao se colocar no lugar de outrem, e consequentemente de outro espaço (a perspectiva está nos corpos), e ver como ele o vê. Isso demonstra que o xamã é o centro cósmico dos territórios dos povos originários na relação com multiespécies, humanas e não humanas, evidenciando, assim, uma maneira relacional

(e não relativa) de compreender que a condição humana é partilhada por outros sujeitos.

O xamã Yanomami Davi Kopenawa e o antropólogo francês Bruce Albert (2015) produziram esse livro com potência transformadora – “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” – por meio de uma gramática simétrica. A potência do livro está em demonstrar que a queda do céu é a destruição das perspectivas, das cosmologias, pela intolerância, autoritarismo e mandonismo do capitalismo tropical em sua versão mercadológica neoliberal. Esta Terra deve ser compartilhada por diferentes culturas, povos e suas cosmovisões. Uma Terra de mundos de diversidade.

No livro, “A queda do céu” (2015), Davi Kopenawa e Bruce Albert demonstram exemplos de “espaços luminosos” desses animismos e perspectivismos amazônicos. Ao longo do livro, a narrativa de Kopenawa está elaborada em sua formação como *xamã* yanomami, que se relacionada com os espíritos *xapiripë*, seres antropomórficos, que podem ser lidos como “almas” ou “imagens” dos “ancestrais animais” (*yaroripë*). Conforme a mitologia yanomami, os animais eram humanos em tempos pretéritos, mas tinham a capacidade de se metamorfosearem em seus corpos atuais. Nessa relação, o que aproximaria humanos e animais seria o *utupë* (“almas” ou “imagens”). Assim é como *utupë* que seus ancestrais aparecem aos *xamãs*.

O xamanismo yanomami está no centro cósmico e ancestral dos territórios. Por meio de experiências de transe e sonho, o xamanismo é um modo de conhecer e descrever o mundo. Por isso, para Davi Kopenawa afirma que os brancos não sabem ver e nem conhecem a terra-floresta (*uribi*). Para o xamã yanomami, os brancos são o “povo da mercadoria”, pois só conseguem identificar uma “natureza inerte”, sem perceber ou mesmo aprender um amálgama de relações entre humanos e não humanos (mutiespécies).

O conhecimento ancestral dessa natureza que foi oculta pela “colonialidade do saber e do poder” (González Casanova, 2006) é o que permitiria a esses *xamãs* lutar contra a queda do céu, realizada pela ação predatória dos brancos. Se os pajés (*xamãs*) partirem, o mundo não pode ser esvaziado de sua espiritualidade ameríndia (mitológica), e o céu pode cair sobre as nossas cabeças, afirma o líder Yanomami Davi Kopenawa

(2015). Os pajés e os mitos demonstram, assim, a necessidade de um planeta com menos intolerância. Uma terra com vários mundos, com muitos *xamãs*. A relação entre cultura e ontologia é fundamental para imaginar outros espaços, territórios e territorialidades reelaborados sem a separação abissal entre cultura e natureza. Cultura é natureza. Cultura é política. “O que uns chamam de ‘natureza pode bem ser a ‘cultura’ dos outros” (Viveiros de Castro, 2002, p. 361).

A Geografia Política deve, assim, estabelecer um diálogo com as cosmologias e as cosmopolíticas indígenas. As sociedades originárias, conformadas como “sociedade contra o Estado” (Clastres, 1974), do perspectivismo e do multinaturalismo (Viveiros de Castro, 2002), permitem compreender outras formas, não estatais e eurocêntricas, de práticas e organizações políticas de territórios e territorialidades. Isso nos leva a pensar os territórios criados pelo ponto de vista indígena, pelas cosmologias ameríndias, em sua multiplicidade. O perspectivismo permite pensar territórios de natureza multinaturalista, em consonância com os pensamentos ameríndios, suas mitologias e práticas nativas. Isso nos leva a pensar como a cosmopolítica é, assim, imprescindível para entender as relações de poder nas sociedades indígenas e entre estas e o Estado e os mundos (pluriverso).

Para Stengers (2011), a cosmopolítica faz entoar na arena política as vozes daqueles que não participam das concepções de vida moderna e ocidentais ou apoiadas em bases universalistas e etnocêntricas. Essa perspectiva implica pensar uma experiência de desterritorialização que questiona práticas modernas, vistas como universais, para dar ressonância a outras práticas (de uma “ecologia política” ou “ecologia das práticas”) por meio das minorias, do devir-minorias, de uma multiplicidade. A cosmopolítica é, assim, coextensiva às práticas. Se toda prática é política e espacial isso se deve à efetividade ou capacidade de engajamento que dela se mobiliza, induz, produz, forja. A cosmopolítica é um devir como o espaço-*habitat* das práticas. As práticas mobilizam humanos e não humanos (ou outros humanos) na criação de outras práticas, na relação com o meio ecológico e nos “possíveis modos não-hierárquicos de convivência” (Stengers, 2011, p. 356).

A cosmologia envolve a compreensão do fazer política (e dos poderes), da capacidade de produzir alianças anticapitalistas (ou que o

capitalismo não possa se apropriar), dos distintos modos de existência e de produzir formas de vida não hierárquicas (diríamos, rizomáticas) de bem conviver, humanas e não humanas, dos coletivos de espécies – de vida – que habitam a Terra. A cosmopolítica sinaliza a abertura para maneiras outras de pensar, agir e resistir, com possibilidades outras de constituir alianças, inventar maneiras de agir coletivamente diante da crise ecológica, sanitária e civilizacional no estágio do capitalismo neoliberal. Na *Abya Yala*/ América Latina, esse capitalismo é de espoliação violenta contra os territórios e territorialidades dos povos indígenas e comunidades tradicionais em nome do neodesenvolvimentismo extrativo para a produção de *commodities* agrícolas e minerais.

Historicamente o Estado e a sociedade moderna-colonial atuaram como genocidas dos povos indígenas. No Brasil, os integrantes do atual governo pensam e agem como inimigos, anti-indígenas, dos povos originários. O governo anti-indígena e anti-ambiental implanta uma política da morte, isto é, necropolítica (Mbembe, 2011), para garantir o genocídio, etnocídio, ecocídio e epistemicídio^[74] em favor da “desposseção” (Harvey, 2004) das terras de ocupação tradicionais para a consolidação dos grandes projetos de desenvolvimentismo do território nacional brasileiro, da política do mercado globalitário e do risco social corporativo (Giffoni Pinto, 2019), a exemplo das terras agrícolas que se transformaram em plataformas de produção de *commodities* agrícolas e minerais do agronegócio e de fundos ativos de pensão das grandes cooperações. Nessa visão, a terra não é vista como um organismo vivo com direitos – mãe terra, *Pachamama*, como veem os povos indígenas latino-americanos –, mas como um metabolismo de produção de matéria e energia para o funcionamento da lógica de acumulação da sociedade capitalista no regime neoliberal (Toledo, 2013). Isso significa que continua, por um lado, a marcha de execução programada de extermínio dos povos indígenas e, com ela, assassina-se a pluridiversidade étnica e a biodiversidade do planeta.

⁷⁴ A negação e supressão da diversidade de saberes são chamadas por Santos (2004) de “epistemicídio”, a forma de traduzir e expressar como a riqueza de ideias e/ou de epistemes do mundo foi sendo aniquilada por uma razão universalizante e que se quer totalitária da racionalidade capitalista e moderna. A racionalidade se manifesta pela exclusividade epistemológica, pautada numa cosmovisão arraigada no modelo europeu, manifestado nas concepções de ciência que concebem a nossa forma de construir teorias e conceitos e na maneira como fazemos nossa leitura do mundo, de nós mesmos e do Outro.

Por isso, as lutas indígenas por terra, território, água, floresta, corpo, com a dos Guarani e Kaiowá é uma contribuição local contra o aquecimento global, em defesa dos direitos originários e da mãe Terra. Na cosmologia Guarani, *tekoha* é vida: um ecossistema de vidas humanas e não humanas.

TEKOHA, NAÇÃO GUARANI E TERRITORIALIDADE OGUATA

Os Guarani tem no *tekoha* o espaço-chave de luta e catalizador de direitos contra as fronteiras coloniais dos Estados. *Tekoha* é um conceito nativo denso. Em guarani, “*Teko*” é “vida”, “modo de ser”, “cultura”, e “*ha*” significa o “espaço”, “territorialização”. *Tekoha* designa o território em que o modo de ser Guarani se territorializa e se expressa. É onde a vida é possível. *Tekoha* gera vidas humanas e não humanas em sua multiplicidade espacial, como uma polifonia de múltiplas versões de canto ou luto. O canto que sustenta a força Guarani Kaiowá na luta por *tekoha*. Assim, o ar, a terra, a água, a mata, animais, são dimensões ampliadas, comuns e coletivas do *tekoha* que fazem parte do seu ecossistema. Nesse lugar de existência, combina-se, no plano terrestre, uma cartografia do céu e da terra, nesse trânsito espiritual e material de caminhos, de perspectivas, em que se amplia a subjetividade, o modo de ser, o *teko*, na luta por território ancestral.

Os Guarani não eram no passado, nem são no presente, nômades. Os Guarani são agricultores que habitam um *tekoha*. O bom modo de ser, um bom estado de vida, quando há uma relação de harmonia com a natureza e com os membros da comunidade, quando há alimentação suficiente, saúde e paz de espírito, essa possibilidade de condição é definida como “bem viver”. O “bem viver no *tekoha* é formado pelo *teko porã*. As dinâmicas territoriais no *tekoha* e as relações de reciprocidade constroem a experiência de vida dos Guarani. *Tekoha* é uma noção comum entre os Guarani do Brasil, Paraguai e Argentina e expressa o seu processo histórico de territorialização e a territorialidade ancestral, do “bem viver” e da “terra sem males” – o próprio território, “*Yvy maraé’ý*”, que extrapola fronteiras estatais moderno-coloniais:

O *tekoha* é até hoje, para todos os Guarani, sejam eles

Mbya, Avá-Guarani ou Pai/Kaiowá, na Argentina, Bolívia, Brasil ou Paraguai, o lugar do teko, quer dizer, o lugar de ser, do hábito e do costume, do seu próprio sistema, da família e da política, da economia e da religião. É lugar “onde somos o que somos”. Esse lugar é a condição de possibilidade do teko porá, do bom viver; isso é o que a colonialização se empenhou em destruir sistematicamente mediante a usurpação dos territórios indígenas, destruição ambiental, acumulação privada de bens, desintegração do sistema social e secularização dos elementos da vida religiosa (Melià, 2016, p. 25).

No Brasil, a categoria nativa parece ter emergido das lutas anticoloniais como contraponto ao avanço da fronteira agrícola moderna e, a partir da década de 1970, faz referência à dimensão espacial-temporal (material e simbólica) do quadro de vida Guarani e Kaiowá e conquistou na Constituição de 1988 a denominação de “territórios tradicionalmente ocupados”. A categoria da prática ganhou uma conotação política no sentido de dar visibilidade às lutas que exigem o retorno às áreas indígenas expropriadas nos processos de exploração/colonização/modernização (Mondardo, 2018).

Assim, ao reconhecerem o *tekoha* como seu território tradicional, os Guarani se caracterizam, é possível afirmar, como indígenas transfronteiriços. O *tekoha* é um território anterior à formação das fronteiras em países latino-americanos no final do século XIX até o início do XX. Por isso, esses povos originários que conformam a Nação Guarani, habitam territórios ancestrais, transitam com regularidade e cruzam os limites político-administrativos coloniais impostos pelos Estados. Atualmente, nas fronteiras latino-americanas, os Guarani estão reconfigurando as suas territorialidades desde esse espaço colonial para reconstruir o seu próprio mundo, o *tekoha*, na luta por territórios tradicionais. A cosmovisão é exercida por meio da territorialidade ancestral e de trânsito, em estreita relação com o seu território como espaço de práticas, de vida e lutas (Quintero Weir, 2011). Na contemporaneidade, as territorialidades Guarani produzem conhecimentos populares geradores de práticas espaciais alternativas e descolonizadas como caminho para a r-existência comunitária e anticapitalista “contra as fronteiras dos Estados” (Clastres, 1974)

moderno-coloniais.

Na *Abya Yala*/América Latina, alguns povos indígenas têm questionado essa concepção hegemônica das fronteiras e limites moderno-coloniais dos Estados como pela reivindicação transterritorial e transfronteiriça da Nação Guarani. É comum movimentos indígenas fazerem referência a suas etnias como “Nação Aymara”, “Nação Quíchua”, “Nação Guarani”, dentre outras. A nação indígena enquanto autodeterminação e autonomia é um projeto que envolve o reconhecimento por parte dos Estados onde estão territorializados esses povos. Nesse processo, é importante reconhecer as plurinacionalidades, ou pluriethnicidades (Duprat, 2012), da composição dos Estados plurinacionais. Essas nacionalidades indígenas, ao afirmar sua existência que extrapola e sobrepõe às fronteiras do Estado-Nação, questionam e descolonizam a unidade territorial e cultural dos países. Isso pressupõe incluir outros modos de vida que estão no interior dos limites do território nacional e para além dele. Daí a importância de valorizar e estimular as experiências plurinacionais para que sejam reconhecidas as reivindicações de nações indígenas por um território autônomo – inclusive transfronteiriço – sob o comando ou autogoverno de um grupo étnico.

Nesse movimento de descolonização das fronteiras coloniais, os Guarani e Kaiowá do estado brasileiro do Mato Grosso do Sul tem construído alianças intensivas, formando redes de luta, dispositivos de resistência para a articulação política e ações de solidariedade. Essas redes fazem parte de uma organização regional – a Nação Guarani – formada por indígenas que compartilhavam o Território Continental na América do Sul.

A Nação Guarani está situada na Bolívia (Chirigano, Guarani Ocidentais), no Brasil (Ñhandeva, Avá Guarani, Chiripá, Kaiowá, Mbyá, Aché, Avá Katú), Argentina (Mbya, Aché, Avá Katú), no Paraguai (Chirigano, Guarani Ocidentais) e no Uruguai (Mbya, Aché, Avá Katú). De acordo com Equipe Mapa Guarani Continental (2016), estima-se que a Nação Guarani é composta por 280.000 pessoas, que habitam 1.416 comunidades, aldeias, bairros urbanos em núcleos familiares, desde o litoral Atlântico até a cordilheira dos Andes. No Brasil concentra-se a maior população com 85.255 pessoas, seguido da Bolívia com 83.019,

população compartilha também a herança colonial da colonização e da imposição de fronteiras que dividiram, fragmentaram e diminuíram os seus *tekoha*.

Mesmo com a definição dos limites territoriais sobre os territórios de ocupação tradicionais da Nação Guarani no final do século XIX e início do XX, os indígenas mantiveram trocas, relações de reciprocidade, de parentesco, casamentos, articulações políticas de resistência, bem como a dinâmica de mobilidade pelo território que é central na elaboração da sua territorialidade.

Como afirma Benites (2014), nessa cosmovisão, a terra ancestral está sempre se expandindo. Essa cosmologia construída pelo caminhar, no ir e vir entre territórios tradicionais, os Guarani foram expandindo a sua subjetividade ancestral e assumindo o carácter de luta de suas territorialidades. Na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, o território tornou-se um dispositivo de resistência para os movimentos sociais, notadamente para os povos indígenas Guarani e Kaiowá. O movimento de descolonização dos Guarani contemporâneos constrói diversas formas de luta, exigindo reconhecimento de seu território e o exercício de trânsito de suas territorialidades entre os Estados moderno-coloniais.

A fronteira para os Guarani assume o sentido de espaço de luta social como propõe Mezzadra e Neilson (2016), e de territorialização de r-existência (existir enquanto modo de ser). Nesse dilema das fronteiras estatais para a Nação Guarani existem desafios e perspectivas sobre temas atuais dos direitos indígenas no Brasil. A mobilidade dos povos indígenas em seus territórios tradicionais não obedece às fronteiras dos Estados Territoriais. Nessa luta por direitos de integração e cooperação aos povos indígenas transfronteiriços, a mobilidade no território ancestral, é imprescindível para a manutenção da sua cosmologia, das relações de reciprocidade, de parentesco, de alianças políticas, dos casamentos, dentre outras situações.

Destacam-se, nesse sentido, as normas da Organização das Nações Unidas – ONU – e da Organização Internacional do Trabalho – OIT (artigo 32 da Convenção 169) que asseguram aos povos o direito de trânsito nos territórios ancestrais em áreas de fronteiras. No entanto, um dos limites nessa possibilidade de integração dos povos indígenas é

que, além de contraditórias entre si, os governos dos Estados negam esses acordos e convenções constitucionais ratificados pelos próprios países nos quais estão inseridos, assim como de suas políticas públicas e de cooperação internacionais articuladas em áreas de fronteira.

Neste movimento indígena, destacam-se os grandes rituais religiosos (guasu jeroky), os grandes encontros entre comunidades (*Aty guasu*), a Assembleia de mulheres (*Kuñangue Aty Guasu*) e a RAJ (*Retomada Aty Jovem*). Esses espaços de representação cosmopolítica proporcionam a articulação das territorialidades ancestrais das lideranças religiosas e políticas, Ñhanderu e *Nhandecy*, que se articulam em rede, conectam famílias extensas (*tey'i*) e organizam coletivamente demandas e necessidades. Dessa forma, eles circulam informações e denunciam as ameaças e a violência que sofrem para fortalecer a luta territorial. É importante salientar que a territorialidade guarani se baseia no ñhandereco (nosso modo de ser, de viver) como base da cosmopolítica. O projeto étnico-político Guarani Continental é, assim, uma forma de unificar e articular as demandas e reivindicações da Nação Guarani na luta pelos direitos territoriais indígenas. Nessa agenda de luta, a principal demanda e reivindicação é demarcação das terras de uso de ocupação tradicional.

PARA PROSEGUIR

Este texto tratou da relação entre as lutas dos povos indígenas e a Geografia Política. Esta reflexão buscou estabelecer diálogos, contribuições e perspectivas críticas, estabelecendo mediações com conceitos de território, de corpo-território e de fronteira, para fazer o bom encontro, aberto à alteridade, com os conceitos nativos que se tornaram atualmente “armas de luta” para os povos indígenas. Nesse horizonte da relação das experiências da cultura indígena e não indígena desafios se impõe para a Geografia Política como, por exemplo, o de traduzir os conceitos de território, corpo e fronteira. Assim palavras indígenas vão engravidando a Geografia.

No encontro de cosmovisões indígenas e não indígenas, é importante pensar nas possibilidades interculturais e nos desafios para construir o conhecimento geográfico com e para os povos originários.

Isso nos leva a pensar que a Geografia não pode ser tomada enquanto ciência nos mesmos termos, isto é, que não atribui os mesmos significados e sentidos colonizadores, do que a sociedade eurocêntrica. O ponto de diálogo ou campo de diálogo entre os conceitos da Geografia e as práticas nativas, os mitos, as línguas, os rituais, os sonhos, por exemplo, são as linguagens que significam essas experiências espaçotemporais dos povos originários. É uma questão, portanto, da linguagem do pensamento, de outras imaginações, cosmovisões e cosmopolíticas, uma relação entre ciência moderna e colonial e os conhecimentos/saberes indígenas. Por isso, é importante considerar esse diálogo fora do cânone acadêmico e junto das lutas indígenas acadêmicas.

Ao longo deste texto analisamos também como que diante dos ataques das políticas genocidas do Estado brasileiro e do contexto de pandemia, os indígenas têm realizado suas lutas por meio de mobilizações, marchas e r-existências. A necropolítica não é recente para esses povos, mas tem na gestão racista do atual governo brasileiro a exacerbação do seu ataque contra essas minorias. A luta dos povos Guarani pelo reconhecimento dos direitos territoriais desafia as concepções tradicionais, eurocentradas, de conceber a fronteira, os limites territoriais e o território. Ainda que continuem aparentemente “dominados” por uma territorialidade estatal de relações de poder pretensamente homogeneizantes e universais, com limites/fronteiras exclusivistas, absolutos, esses movimentos encontram brechas no sistema jurídico e, jogando com múltiplas escalas (que incluem convenções da ONU, como da OIT), propõem outras lógicas, relacionais e articulações territoriais ancestrais, espirituais e ecológicas, para além dos limites impostos pelos Estados.

Os Guarani da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina-Bolívia reivindicam o mesmo reconhecimento de sua condição como povos transterritoriais. Essas experiências de reterritorialização de r-existência demonstram que os Guarani veem o seu *tekoha* como território de vida, pois têm consciência de que o modelo de poder hegemônico ameaça, em primeiro lugar, a própria existência. As dinâmicas reterritorializadoras de r-existência (resistir para existir enquanto modo de ser indígena) mais autônomas, numa concepção múltipla e relacional dos limites territoriais, demonstra que os Guarani visam gerir o conjunto das condições socioespaciais, inclusive ecológicas, que garantam a

sobrevivência dos povos na luta por terra, território – incluindo a ancestralidade, o xamanismo e a cosmopolítica – e tenham os mesmos direitos reconhecidos na busca por justiça social nos quatro países em que habitam os *tekoha*. Em sua fala ancestral, uma anciã, liderança Guarani que habita um acampamento de retomada em Dourados, no Mato Grosso do Sul, demonstrou essa relação na composição de sua territorialidade *oguata* ao afirmar que “os Guarani não costumam andar sozinhos. Carregam consigo, além da sua história, a história dos seus ancestrais”.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory. *Review of International Political Economy*, 1(1), 1994, p. 53-80.
- BENITES, T. Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. (Tese de doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 2014.
- BONNEMAISON, J. Le territoire enchanté: Croyances et territorialités en Mélanésie. *Géographie et cultures*, n. 3, 1992.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CLASTRES, P. La société contre l'Etat: recherches d'anthropologie politique. Paris: Éditions de Minuit, 1974.
- DAROT, P. & LAVAL, C. Commun: essai sur la révolution au XXIe siècle. Paris, La Découverte, 2014.
- DUPRAT, D. O direito sob o marco da pluriethnicidade/multiculturalidade. In: RAMOS, A. R. (Org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp. 228-236.
- Equipe Mapa Guarani Continental (EMGC). *Caderno Mapa Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai* (2016). Disponível em: <<http://campanhaguarani.org/guaranicontinental/downloads/caderno-guarani-portugues-baixa.pdf>> Acesso em 15/20/2019.
- ESCOBAR, A. Otro posible es posible: caminando hacia las transiciones desde Abya Ayala/Afro/Latino-América. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2018.
- FERREIRA, J. & FELÍCIO, E. Por terra e território: caminhos da revolução dos povos

- no Brasil. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.
- FRASER, N. Scales of justice: reimagine political space in a globalizing world. New York: Columbia University Press, 2008.
- GIFFONI PINTO, R. Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.
- GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, vol. 10, n. 1, maio, 2006, p. 161-173.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (una redefinición). In: BORON, A. AMADEO, J. GONZÁLEZ, S. (Orgs.) *La teoría marxista hoy*. CLACSO, Buenos Aires, 2006, pp. 409-434.
- GUAJAJARA, S. Governo Bolsonaro: o retrato da barbárie contra os povos indígenas e a vida. *Conflitos no campo: Brasil 2019*. Goiânia: CPT Nacional, 2020, p. 182-189.
- GUDYNAS, E. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, vol. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.
- HAESBAERT, R. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s) colonial na América Latina. CLACSO: Buenos Aires, 2021.
- HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *GEOgraphia*, v. 12, n. 24, 2010 p. 19-50.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, A. *Ecologia Política*. *ETHNOSCIENTIA*. V.3 (n.2 especial), pp. 1-2, 2018.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MASSEY, D. *For Space*. London: Sage, 2005.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tenerife: Melusina, 2011.
- MELIÀ, B. S. *El guaraní: experiência religiosa*. Assunção: Ceaduc/Cepag, 1991.
- MELIÀ, B. *Teko porã: formas do bom viver guarani, memória e futuro*. In: SILVEIRA, N. H.; MELO, C. R. de.; JESUS, S. C. de. (Org.) *Diálogos com o Guarani: articulando compreensões antropológicas e indígenas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016, p. 23-30.
- MEZZADRA, S.; NEILSON, B. *La frontera como método: o la multiplicación del trabajo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2016.

MONDARDO, M. La lucha por el territorio ancestral continental de los guaraníes transfronterizos en América del Sur. *Estudios Fronterizos*. Vol. 22, 2021, pp. 1-24.

MONDARDO, M. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*. 1(2), 2019, pp. 155-187.

MONDARDO, M. Territórios de trânsito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Convenção dos Povos Indígenas e Tribais. Convenção 169 (1989). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm - Acesso em 15/20/2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geo-grafias. *Revista Cardinalis*, v. 4, p. 230-263, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. La reinvencción de los territorios: la experiencia latino-americana y caribeña. In: PORTO-GONÇALVES, C. W. *Territorialidades y lucha por el territorio em América Latina*. Lima: Unión Geográfica Internacional, 2013, p. 151-197.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

QUINTERO WEIR, J. Wopukarü jatumi wataawai: El camino hacia nuestro propio saber. Reflexiones para la construcción autónoma de la educación indígena. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 16(54), 2011, p. 93-116.

RAFFESTIN, C. *Pour une Géographie du Pouvoir*. Paris, Ed. LITEC, 1980.

RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RATZEL, F. O espaço da vida: um estudo biogeográfico. *GEOgraphia*, vol. 21, n. 45, 2019. p. 107-116.

SANTOS, B. de S. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SOUSA SANTOS, B. de (Org.). *Conhecimento prudente para uma nova vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 777-841.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

SMITH, L. T. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. Zed Books Ltd. London & New York. University of Otago Press, 1999.

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STENGERS, I. *Cosmopolitics II*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

SVAMPA, M. *Neo-extractivism in latin america: socio-environmental conflicts, the territorial turn, and new political narratives*. New York: Cambridge University Press, 2019.

- TOLEDO, V. M. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. *Revista Relaciones*. 136, pp. 41-71, 2013.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. “Etnologia brasileira”. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. “The Relative Native. Hau”. *Journal of Ethnographic Theory*, vol. 3, n. 3, 2013.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais*. São Paulo: CosacNaify, 2015.
- WALLERSTEIN, I. *The politics of the world-economy: the States, the movements and the civilizations*. Cambridge University Press, 1984.
- WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar e Abya-Yala, 2009.
- ZARAGOCIN, S. *La Geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta*. CRUZ, D.; BAYON, M. (Eds.). *Cuerpos, territorios y feminismos*. Quito: Abya Yala y Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2018.

INCÊNDIOS NO BIOMA PANTANAL E AS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS PARA O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Elisa Pinheiro de Freitas^[75]

INTRODUÇÃO

Em 2020, observou-se que diferentes áreas que formam o bioma Pantanal foram atingidas por incêndios de grandes proporções, cujo impacto em termos de biodiversidade, segundo o levantamento liderado por Walfrido Tomas, significou a perda de aproximadamente 17 milhões de animais vertebrados.^[76] Ainda, conforme explicaram Benezath *et al.* (2019), a frequência de estiagens mais longas em decorrência das mudanças climáticas tende a alterar o regime hidrológico dos rios que compõem as bacias hidrográficas do Paraguai e do Paraná. Logo, com menos chuvas e mais variações na cobertura e uso do solo, eleva-se a vulnerabilidade do bioma Pantanal, como apontaram Pereira, Chávez & Silva (2012).

Desta feita, o objetivo deste artigo é demonstrar como a atual política de flexibilização ambiental concorre para ampliar, em âmbito doméstico, os conflitos entre as populações tradicionais e os setores ruralistas que expandem a fronteira agrícola para áreas sob o controle da União – Unidades de Conservação, terras indígenas, etc. Além, visa ilustrar como desmatamentos e incêndios em áreas de grande vulnerabilidade ambiental, como é o caso do bioma Pantanal, muitas

75 Professora do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF-CPAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: elisa.freitas@ufms.br

76 CÉSAR, Rodolfo. Queimadas no Pantanal mataram quase 17 milhões de animais vertebrados. **Correio de Corumbá**, Corumbá 17 de setembro 2021. Disponível em: <http://www.correiodecorumba.com.br/index.php?s=noticia&id=41970>. Acesso em: 17 set. 2021.

vezes vinculados aos efeitos do afrouxamento da legislação ambiental, reduzem a capacidade do Brasil em influenciar, na arena internacional, os fóruns sobre as mudanças climáticas; ou seja, restringe o *soft power* do corpo político brasileiro bem como impacta nas exportações de produtos agropecuários.

Para o desenvolvimento deste artigo, buscou-se recolher informações publicadas em jornais de circulação nacional e internacional e na revisão de artigos científicos que tratam sobre i) variações climáticas e impactos sobre áreas de vulnerabilidade socioambiental; ii) expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste; e iii) barreiras não tarifárias de cunho ambiental impostas pelo conjunto de países que compõe a União Europeia (UE), que é o bloco político-econômico mais adiantado na implementação de políticas domésticas para redução das emissões dos gases provocadores do efeito estufa.

Também se consultou o Projeto de Lei que trata sobre a regularização fundiária de terras desmatadas e sobre o estabelecimento do marco temporal para demarcação de terras indígenas. Quanto à elaboração dos mapas, utilizou-se o *software* QGIS 3.16.5, o que possibilitou reunir e analisar os dados espaciais disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Agricultura, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pela organização não governamental MapBiomias.

Por fim, o artigo estrutura-se em quatro partes. A primeira trata sobre como tem se dado o processo de expansão da fronteira econômica para a *hinterland* brasileira, ou seja, para regiões interiores do Centro-Oeste e da Amazônia Legal; a segunda, sobre a implantação das barreiras não tarifárias de cunho ambiental, por parte dos líderes políticos europeus, que objetivam restringir a aquisição de agrocombustíveis – etanol, biodiesel, etc. – e de outras *commodities* que tenham sido produzidas em áreas onde há ocorrência de grande biodiversidade; a terceira parte aborda os aspectos da flexibilização da legislação ambiental e seus efeitos para geração de conflitos no interior da sociedade brasileira; e a quarta parte, as considerações finais, em que será apresentado um balanço geral das discussões tecidas ao longo do texto.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA NO BRASIL: INCORPORAÇÃO DA *HINTERLAND À HEARTLAND* BRASILEIRA

Entre 1930 e 1970, período este que foi marcado pela crise econômica mundial, pela ascensão de regimes políticos totalitários, com destaque para Alemanha e Itália, pela 2.^a Guerra Mundial e pela emergência de uma ordem internacional bipolar – EUA e URSS –, nota-se que lideranças militares brasileiras, inspiradas pelos teóricos da tradição clássica da Geografia Política, delinearão modelos geopolíticos; ou seja, traçaram estratégias de ocupação territorial, com o objetivo de que o Brasil alcançasse o poder nacional e fizesse jus à dimensão continental legada pela geopolítica da Coroa portuguesa, conforme explicou Freitas (2017).

Elaborar estratégias para reforçar a ocupação das regiões fronteiriças era visto como essencial por Couto e Silva (1967), que compreendia que “espaços vazios” consistiriam em perigo para a segurança nacional. Ainda concebeu o território brasileiro como sendo dividido em dois grandes núcleos que deviam ser articulados entre si para superar o caráter de grande arquipélago: a) o coração do Brasil (*heartland*) constituído pelo triângulo São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro; e b) as vastas regiões interiores (*hinterland*) do Centro-Oeste e da Amazônia.

Baseada numa concepção de Estado como um “organismo vivo” e que necessita ampliar seu “espaço vital”, a estratégia de ligar as áreas interiores ao centro econômico do País, entre 1964 e 1980, foi impulsionada pelo Estado autoritário burocrático, que engendrou diferentes planos, cujos objetivos foram ampliar a malha rodoviária do país, expandir a área agrícola para o Cerrado e inundar a Hileia de “civilização”. Todavia, no fim de 1980, verificaram-se mudanças no sistema internacional, provocadas pelo declínio da Guerra Fria, pela expansão de novas áreas de soberania e pela crise da dívida externa que atingiu os países periféricos e semiperiféricos.

Apesar das mudanças ocorridas, na arena internacional, no fim do século XX, é preciso ressaltar que o Estado nacional continua

a ser, contemporaneamente, ator importante na organização do espaço mundial, mas o avanço do capitalismo sobre várias partes do mundo possibilitou o surgimento de empresas transnacionais, fundos de filantropia, organizações não governamentais, movimentos ecológicos, etc., como atores que também possuem capacidade de influir interna e externamente nas unidades políticas, como explicaram Agnew e Corbridge (1995).

Com a emergência da consciência ambiental nas classes sociais de renda média dos países ricos, aquelas começaram a cobrar dos seus líderes a adoção de estratégias para redução da poluição – do ar, da água e do solo – e à preservação dos reservatórios de biodiversidade. Sob essa nova tessitura mundial, a imaginação geográfica do “Brasil potência” que foi delineada no contexto da Guerra Fria refluuiu, e a redemocratização do país significou a incorporação dos pressupostos neoliberais na economia e a adoção dos princípios do desenvolvimento sustentável que, como explanou Becker (2006), se tornaria um dos pilares da nova face da geopolítica contemporânea.

Porém, no fim da primeira década do século XXI, a rápida expansão da produção dos agrocombustíveis para as regiões de Cerrado viabilizou a concretização das políticas territoriais de caráter modernizador-conservador forjadas na década de 1970, em que parte das metas era converter o Cerrado em um grande celeiro agrícola e integrá-lo ao espaço econômico nacional. Tal fato reforçou a imagem internacional do Brasil como uma potência regional emergente, segundo Freitas, Roseira e Sampaio (2020).

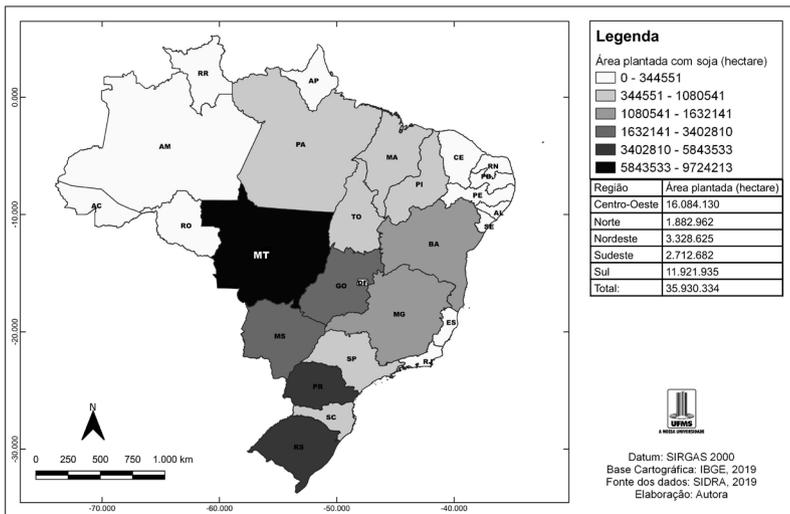
Outro fato complementar ao avanço da fronteira econômica para o Centro-Oeste, Amazônia Legal^[77], através dos projetos agroindustriais e agrominerais, é o processo de aquisição de terras pelo capital estrangeiro em associação com o capital nacional cujo objetivo evidencia-se na obtenção do controle sobre os recursos essenciais da natureza que

77 Instituída pelo Decreto-Lei de Agosto de 1953, a área denominada de Amazônia Legal abrange 5.057.490 km (mais da metade do território nacional) e é constituída pelas seguintes unidades da federação: Pará, Amazonas, norte de Goiás, norte de Mato Grosso, oeste do Maranhão, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá (COSTA, 1997, p. 51).

viabilizam a valorização e reprodução capitalista: solo e água.^[78]

Nesta toada de expansão da fronteira agrícola para a *hinterland* do território nacional, o que se observa contemporaneamente é a metamorfose do Cerrado em um grande cinturão de soja, algodão, cana-de-açúcar, etc. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à Produção Agrícola Municipal (PAM), em 2019, a área total destinada para o plantio e a colheita da soja foi de 35.930.334 de hectares. Como pode ser verificado na Figura 1, “Brasil: área destinada ou plantada à colheita da soja em 2019”, o estado de Mato Grosso, com 9.724.213 de hectares, destacou-se como o maior produtor nacional daquela *commodity* agrícola:

Figura 1 – Brasil: área destinada ou plantada à colheita da soja em 2019

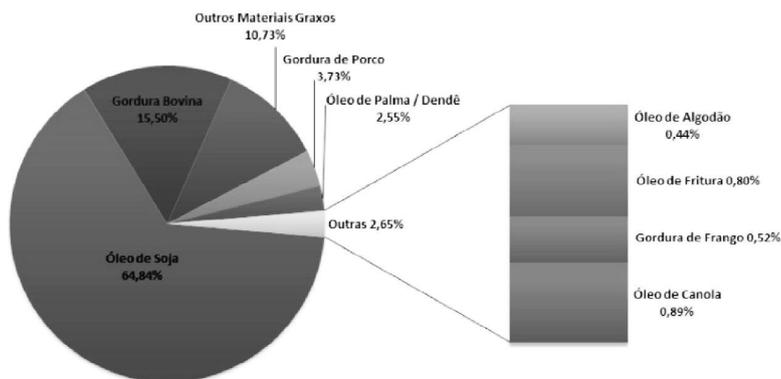


Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal (2019)

⁷⁸Explicamos o processo de aquisição de solo brasileiro por estrangeiro na entrevista concedida à BBC News Brasil. Ver: FELLET, João. As polêmicas sobre os planos do governo para facilitar venda de terras a estrangeiro. BBC News Brasil, Brasília, 9 de março de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39214595>. Acesso em: 13 ago. 2021.

Como é sabido, o óleo de soja e a gordura bovina tornaram-se as principais fontes de matérias-primas para a produção do biodiesel, respondendo respectivamente por 64,84% e 15,50% do fornecimento total para a fabricação daquele agrocombustível, como pode ser constatado na Figura 2 “Matérias-primas utilizadas para a produção do biodiesel em 2017”:

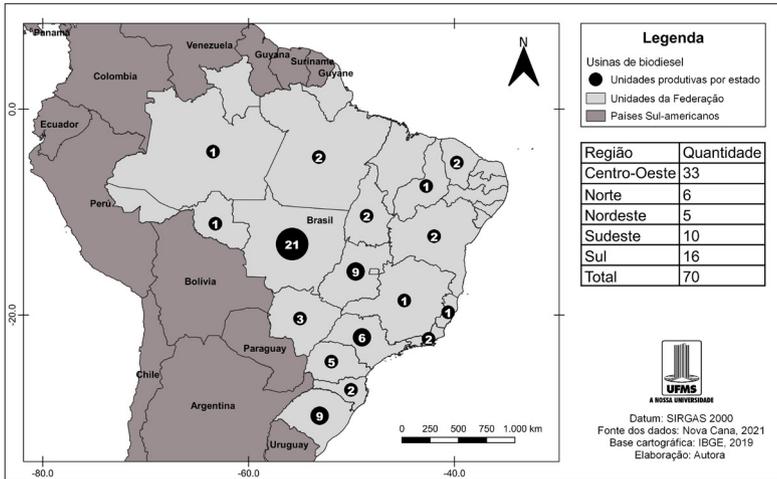
Figura 2 – Matérias-primas utilizadas para produção de biodiesel em 2017



Fonte: Agência Nacional de Petróleo – ANP (2017)

Em 2019, o estado de Mato Grosso também se notabilizou como o principal produtor nacional de milho, algodão herbáceo, girassol e como possuidor do maior número de rebanho bovino conforme os dados da PAM e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). Ainda, de acordo os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), como se vê na Figura 3, é naquela unidade da federação que estão localizadas o maior número de usinas de biodiesel para a fabricação daquele agrocombustível, tendo em vista a contiguidade da arena de produção das matérias-primas:

Figura 3 – Brasil: distribuição geográfica das usinas de biodiesel em operação (2021)



Fonte: Agência Nacional de Petróleo – ANP (2021)

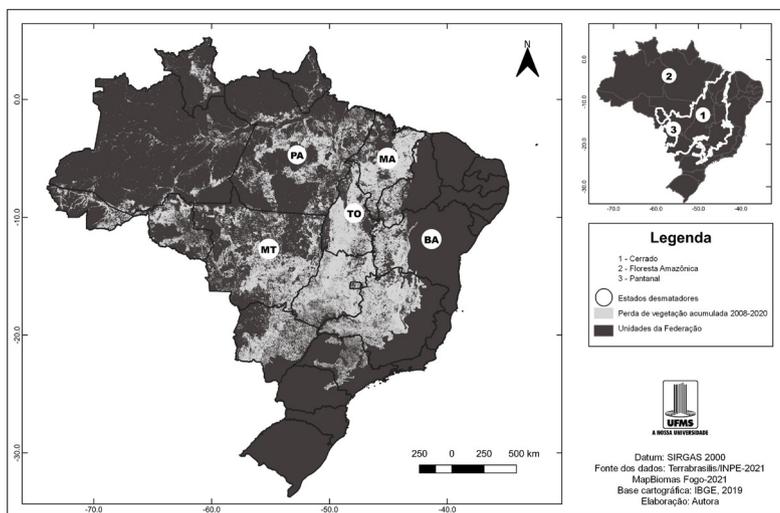
Assim, com o avanço da fronteira agrícola ao longo do Cerrado, em especial sobre a Bacia do Alto Paraguai (BAP), nota-se que os biomas Pantanal e Floresta Amazônica tornaram-se motivo de preocupação para os ambientalistas do mundo todo, tendo em vista que a produção de agrocombustíveis e outras *commodities*, quando não segue o conjunto de práticas consideradas sustentáveis, concorrem para a degradação do solo, o esgotamento dos recursos hídricos e, indiretamente, empurram a pecuária para as franjas da região amazônica, provocando o desmatamento, como afirmam Freitas & Queirós (2017).

Sob o cenário de mudanças climáticas que já está em curso^[79], a pressão internacional para que o atual governo do Brasil implementasse políticas eficazes de proteção à Floresta Amazônica e ao Pantanal

79 Recentemente o Painel sobre Mudanças Climáticas da ONU publicou um relatório no qual os pesquisadores alertam para irreversibilidade das alterações do clima que tendem a comprometer as atividades econômicas. Ver: CHIARETTI, Daniela. Aquecimento acelerou e o mundo tem de agir agora para evitar o pior, alertam cientista do IPCC. **Valor Econômico**, São Paulo, 9 de agosto de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/08/09/aquecimento-acelerou-e-o-mundo-tem-de-agir-agora-para-evitar-o-pior-alertam-cientistas-do-ippc.ghhtml>. Acesso em: 9 ago. 2021.

recrudesciu. Segundo os dados do MapBiomas Fogo, a Amazônia e o Cerrado foram os biomas mais atingidos pelo fogo entre 1985 e 2020, tendo, juntos, 85% de suas áreas queimadas. Em termos percentuais, o bioma Pantanal foi o mais afetado pelo fogo, tendo acumulado, entre 1985 e 2020, perda de 57% de sua área pelos incêndios. A partir da plataforma TerraBrasilis-INPE elaborou-se o mapa que mostra as perdas acumuladas nos biomas em questão, como pode ser constatado na Figura 4, “Perda de vegetação acumulada nos Biomas Cerrado, Floresta Amazônica e Pantanal: 2008-2020”^[80]:

Figura 4 – Perda de vegetação acumulada nos biomas Cerrado, Floresta Amazônica e Pantanal: 2008-2020



Fonte: TerraBrasilis-INPE/MapBiomas (2021)

Conforme os dados do MapBiomas, o estado de Mato Grosso (MT) acumulou 23,5% da área queimada entre 1985 e 2020, ocupando o topo do *ranking* entre as unidades da Federação. Logo em seguida

80 WATANABE, Phillippe. Queimadas atingiram quase 20% do território brasileiro nos últimos 36 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 de agosto de 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/08/queimadas-atingiram-quase-20-do-territorio-brasileiro-nos-ultimos-3-anos.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 16 ago. 2021.

destaca-se o estado do Pará com 12,8% de área queimada, depois o estado de Tocantins com 9,9%, o estado do Maranhão com 9,3% e o estado da Bahia com 6,9%. Quanto ao *ranking* por municípios, Corumbá – capital do Pantanal – em Mato Grosso do Sul, acumulou no período supracitado 2,2% de área queimada. Na sequência, vem o município de São Félix do Xingu (PA) com 1,3%, Formosa do Rio Preto (BA) com 0,8%, Paranatinga (MT) com 0,7% e Cáceres (MT) com 0,7%.

Assim, os efeitos de um modelo de expansão da área agricultável sem uma política territorial que incorpore as diretrizes do desenvolvimento sustentável colocam em risco os reservatórios de biodiversidade, impactam no modo de vida de populações tradicionais que desenvolveram formas sustentáveis de se relacionarem com o meio e potencializam conflitos entre aquelas e os ruralistas.^[81] Essas questões serão abordadas nas duas próximas seções.

BARREIRAS AMBIENTAIS COMO A NOVA FACE DA GEOPOLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas em curso têm provocado discussões entre chefes de Estado, empresas transnacionais, ambientalistas, movimentos sociais, etc., no sentido de se chegar a medidas eficazes para conter as emissões dos gases provocadores do efeito estufa. As atividades econômicas dos países ricos e desenvolvidos, em sua grande parte, ainda estão fulcradas na utilização dos combustíveis fósseis. Todavia, desde a implementação do Protocolo de Kyoto, os países signatários, com destaque para aqueles que compõem a União Europeia, têm imposto, aos países exportadores de *commodities* agrícolas que não adotam práticas sustentáveis no processo produtivo de alimentos e agrocombustíveis, barreiras não tarifárias de cunho ambiental, como explicou Oliveira (2009).

81 Índios repudiam exploração de terras em carta ao Congresso escrita em encontro que reuniu mais de 600 indígenas em MT. **G1 MT**, 18 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/18/indios-repudiam-exploracao-de-terras-indigenas-em-carta-ao-congresso-escrita-em-reuniao-mobilizada-pelo-cacique-raoni.ghhtml>. Acesso em: 18 jan. 2020.

Com o *boom* dos agrocombustíveis verificado no primeiro decênio do século XXI, observou-se a ampliação da área produtiva com cana de açúcar no Brasil que, tradicionalmente cultivada na região noroeste do estado de São Paulo e na Zona da Mata Nordestina, se expandiu para o sudeste de Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Minas Gerais e do norte do Paraná, de acordo com Freitas (2013). Embora alguns países da União Europeia tenham importado etanol do Brasil para adicionarem à gasolina e reduzirem a emissão dos Gases do Efeito Estufa (GEEs), o ano de 2008 foi marcado por muitos debates, sobretudo em âmbito europeu, quanto à sustentabilidade da produção dos agrocombustíveis. Segundo as diretrizes do Bloco Europeu voltadas para os combustíveis renováveis,

[...] as regras contidas na Diretiva Bicombustíveis obrigam que os países membros verifiquem se os novos tipos de combustíveis, como o bioetanol e o biodiesel, *respeitam as normas técnicas, se a produção dos biocombustíveis não está a ocorrer em terrenos de elevada biodiversidade e se as matérias-primas não comprometem a produção de alimentos*. Também o documento incentiva o desenvolvimento tecnológico dos biocombustíveis de segunda geração. Assim, os países membros da UE têm, cada qual, obrigações para desenvolver suas próprias estratégias de como irão introduzir a curto, a médio e em longo prazo os biocombustíveis no setor de transporte. É este documento deixa claro que a promoção da produção e do uso de biocombustíveis poderá contribuir para uma redução da dependência das importações de energia e das emissões de gases com efeito de estufa. (Queirós e Freitas, 2012, p. 8, grifo nosso)

Conforme aduz a Diretiva Europeia, cada país que compõe o Bloco Europeu tem autonomia para desenvolver estratégias para a redução das emissões dos GEEs no setor de transporte. Não obstante, se o país-membro da UE optar pelo uso de etanol e/ou de biodiesel importados, deverá se certificar de que o etanol e/ou biodiesel foram produzidos em áreas apropriadas e distantes das regiões de grande biodiversidade – regiões florestais – e que não tenham comprometido a produção de alimentos no interior do país exportador.

O ano de 2008, além de ter sido marcado pela alta do petróleo,

pela crise econômica e pelo início efetivo das ações previstas pelo Protocolo de Kyoto para que os países signatários reduzissem suas emissões de GEEs, também foi marcado pelo aumento no preço dos alimentos. De imediato, os organismos supraestatais passaram a discutir que a alta nos preços dos alimentos estava relacionada com a conversão de matérias-primas, que também são fontes alimentares como o milho e a soja, em etanol e/ou biodiesel. Nesse sentido, cada organismo supraestatal lançou suas respectivas análises para orientar os países sobre os riscos da adoção dos agrocombustíveis, sobretudo, no setor de transporte. O Quadro abaixo constitui uma síntese das principais recomendações de agentes políticos e econômicos quanto à utilização dos agrocombustíveis:

Quadro – Instituições supraestatais mundiais e seus posicionamentos em relação aos agrocombustíveis (2008)

Organização supraestatal	Orientações sobre a adoção dos agrocombustíveis
OCDE	Orientou a Europa e os EUA a não subsidiarem a produção de agrocombustível, pois tende a comprometer o abastecimento alimentar, além de não ajudar a alcançar as metas contra a emissão de CO ₂ . No que diz respeito ao caso do Brasil, afirmou que o Brasil possui estoque territorial e, a princípio, não haveria competição entre culturas energéticas e alimentares.
CIGR (Conselho Internacional para Governança de Risco) e WBCSD (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável)	Publicaram estudo que pede cautela ao Brasil no que diz respeito à expansão dos cultivos voltados para a produção de agrocombustíveis, pois a cana, por exemplo, pode tomar a terra destinada a outros usos.
G8	Cobrou comprovações sobre a sustentabilidade do etanol brasileiro em encontro no Japão.
ONU	Numa reunião em Roma (junho de 2008), o presidente da FAO argumentou que a política de subsídios da Europa e dos EUA aos agrocombustíveis deixa de alimentar mais de 800 milhões de famintos, colocando em risco a paz no mundo.

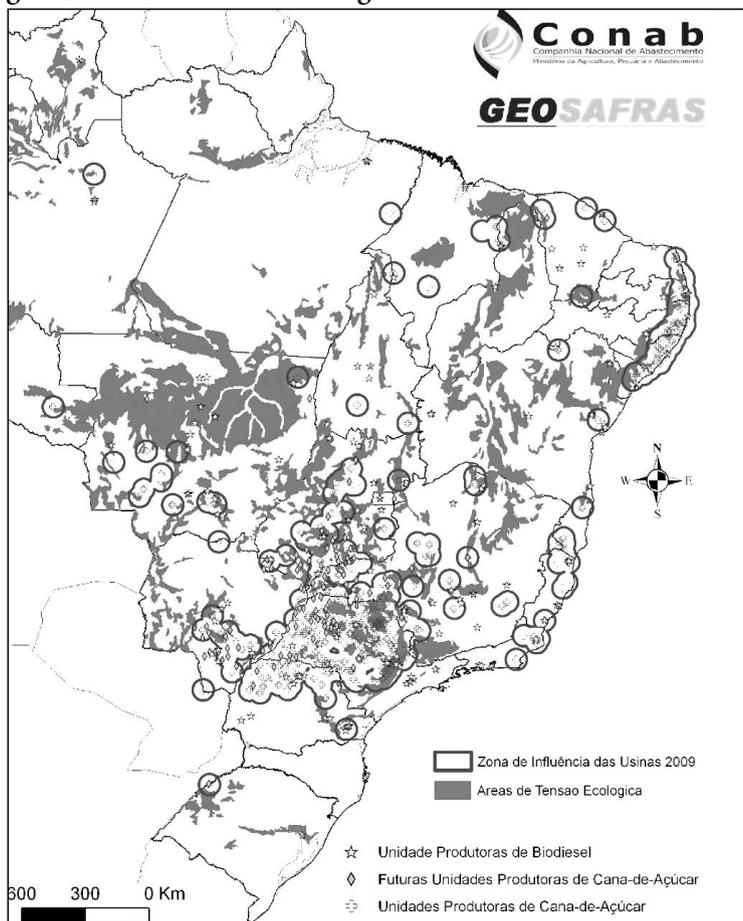
Corporações que processam matérias-primas para a produção de alimentos	Enviaram carta ao Conselho Europeu afirmando que os agrocombustíveis comprometem o abastecimento de cereais para a indústria de alimentos.
Cidadãos europeus	Acusam o etanol da escassez de alimentos e de destruir florestas tropicais.
Parlamento europeu	Tem buscado impor uma série de requisitos para importar o etanol do Brasil e tem se colocado contra os agrocombustíveis, pois depende da opinião dos cidadãos europeus.

Fonte: Valor Econômico (2008) e pesquisa de campo (2011/2014) organizada pela autora

O governo brasileiro, na ocasião, para demonstrar que a produção de agrocombustíveis não impactava nos biomas Pantanal e Floresta Amazônica, solicitou a várias instituições de pesquisa, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras, que elaborassem o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (ZAC).

O objetivo do ZAC era apresentar o mapeamento sobre o território brasileiro bem como indicar as áreas propícias tanto para a expansão do cultivo da cana de açúcar quanto para a instalação de novas unidades agroindustriais. Com base no ZAC, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mapeou as áreas de tensão ecológica, em virtude da expansão do setor sucroalcooleiro para os biomas da Amazônia e do Pantanal como vemos na Figura 5 abaixo:

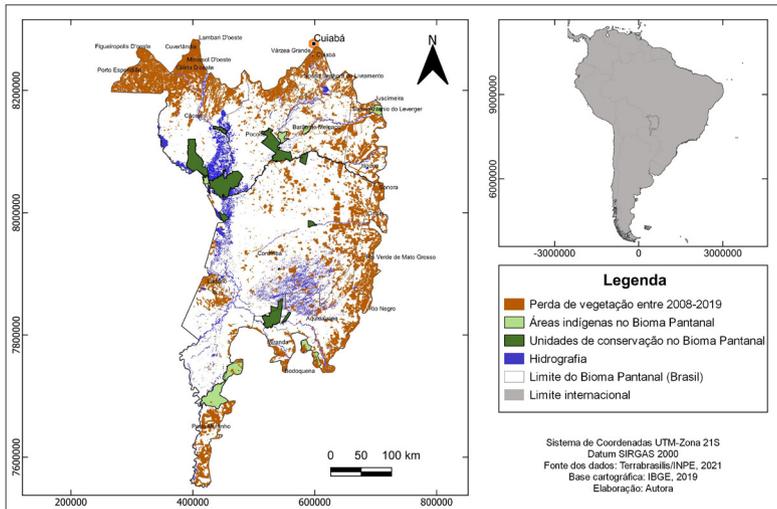
Figura 5 – Áreas de tensão ecológica no território brasileiro



Fonte: Conab (2012)

O ZAC, basicamente, limitou o plantio de cana nas áreas de ocorrência da floresta Amazônica, no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai (BAP). Conforme a Figura 6, “Delimitação da Bacia do Alto Paraguai e perda de vegetação acumulada entre 2008-2019”, nota-se que o Pantanal ocupa áreas de dois estados brasileiros, a saber, Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). A BAP contém o bioma Pantanal, cuja área é de aproximadamente 250 mil km²:

Figura 6 – Delimitação do Bioma Pantanal e perda de vegetação acumulada entre 2008-2019



Fonte: Ministério do Meio Ambiente – MMA (2008) e TerraBrasilis – INPE (2019)

Levando em consideração que a BAP é constituída por áreas tanto de planalto quanto de planície, a prática agrícola verifica-se com mais intensidade nos planaltos adjacentes à planície pantaneira, como pode ser observado na Figura 6. De acordo com Goltz *et al.* (2011, p. 28),

[...] com a crescente demanda por biocombustíveis, dentre eles o etanol, a procura por novas áreas para o cultivo de cana-de-açúcar tem crescido nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dentro da BAP já se encontram implantadas usinas sucroalcooleiras e também se observa uma expansão do cultivo da cana-de-açúcar nesta região.

Ainda, conforme Goltz *et al.* (2011, p. 28), a erosão, as alterações no fluxo hidrológico e a deposição de sedimentos nas planícies são os principais impactos da expansão da lavoura sojicultora e canavieira sobre as áreas de planaltos que compõem a BAP e, até 2011, a área ocupada

com cana naquela região foi de 43.762 hectares. Além disso, como apontaram Guimarães *et al.* (2010, p. 315), a expansão da cana para os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul está vinculada, sobretudo, aos empresários da região Nordeste que aproveitam para comprarem propriedades em MT e MS, uma vez que o preço da terra é mais barato.

Não obstante, à medida que os cultivos da cana de açúcar e da soja foram ocupando as áreas de pastagens degradadas bem como as bordas da BAP, a pecuária deslocou-se para o bioma da Floresta Amazônica, gerando maior tensão ecológica. Sabe-se que o Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011) elaborado pelo governo brasileiro, à época, objetivou criar as condições para a expansão da cadeia produtiva do etanol, das microdestilarias e investir no biodiesel para promover o desenvolvimento regional, conforme Freitas (2013).

Assim, entre 2003 e 2016, o Estado liberal brasileiro, com o objetivo de aprofundar sua liderança e exercer seu *soft power* nos fóruns internacionais sobre meio ambiente, reforçou os órgãos de controle vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ampliou a fiscalização sobre as regiões de grande biodiversidade. O intuito era não comprometer as exportações das *commodities* agrícolas em decorrência da imposição de barreiras não tarifárias de cunho ambiental.

Desse modo, pecuaristas e madeireiros responsáveis pelo desmatamento ilegal da Amazônia passaram a integrar a lista suja do MMA. Por esse mecanismo, ficavam impedidos de tomar empréstimos junto aos bancos públicos. Após a regularização dos imóveis pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) realizado pelos agentes fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), é que eles poderiam requerer empréstimos e ou financiamentos, como afirma Freitas (2013).

Porém, desde 2019, com a ascensão da extrema-direita ao governo central, o que se verificou foi o desmantelamento do aparelho estatal brasileiro e o incentivo para expansão das atividades agrícolas sobre as áreas de grande biodiversidade (Unidades de Conservação) e sobre terras indígenas. As consequências do afrouxamento das políticas de ordenamento territorial têm sido os incêndios que assolam a floresta amazônica e o Pantanal.

FLEXIBILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS: OS INCÊNDIOS NO BIOMA PANTANAL (2020-2021)

A geopolítica doméstica do ordenamento do território brasileiro entre 2003 e 2016 buscou responder às pressões externas quanto ao cumprimento das metas estabelecidas para a redução das emissões dos gases do efeito estufa. O Brasil, por deter a maior reserva florestal do mundo – a Floresta Amazônica –, criou estratégias para redução dos desmatamentos, uma das principais fontes de emissões de GEEs no Brasil e, desde 1988, dispõe do Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), um dos melhores monitoramentos de florestas do mundo e que divulga sempre os índices de desmatamentos. Como pode ser verificado na Tabela abaixo, “Desmatamento na Amazônia Legal: taxas consolidadas 2004-2012 (km²/ano)”, houve redução da taxa de desmatamento naquele período e tal fato possibilitou ao Brasil ampliar sua influência nos fóruns internacionais, sobretudo nas conferências sobre meio ambiente e na Convenção-Quadro para Mudanças Climáticas:

**Tabela – Desmatamento na Amazônia Legal: taxas consolidadas
2004-2012 (km²/ano)**

Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Redução 2011- 2012	Redução 2004- 2012
Acre	728	592	398	184	254	167	259	280	308	10%	-58%
Amazonas	1232	775	788	610	604	405	595	502	646	29%	-48%
Amapá	46	33	30	39	100	70	53	66	31	-53%	-33%
Maranhão	755	922	674	631	1271	828	712	396	267	-33%	-65%
M. Grosso	11814	7145	4333	2678	3258	1049	871	1120	777	-31%	-93%
Pará	8870	5899	5659	5526	5607	4281	3770	3008	1699	-44%	-81%
Rondônia	3858	3244	2049	1611	1136	482	435	865	761	-12%	-80%
Roraima	311	133	231	309	574	121	256	141	117	-19%	-93%
Tocantins	158	271	124	63	107	61	49	40	53	33%	-66%
Amazônia Legal	27772	19014	14286	11651	12911	7464	7000	6418	4656	-27%	-83%

Fonte: Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes). Organizada pela autora.

Um dado interessante na tabela acima é que o estado de Mato Grosso, entre 2004 e 2012 reduziu em 93% a área desmatada. Tal fato demonstra que o aumento da fiscalização por parte dos órgãos de controle estatal possibilita a manutenção dos reservatórios de biodiversidade. Porém, o atual governo brasileiro, em vez de manter as políticas protetivas ao meio ambiente, tem seguido o caminho inverso e implementou as seguintes ações:

- Desmonte das instituições mantenedoras do ordenamento territorial brasileiro e a implantação da geopolítica do “passar a boiada” que consiste na flexibilização das leis ambientais;
- Redução dos recursos financeiros para as instituições fiscalizadoras vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, como o Ibama, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), entre outras;
- Redução dos recursos financeiros para os órgãos científicos;
- Propagação de *fake news* pelas redes sociais;
- Perseguição aos pesquisadores que monitoram pelo imageamento por satélite os desmatamentos na Amazônia, focos de incêndios no Pantanal, etc.^[82]

Em maio de 2019, o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles cortou 77% do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), reduzindo-o a 22 integrantes apenas. Instituído pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, o Conama, órgão consultivo para as políticas de meio ambiente, era composto por 96 membros representantes de diferentes espectros da sociedade civil. Com menos fiscalização e recursos, o que se viu em 2020 em relação ao bioma Pantanal foi a destruição de uma área de 18,6 mil km², sobretudo, próximas as áreas de unidades de conservação e de terras indígenas, conforme pode ser conferido na Figura 7, “Áreas

82 GIRARDI, Giovana. Ricardo Galvão é exonerado do Inpe após críticas de Bolsonaro a dados do desmatamento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 de agosto de 2019. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/ricardo-galvao-e-exonerado-do-inpe-apos-criticas-de-bolsonaro-a-dados-do-desmatamento/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

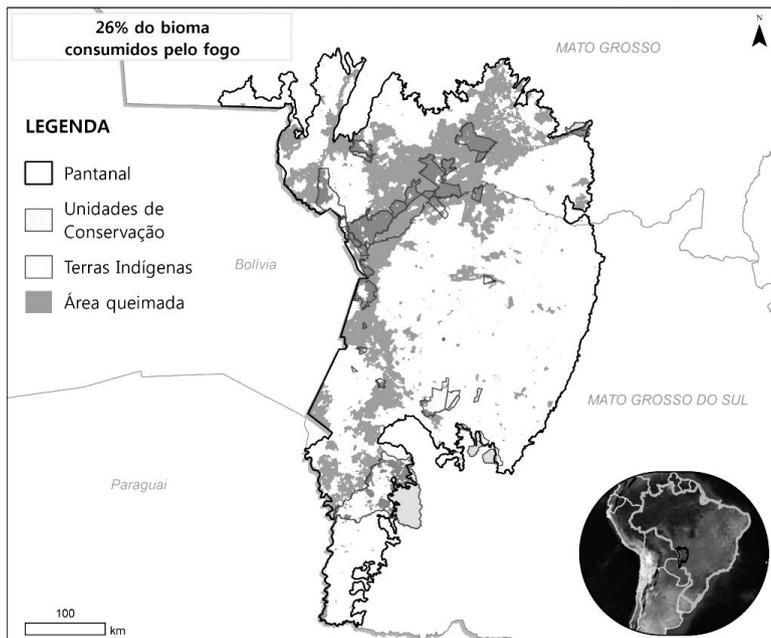
queimadas do bioma Pantanal em 2020”:

Figura 7 – Áreas queimadas do bioma Pantanal em 2020

Área queimada no bioma Pantanal (2020)

Dados de área queimada ALARMES-Histórico

LASA 
Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da UFRJ



Fonte: Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa) da UFRJ (2021)

Sob o quadro de alterações climáticas que se caracteriza por eventos extremos, observa-se que nos últimos cinco anos houve mudanças no regime pluviométrico na região do bioma Pantanal, com estiagens mais prolongadas. Na altura do município de Cáceres-MT, um dos que mais perderam vegetação por queimada entre 1985 e 2020, o nível do rio Paraguai atingiu 54 cm no último dia 5 de agosto de 2021. Assim, a atual crise hídrica a que está submetido o Brasil deve ser compreendida no cenário das mudanças climáticas; e os incêndios verificados no bioma

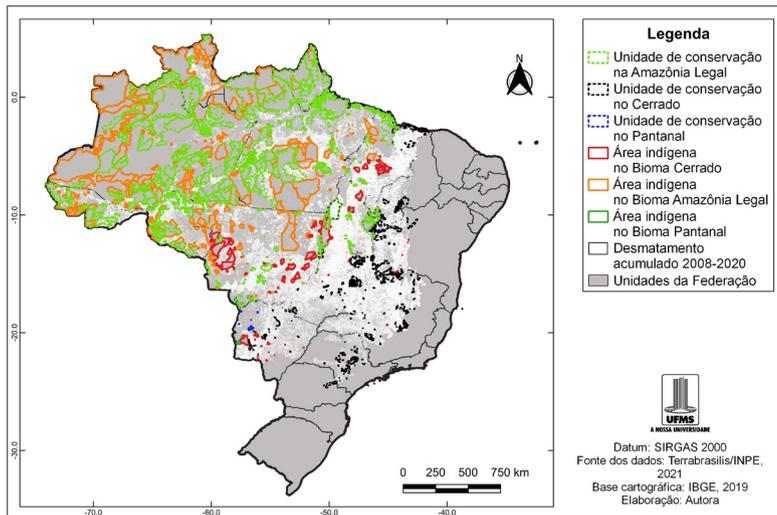
Pantanal mesclam a ação antrópica e a seca agravada pela estiagem.^[83]

O Projeto de Lei n.º 2633/2020, que tramita na Câmara Federal (conhecido também como “PL da grilagem”) viabiliza a marcha do capitalismo predatório, impulsionado pela cúpula de extrema-direita que ora governa o país. Em linhas gerais, o “PL da grilagem”, caso aprovado, possibilitaria a regularização de terras desmatadas, sobretudo, nas regiões de grande biodiversidade. Outra questão diz respeito a tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas.

A bancada ruralista e conservadora do Congresso e o Executivo, com o intuito de agradarem setores do agronegócio favoráveis a expansão da área agrícola, defendem que indígenas só tenham direito a demarcação das terras nas quais já estivessem antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Conforme a Figura 8, “Avanço da ação antrópica sobre unidade de conservação e terras indígenas já demarcadas” nota-se que os desmatamentos e incêndios pressionam as áreas de conservação bem como as terras indígenas:

83 BARAN, Katna. Seca no Rio Paraguai pode comprometer reestruturação de porto para escoamento de grãos. **Folha de S. Paulo**, 6 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/seca-no-rio-paraguai-pode-comprometer-reestruturacao-de-porto-para-escoamento-de-graos.shtml?origin=folha>. Acesso em: 6 ago. 2021.

Figura 8 - Avanço da ação antrópica sobre unidade de conservação e terras indígenas já demarcadas



Fonte: TerraBrasilis-INPE (2021)

Portanto, considerando o conteúdo do projeto de Lei n.º 2633/2020 e a defesa do marco temporal para demarcação de terras indígenas, podemos inferir que o aumento no número e na extensão dos incêndios no bioma Pantanal e na Floresta Amazônica, tenha sido motivado pela proposta de regularização fundiária defendida pelo atual governo federal.

No entanto, as empresas transnacionais que operam no circuito produtivo da soja, da cana, dentre outras *commodities*, posicionaram-se contra o “PL da grilagem” e tem pressionado os deputados a não aprovarem, uma vez que as barreiras não tarifárias de cunho ambiental dificultariam a exportação dos produtos advindos de regiões de alta biodiversidade.^[84]

84 RAMOS, Camila Souza. Múltis do agronegócio dizem que “PL da grilagem” põe em risco suas compras no Brasil. **Valor Econômico**, 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/05/20/mltis-do-agronegocio-dizem-que-pl-da-grilagem-pe-em-risco-suas-compras-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2020.

As implicações geopolíticas para o Brasil em decorrência dos incêndios no Pantanal e na Floresta Amazônica traduzem-se na possibilidade de sanções econômicas e/ou boicotes aos produtos brasileiros no mercado global. Além disso, observa-se a deterioração internacional da imagem do Brasil na atual conjuntura.^[85] Anteriormente à ascensão da extrema-direita ao governo central, o Brasil era tido como país que desenvolveu os princípios da boa diplomacia, que se caracterizava como pragmática, pautada na defesa dos princípios multilaterais e no emprego do *soft power*, como afirma Lima (2009).

No plano da política externa brasileira, o abandono da diplomacia pragmática e o alinhamento unilateral aos interesses dos EUA tornam o atual corpo político brasileiro isolado na cena internacional. E no plano das políticas domésticas, os desmatamentos e incêndios na Amazônia, no Pantanal, por exemplo, comprometem os interesses das empresas transnacionais que operam no segmento do agronegócio, por conta das barreiras ambientais. Ainda ampliam os conflitos entre as populações tradicionais que têm tido suas terras invadidas por ruralistas com apoio governamental.

Por fim, é preciso ressaltar que os regimes pluviométricos e hidrológicos são interdependentes. O continente sul-americano e suas regiões produtoras de grãos dependem dos rios voadores, cujo processo de formação está vinculado à manutenção da Floresta Amazônica, que presta serviços ambientais insubstituíveis, como explicou Nobre (2014, p. 7, com grifo nosso):

[...] nos últimos 40 anos, a última grande floresta, a cabeceira das águas atmosféricas da maior parte do continente, esteve sob o ataque implacável do desmatamento. Coincidentemente, aumentam as perdas com desastres naturais ligados a anomalias climáticas, tanto por excessos (de chuva, calor e ventos), quanto por falta (secas). As regiões andinas, e mesmo da costa do Pacífico, que dependem do derretimento das geleiras para seu abastecimento

85 FROUFE, Célia. Investidores ameaçam sair do Brasil se destruição da Amazônia não parar, diz Financial Times. **O Estado de S. Paulo**, Londres, 23 junho 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,investidores-ameacam-sair-do-brasil-se-destruicao-da-amazonia-nao-parar-diz-financial-times,70003341860>. Acesso em: 23 jun.2020.

de água, estão sob ameaça, já que quase toda a precipitação nas altas montanhas, que suprem as geleiras ano a ano, tem sua matéria-prima no vapor procedente da floresta amazônica. A leste dos Andes, a escala da dependência do ciclo hidrológico amazônico é incomensuravelmente maior. *As regiões de savana na parte meridional, onde há hoje um dos maiores cinturões de produção de grãos e outros bens agrícolas, também recebe da floresta amazônica vapor formador de chuvas. Não fosse também a língua de vapor que no verão hemisférico pulsa da Amazônia para longe, levando chuvas essenciais, seriam desertos as regiões Sudeste e Sul do Brasil (onde hoje se encontra sua maior infraestrutura produtiva) e outras áreas como o Pantanal e o Chaco, as regiões agrícolas na Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina.*

Economistas brasileiros de diversas matizes de pensamento (dos liberais aos keynesianos entre outros) estão de acordo que se ações efetivas não forem tomadas pelo governo brasileiro com vistas a conter o desmatamento florestal, a savanização da Amazônia terá custo incalculável para a economia brasileira, tendo em vista que o retorno das atividades praticadas nas áreas desmatadas é pouco compensatório e tal fato justificaria a contenção do desmatamento sem controle.^[86]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de expansão da fronteira agrícola sobre áreas com vulnerabilidade ambiental, sobre regiões de grande biodiversidade e sobre as terras das populações tradicionais, impulsionado pelo atual governo brasileiro, é gerador de tensões socioespaciais tanto no plano doméstico quanto no plano das relações internacionais. Logo, é mais vantajoso que o governo incentive o investimento na melhoria de técnicas agrônômicas, nos processos de irrigação mais eficientes para a redução das perdas de água e na conservação do solo. Essas ações elevarão

86 VASCONCELOS, Gabriel; CONCEIÇÃO, Ana. Savanização da Amazônia terá custo incalculável para economia brasileira, diz Levy. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro; São Paulo, 19 abril 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/live/noticia/2021/04/19/savanizacao-da-amazonia-tera-custo-incalculavel-para-economia-brasileira-diz-levy.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.

a produtividade sem a necessidade de se incorporarem novas áreas para a produção agrícola.

Assim, os setores da sociedade comprometidos com o bem-viver das futuras gerações têm o dever de (re)pensar estratégias e caminhos para as políticas territoriais no Brasil. Não se pode perder de vista o fato de que, em 2020, o mundo foi sacudido com o surgimento de um vírus letal – o SARS-CoV-2. O coronavírus já infectou mais de 200 milhões de pessoas em todo mundo, provocou a morte de outros 4 milhões e só no Brasil foram 590 mil óbitos até o momento.

Há muitas controvérsias quanto à origem geográfica da pandemia. Porém, virologistas e outros estudiosos alertam para o fato de que as mudanças climáticas, mais a destruição dos reservatórios de biodiversidade como as florestas, savanas, etc., podem ocasionar o surgimento de surtos epidêmicos, tendo em vista que, por exemplo, Ebola, Sars e HIV saltaram de animais para humanos. Logo, à medida que as atividades socioeconômicas vão expandindo sobre as regiões de biodiversidade, a saúde dos seres humanos está em risco.^[87]

Conforme o levantamento realizado por Walfrido Tomas, juntamente com mais trinta pesquisadores, as perdas que o bioma Pantanal sofreu em decorrência dos incêndios ocorridos ao longo do ano de 2020, em termos de fauna, podem superar os 17 milhões de animais vertebrados. Devido a isso, estima-se que muitas espécies desconhecidas e não catalogadas tenham se perdido.

Considerando o contexto das mudanças climáticas, as políticas territoriais devem incorporar os pressupostos do desenvolvimento sustentável não apenas no discurso, mas nas estratégias de governança, de modo a contemplarem os diferentes segmentos sociais e seus interesses, sem desconsiderarem as pressões e interesses de atores que operam na escala internacional, como outros estados nacionais, empresas transnacionais, etc. A política de promover a flexibilização do controle ambiental engendra a expulsão dos povos originários de suas terras e agrava os problemas ambientais, sobretudo nas áreas pressionadas pela

87 BONILLA, Juan Miguel Hernández. Diretora de Meio Ambiente da OMS: “70% dos últimos surtos epidêmicos começaram com o desmatamento. **El País**, Brasil, 06 fevereiro 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-06/70-dos-ultimos-surtos-epidemicos-comecaram-com-o-desmatamento.html>. Acesso em: 6 fev. 2021.

expansão agrária, como é o caso do bioma Pantanal.

Por fim, líderes políticos da França e da Alemanha já se posicionaram contrários ao acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. A objeção ao negócio entre os dois blocos é que, para os europeus, a produção agropecuária brasileira expande-se sobre terras indígenas e sobre áreas de florestas, gerando conflitos socioambientais.^[88] Parece-nos que as sanções econômicas contra o Brasil já estão em curso. Desse modo, na ausência de uma governança estatal para a proteção da biodiversidade, observa-se o avanço de gigantes da tecnologia da informação, como a Amazon^[89], com objetivo de financiar projetos de reflorestamento com a ação de organizações não governamentais. Como se nota, reforçar as políticas públicas de proteção as áreas de biodiversidade não deixa de ser, na contemporaneidade, uma importante estratégia de segurança nacional.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. *Mastering Space: hegemony, territory and international political economy*. London/New York: Routledge, 1995.

BARAN, Katna. Seca no Rio Paraguai pode comprometer reestruturação de porto para escoamento de grãos. Folha de S. Paulo, 6 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/seca-no-rio-paraguai-pode-comprometer-reestruturacao-de-porto-para-escoamento-de-graos.shtml?origin=folha>. Acesso em: 6 ago. 2021.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 271-307.

BENEZATH, Aline de Assis et al. Análise do Impacto da Mudança do Clima na Precipitação sobre as Bacias do Rio Paraná e do Rio Paraguai através da Regionalização de Projeções Climáticas. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 42,

88 COSTA, Gabriel Bueno. *Macron: França não compra mais soja fruto de desmatamento, sobretudo da Amazônia*. Uol, São Paulo, 3 de setembro de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2021/09/03/macron-franca-nao-importa-mais-soja-fruto-do-desmatamento-sobretudo-da-amazonia.htm>. Acesso em: 3 set. 2021.

89 RAMOS, Camila Souza. *Reflorestamento ganha escala na Amazônia*. Valor Econômico, São Paulo, 3 de setembro de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/09/03/reflorestamento-ganha-escala-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2021.

n. 1, p. 695-707, 2019.

BONILLA, Juan Miguel Hernández. Diretora de Meio Ambiente da OMS: “70% dos últimos surtos epidêmicos começaram com o desmatamento. El País, Brasil, 6 de fevereiro 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-06/70-dos-ultimos-surtos-epidemicos-comecaram-com-o-desmatamento.html>. Acesso em: 6 fev. 2021.

CÉSAR, Rodolfo. Queimadas no Pantanal mataram quase 17 milhões de animais vertebrados. Correio de Corumbá, Corumbá 17 de setembro 2021. Disponível em: <http://www.correiodecorumba.com.br/index.php?s=noticia&id=41970>. Acesso em: 17 set. 2021.

CHIARETTI, Daniela. Aquecimento acelerou e o mundo tem de agir agora para evitar o pior, alertam cientista do IPCC. Valor Econômico, São Paulo, 9 de agosto de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/08/09/aquecimento-acelerou-e-o-mundo-tem-de-agir-agora-para-evitar-o-pior-alertam-cientistas-do-ipcc.ghtml>. Acesso em: 9 ago. 2021.

COSTA, Gabriel Bueno. Macron: França não compra mais soja fruto de desmatamento, sobretudo da Amazônia. Uol, São Paulo, 3 de setembro de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/09/03/macron-franca-nao-importa-mais-soja-fruto-do-desmatamento-sobretudo-da-amazonia.htm>. Acesso em: 3 set. 2021.

COSTA, Wanderley Messias. O estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

COUTO E SILVA, Golbery do. A geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

FELLET, João. As polêmicas sobre os planos do governo para facilitar venda de terras a estrangeiro. BBC News Brasil, Brasília, 9 de março de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39214595>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. Território, poder e biocombustíveis: as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. Corumbá (MS) e as Metamorfoses nas Políticas Brasileiras de Ordenamento Territorial e seus Impactos na Região de Fronteira Brasil-Bolívia. Geofronter, Campo Grande, v. 1, n. 3, p. 16-29, 2017.

FREITAS, Elisa Pinheiro; QUEIRÓS, Margarida Maria. O circuito produtivo dos agrocombustíveis no Brasil sob a ordem do liberalismo transnacional: do controle estatal à hegemonia corporativa. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 771-792, 2017.

FREITAS, Elisa Pinheiro de; ROSEIRA, Antonio Marcos; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Geopolítica do etanol: soberania energética e projeção internacional do Brasil (1930-2015). Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 45, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/>

confins/28332. Acesso em: 16 ago. 2020.

FREITAS, Elisa Pinheiro de; ROSSINI, Rosa Ester; QUEIRÓS, Margarida. O poder das empresas transnacionais sobre o território brasileiro. Reflexões a partir do sector sucroenergético. XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: el control del espacio y los espacios de control Barcelona, 2014, Anais. Disponível em: https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/39698659/XIII_Coloquio_Internacional_de_Geocrítica20151104-14818-yyxzb.pdf? Acesso em: 16 ago. 2021.

FROUFE, Célia. Investidores ameaçam sair do Brasil se destruição da Amazônia não parar, diz Financial Times. O Estado de S. Paulo, Londres, 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geralinvestidores-ameacam-sair-do-brasil-se-destruicao-da-amazonia-nao-parar-diz-financial-times,70003341860>. Acesso em: 23 jun. 2020.

GIRARDI, Giovana. Ricardo Galvão é exonerado do Inpe após críticas de Bolsonaro a dados do desmatamento. O Estado de S. Paulo, 2 de agosto de 2019. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/ricardo-galvao-e-exonerado-do-inpe-apos-criticas-de-bolsonaro-a-dados-do-desmatamento/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

GOLTZ, Elizabeth et al. Expansão de cana-de-açúcar e manejo da colheita na região da Bacia do Alto Paraguai. Revista GeoPantanal, UFMS/AGB, n. 10, p. 27-36, 2011.

GUIMARÃES, Lucy Teixeira et al. Uma proposta para avaliar sustentabilidade da expansão do cultivo da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. Sociedade & Natureza, 22(2), p. 313-327, 2010.

ÍNDIOS repudiam exploração de terras em carta ao Congresso escrita em encontro que reuniu mais de 600 indígenas em MT. G1 MT, 18 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/18/indios-repudiam-exploracao-de-terras-indigenas-em-carta-ao-congresso-escrita-em-reuniao-mobilizada-pelo-cacique-raoni.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2020.

LIMA, Maria Regia Soares de. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURREL, Andrew et al. Os Blocos e a ordem global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 43-100.

MAPBIOMAS. Desenvolvido pela organização não governamental MapBiomass. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NOBRE, Antonio Donato. O futuro climático da Amazônia. Relatório de Avaliação Científica. São José dos Campos, São Paulo, 2014. Disponível em: http://awsassets.panda.org/downloads/o_futuro_climatico_da_amazonia_versao_final_para_lima.pdf. Acesso em: 16 ago. 2021.

PEREIRA, Gabriel; CHÁVEZ, Eduardo Salinas; SILVA, Maria Elisa Siqueira. O estudo das unidades de paisagem do bioma Pantanal. Revista Ambiente & Água, v. 7, p. 89-103, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Gomes Dias de. Barreiras ambientais e seu impacto nas exportações brasileiras. Monografia de especialização. Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, 2009.

QUEIRÓS, Margarida; FREITAS, Elisa. As geopolíticas dos biocombustíveis e as novas correlações de forças entre Portugal, no contexto da União Europeia, e o Brasil. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012. Anais. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Elisa-Freitas-2/publication/236025048_As_geopoliticas_dos_biocombustiveis_e_novas_correlacoes_de_forcas_entre_Portugal_no_contexto_da_Uniao_Europeia_e_o_Brasil/links/0deec515d8f06a563d000000/As-geopoliticas-dos-biocombustiveis-e-novas-correlacoes-de-forcas-entre-Portugal-no-contexto-da-Uniao-Europeia-e-o-Brasil.pdf. Acesso em: 16 ago. 2021.

RAMOS, Camila Souza. Múltis do agronegócio dizem que “PL da grilagem” põe em risco suas compras no Brasil. Valor Econômico, 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/05/20/mltis-do-agronegocio-dizem-que-pl-da-grilagem-pe-em-risco-suas-compras-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2020.

RAMOS, Camila Souza. Reflorestamento ganha escala na Amazônia. Valor Econômico, São Paulo, 3 de setembro de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/09/03/reflorestamento-ganha-escala-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2021.

VASCONCELOS, Gabriel; CONCEIÇÃO, Ana. Savanização da Amazônia terá custo incalculável para economia brasileira, diz Levy. Valor Econômico, 19 de abril de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/live/noticia/2021/04/19/savanizacao-da-amazonia-tera-custo-incalculavel-para-economia-brasileira-diz-levy.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.

WATANABE, Phillippe. Queimadas atingiram quase 20% do território brasileiro nos últimos 36 anos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 de agosto de 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/08/queimadas-atingiram-quase-20-do-territorio-brasileiro-nos-ultimos-36-anos.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 16 ago. 2021.

A GEOGRAFIA POLÍTICA E A GEOPOLÍTICA DESDE A AMAZÔNIA

Gutemberg de Vilhena Silva^[90]

A dimensão espacial da Amazônia, com todas as suas características de natureza e de sociedade, permite leituras diversas sob os mais variados enfoques. A natureza, sempre no superlativo, mostra a abundância da hidrografia, da vegetação e do clima. A sociedade, com formas e tradições seculares, mas também modernas, impõe modos de uso e significados que muda(ram) ao longo da história, estabelecendo múltiplos olhares e diversas contradições no uso do território.

Como espaço multicultural e multinacional, a Amazônia pode, deve e precisa de interpretações em diversas escalas em virtude de seu papel, seja na escala mundial, por causa do clima da Terra por exemplo, seja na escala local, com o reconhecimento e a manutenção das populações tradicionais, seja nas diversas escalas transversais que se reconstruem e demandam estudos analíticos. Mais ainda: grande parte da sua população é urbana já há algum tempo, o que implica em formas distintas de políticas territoriais e “olhares” acurados pela lente da geografia. Neste século XXI, portanto, vários são os desafios que a Amazônia enfrenta e a geografia não pode se furtar a contribuir para o debate dos desdobramentos das ações empreendidas para a região Amazônica.

Pela importância que esta região possui, a Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (REBRAGEO) por meio da edição virtual do seu congresso, o IV CONGEO, promoveu uma mesa para debater a Amazônia (ver em https://www.youtube.com/watch?v=Ptyy7jIdtFY&ab_channel=REBRAGEOBrasil). Do debate

90 Professor do curso de Geografia do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) e em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal (PPGMDR) do Amapá (UNIFAP). E-mail: gutemberg@unifap.br

realizado, organizou-se esta seção do presente livro, reunindo três textos. Ricardo Gilson e Viviane Vidal iniciam abordando a expansão da fronteira agrícola em sete municípios do estado do Amazonas. O texto põe em evidência este tema incluindo a ação do Estado, de grupos econômicos e as tensões existentes sobre as Áreas Protegidas como variáveis para a compreensão da referida expansão. A ampliação da fronteira agrícola se caracteriza pela incorporação e transformação da natureza em ativos do capital agropecuário, industrial e financeiro, erodindo os pactos e ordenamentos territoriais vigentes quando estes se tornam obstáculos às bases do desenvolvimento econômico regional.

As políticas públicas mais centradas em fomentar o crescimento econômico regional já passam de meio século e essas ações estiveram direcionadas à extração e exportação de matérias primas que foram, em certa medida, estacionadas, contestadas e até combatidas desde os anos 1990 com o Brasil assumindo uma postura mais inclinada à preservação e conservação da Amazônia, fruto direto de pressões dos organismos internacionais, dos movimentos sociais, grupos ambientalistas, centros de pesquisa e universidades que mostraram a necessidade de uma racionalidade ambiental mais séria e engajada. Nos últimos anos, contudo, tem havido uma erosão sistemática de toda a proteção ambiental criada ao longo de décadas.

De modo geral, a expansão da fronteira sul do Amazonas se configura em uma geografia do conflito, justamente por possuir elementos contraditórios relacionados à mercantilização da natureza, quais sejam: pecuária, extração legal e ilegal de madeira, mineração, hidrelétricas, agronegócio, ou seja, economias extrativas que pressionam as Áreas Protegidas. Na dinâmica da fronteira, as Áreas Protegidas, que nos últimos dez anos foram consideradas como a possibilidade real para frear o desmatamento na região, na atual conjuntura política do Brasil, são indicadas como obstáculo territorial ao crescimento econômico da Amazônia. Os elementos novos na expansão da fronteira agrícola amazônica são as crescentes pressões dos agentes econômicos na erosão de dois pilares: os mecanismos institucionais que legitimam proteção ambiental e, ao mesmo tempo, a fragilização dos povos originários e das comunidades tradicionais em seus territórios.

Em seguida, o texto de Aiala Colares contextualiza a geografia do crime organizado e suas redes geográficas no contexto amazônico, uma região imensa e com vários acessos de difícil monitoramento. Dando ênfase ao tráfico de drogas, o autor evidencia que a América do Sul está em posição geográfica estratégica para o comércio de cocaína e maconha que chegam de países Andinos e que põe o Brasil como uma área- trânsito para que essas drogas cheguem em países europeus e africanos. Colares nos esclarece que essas redes do narcotráfico ganham eco em variadas escalas de ação que acompanham as demandas dos mercados internacionais. Trata-se, pois, de um “sistema aberto”, que cria e até potencializa as condições necessárias para o funcionamento do crime organizado. Colares aponta os estados do Amazonas e do Pará como os pilares para o funcionamento da estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia, embora as facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) demonstrem uma grande capilaridade por toda a Amazônia brasileira; e ainda: a dimensão geoestratégica que se atribuiu a Amazônia é hoje o principal fator que a coloca em uma condição de área de disputa entre as facções do crime organizado, completa o autor.

A seção finaliza com um texto escrito por Gutemberg de Vilhena Silva e Stephane Granger sobre a formação territorial das Guianas. Para eles, por mais de 9, 5 mil anos os indígenas reinaram absolutos na construção de territorialidades na região das Guianas, uma parte da Amazônia entre os rios Orinoco e Amazonas que margeia o oceano Atlântico. A partir do encontro dos “dois mundos”, metáfora que se refere ao contato dos indígenas com os exploradores europeus, tudo mudou e os últimos cinco séculos foram marcados por guerras, matanças, e diversas reestruturações territoriais nas Guianas. Por meio de uma perspectiva geopolítica, os autores examinam a relação local-global da região ao longo dos cinco séculos de contatos, demarcando fatos e contextos importantes na Europa que imprimiram mudanças significativas no espaço político das Guianas. Dos momentos relevantes, as grandes navegações, as revoluções burguesas e a Guerra fria foram os mais importantes para as transformações que ocorreram na região. Aliado a isso, há que se destacar o papel crucial de tratados de limites, com especial atenção para dois: o de Tordesilhas e o de Madri.

O texto conclui que a busca por riquezas e momentos de instabilidades na Europa, seja por recomposições territoriais lá existentes, seja por conflitos, determinaram reordenamentos importantes nas Guianas, que as tornaram o que são hoje, uma região complexa do ponto de vista geopolítico.

AMAZÔNIA, FRONTEIRA E ÁREAS PROTEGIDAS: DIALÉTICA DA EXPANSÃO ECONÔMICA E PROTEÇÃO DA NATUREZA^[91]

Ricardo Gilson da Costa Silva^[92]

Viviane Vidal da Silva^[93]

INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira, a aplicação de políticas públicas mais incisivas para fomentar o crescimento econômico completa seis décadas. Essas ações governamentais apresentaram objetivos que direcionaram à região a produção de matérias primas, convertendo a natureza em campo de acumulação do capital nacional e internacional.

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro assumiu uma postura direcionada à preservação e conservação ambiental e territorial da Amazônia, respondendo às pressões dos organismos internacionais, dos movimentos sociais, grupos ambientalistas, centros de pesquisa e universidades. O governo passou a adotar mecanismos de proteção à natureza no âmbito das políticas públicas territoriais, sobretudo nas ações estruturantes aplicadas na Amazônia, a exemplo do Programa Nossa Natureza (1988), que priorizou o ordenamento territorial da região com a institucionalização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico e a redução do elevado índice de desmatamento (Becker;

91 O artigo é resultado de projetos de pesquisas apoiados pelas instituições: FAPEAM, FAPERO e Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia-TJ/RO.

92 Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: rgilson@unir.br

93 Professora do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/Humaitá e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – PPCA/UFAM

Egler, 1997; Mello, 2006).

O esforço governamental foi adequar as atividades produtivas/econômicas extrativas com a proteção da natureza. Contudo, no contexto de reprodução do capital, marcado pela fase da globalização, percebeu-se duas situações conflitantes: a crescente expansão da fronteira agrícola tem consequência direta na fragilidade das Áreas Protegidas, o que impõem conflitos sociais de diversas ordens. Supõe-se que a criação de Áreas Protegidas pudesse conter o ímpeto do fluxo econômico por terra e recursos naturais. Contudo, a fronteira se caracteriza pela incorporação e transformação da natureza em ativos do capital agropecuário, industrial e financeiro, erodindo os pactos e ordenamentos territoriais vigentes quando estes se tornam obstáculos às bases do desenvolvimento econômico regional (Becker, 2007; Costa Silva, 2016, 2017).

Assim, o artigo problematiza a expansão da fronteira agrícola na Amazônia ocidental, especificamente no sul do estado do Amazonas, onde se localizam áreas institucionalizadas em Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs). Trata-se de uma região que reúne sete municípios, que nos últimos anos foram atingidos pelos fluxos econômicos da fronteira agrícola. Analisa-se a reestruturação da fronteira no sul do estado do Amazonas, seus elementos territoriais relacionados à ação do Estado, dos grupos econômicos e das disputas territoriais que se desenvolvem referentes às Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas).

Para melhor sistematização, o estudo está dividido em três partes: na primeira, qualifica-se a transformação da Amazônia em fronteira agrícola; em seguida, analisa-se, especificamente, a formação da nova fronteira agrícola no sul do estado do Amazonas; problematizando-se, na terceira parte, os conflitos que ora se apresentam na região estudada, seguido das indicações nas considerações finais do texto.

FRONTEIRA E ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA: OS CONTÍNUOS DILEMAS

O desenvolvimento econômico e a migração populacional na Amazônia brasileira foram mais incisivos a partir da década de 1960, quando um conjunto de políticas territoriais do Estado brasileiro

permitiu, de modo intensivo, a exploração dos recursos naturais na região (Mello, 2006), configurando-a em uma fronteira do capital nacional e internacional (Becker, 2007). Em tal período, a região se constituiu em uma fronteira da mercantilização da natureza sob a égide do Estado, ou seja, a fronteira traduz-se na metamorfose social da natureza em campo de acumulação do capital, em acumulação primitiva na ótica marxista, com impactos ambientais que continuam, contemporaneamente, a atingir o campesinato regional, os povos indígenas e as comunidades tradicionais em seus diversos territórios culturais (Porto-Gonçalves, 2001; Conceição; Ribeiro; Costa Silva, 2019).

Durante a Ditadura Militar (1964/1985), a estruturação da Amazônia como fronteira agrícola se fez com a aplicação de políticas de ocupação desenvolvimentista e de integração territorial. O I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1970/1972) gerou meios para a expansão da fronteira econômica no Brasil, priorizando as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. No âmbito do PND foi instituído o Programa de Integração Nacional - PIN (Decreto Lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970), que previa a construção de rodovias e estruturação da colonização agrícola, concentrando-se nos estados de Rondônia, Mato Grosso e ao longo da rodovia BR-230 (Transamazônica). Nesse período, as políticas territoriais foram compostas por um mosaico de projetos estruturantes formados pelo Programa para Integração Nacional (PIN), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, Programa Grande Carajás (PGC) e, no período democrático, os projetos Avança Brasil - Governo Fernando Henrique Cardoso - e Projeto de Aceleração do Crescimento - Governo Luís Inácio Lula da Silva (Kohlhepp, 2002; Porto-Gonçalves, 2001; Becker, 2007).

Nesse contexto, a colonização agrícola foi uma política territorial estratégica, sobretudo como alternativa à reforma agrária exigida pelos movimentos sociais do campo, simultaneamente à expansão de áreas agrícolas, processo que configurou a Amazônia como reserva espacial de reprodução do capital (Castro, 2005; Becker, 2007; Costa Silva, 2017). No II PND (1975-1979), por meio dos fartos incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias, o Estado garantiu também a colonização privada – para médios e grandes proprietários – e adotou a estratégia de ocupação produtiva na Amazônia, com forte ação no Mato Grosso.

Os incentivos fiscais gerenciados pela SUDAM – a principal agência estatal – permitiram aos grandes projetos agropecuários, minerais e agroindustriais, inserir na região a mercantilização da natureza como racionalidade da nova sociedade que se formava a partir da migração populacional. Esses novos migrantes da colonização privada, oriundos principalmente dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, povoaram o Mato Grosso, convergindo na produção de grãos (soja e milho), pecuária e madeira, o nexo econômico de reprodução social na fronteira, que já nascia *desamazônica* (Costa Silva; Conceição, 2017).

Foram criados 15 polos regionais que, por meio do Polamazônia, contaram com melhorias na infraestrutura e recursos financeiros. No II PND (1975/1979), o governo federal planejou reparar a economia nacional em função dos desajustes causados pela crise internacional como, por exemplo, a crise do petróleo de 1974 (Mello, 2006), abrindo a região aos fluxos intensivos de exploração da natureza.

Essas estratégias produtivas e territoriais atingiram seus objetivos para com as empresas nacional e internacional, na medida em que proporcionou a acumulação de capital, enquanto se intensificaram os conflitos socioterritoriais entre diferentes sujeitos sociais envolvidos nos projetos de integração. Áreas ocupadas por comunidades tradicionais foram pressionadas pelos novos sujeitos da fronteira, como os proprietários de terras e suas práticas de grilagem de terras públicas e pistolagem. Para os povos indígenas, os conflitos e invasões em Terras Indígenas (TIs) se tornaram mais recorrentes, e um dos mais graves conflitos ficou conhecido como o *Massacre do Paralelo 11*, ocorrido em 1963, quando foram assassinados cerca de 3.500 Cinta Larga, envenenados por arsênico, na reserva indígena Roosevelt, nos limites do estado do Mato Grosso e Rondônia.

Como corolário social, ampliou-se a degradação ambiental e as desigualdades socioeconômicas, visto que a região se configurava como fonte de recursos naturais para o fluxo econômico externo, marginalizando, principalmente, a população rural em seus múltiplos territórios. Nesse contexto, no final da década de 1980, intensificou-se o discurso referente à problemática ambiental, cujas preocupações com a conservação e preservação da natureza passaram a ser incorporadas nas

políticas públicas territoriais na região. Um dos importantes resultados foi a implantação do Programa Nossa Natureza (Decreto 96.944/88), sendo um qualificado instrumento para redução dos impactos ambientais na região e disciplinar a ocupação e a exploração econômica sustentável na Amazônia Legal.

No âmbito do Programa Nossa Natureza, ampliaram-se os debates referentes ao ordenamento territorial e à instrumentalização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, servindo como um moderno mecanismo de proteção ambiental e de gestão do território. Também foram ampliadas as atribuições do Estado no setor ambiental, com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), o Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei 7.797 de 10 de julho de 1989), o Programa Nacional de Meio Ambiente, com o apoio financeiro externo do BIRD, a criação de novas Unidades de Conservação (UCs), o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e o Plano Emergencial de Controle de Derrubadas e Queimadas na Amazônia Legal (Mello, 2006).

A partir dos debates ambientais em escala internacional, sobretudo após a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Eco-92 ou Rio-92 – a questão ambiental foi paulatinamente incorporada às políticas públicas territoriais do país, com forte ação na Amazônia. Ao longo dessa trajetória, cristalizaram-se, ao menos, dois campos antagônicos de projetos econômicos ativos na região que incorporavam a natureza de modos diferentes. Os povos indígenas, comunidades tradicionais, ambientalistas e parte do campesinato tradicionalmente amazônico advogam a defesa da natureza e dos territórios tradicionais em seus projetos socioeconômicos, enquanto o capital agropecuário, mineral, hidrelétrico, somados a parte da sociedade migrante, defendiam uma relação econômica intensiva na extração dos recursos naturais, com consequente desterritorialização dos povos amazônicos, processo contemporaneamente atualizado pelo agronegócio (Costa Silva, 2017).

Em atenção às contradições do desenvolvimento econômico, o Governo Federal, em conjunto com a sociedade civil organizada e organismos internacionais, instituiu, em 1990, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), uma iniciativa dos sete

países mais industrializados (G-7)^[94] e do Banco Mundial. O objetivo do PPG-7 foi reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia, a partir de cinco linhas de ações: experimentação e a demonstração de atividades que buscam conciliar a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico; conservação e criação de Áreas Protegidas; demarcação das Terras Indígenas; consolidação de instituições públicas responsáveis pelas políticas ambientais; cooperação e pesquisa científica. No âmbito da questão ambiental, na política territorial do PPG-7, a contribuição pode ser atribuída à realização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico e novas estratégias e políticas prioritárias, com foco no arco do desmatamento (Amazônia Central) e nos eixos de integração (Amazônia Ocidental).

Ainda que as perspectivas ecológica, de sustentabilidade ambiental e de desenvolvimento sustentável tenham influenciado os parâmetros das políticas públicas, as políticas territoriais na Amazônia continuaram atendendo a agenda da economia global, do capital transnacional, garantindo uma nova forma de produção introduzida pela globalização do mercado (Antoni, 2010). Nesse sentido, o Decreto 1.541 de 27 de junho de 1995, que regulamentou o Conselho Nacional da Amazônia Legal, segundo Madeira (2014), foi o “modelo” para inserir a Amazônia no “modelo de inserção competitiva”.

As políticas do governo brasileiro indicadas no Decreto 1.541/95, que integraram os Planos Plurianuais do governo de Fernando Henrique Cardoso (1996/1999), foram o *Programa Brasil em Ação* e *Programa Avança Brasil* (2000/2003), convergindo nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) a referência de ordenamento regional no Brasil, com fortes impactos territoriais na Amazônia, assumindo, assim, função estratégica para integrar áreas do Brasil e da América Latina. Os Eixos de Integração passaram a ser a base do governo brasileiro para o “modelo de inserção competitiva”, influenciando todos os demais programas governamentais (Madeira, 2014).

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003/2010), a Amazônia foi replanejada no âmbito do Plano Amazônia Sustentável (PAS), mantendo as políticas territoriais e ambientais anteriores.

94Formado em 1975, o G7 é composto pelos países mais ricos e industrializados do mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Neste Plano, lançado em 2008, apresentavam-se como objetivos a consolidação do modelo de desenvolvimento sustentável, combater processos de degradação ambiental, estabelecer diretrizes para o ordenamento territorial e gestão ambiental e integrar políticas de ordenamento territorial com políticas de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2008).

No âmbito do PAS, o governo encaminhou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), que reuniu os ministérios do Meio Ambiente, Defesa, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Integração Nacional, Desenvolvimento Agrário, dentre outros. Na fase I (2004-2008), o Plano teve diretrizes importantes, como a valorização da floresta para conservação e uso sustentável, ordenamento fundiário e territorial para combate à grilagem de terras públicas, criação de Unidades de Conservação e homologação de Terras Indígenas. Após a avaliação da fase I do PPCDAM, foram incorporadas à fase II (2012-2015) a gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, com parceria entre União, Estado e Municípios, estímulo à participação de diferentes setores da sociedade amazônica e incentivo ao comprometimento dos setores produtivos à conservação das florestas (Mello; Artaxo, 2017). No PPCDAM foram instituídas novas Áreas Protegidas e implementado o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter/INPE), contribuindo para a diminuição nas taxas de desmatamento no período de 2002 a 2012. Assim, as Áreas Protegidas foram incorporadas ao ordenamento e planejamento do território como instrumento para conservação da natureza, proteção ambiental e formação de territórios tradicionais.

Ainda como parte da gestão territorial e apoiado na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o artigo 26 define um novo instrumento de gestão, denominado de *mosaico de unidades*, que é constituído por um conjunto de Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, justapostas ou sobrepostas, áreas protegidas públicas ou privadas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, valorização das sociodiversidades e o desenvolvimento sustentável no contexto regional, com gestão integrada e participativa.

À vista disso, o Ministério de Meio Ambiente (MMA), conforme Portaria nº 332 de 25 de agosto de 2011, reconheceu o Mosaico da Amazônia Meridional (MAM), formado por quarenta (40) unidades de conservação de nível federal e estadual, abrangendo áreas dos estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e das Secretarias de Meio Ambiente dos três Estados envolvidos. O objetivo do MAM é evitar o avanço do desmatamento pelas atividades produtivas/extensivas da fronteira, ou seja, as pressões da pecuária, do garimpo, mineração, invasão de áreas públicas (grilagem), extração de madeira e soja. Como aplicação da política ambiental e territorial, o *Mosaico do Apuí* constitui uma iniciativa do governo do Estado do Amazonas para controlar o avanço do desmatamento, integrando Unidades de Conservação estaduais, em parte dos municípios de Apuí e Nova Aripuanã (região objeto deste texto).

Acompanhando as diretrizes ambientais do governo federal na gestão territorial na região Amazônica, o Estado do Amazonas instituiu, conforme Lei nº 3.417 de 31 de julho de 2009, o Macrozoneamento do Estado do Amazonas (MZEE), ordenando áreas dos municípios da fronteira sul do Amazonas como áreas produtivas da agropecuária, Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) e áreas potenciais para a criação de Unidades de Conservação. Tal política territorial atende a proposta e fundamentos do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, estabelecido pelo Decreto 7.378/2010 como instrumento de orientação à formulação e espacialização das políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente, assim como, orientar as decisões dos agentes privados.

Instituíram-se três mecanismos de ordenamento do território no âmbito do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal: territórios-redes, territórios-fronteiras e territórios-zona. Os territórios-rede compreendem o corredor de integração Amazônia-Caribe, as capitais costeiras, a mineração e outras cadeias produtivas, o entroncamento Pará-Tocantins-Maranhão, o eixo Araguaia-Tocantins, o complexo agroindustrial e o polo logístico. Os territórios-fronteiras abrangem a fronteira agroflorestal e pecuária, e as frentes de expansão, onde se localiza os municípios do sul do estado do Amazonas. Os

territórios-zona correspondem às áreas de floresta ombrófila densa e outras formações vegetais contínuas e com baixo grau de antropismo (DECRETO n. 7.378, 2010).

O ordenamento territorial, a partir do Macrozoneamento da Amazônia Legal e do Zoneamento do Estado do Amazonas, indica para a região a perspectiva de conservação/proteção da natureza e de contenção da fronteira agrícola. Por isso, ainda que o ordenamento territorial para a Amazônia tenha incorporado a perspectiva ambiental, o Estado brasileiro tem estimulado projetos de infraestruturas voltados à exploração intensiva da natureza que compromete a sociobiodiversidade da região, reconfigurando a fronteira no sul do estado do Amazonas, como se analisa na próxima seção.

O SUL DO ESTADO DO AMAZONAS: FRONTEIRA AGRÍCOLA E AMEAÇAS ÀS ÁREAS PROTEGIDAS

O ordenamento territorial atual no sul do estado do Amazonas é resultado das políticas territoriais ambientais federais e estaduais, que conferiram à região ênfases na conservação da natureza e nos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, materializados tanto em Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) como em novas modalidades de assentamentos rurais de uso sustentável da reforma agrária. Para alguns autores, esse contexto indicaria uma condição de pós-fronteira (Droulers; Le Tourneau, 2000; Coy *et. al.*, 2017), para outros, essa mesma condição de pós-fronteira aconteceria quando se esgotassem os estoques de terras livres e de recursos naturais (Browder; Pedlowski; Walker, 2008). Por outro lado, para Théry (2005) essa região é uma franja intermediária, uma condição indefinida de expansão de frentes pioneiras, por isso, é possível imaginar diferentes cenários em virtude do foco que se pretende com as políticas públicas. Na perspectiva das forças políticas e econômicas do agronegócio, o mercado de terras é a referência para a condição de fronteira agrícola global, tendo em vista as pressões para transferências em larga escala da terra pública para o setor privado, o que tem resultado em ações com vistas à redução e obliteração de Áreas Protegidas e Territórios Tradicionais (Costa Silva;

Conceição, 2017; Ribeiro *et. al.*, 2018).

Pode-se designar *lato sensu* a fronteira como a transferência da terra pública para o setor privado, a transformação da natureza em espaço de acumulação do capital. Significa que o processo histórico condiciona o advento de projetos econômicos que podem reconfigurar os elementos socioterritoriais das regiões com fronteiras, quase sempre representados na mercantilização da natureza, sua consequente exploração intensiva e campo de conflitos sociais (Castro, 2005; Mello, 2006; Becker, 2007; Costa Silva, 2017). Dessa forma, verifica-se a reestruturação da fronteira no sul do Amazonas, a partir de elementos contraditórios à perspectiva da sustentabilidade ambiental e conservação da natureza, como a pecuária, extração ilegal de madeira, projetos de mineração, garimpos, projetos energéticos, grilagem de terras em Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), que formam um corredor para, justamente, impedir o avanço do desmatamento (Silva *et. al.*, 2019). Essa reestruturação compreende distintas fronteiras dirigidas para exploração de diversos elementos da natureza, da terra (agrícolas e pastagens) e áreas em estágio de pós-fronteira (Wanderley, 2016).

Diferentemente das décadas passadas, em que a fronteira avançava nas terras devolutas, atualmente, com o ordenamento territorial, a reestruturação da fronteira se desloca para as Áreas Protegidas e florestas públicas não destinadas, ocasionando desmatamento e conflitos entre aqueles que resistem a todo esse processo de desterritorialização (indígenas, ribeirinhos, camponeses e extrativistas) e os agentes do capital (latifundiários, grileiros e empresas) em uma típica situação de conflitos socioterritoriais (Martins, 1997; Costa Silva, 2017; Leal *et. al.*, 2017; Silva *et. al.*, 2019).

As Áreas Protegidas estão no raio de ação da fronteira no sul do estado do Amazonas. Além de conservar/preservar as florestas tropicais, de modo geral, as UCs também impedem, ou freiam o deslocamento da fronteira para o extremo Norte do país. Hoje, essas novas UCs que foram instituídas à região pelo Estado totalizam trinta e duas (32) Unidades de Conservação federais e estaduais, com predominância das unidades de uso sustentável (RESEX, RDS, FLONA, entre outras), que permitem o uso econômico dos recursos naturais, conciliando apoio dos agentes econômicos em sua instituição e implementação sustentável.

A criação e implementação de Reservas Extrativista (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) estão relacionadas às pressões das comunidades ribeirinhas e extrativistas para refazerem seus modos de vida e assegurarem seus territórios tradicionais, e as Florestas Nacionais (FLONAS) são impulsionadas pelo próprio Estado para o ordenamento da exploração madeireira. Por outro lado, no sul do Amazonas estão localizadas trinta duas (32) Terras Indígenas (TI) e destas, trinta (30) estão regularizadas, uma (01) homologada e uma (01) em estudo, em sobreposição com o Parque Nacional de Matinguari e a Reserva Extrativista Ituxi.

Desde o governo militar (1964-1986), os eixos de circulação formados pelas rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-319 (Porto Velho/Manaus) atravessam os municípios do sul do estado do Amazonas, reconfigurando o espaço regional com projetos de colonização, produção agropecuária e madeireira. Esses eixos estruturantes transformaram e ainda transformam significativamente o espaço regional amazônico, sobretudo, na intensificação do desmatamento em áreas que há poucos anos não estavam no “radar” das pressões territoriais dos agentes privados (Silva *et. al.*, 2019; Costa Silva; Silva; Lima, 2019).

Assim, no sul do Amazonas, observa-se diferentes eixos estruturantes, tendo, sobretudo, a Transamazônica como motor impulsionador da economia da fronteira, fomentadas pelas dinâmicas territoriais dos estados do Pará, Rondônia e Acre (Costa Silva; Silva; Lima, 2019). Todos esses processos de expansão das atividades econômicas de exploração intensiva da natureza e de criação de novas Áreas Protegidas configuram o espaço regional, qualificando as diferenças e dialéticas na fronteira do sul do estado do Amazonas. Nesse aspecto, a fronteira converge para um espaço não plenamente estruturado, um espaço em disputa onde os diversos sujeitos e agentes atuam na conformação conflituosa de territórios, principalmente para os grupos sociais mais vulneráveis (Becker, 2007).

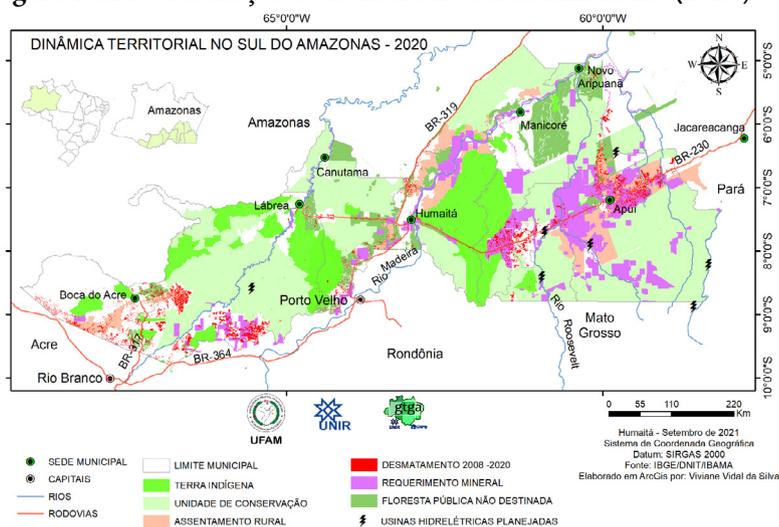
CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NO SUL DO AMAZONAS

Como anteriormente afirmamos, o movimento de reestruturação da fronteira atinge cada vez mais as Áreas Protegidas, por meio dos mesmos mecanismos econômicos que nas últimas décadas transformam as áreas mais remotas da Amazônia: extração de madeira, pecuária, desmatamento, agronegócios, exploração mineral, hidrelétricas e grilagem de terras. De Apuí à Humaitá sobressaem-se as frentes de exploração mineral, hidrelétricas e o agronegócio (soja). De Humaitá à Boca do Acre, intensificam-se a extração de madeira, pecuária, desmatamento e grilagem de terras (Figura 1).

A extração madeireira costuma ser a primeira atividade ilegal que inicia a fronteira, constituindo a base da economia na região afetada. Estrutura-se em um sistema complexo, desde processos tradicionais, passando por modos mais agressivos, como uso de motosserras, até os processos industriais de beneficiamento legal e ilegal (Castro, 2005). Na atualidade, a ilegalidade da economia madeireira atinge até os setores que supostamente estão parametrizados pelos indicadores de sustentabilidade ambiental, como se verifica nas inúmeras ações de fiscalização do IBAMA e da Polícia Federal, quando das apreensões de madeira ilegal sob a guarda de empresas madeireiras que executam, supostamente, o “manejo florestal”.

Como consequência, o crescimento da pecuária, assentado na perspectiva econômica da rentabilidade e da segurança, tem ocasionado elevada “corrida” pela terra, concentração fundiária e, principalmente, desmatamentos (Castro, 2005). Nesse caso, os assentamentos rurais da modalidade tradicional têm contribuído para o aumento da pecuária, do desmatamento e, contraditoriamente, da concentração de terra (Carrero; Fearnside, 2011; Leal *et. al.*, 2017). Em 2019, o desmatamento nos assentamentos localizados na área de estudo correspondeu a 36,54% do total de áreas desmatadas no sul do Amazonas, com destaque para os PA Rio Juma e Acari (Figura 1).

Figura 1: A reestruturação da fronteira no sul do Amazonas (2020)



Fonte: IBGE/DNIT/IBAMA/MMA/INPE/SIGMINE/ANEEL;

Organização: Autores.

O desmatamento associado, sobretudo, à extração madeireira e à pecuária, é uma outra característica da fronteira que se expande na região, objeto desta análise, cujo indicadores apresentam os municípios de Lábrea, Boca do Acre e Apuí com as maiores áreas desmatadas e maiores efetivos bovinos em 2018, contribuindo para que o Amazonas ocupe a quarta posição em número de efetivos de rebanho na Região Norte (IBGE, 2017).

A ação do agronegócio da soja nos estados de Mato Grosso e Rondônia impôs o deslocamento da pecuária e extração madeireira para a Amazônia sul ocidental.

Particularmente, no estado do Amazonas, o baixo preço da terra e dos custos de transporte (Rivero, *et. al*, 2009), relacionados ao aumento da demanda interna e externa de carne bovina e proximidade geográfica dos municípios que concentram grandes rebanhos bovinos nos estado de Rondônia (Porto Velho, Nova Mamoré, Ariquemes) e Mato Grosso (região concentrada no norte-noroeste), também contribuíram para a migração da pecuária dessas regiões para o sul do estado do Amazonas,

o que significa a expansão da fronteira em regiões preservadas e com Áreas Protegidas. Nesse contexto, amplia-se as pressões políticas para a abertura de áreas naturais, buscando sua suposta integração ao processo produtivo do capital agropecuário globalizado, ocasionando disputas por territórios pelos diferentes agentes, ou seja, Estado, capital, povos amazônicos e movimentos sociais (Costa Silva, 2015).

Com relação à exploração mineral, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), entre 1962 e 2020 foram feitas ao órgão 815 solicitações de registro de atividade nos municípios do sul do Amazonas. Desse total, 470 estão localizados em áreas de Unidades de Conservação, ou na zona de entorno de UCs, como Parques Nacionais e Estaduais, Florestas Nacionais e Estaduais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Extrativistas, e treze (13) estão no entorno de Terras Indígenas, sobretudo nos municípios de Manicoré, Novo Aripuanã e Apuí.

Muitas dessas solicitações foram feitas ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), anterior à criação das UCs, indicando que a fronteira mineral tende a se expandir, mesmo que agora essas áreas estejam protegidas. Ainda que a maioria dessas solicitações não tenham sido autorizadas, em virtude da criação das UCs, no ano de 2020 constam, no banco de dados do órgão, trinta e um (31) processos de interesses minerários, como requerimento de pesquisa e requerimento de lavra no interior de UCs.

Desta forma, deve-se admitir que as UCs vivenciam certa “vulnerabilidade política”. Considerando as políticas de integração ao mercado internacional. Atualmente, o Estado manifesta a intencionalidade em alterar as tipologias e redução de Áreas Protegidas, acenando à incorporação dessas áreas ao estoque de terras na fronteira, ou seja, a transferência de terras públicas para o domínio privado. A exemplo dessa situação cita-se a proposta de um grupo de parlamentares amazonenses que sinaliza a redução de Áreas Protegidas de 2,83 milhões para 1,78 milhões de hectares, afetando diretamente a Área de Proteção Ambiental dos Campos de Manicoré, as Florestas Nacionais de Aripuanã e de Urupadi, a Reserva Biológica do Manicoré e o Parque Nacional do Acari. Estudos realizados pelo Instituto Socioambiental identificaram que a redução das áreas coincidia com as áreas que foram solicitadas para

exploração mineral antes da criação dessas Unidades.

Outro instrumento legal que concretiza esse processo foi a Lei 12.678, de 25 de junho de 2012, que alterou os limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, localizadas nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia. As áreas excluídas dessas Unidades de Conservação serão destinadas tanto à regularização fundiária, quanto às áreas de alagamento de hidrelétricas.

Também, analisa-se no Congresso Nacional a flexibilização do ordenamento jurídico das Terras Indígenas para permitir atividades econômicas como mineração, extração de madeira, hidrelétricas, agropecuária, agronegócios e outras. Portanto, existe o *espaço do conflito nas Áreas Protegidas* e seus limites, e o *espaço do conflito institucional* no âmbito do Congresso Nacional, encaminhando as duas frentes de ação do capital agropecuário, mineral, hidroelétrico (economia extrativa e finanças) e outras frações interessadas no desmantelamento jurídico das Áreas Protegidas e dos Territórios Culturais.

Os projetos de produção de energia e grandes infraestruturas também estão presentes na fronteira sul do estado do Amazonas. Tais projetos foram denominados por Lima e Costa Silva (2018) como *hidroestratégias*, ou seja, ações do Estado associadas com o capital industrial que projetam à Amazônia um espaço de acumulação e intensa mercantilização dos recursos hídricos. Nesse sentido, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, estão previstas a construção de onze (11) hidrelétricas, sendo seis (06) usinas hidrelétricas e cinco (05) pequenas centrais hidrelétricas na fronteira sul do Amazonas, o que contribui para formar um campo de pressão político-territorial para flexibilizar ou converter áreas naturais em território das hidroelétricas. Essa estratégia, aliada aos eixos de circulação, sobretudo as rodovias BR-230 e BR-319, favorecem a expansão do capital na fronteira, levando à expropriação das comunidades tradicionais e reforçando a narrativa do agronegócio de que as Áreas Protegidas impedem o desenvolvimento econômico da região.

Atualmente, na fronteira agrícola do sul do Amazonas observamos o que Santos (2008) denominou de sistemas de objetos e

de ações que reconfiguram Humaitá, o principal município/cidade da região. Essa geografia se materializa na construção de novos portos fluviais no rio Madeira para atender a produção de soja (Porto Graneleiro do Grupo Masutti) e a construção do Anel Viário, que possibilitará a fluidez do transporte rodoviário dos grãos de Rondônia e Mato Grosso. Adiciona-se à reconfiguração territorial a recente construção da ponte do rio Madeira, ligando Porto Velho (RO) à Humaitá (AM), o que tende a acelerar o fluxo e a armazenagem de grãos de soja e milho no porto graneleiro de Humaitá, assim como, o deslocando da pecuária para região de Humaitá e Canutama, como observado em trabalhos de campo.

O avanço da pecuária, da extração de madeira e dos projetos de extração mineral e energéticos converge como um conjunto de pressões político-territoriais relacionado às mudanças nas políticas de gestão ambiental e territorial, a exemplo das alterações do Código Florestal (2012), alterações no Código de Mineração (2018), alterações no Projeto Terra Legal (Lei 11.952/09 e a Lei 13. 465/2017), que ficou conhecida como a “MP da Grilagem”, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural, no âmbito da Amazônia Legal (Ribeiro *et. al.*, 2018). As alterações nos instrumentos jurídicos e normativos de gestão do território permitiram aos diversos capitais/empresas a se apropriarem da natureza e dos territórios, muitas vezes legalizando terras griladas e, assim, expandindo a fronteira em Áreas Protegidas sob o signo da violência.

Como resposta do Estado brasileiro para conter o avanço do desmatamento na região Amazônica e as invasões de terras públicas, dentre vários instrumentos jurídicos, certamente a institucionalização de Áreas Protegidas – entendidas com Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Áreas Quilombolas – e a fiscalização interinstitucional mais ampla foram os mecanismos com maiores efetividades na região, o que permitiu a redução da taxa de incremento do desmatamento no período de 2005 a 2012, aumentando, no período de 2013 a 2018 (INPE/PRODES, 2019).

Contudo, no plano interno da ação governamental, apesar da inclusão das Áreas Protegidas no contexto de gestão e ordenamento do território pelo Estado, percebe-se a fragilidade endógena que tem possibilitado a geração de conflitos no sul do Amazonas. Em especial,

algumas UCs, tanto de proteção integral, quanto de uso sustentável, não têm a plena regularização fundiária; outras sem plano de manejo, conselho gestor e a falta/escassez de funcionários públicos para o gerenciamento das UCs.

Essas fragilidades permitiram, no plano externo, a sobreposição de áreas de diferentes usos, invasões de pecuaristas, garimpeiros, madeireiros, grileiros e, por consequência, as frentes de desmatamento, reconfigurando a fronteira nos limites, e dentro do território de algumas dessas Áreas Protegidas. Segundo os dados do INPE, em 2019, tanto as UCs quanto as TIs tiveram áreas desmatadas no seu interior (49,75km² e 22,04km², respectivamente). Nas UCs, o desmatamento concentrou-se no PARNA dos Campos Amazônicos, localizado nos estados do Amazonas e Rondônia e nas TIs localizadas, sobretudo, nos municípios de Porto Velho, Lábrea e Boca do Acre.

Tal conjuntura tem acirrado os conflitos por terra e território. No sul do Amazonas, os conflitos envolvendo posseiros, extrativistas, indígenas e pequenos produtores ocorrem nos municípios que relativamente não figuravam como região de conflitos agrários, a exemplo do município de Boca do Acre, que nos últimos anos se qualificou com expressivo crescimento em conflitos pela terra (CPT, 2018).

Portanto, a expansão da fronteira no sul do Amazonas tende a incorporar as Áreas Protegidas como campo de disputa. O governo, em suas diversas esferas e agências, tanto pode inibir a fronteira, como favorecer sua expansão, constituindo também um campo de disputa institucional, o que sugere que a fronteira não está somente alicerçada na sociedade e nos agentes econômicos, mas nas esferas governamentais que imprimem a transformação no sul do estado do Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia brasileira vem se transformando, desde o período militar, em fronteira econômica do Brasil, assentada em projetos hidrelétricos, minerais, agropecuários e migração populacional.

A cartografia dessas dinâmicas territoriais se expressa no aumento populacional, principalmente nas cidades, impactos ambientais e territoriais, desmatamentos e grilagem de terras públicas, somadas

às inúmeras tensões socioterritoriais que impuseram à Amazônia uma fronteira do conflito. No âmbito da expansão da fronteira, os processos já experienciados em décadas passadas nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, contemporaneamente, assumem proeminência na Amazônia Sul-Occidental, particularmente no sul do estado do Amazonas.

De modo geral, a expansão da fronteira sul do Amazonas se configura em uma geografia do conflito, justamente por possuir elementos contraditórios relacionados à mercantilização da natureza, quais sejam: pecuária, extração legal e ilegal de madeira, mineração, hidrelétricas, agronegócio, ou seja, economias extrativas que pressionam as Áreas Protegidas. Na dinâmica da fronteira, as Áreas Protegidas, que nos últimos dez anos foram consideradas como a possibilidade real para frear o desmatamento na região, na atual conjuntura política do Brasil são indicadas como obstáculo territorial ao crescimento econômico da Amazônia.

O que se apresenta como elementos novos na dinâmica da fronteira agrícola amazônica nos parece ser as crescentes pressões dos agentes econômicos, com apoio de agências estatais, em erodir o estatuto jurídico das Áreas Protegidas e dos ordenamentos territoriais que protegem a natureza, os povos originários e as comunidades tradicionais em seus territórios culturais. Nessa leitura, indica-se que a questão da terra se deslocou para a questão social dos territórios normados (Áreas Protegidas).

Em síntese, a expansão da fronteira na Amazônia se desloca para as áreas demarcadas, áreas públicas destinadas à conservação/proteção ambiental e aos territórios tradicionais dos povos e comunidades amazônicas. Nesses espaços protegidos, os diversos grupos econômicos impõem a violência e o crime ambiental como mecanismo de pressão para alicerçar os projetos de mercantilização da natureza vinculados à reprodução econômica do capital.

REFERÊNCIAS

- ANTONI, G. O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, v.13(2), 209-311, 2010.
- BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BECKER, B; EGLER, C. A. G. Detalhamento da metodologia para execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos estados da Amazônia Legal. Brasília, DF: MMA/SAE, 1997.
- BRASIL. DECRETO n. 7.378, de 01 de dezembro de 2010. (2010). Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal – MacroZEE da Amazônia Legal e altera o Decreto n.4.297 de 10 de julho de 2002, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm. Acesso em: 01 de julho de 2019.
- BROWDER, John; PEDLOWSKI, Marcos; WALKER, Robert. Revisiting theories of frontier expansion in the Brazilian Amazon: a survey of the colonist farming population in Rondônia's post-frontier, 1992-2002. *World Development*, v. 36, n. 8, p. 1469-1492, 2008.
- CARRERO, G. C.; FEARNSIDE, P.M. Forest Clearing Dynamics and the Expansion of Landholdings in Apuí, a Deforestation Hotspot on Brazil's Transamazon Highway. *Ecology and Society*, 16(2): 26, 2011.
- CASTRO, E. Dinâmica Socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, 8(2), 5-39, 2005.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. (Relatório Técnico), Goiás, Goiana, CPT Nacional, 2018.
- COSTA SILVA, R. G. Agentes, procesos y conflictos en la gestión territorial en el estado de Rondônia (Brasil). *Polis, Santiago*, v. 15(45),319-344, 2016.
- COSTA SILVA, R. G. Da apropriação da terra ao domínio do território: as estratégias do agronegócio na Amazônia Brasileira. *Internacional Journal of Development Research*, v. 07(12), 17699-17707, 2017.
- COSTA SILVA, R. G; CONCEICAO, F. S. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. *GEOGRAPHIA (UFF)*, v. 19, p. 54-72, 2017.
- COSTA SILVA, R. G.; SILVA, V. V.; LIMA, L. A. P. Os novos eixos da fronteira na Amazônia Ocidental. *Confins*, v.43, 2019.
- CONCEICAO, F. S; RIBEIRO, A. F. A; COSTA SILVA, R. G. (Des)encontros entre a estrada e o rio: o caso da Gleba da Bota no oeste da Amazônia paraense. *Revista Geonordeste*, v. XXX (1), 6-25, 2019.
- COY, M.; KLINGLER, M.; KOHLHEPP, G. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-

ecológico. *Confins* 30, 1-41, 2017.

DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F.M. Amazonie: la fin d'une frontière? *Caravelle*, nº75, 109-135, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. IBGE, Rio de Janeiro, 2017.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.16(45), 37-61, 2002.

LEAL, M. L. M.; SILVA, V. V.; FULAN, J. .; SOUZA, A. L. Uso da terra e a legislação florestal no projeto de assentamento Matupi, AM. *Boletim de Geografia (ONLINE)*, v. 35, p. 122-133, 2017.

LIMA, L. A. P.; COSTA SILVA, R. G. Cartografia das hidroestratégias na Amazônia brasileira. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.12(28), 129-142, 2018.

MADEIRA, W. do V. Plano Amazônia sustentável e desenvolvimento desigual. *Ambiente & Sociedade*, v.17(3), 19-34, 2014.

MELLO, N. A. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo, Brasil: Annablume, 2006.

MELLO, N. G. R., ARTAXO, P. Evolução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.66,108-129, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia, Amazônias. São Paulo, Brasil: Contexto, 2001.

RIBEIRO, A. F. A.; SANTOS, J. L.; COSTA SILVA, R. G; RODRIGUES, C. B. P. A agenda territorial do agrohidronegócio em tempos de golpe: análise da “nova” lei de terras do Brasil. *OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPPB)*, v. 12, p. 678-698, 2018.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, V.V.; SILVA, R. G. da C.; LIMA, L. A. P. A estruturação da fronteira agrícola no sul do estado do Amazonas. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 5, n. 1, p. 67 - 82, 2019.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 53, p. 37-49, 2005.

WANDERLEY, L. J. de M. Repensando a noção de fronteira no contexto da reestruturação espacial da Amazônia no século XXI. *Terra Livre – N. 46 (1)*: 13-48, 2016.

GEOGRAFIA DAS REDES DO CRIME ORGANIZADO NA AMAZÔNIA

Aiala Colares Oliveira Couto^[95]

ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS

Nesta segunda década do século XXI, observa-se uma crescente presença do crime organizado na Amazônia, sobretudo, relacionado ao tráfico nacional e internacional de drogas. Este fato, que traz reflexões importantes acerca das políticas de segurança e defesa do território, apresenta também a necessidade de se pensar em políticas públicas para as cidades da região. O território brasileiro na América do sul encontra-se em uma posição geográfica estratégica para o comércio de cocaína e skunk (super maconha) originárias pelos países Andinos. Essa localização coloca o Brasil como uma área trânsito para a passagem da droga em direção a África e Europa, além de ser um mercado consumidor ponte.

O texto aqui escrito é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Cartografias da Violência na Amazônia” em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com a Universidade do Estado do Pará (UEPA). O objetivo é analisar a geografia das redes de facções criminosas na Amazônia. Assim, serão apresentados mapas que demonstram a lógica de organização espacial do narcotráfico na Amazônia, onde o crime organizado em redes expressa uma sinergia que organiza territórios.

A Amazônia já enfrenta uma diversidade de conflitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que tem relação com as mais variadas formas de ocupação do espaço e de organização de atividades produtivas. O modelo de *economia de fronteiras*, como apontado por Becker (1991), trouxe uma rápida reestruturação do território e instalação de um modelo de economia de fronteira que contribui para as mais

95 Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: aialacouto@uepa.br

variadas problemáticas.

O crescimento do mercado de cocaína forçou o crime organizado do narcotráfico a ampliar sua escala de atuação para a manutenção do controle da produção, transporte e distribuição da droga. A análise empírica aqui deixa evidente a importância da Amazônia brasileira para as redes do narcotráfico internacional. Em 2016 por exemplo, o relatório do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes (UNODC) destacou que a economia da droga se apresenta enquanto uma verdadeira indústria que, na última década do milênio, chegou a faturar US\$ 870 bilhões. Desse modo, a concentração no comércio do tráfico de drogas chega a 1,5% de todas as riquezas que são produzidas e que correspondem ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e, portanto, chega a movimentar 40% das outras atividades ilegais lucrativas do crime organizado, tais como tráfico de armas, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro.

O relatório da UNODC (2016) faz referências ao aumento do consumo de cocaína no Brasil, que tem, em parte, relação com a sua localização geográfica junto aos principais produtores de cocaína (Bolívia, Colômbia e Peru). Isso atraiu para a região as facções do Sudeste do Brasil como; o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) e, também, deu margem para o surgimento de facções regionais a exemplo da Família Do Norte (FDN) e Comando Classe A (CCA), grupos com ligações com outros pelo Brasil e alguns, inclusive, em contato com os cartéis Colombianos.

A metodologia da pesquisa que originou este texto buscou alcançar o objetivo proposto, por isso, a revisão bibliográfica e análise documental corresponderam à primeira etapa da pesquisa. A segunda etapa foi o trabalho de campo em algumas cidades consideradas estratégicas para as redes do tráfico de drogas no estado do Pará. Em campo, realizou-se entrevistas com agentes de segurança pública, advogados e indivíduos que fizeram parte de alguma facção criminosa atuando na região. Por fim, ocorreu a sistematização dos dados primários e secundários que contribuiram para a elaboração dos mapas temáticos.

A RELAÇÃO MULTIESCALAR DO NARCOTRÁFICO: TERRITÓRIOS E REDES

As redes do narcotráfico produzem uma relação multiescalar que acompanha processos dinâmicos de organização espacial dos mercados globais. Essa dimensão geográfica em redes que o narcotráfico promove é um sistema aberto que se territorializa criando as condições necessárias para o funcionamento da trama que atende aos interesses do crime organizado. Nesse sentido, a globalização deu mais impulso para o crescimento do mercado das drogas que são então, desenhados por uma geografia das redes ilegais e suas relações de poder, pois as redes “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (RAFFESTIN, 1993, p. 200). Ou mais ainda, “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes modifica, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 497).

Para as ações estratégicas do crime organizado a partir do narcotráfico, as redes se constituem importantes ferramentas para a organização dos territórios, onde, na produção econômica que o mercado da droga promove, as redes aparecem como causadoras de “ordens” e de “desordens”, as quais são impostas sobre a sociedade a partir de relações de poder que vem de cima para baixo surgindo então, territórios-redes ou territórios em redes, “assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 280).

Os fluxos de drogas que dão sobrevida para o narcotráfico desafiam as políticas de segurança pública dos Estados nacionais, sendo possível dizer até que hoje é um tema que, além da agenda da defesa, o debate sobre drogas faz parte das agendas de saúde pública e segurança humana.

O narcotráfico envolve várias atividades que o tornam cada vez mais poderoso e multinacional, como; lavagem de dinheiro, tráfico de armas, tráfico de pessoas e exploração sexual, dentre outros. As relações

que esse mercado desenvolve são múltiplas e têm poder para corromper os mais diversos agentes políticos e sociais, em função de toda essa relação, torna-se mais complexo compreender essa organização.

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2005), verifica-se, do ponto de vista econômico, que o espaço mundial se caracteriza por maior flexibilidade e certa horizontalidade nas relações entre empresas e regiões. Ao mesmo tempo, os processos de globalização, na fase atual de globalização neoliberal, acentuam brutalmente as desigualdades, a exclusão e/ou segregação socioespacial (com índices crescentes de desemprego) e a exploração (com reintensificação do trabalho escravo, por exemplo). A onda de privatização neoliberal que hoje começa a ser contestada levou a uma mercantilização desenfreada, a qual atinge os mais diferentes domínios da vida humana e inclui a expansão dos circuitos ilegais, como os tráficos de toda ordem, incluindo o tráfico de crianças e órgãos.

O Relatório do Escritório da Nações Unidas Sobre Crimes Globais (UNODC, 2021) aponta que o número de consumidores de cocaína no ano de 2019 era de 20 milhões de pessoas em todo o mundo. Após um considerável crescimento da área global de cultivo de cocaína entre 2013 e 2017, onde essa área mais que dobrou, em 2018 esse crescimento sofreu uma estabilização e caiu 5% no ano seguinte. A redução em 9% de área de cultivo na Colômbia foi o motivo desse decréscimo, enquanto continuou estável no Peru e na Bolívia, em 10%. Ainda assim, em 2019 a área de cultivo global ainda era a maior na Colômbia, representando dois terços do total, enquanto Peru representa pouco menos de um quarto e Bolívia representa 11%. O relatório diz que, em 2020, apesar de algumas interrupções causadas pela pandemia mundial de COVID-19, o cultivo de coca não foi afetado significativamente nesses três países.

Ou seja, os países da Comunidade Andina Bolívia, Colômbia e Peru continuam em destaque como centro produtores de coca e, embora tenha tido uma queda na produção, o uso de cocaína permanece elevado na América do Norte, mesmo diminuído desde 2006. O relatório também destaca que, no caso da América do Sul e da África, há um crescimento no uso de cocaína devido à expansão do narcotráfico por esses continentes. São países que internamente enfrentam problemas de

vulnerabilidades sociais e precariedades.

A globalização dos mercados e a facilidade e agilidade na fluidez do dinheiro e das informações por meio da internacionalização do sistema financeiro, e mais, as mudanças nos meios de transportes tornando-os mais acelerados, ajudam a desenhar essa geografia das redes do narcotráfico, potencialmente propícia para o fortalecimento do crime organizado e suas múltiplas variações de atividades.

A ameaça transnacional do tráfico de drogas é, sem dúvida alguma, uma espécie de “inimigo invisível” que coloca em risco a soberania dos Estados nacionais. A característica empreendedora dessa atividade econômica ilícita, ao se fortalecer, consegue ampliar sua escala de atuação em níveis locais, nacionais e internacionais. Para Rodrigues (2012, p. 7), “a inquietação causada por essa prática proibida é intensa porque ela é apresentada como um inimigo sem rosto, uma força potente e difusa difícil de ser localizada e que se oculta como um animal arduoso”.

As redes acompanham o processo de evolução da humanidade, obtendo agora alcance e posição privilegiados no campo das Ciências Sociais. Por isso, o termo adquiriu várias definições e significados. Contudo, à medida que avança a revolução científica e tecnológica, o termo torna-se mais complexo e adquire novos sentidos. Logo, torna-se imprescindível uma análise dos territórios a partir das redes.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas (SANTOS, 1979, p. 139).

Para Raffestin (1993, p. 204), “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando-o território: tanto libera quanto aprisiona. É o porquê de ser o instrumento, por excelência, do poder”. A dimensão apresentada aqui por Raffestin (1993) considera as relações de poder que as redes impõem, criando mecanismos de controle e dominação, transformando-se em territórios ou territórios-rede. É dessa forma que o narcotráfico vem se territorializando e se articulando para manter determinados espaços geográficos sob sua influência.

A concepção teórica sobre o território para se compreender as redes do narcotráfico pode se dar pela perspectiva de Haesbaert (2004), ou seja, pelas percepções de territórios-rede e território-zona. Isso porque os territórios-rede do narcotráfico são redes geográficas, as quais segundo Corrêa (1999, p. 107):

um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si “por um certo número de ligações”. Justamente como ocorre nas formas de organização espacial do narcotráfico, pois cidades tornam-se “nós” pelos quais conectam fluxos de drogas que abastecem os mercados. Assim, as cidades enquanto “nós” de uma rede são importantes para a fluidez da droga. Para Santos (1996, p. 219), “a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica. Ela alcançaria as consequências atuais se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas formas de ação.

Sobre as redes, “as definições e conceituações se multiplicam, podendo admitir que se enquadre em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, na qual é também levado em conta o dado social” (SANTOS, 1996, p. 262).

As redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido. Os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como fatores centrífugos (SANTOS, 1996, p. 278).

O autor destaca que a “rede global é a forma do espaço”, é a fluidez do efeito das reestruturações sobre as fronteiras, a qual é sua principal característica. Assim, o lugar onde a rede organiza sua ação arrumadora do território é um agregado de relações ao mesmo tempo internas e externas. Atuam aqui a contiguidade e a nodosidade: a contiguidade é o plano que integra as relações internas em uma única unidade de espaço, nesse caso, horizontalidade; já a nodosidade é o plano que integra as relações externas com as relações internas da contiguidade, nesse caso,

verticalidade. Cada ponto local da superfície terrestre será o resultado desse encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade (SANTOS, 1996).

É assim que funciona a organização do narcotráfico através da qual as “cidades-nós” de um conjunto mais amplo de relações verticais fundamentam toda a estrutura da economia do crime sobre o espaço geográfico. No entanto, é preciso também considerar que internamente essas relações verticais criam condições para relações mais horizontais a partir de redes sociais que se formam em função da dinâmica social e política da economia do crime. Desse modo, as relações de poder do narcotráfico “estão presentes em todas as estratégias desencadeadas pelos atores para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (RAFFESTIN, 1993, p. 200).

Para Haesbaert (2004, p. 149), a rede seria o “espaço organizado a partir de relações sociais que priorizam a mobilidade e a fluidez, por meio de linhas ou dutos e polos ou nós (conexões), necessários à dinâmica dos fluxos (materiais ou imateriais) que o fundamenta”. Assim, as redes assumem um papel bastante dinâmico no mundo contemporâneo, ou seja, o de enraizar e fixar pontos estratégicos que promovam determinada configuração territorial que demonstre, de alguma forma, o poder que elas detêm, pois:

A estruturação de uma sociedade em rede não é, obrigatoriamente, sinônimo de desterritorialização, pois em geral significa novas territorializações, aquelas em que o elemento fundamental na formação de territórios, a ponto de quase se confundir com eles, é a rede (HAESBAERT, 2004, p. 279).

Decerto, o processo de territorialização do narcotráfico depende da ação das redes. Redes e território se complementam em uma relação que se apoia também na revolução tecnológica presente na globalização contemporânea. Uma lógica organizacional do capitalismo global aproveitada pelo crime organizado, que permite a fluidez de seus fluxos de capitais em forma de lavagem de dinheiro, pessoas, informações e mercadorias (drogas e armas). Desse modo, neste início de século, Moreira (2008) vai destacar que uma nova realidade, apoiada não mais nas formas antigas de relações do homem

com o espaço e a natureza, mas nas que exprimem os conteúdos novos do mundo globalizado, traz consigo uma enorme renovação nas formas de organização geográfica da sociedade.

Diante desse contexto, “as cidades se convertem em nós de uma trama. Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidades, a cidade vira um ponto fundamental de tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede”. As cidades tornam-se, assim, os nós articulados das redes em constantes movimentos, em fluxos dos mais diversos e que compõem as estruturas sociais resultantes das atividades humanas (MOREIRA, 2008, p. 162).

As cidades que se convertem em nós da trama, definidas aqui como “cidades-nós” do narcotráfico, são aquelas que estão conectadas por meio da organização, da comunicação, dos transportes e das informações orientadas pelas redes do narcotráfico em nível local, regional e global, tornando-se a base operacional para a configuração geográfica dos territórios-rede.

As cidades sob a influência das redes do narcotráfico tornam-se redes geográficas:

As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum (CORRÊA, 1999, p. 200).

Para Corrêa (1999), a rede se torna geográfica quando a consideramos em sua espacialidade. A rede em tela está, de fato, espacializada, mas nem sempre a consideramos sob esse ângulo. Para o autor, a passagem de uma rede social para uma rede geográfica se dá quando assim a consideramos, a despeito de sua necessária espacialidade expressa em localizações qualificadas, e com interações espaciais entre elas.

Assim, a rede geográfica só existe mediante essas interações

espaciais, as quais surgem como reflexos do conteúdo social que cada localidade promove e que dão sentido ao seu funcionamento e à sua condição de existência enquanto uma rede ou enquanto um conjunto de pontos conectados e especializados sobre as regiões.

Sendo assim, o narcotráfico forma uma rede social do crime que está presente nas “cidades-nós”, uma rede social que se espacializa em determinados recortes dando suporte necessário para a formação de uma rede geográfica. Com efeito, as redes definem determinadas territorialidades e a presença delas se dá pela demonstração do exercício do poder, poder este capaz de transformar as cidades em “nós” de uma rede territorializadora do crime e desterritorializadora do Estado.

GEOGRAFIA ESTRATÉGICA DAS REDES DO CRIME ORGANIZADO PARA A AMAZÔNIA

Início essa parte do texto com a afirmação de que as facções do crime organizado relacionadas ao tráfico de drogas criam estratégias que partem de uma interpretação geográfica da organização do espaço e seus elementos da natureza. Essa afirmação parte de um olhar sobre a Amazônia, considerando a sua posição e extensão geográfica que contribuem para as ações das redes do narcotráfico. Assim, a posição geográfica da região amazônica torna as redes dependentes de uma articulação que deve passar por este imenso território construindo uma interação que envolve produção, circulação e consumo. Por outro lado, a extensão é a atuação dessas redes do narcotráfico em uma escala mais ampla que vai do território brasileiro aos mercados globais (Europa e África).

Em relação aos mercados globais da cocaína, o relatório do Escritório das Nações Unidas Sobre Crimes Globais (2021) apresentou dados importantes acerca da fabricação desta droga ilícita que reafirma o ponto de vista defendido aqui em relação ao papel importante da Amazônia para o circuito internacional do tráfico de cocaína. Isso porque, segundo o relatório da UNODC (2021), a fabricação de cocaína atingiu níveis recordes em 2019, apesar do crescimento perder força. A produção da fabricação global de cocaína dobrou entre 2014 e 2019 para atingir uma estimativa de 1.784 toneladas (expresso em 100 por cento de

pureza) em 2019, o mais alto nível já registrado.

O relatório ainda destaca que o crescimento da produção de cocaína vem desacelerando, apontando para uma tendência de estabilização. Visto que, se comparando ao ano anterior, global a fabricação de cocaína aumentou 37% em 2016, 23% em 2017, 5% em 2018 e 3,5% em 2019. A tendência de estabilização tem sido principalmente resultado das mudanças no cultivo da coca, apesar de aumentos contínuos na produtividade (rendimento por hectare).

De qualquer forma, o Brasil tem um papel importante para as redes do tráfico de cocaína, seja como área de trânsito, seja como mercado consumidor em potencial. O fato é que as relações incertas entre o legal e o ilegal constituem um fenômeno transversal na experiência contemporânea. São vários os autores que vem chamando a atenção para a transitividade entre o informal, o ilegal, e o ilícito, com uma preocupação, mais ou menos explicitada, em distinguir a natureza da transgressão que se opera no âmbito da economia informal ou, então, a que define as atividades ilícitas ou criminosas, como tráfico de drogas, armas e seres humanos (TELLES, 2010).

De todos os conflitos que foram destacados até aqui em relação as disputas pelo uso do território na Amazônia, nenhum deles é mais complexo que o tráfico de drogas, com destaque para o comércio de cocaína, maconha e skunk. A afirmação parte do pressuposto que considera a Amazônia o lugar central para múltiplas relações que são estabelecidas a partir do mercado regional/global da droga. Cabe então algumas observações importantes para que se possa compreender a dinâmica das relações de poder que o tráfico de drogas impõe sobre a região.

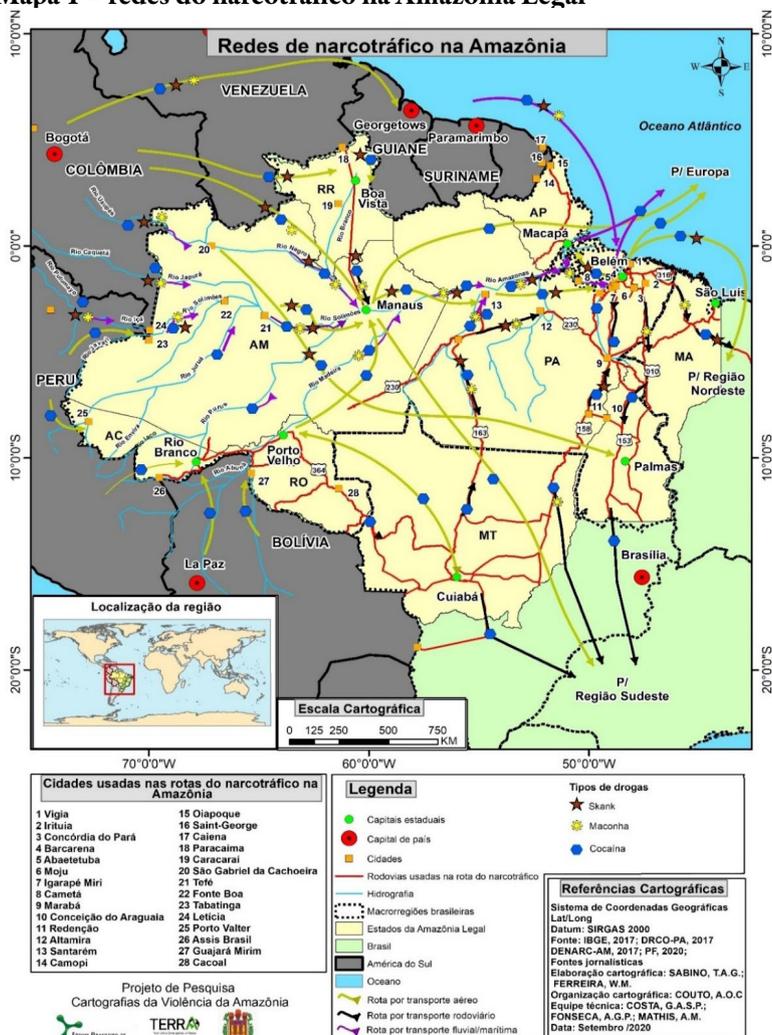
Em primeiro lugar, considera-se o aumento significativo do consumo de cocaína na América do Sul com destaque para o Brasil, onde, segundo o relatório apresentado pelo Escritório das Nações Unidas Sobre Crimes Globais (UNODC, 2021), ocupa a segunda posição no ranking mundial de consumidores, ficando atrás apenas dos Estados Unidos que ocupa a primeira posição. Em segundo lugar, ainda existe um mercado em funcionamento na Europa e que, portanto, as redes do tráfico de cocaína precisam abastecê-lo, para isso, obrigatoriamente atravessam o território brasileiro, e a porta de entrada é a Amazônia. Em terceiro

lugar, países como Bolívia, Colômbia e Peru ainda são produtores de cocaína e que internamente contém facções criminosas que estabelecem ligações com grupos do Brasil. Por fim, a região amazônica tornou-se nos últimos anos um espaço privilegiado para a infiltração de facções criminosas relacionadas ao narcotráfico que utiliza a região para as práticas de lavagem de dinheiro que misturam-se aos crimes ambientais (contrabando de madeira, garimpo ilegal, compras de terras para a produção de fazendas, etc).

A Amazônia corresponde aos interesses das redes do narcotráfico, como também atende aos anseios de outras atividades criminosas organizadas que nela atuam e em algumas situações plenamente articuladas tornando mais difícil o seu entendimento. A bacia amazônica ultrapassa os limites territoriais brasileiros conectando a partir da rede hidrográfica aos países da Comunidade Andina, ou seja, esse potencial hidroviário é um dos elementos que ajudam na compreensão acerca da conexão das cidades da Amazônia às redes que partem dos países vizinhos, pois são 25 mil km de rios navegáveis, abrangendo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

É uma região de 5 milhões km² e representa 59% do território brasileiro, e isso nos mostra a imensidão desta região e de suas fronteiras, onde ela abriga apenas 12,3% da população brasileira segundo o IBGE (2010) o que corresponde a 20,3 milhões de habitantes. Esses dados demográficos classificam a Amazônia enquanto uma região pouco povoada, e, portanto, vulnerável às ações dos mais variados interesses políticos e econômicos.

Mapa 1 – redes do narcotráfico na Amazônia Legal



Fonte: Grupo TERRA/UEPA/FBSP (2020).

O mapa 1 acima vai reunir todas essas formas de transporte da droga na Amazônia. Rios e aerovias integradas aos portos, trapiches, terminais e aeroportos envolvem várias cidades da Amazônia. As cidades e vias de transporte interagindo formam uma interação socioespacial

transfronteiriça destacando assim o papel da Amazônia para a geografia das redes do narcotráfico. É imprescindível, a partir da análise do mapa, destacar os estados do Amazonas e do Pará no contexto das redes ilegais, onde, o primeiro é a porta de entrada e o segundo é a área de trânsito.

Isso explica em grande medida a chegada de facções do crime organizado na região e o crescimento desses grupos como: Família Do Norte (FDN) do Amazonas e Comando Classe A (CCA) do Pará, e mais os grupos nacionais como o Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro e o Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo, além de algumas facções locais que atuam em algumas capitais.

Os efeitos dessas relações são extremamente complexos, pois conectam nos últimos anos vem associando o crime de narcotráfico às atividades de crimes ambientais, ou mais ainda, interagem com o tráfico de pessoas e a exploração sexual, com o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro. É por esses motivos que a agenda de segurança pública para a Amazônia deve ser pensando a partir destas múltiplas dimensões do crime organizado e a violência por ele manifestada.

FACÇÕES CRIMINOSAS NA AMAZÔNIA: ROTAS, ALIANÇAS E CONFLITOS

A abordagem agora tratará da chegada das facções criminosas do Sudeste à região, também serão abordadas as facções locais-regionais que surgiram neste contexto dinâmico do narcotráfico na região e serviram de base de apoio para que grupos cariocas e paulistas criassem relações operacionais na Amazônia. As cidades de Belém e Manaus, que se constituem como duas importantes metrópoles regionais, historicamente sofrem com problemas de violência urbana relacionadas com a presença de gangues, grupos de extermínio e tráfico de drogas, agora convivem com a presença de facções criminosas do Sudeste.

Com o crescimento do tráfico de cocaína na Amazônia, essas duas metrópoles ficaram em evidência nas disputas pelo controle do mercado da droga, pois elas constituem dois importantes e principais nós da interação espacial das redes na região, e, como já dito, o estado do Amazonas e o estado do Pará são as duas áreas geográficas mais importantes para a fluidez da droga em direção aos mercados nacionais

e globais, por isso que grupos regionais do tráfico de drogas começaram a se organizar para controlarem as principais rotas de distribuição e consumo na região.

No Amazonas, em 2007 surge a Família Do Norte (FDN) facção regional que nasceu dentro do sistema penitenciário e passa a exercer influência na região Norte do país, a FDN passa a dominar a principal rota de entrada de cocaína na Amazônia, conhecida como rota do rio Solimões, rota esta que de interesse do PCC por exemplo. A FDN, além de controlar esta importante rota que conecta a triplíce fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, também desenvolveu outras economias do crime como o tráfico de armas.

No passado, até por volta do ano de 2017, a FDN era unida com o CV, porém hoje os grupos são rivais e este último entrou em Manaus e passou a disputar influência com a FDN e hoje Manaus é dominada pelo CV, depois de uma longa guerra entre esses dois grupos. O fim da união e o início dos conflitos entre a FDN e o CV se dá quando, em 2017, um grupo de integrantes da FDN tentam dividir as áreas de influência do mercado da droga em Manaus surgindo então a “FDN pura”, que foi forçada a se unir com o CV que já controlava as rotas do tráfico de drogas da Colômbia, o que ampliou a sua influência na região. Assim, os dois grupos FDN e CV passaram a disputar o controle do mercado e das rotas da droga em Manaus e no Amazonas.

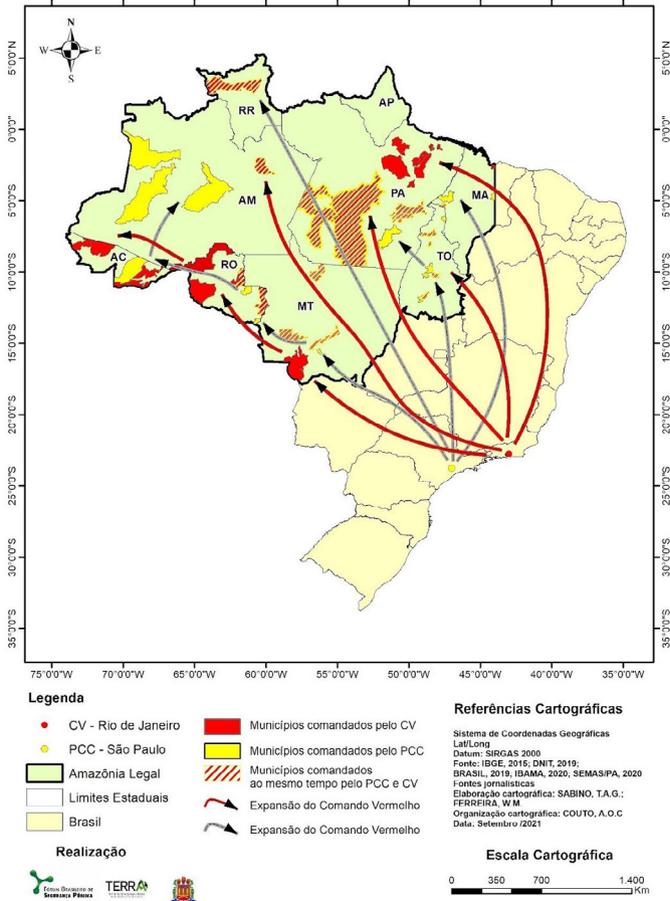
No Pará, também no ano de 2017, houve a criação do Primeiro Comando do Norte (PCN), facção aliada do PCC paulista, ela nasce como estratégia deste último em ampliar sua influência no sistema penitenciário da região Norte e, ao mesmo tempo, busca controlar o mercado e as rotas do narcotráfico em Altamira e Marabá. Devido à prisão de vários membros do PCN, a facção teve pouco tempo de duração e logo foi diluída, por outro lado, em 2017, no sistema penitenciário de Altamira no pavilhão A surge o Comando Classe A (CCA) que se torna aliado e uma espécie de braço do PCC na região. O CCA representa a união: CCA, Bonde dos 13 (B13), IFARA, Família Terror do Amapá e Primeiro Comando da Capital. Essas siglas mostram a conexão das facções dos estados do Acre, Amapá, Pará e São Paulo.

Também podemos destacar mais dois grupos que atuam no Pará: a Primeira Guerrilha do Norte (PGN), que é uma pequena facção que

surgiu no interior do estado, em uma região conhecida como Colônia do Prata no município de Igarapé Mirim no nordeste do Pará e aliados ao PCC; e, também, a Equipe Rex no bairro da Terra Firme, periferia de Belém. No caso da Equipe Rex, assim como de outros pequenos grupos de expressão local, houve a integração deles ao Comando Vermelho, que hoje tem grande influência na Região Metropolitana de Belém.

Mapa 2 - Expansão das facções PCC e CV nos estados da Amazônia Legal

Expansão das facções Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho na Amazônia Legal



Fonte: Grupo TERRA/UEPA/FBSP (2021).

O mapa 2 acima dá ênfase às informações que destacam a chegada das duas principais facções criminosas do Brasil (CV e PCC). São facções que surgem na região Sudeste e expandem suas influências para outros estados do Brasil, a exemplo dos estados da região Norte ou da Amazônia Legal. Com exceção do Amapá, todos os outros estados da Amazônia têm a presença do CV e do PCC, destacando então a disputa que há entre essas duas facções pelo controle das principais rotas de transporte da cocaína.

É óbvio que a chegada do CV e do PCC nos estados da Amazônia direcionam-se para alguns municípios que ora detém a presença de um, ora detém a presença do outro. Em alguns casos, há a presença das duas facções que disputam áreas de influência para o domínio territorial. No mapa 2, as áreas de vermelho representam os municípios com a presença do CV, já as áreas em amarelo representam a presença do PCC, porém as áreas hachuradas com as duas cores são os municípios em que há disputa desses dois grupos, onde se verifica que o Mato Grosso e o Pará são os dois estados que mais manifestam esses conflitos.

Pode-se dizer que na Amazônia as facções criminosas que atuam na região configuram a seguinte distribuição espacial pelos estados:

- No Acre, temos o CV e a IFARA atuando na cidade de Cruzeiro do Sul e B13 e CV presentes na capital Rio Branco;
- Em Rondônia tem-se CV e Primeiro Comando Panda na cidade de Porto Velho, CV e CCA em Guajará Mirim, CV e PCC em Ji-Paraná e finalmente, CV e PCC na cidade de Vilhena;
- No Amazonas CV, FDN e PCC disputam a cidade de Manaus, já a Família do Coari e o PCC, estão presentes na cidade de Coari e seu entorno, ou seja, região da chamada rota do Solimões, além disso, FDN e Família do Coari estão em Tefé e FDN e PCC disputam as cidades de Japurá;
- Em Roraima, CV e PCC estão no município de Alto Alegre; na capital, CV, PCC e Primeiro Comando Panda dividem os espaços da cidade de Boa Vista; e, finalmente, PCC e Trem do Araguá atuam na cidade de Pacaraima;
- No Pará, CV, PCC e CCA estão na cidade de Itaituba; em

Santarém estão CV e PCC; já em Altamira, estão CV, PCC e CCA; em Marabá tem a presença de CV e PCC; em Parauapebas, CV e PCC disputam áreas de influência; por fim, CV, Equipe Rex e Al Qaeda estão presentes na capital Belém e CV e GDA estão em Ananindeua, município da Região Metropolitana.

- No Tocantins, CV e PCC estão em Gurupi, Palmas e Araguaína, o que demonstra uma disputa acirrada pelo controle das rotas do tráfico de drogas que passam por esse estado.
- No Amapá, Família Terror do Amapá e União Criminosa do Amapá, que são facções dessa região, dividem suas respectivas áreas de influência para atender as demandas do tráfico de drogas e contrabando com os países da fronteira.
- No Maranhão, a cidade de Imperatriz conta com a presença do CV e do PCC, assim como elas estão presentes também na cidade de Codó. B40, PCM e CV situam-se na capital São Luís.
- E, finalizando a análise, tem-se CV e PCC nas cidades de Alta Floresta, Tangará da Serra e Rosário Oeste, ou seja, um outro estado com uma acirrada disputa entre as duas facções do Sudeste.

Para finalizar, o quadro abaixo traz em destaque as facções criminosas na região amazônica e os respectivos estados em que elas atuam, também aponta algumas facções locais que, a grosso modo, estabelecem algum tipo de relação com os grupos do Sudeste, bem como manifestam relações de poder em suas respectivas áreas de atuação. Assim, os territórios cobiçados pelas narcotraficantes vêm provocando uma nova dinâmica de violência e medo nas cidades amazônicas.

Quadro 1 – Facções atuantes nos estados da Amazônia Legal

ESTADO	FACÇÕES
Acre	CV, PCC, Bonde dos 13 e IFARA
Amazonas	FDN, PCC e CV e Família do Coari
Amapá	Família Terror do Amapá e União Criminosa do Amapá
Mato Grosso	CV, PCC e Comando Terrorista do MT (facção local)
Pará	CV, CCA, PCC, FDN, Primeira Guerrilha do Norte (PGN), Bonde dos 40, Equipe Rex e Galera do Aurá (GDA)
Maranhão	CV, PCC, Bonde dos 40, Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e Comando Organizado do Maranhão (COM)
Roraima	CV, PCC, FDN, Primeiro Comando Panda (PCP), Trem do Araguá e Pranato
Rondônia	Bonde dos 13, CV, CCA, PCC, PCP
Tocantins	CV, PCC e Máfia Tocantinense

Fonte: Elaboração Grupo de Pesquisa Terra-UEPA (2021).

A região amazônica cada vez mais vem se consolidando como nova fronteira do narcotráfico global, e não bastasse ser local de passagem da droga, as maiores cidades e aquelas outras localizadas nas rotas da droga estão sendo constantemente disputadas. Como regra, têm-se o controle dos presídios, posteriormente, as “quebradas”, que na linguagem do crime, significa as zonas de consumo do tráfico nas cidades, e por fim, na escala regional, a rota da droga. Assim sendo, para o crime, todas as etapas do ciclo da mercadoria ilícita têm sido valorizadas, desde a produção, nos países andinos, circulação e consumo interno.

Como se demonstrou, a Amazônia Legal se tornou este imenso palco de disputas territoriais das facções do crime organizado no Brasil,

e como foi apresentado ao longo do texto, ela é o lugar significativo e representativo para as redes do narcotráfico, sobretudo, em função de todos os fatores que aqui já foram destacados, chamando a atenção para a problemática da defesa nacional. Para além da questão do narcotráfico, há também essa multiplicidade de conexões com outros tipos de crimes que ele estabelece, instituindo relação entre as facções locais, regionais e nacionais. São interações que comprometem ainda mais a segurança pública nos estados e cidades amazônidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma região imensa e, em boa parte, com acessos remotos, os desafios são enormes em relação ao monitoramento e combate ao narcotráfico na Amazônia. Todavia, isso expõe a facilidade que as facções encontraram para atuar em função de décadas de precariedades nas relações do Estado com as populações amazonidas. Em algumas porções da região, sobretudo na região da Amazônia Ocidental, que têm pouca presença dos sistemas técnicos, a população sente-se esquecida por parte do Estado brasileiro, nesse sentido, o estado do Amazonas tornou-se a grande porta de entrada da droga. Já na Amazônia Oriental, o estado do Pará é o grande corredor do trânsito dela.

Os dois estados citados acima se constituem enquanto aqueles mais estratégicos para o funcionamento da estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia, mas as facções criminosas hoje estão estrategicamente distribuídas por vários estados que compõem a região. Esse papel que a Amazônia desempenha para o mercado da droga é o grande atrativo, ou seja, a necessidade de estabelecer contato com os grupos organizados do crime em países da fronteira e a busca pelo controle das principais rotas que partem da Bolívia, da Colômbia e do Peru.

Por fim, essa dimensão geoestratégica que se atribuiu a Amazônia é hoje o principal fator que a coloca em uma condição de área de disputa entre as facções do crime organizado. Considerar essa dimensão é um dos primeiros passos para que o estado compreenda que há uma necessidade urgente em criar mecanismos de segurança pública mais eficazes, e isso só é possível se vierem acompanhados de autênticas

e eficientes políticas públicas de defesa dos direitos humanos e de justiça social.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. Amazônia. 2. ed. São Paulo: Editora Ática – Série Princípios, 1991p. 112.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1999. p. 107-118.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- _____; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A nova des-ordem Mundial. São Paulo: UNESP, 2005. 160 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o olhar geográfico sobre o mundo. Rio de Janeiro: Contexto, 2008. 191 p.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: uma guerra na guerra. 3. ed. São Paulo. Desatino, 2004. 123 p.
- _____. A infundável guerra norte-americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo em Perspectiva, v. 2, n. 16, p. 102-111, 2012.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1979. 176 p.
- UNODC. O relatório mundial sobre drogas. Washington: UNODC, 2021. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr2021/World_Drug_Report_2021.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- _____. O relatório mundial sobre drogas. Washington: UNODC, 2016. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr2016/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DAS GUIANAS^[96]

Gutemberg de Vilhena Silva^[97]

Stéphane Granger^[98]

INTRODUÇÃO

As Guianas, região pouco conhecida e estudada na Amazônia internacional, já passaram por muitas transformações territoriais desde que seus primeiros habitantes, os indígenas, povoaram-nas há mais de 10 mil anos (Eriksen, 2011). Diferentes povos etnolinguísticos criaram suas geografias, estabeleceram suas redes de interações e promoveram suas práticas espaciais com *territorialidades flexíveis* a partir de um tipo de semi-nomadismo, considerando as condicionantes naturais (relevo, solo, vegetação, hidrografia) que lhes impunham restrições e, ao mesmo tempo, potencialidades para o desenvolvimento de suas comunidades.

Depois de 9,5 mil anos construindo suas narrativas e promovendo suas interações sócio-espaciais, os indígenas tiveram os primeiros contatos com os não indígenas, exploradores europeus cuja missão era a de reconhecimento de áreas com grande potencial de exploração natural, principalmente para a busca voraz de metais preciosos.

Não tardou para que as terras tradicionalmente ocupadas fossem espoliadas e colocadas a serviço *dos estrangeiros*, que as tomaram

96 Este trabalho conta com apoio do projeto intitulado: Estudos de Fronteira, em perspectiva multidisciplinar e multidimensional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Uma versão em inglês foi publicada em SILVA; G.V.; GRANGER, S. Territorial Formation of the Guiana Region. **RA'EGA**, Curitiba, PR, V.53 (A Geografia da Amazônia em suas múltiplas escalas), p. 42 –59, 11/2021.

97 Professor do curso de Geografia do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) e em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal (PPGMDR) do Amapá (UNIFAP). E-mail: gutemberg@unifap.br

98 Doutor em Geografia. Professor da Universidade de Guiana Francesa

para si sob a justificativa de *levar a civilização*, fatiando, à sua maneira, as inúmeras comunidades indígenas que até então reinavam absolutas. Essas divisões territoriais, ou fatiamentos como expusemos, não foram lineares e uniformes, pois se alteraram ao longo do tempo e mantinham uma clara relação com o que estava acontecendo no contexto europeu.

Encontramos naquela porção da Amazônia internacional os únicos territórios sul-americanos que não foram colônias ibéricas (República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa), constituindo-se, atualmente, em uma verdadeira interface entre os mundos amazônico e caribenho. A região como um todo tem, com efeito, uma extensão territorial pautada em economias de *plantations* de expressão colonial europeia, baseada na escravidão de povos africanos (Taglioni; Cruse, 2011; Silva, 2017) e de inúmeras comunidades indígenas. Essas características fazem do litoral das Guianas uma extensão caribenha na América do Sul onde também se fala inglês, holandês e francês como línguas oficiais, além dos múltiplos dialetos *crioulos*, fruto de séculos de miscigenação, que se amplificaram com a chegada de povos asiáticos (indianos, javaneses e chineses) contratados para trabalho duro e mal remunerado entre o final do século XIX e metade do século XX.

No presente texto, analisaremos a relação local-global das Guianas ao longo dos cinco séculos de contatos, conflitos e ordenamentos territoriais que nelas ocorreram desde a chegada dos primeiros exploradores europeus, no final do século XV, os quais delinearão mudanças significativas no espaço político das Guianas. Para tanto, exploramos na primeira seção deste trabalho as configurações e as condicionantes vividas nas Guianas, de um lado, e na Europa, de outro, antes dos primeiros contatos entre os *dois mundos*, uma alusão ao momento do contato entre o *mundo europeu* e o *mundo americano*. Em seguida, as grandes navegações europeias e seus rebatimentos na região das Guianas são o fio condutor da seção. Já na terceira parte, são feitas análises sobre a redefinição das fronteiras nas Guianas como consequência da União Ibérica e do Tratado de Madri, dois marcos importantes para os usos político-territoriais na região. Na quarta seção, breves avaliações são realizadas sobre os impactos das revoluções burguesas e do período napoleônico para mudanças profundas surgidas nas Guianas com as duas primeiras independências que lá ocorreram (Venezuela e Brasil). Para finalizar, avaliamos as mudanças político-territoriais que foram empreendidas no momento

da Guerra Fria, que, em seu bojo, marca o momento das soberanias mais recentes da região (República da Guiana e Suriname) e da transformação da Guiana Francesa como parte integrante da França.

ORDENS GEOPOLÍTICAS E O ESTUDO SOBRE AS GUIANAS

Heriberto Cairo (2008), ao estabelecer bases para pensar teorias geopolíticas para a América Latina, apresenta algumas ideias centrais fundadas em Agnew e Corbridge (1995) e em Agnew (2003). No primeiro caso, os autores interpretam as ordens geopolíticas constituídas pelo *conjunto de regras, instituições, atividades e estratégias que se convertem em rotinas em cada período histórico, assumindo características geográficas determinadas* (Cairo, 2008, p. 2). Essas ordens geopolíticas são sustentadas por relações de poder as quais podem ser coercitivas ou consensuais. Em que pese a linha adotada, não se supõe imperativamente a figura de uma potência dominante, uma vez que as práticas materiais e as representações hegemônicas, que podem ser múltiplas, estabelecem sentidos afinados entre si.

No segundo caso, Agnew (2003) avalia que as ordens geopolíticas estão fundadas em espaços definidos por sucessivos discursos geopolíticos que organizam modos diversos de *ver* os espaços. Para estes momentos-chave, o autor chama de *eras geopolíticas*. Sobre isso, Cairo (2008, p. 2) destaca que *inúmeros princípios se inter-relacionam de diversas maneiras, produzindo uma combinação distinta de representações e práticas geopolíticas, e, nesse caso, também, as eras geopolíticas estão associadas aos períodos hegemônicos, ainda que não coincidam exatamente com eles*. Agnew (2003), por sua vez, propõe que a imaginação geopolítica dominante, que retrocedeu nas eras geopolíticas, teria antigas raízes no crescimento do capitalismo e na formação dos Estados na Europa (no início da era moderna e na expansão europeia sobre o resto do mundo), o que coincide com o principal ponto de partida deste texto para as análises da relação local-global entre os *dois mundos* analisados.

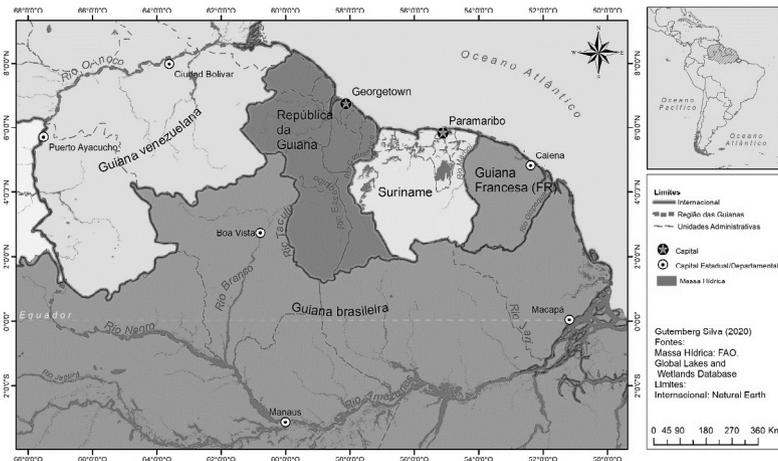
A partir do fundamento teórico acima, as reflexões realizadas neste texto têm dois pilares metodológicos: a) a literatura consultada para fundamentar as análises de vários séculos de história e geografia

sobre as Guianas; e b) a cartografia temática feita com o intuito de ilustrar o comportamento espacial das territorialidades e dos litígios marítimo-territoriais que se estabeleceram durante os momentos importantes destacados neste trabalho.

DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O texto toma como recorte privilegiado de análise a região das Guianas. Embora a área das Guianas não tenha precisão, razão pela qual seja comum sua extensão na porção oeste variar em alguns estudos (Hammond, 2005), utilizaremos o recorte estabelecido por Lézy (2000), que é uma releitura da unidade geográfica analisada por Reclus e Vidal de La Blache, no final do século XIX. Por este parâmetro, a região possui uma superfície de mais de 1,7 milhões de km², dividida entre 5 países: Venezuela (estados de Bolívar, Amazonas e parte de Delta Amacuro), Brasil (estados do Amapá, Roraima e partes do Pará e Amazonas), República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa (uma Coletividade Territorial da França na América do Sul). Sua extensão é delimitada pelos rios Orinoco, Amazonas e pelo oceano Atlântico (Figura 1).

Figura 1 – Área de abrangência da região das Guianas.



São atribuídos ao britânico Walter Raleigh os primeiros relatos de parte da rica natureza das Guianas, em *The Discovery of Guiana* (Raleigh, 1596), escrito um ano após a primeira expedição realizada por ele na Amazônia. Em seus relatos, o autor apresenta um rico detalhamento das belezas naturais que viu em sua missão pela Guiana, agora em área venezuelana. Três séculos depois, em 1895, Elisée Reclus analisou a região das Guianas por seus aspectos naturais (tamanho, forma e localização), em seu famoso livro *Geografia Universal*. Pouco depois, no início do século XX, Vidal de La Blache também fez uma leitura da região, mas agora por aspectos históricos e cartográficos. Ele observou que havia uma grande sintonia paisagística na macrorregião, cujas bordas são o Orinoco e o Amazonas, ao analisar mapas antigos da América do Sul (Lézy, 2000). Mesmo assim, diríamos que foi a partir da década de 1950 que numerosos textos foram publicados sobre a região das Guianas, em diferentes campos de conhecimento (Hammond, 2005), dando força para a criação de grupos de pesquisadores destinados a avaliar aspectos históricos, geográficos e antropológicos da região (Silva, 2016).

CONDICIONANTES EUROPEUS PARA GRANDES NAVEGAÇÕES E A CHEGADA ÀS GUIANAS

No final da Idade Média, o mundo que os europeus conheciam se resumia ao Oriente Médio, ao norte da África e às Índias, nome genérico para designar o Extremo Oriente (leste da Ásia). Grande parte dos europeus conhecia aquela região apenas por meio de relatos como o do veneziano Marco Polo. No século XV, os países europeus que quisessem comprar especiarias (pimenta, açafrão, gengibre, canela e outros temperos) tinham que recorrer aos comerciantes de Veneza ou Gênova, que possuíam o monopólio desses produtos.

Com acesso aos mercados orientais – a Índia era o principal –, os burgueses europeus, com destaque aos italianos, cobravam caro pelas especiarias que traziam do Oriente pelo Mar Mediterrâneo, e por isso lucravam muito. As Cruzadas, contudo, geraram efeitos geopolíticos negativos aos europeus, uma vez que, naquele contexto conflituoso, houve bloqueio árabe ao comércio até então estabelecido com o Oriente

por meio do mencionado mar. Mesmo encurralados para continuidade comercial, encontrar um novo caminho para as Índias era uma tarefa difícil para os europeus, mesmo sendo muito almejada. Portugal e Espanha desejavam muito ter acesso direto às fontes orientais para também lucrar com aquele interessante comércio. Outro elemento importante que estimulou as navegações nessa época foi a perspectiva de nações europeias em conquistar novas terras. Essas nações queriam isso para obter matérias-primas, metais preciosos e produtos não encontrados na Europa, caso das especiarias americanas.

Além da burguesia, alguns reis também estavam interessados na expansão marítimo-comercial, tanto que financiaram grande parte desse empreendimento, pois, com o aumento do comércio, poderiam também aumentar a arrecadação de impostos para os seus reinos. Mais dinheiro significaria mais poder para os reis absolutistas da época, os quais queriam aproveitar aquele momento para difundir a fé cristã entre os povos considerados “pagãos”.

No momento do contato com os europeus, o idioma Karib era dominante em boa parte da região das Guianas, ao mesmo tempo em que havia vários bolsões dos falantes de Arawak, Tupi, Múra e Sáliba. À medida que os colonizadores foram explorando o território, eles perceberam que as populações indígenas se dividiam em centenas de povos que falavam línguas distintas e que tinham costumes e hábitos diferentes.

Os indígenas teriam chegado à América do Sul por volta de 12 000 aC. Se no começo eles teriam desprezado a Amazônia para favorecer os Andes, a presença de povos é comprovada nas Guianas, na altura dos atuais territórios da República da Guiana e do Suriname, a partir de 8000 aC (Lézy, 2000). Além de histórias e línguas variadas, as organizações político-econômicas também eram diferentes. Grenand (1982) identifica três conjuntos de grupos indígenas: sociedades agrícolas mais ou menos sedentárias em costas e várzeas do Leste das Guianas, semi-sedentários ao longo dos rios da floresta de terra firme e, por fim, alguns grupos de caçadores-coletores no interior.

Assim, a floresta amazônica, com sua parte guianense considerada “primitiva”, foi altamente explorada por grupos humanos antes mesmo da era cristã. Rostain (1994) comprovou a existência de vários campos antigos com pequenas colinas aplainadas para evitar o

excesso de umidade no limite da floresta, mostrando domínio de técnicas agrícolas, mesmo que rudimentares. Hurault (1972), que descreveu um tipo de colinas artificiais para cultivar no meio dos pântanos no litoral das Guianas, destaca a importância da agricultura entre os povos do interior regional, apesar das dificuldades do relevo e do solo, pouco favoráveis, que os faziam preferir ficar à beira dos rios e praticar o seminomadismo. Algumas tribos, também no interior, teriam praticado “plantações itinerantes” com a domesticação de muitas espécies, como destaca Lézy (2000). Tais geografias indígenas estão na base do fundamento de que as densidades de população no interior das Guianas eram muito maiores naquela época do que as existentes hoje (Eriksen, 2011).

Jean Hurault (1972) mostra uma ausência de relações entre litoral e interior nas Guianas, separados pelas numerosas pequenas cascatas e, ao nosso ver, influenciados também por um relevo (ver Silva, 2021) que imprimiu comportamentos específicos aos indígenas. Devêze (1968) menciona que as configurações territoriais, à época, criaram pequenas fronteiras entre os povos indígenas, o que, em outras palavras, significa que cada grupo etnolinguístico possuía sua geograficidade e mantinha suas territorialidades de maneira muito peculiar.

Para o desenvolvimento das comunidades, ocas individuais ou coletivas, frequentemente em palafitas eram construídas, formando diversas aldeias de mais ou menos 30 pessoas (Devêze, 1968). Os povos criavam um tipo de *territorialidade flexível* por meio do seminomadismo, já que as aldeias raramente ultrapassavam 10 anos de existência em dado lugar. Sobre isso, Hurault (1972) mostrou como essas aldeias do interior se seguiam como um rosário ao longo dos rios para facilitar transportes e comunicações e evitar surpresas inesperadas em caso de guerra, demonstrando um refinado conhecimento geopolítico por parte dos indígenas.

A pior consequência para os indígenas com as explorações europeias e a colonização foi a extinção de muitas comunidades, seja por meio das guerras, seja como consequência do contágio por doenças externas ou exóticas até então como a gripe, o sarampo e a varíola, que vitimaram, muitas vezes, sociedades indígenas inteiras, ou ainda pela imposição aos índios à nova maneira de viver. A colonização das Guianas foi, portanto, devastadora para os indígenas e essa perda – que também

ocorreu em outras partes da América – é descrita como um dos maiores desastres demográficos da história da humanidade (Eriksen, 2011).

AS GRANDES NAVEGAÇÕES E SEUS IMPACTOS TERRITORIAIS NA REGIÃO DAS GUIANAS

Grandes Navegações é a expressão utilizada para um momento histórico no qual ocorreram as grandes expedições marítimas europeias entre os séculos XV e XVI. Os pioneiros foram os portugueses e os espanhóis, seguidos por ingleses, franceses e holandeses. Diversos fatores possibilitaram as expedições a partir daquele momento, mas há que se destacar: i) o aprimoramento das técnicas de navegação, ii) a busca obsessiva por metais preciosos (período do mercantilismo); iii) a necessidade de se descobrir um novo caminho marítimo para as Índias; e, finalmente, iv) a expansão da fé cristã pelo mundo.

Portugal, país localizado na costa atlântica e sem possibilidade de se expandir dentro da Península Ibérica, foi o primeiro a se aventurar pelo Oceano Atlântico com a conquista de Ceuta, em 1415, um importante entreposto comercial no norte da África. Ao longo do século XV, pouco a pouco os portugueses reconheceram toda a costa ocidental da África até conseguirem chegar às Índias em 1498. Os espanhóis, quase oitenta anos depois de Portugal, seguiram no processo expedicionário com Cristóvão Colombo. Procurando uma rota alternativa para chegar às Índias, esse navegador abandonou a rota que margeava a costa africana e seguiu pelo Oceano Atlântico em *mar aberto*. Em 1492, Colombo aporta *no mundo americano* e este fato inicia um longo processo de ocupação, exploração e dominação do que seria o *novo mundo*.

Para definir as posses e os direitos de exploração das riquezas, uma série de tratados estabelecidos entre as potências europeias cumpriu papel determinante. O primeiro, e um dos mais importantes para limites internacionais, foi o *Tratado de Tordesilhas* (1494). Por meio dele, o papa Alexandre VI delimitou, através de uma linha imaginária, os direitos de exploração da Espanha e de Portugal nas Américas, sem ao menos conhecê-las totalmente. O papa, de origem espanhola, queria na verdade atribuir as terras potencialmente descobertas somente aos espanhóis,

deixando África e Ásia aos portugueses (Lézy, 2000).

Pela configuração estabelecida, a região das Guianas se tornou totalmente espanhola, embora o início das explorações tenha ocorrido muito tempo depois. Inglaterra, França e Holanda, outras potências da época, que se tornaram igualmente expedicionárias, reclamaram, não reconheceram o monopólio ibérico na partilha da América do Sul e investiram em campanhas marítimas para o *novo mundo*, embora com menos expressão e capilaridade em suas ações e conquistas.

A expedição que inaugura um ciclo relevante de ocupação territorial europeia nas Guianas foi realizada por Alonzo de Ojeda e Américo Vespúcio em 1499, quando eles deixaram Cádiz, na Espanha, e chegaram ao litoral do que viria a se tornar a capital da República da Guiana, Georgetown, e de lá percorrem uma boa parte da costa venezuelana. No ano seguinte, em 1500, o espanhol Vicente Yañez Pinzón, que fazia parte da primeira expedição do Cristóvão Colombo, atingiu a costa setentrional do Brasil e reconheceu todo o litoral da região das Guianas, do Amazonas ao Orinoco.

Em seguida, uma série de outras missões expedicionárias foi criada para reconhecimento da região por suas bordas, exceto a missão de Fedemann, em 1530, e a de Orellana, em 1541, que percorreram uma parte do interior das Guianas. Esta última também foi a primeira a percorrer a borda sul da região, de Manaus até a desembocadura do rio Amazonas. Das expedições pelas Guianas, a mais extensa foi a de Lope de Aguirre em 1560, já que ele percorreu as bordas sul e norte da região em uma época na qual o deslocamento demorava anos.

Por causa de lendas que teriam ouvido dos indígenas, as mobilidades dos europeus pelas Guianas, a partir de 1520, foram muitas vezes em busca de riquezas que haveria em grande quantidade naquela região. As histórias, fracas em evidências e ricas em especulação, confirmaram a existência de um grande reino, Manoa^[99] – uma cidade amazônica repleta de palácios feitos com diamantes, e de ruas e rios cobertos de ouro, localizada no coração das Guianas. O objetivo da busca

99 Eldorado, Manoa ou Manoa do Dorado são denominações que se referem a uma lenda que se iniciou nos anos 1530 com a história de um cacique ou sacerdote dos muiscas, indígenas da Colômbia, que se cobria com pó de ouro e mergulhava em um lago dos Andes. Inicialmente um homem dourado, índio dourado, ou rei dourado, foi depois fantasiado como um lugar, o reino ou a cidade desse chefe lendário, riquíssimo em ouro.

dos chamados *doradistas*, ou seja, aqueles que buscavam o *El Dorado*, ou o *Homem de Ouro*, representou um capítulo em uma longa linha de expedições montadas em buscas obsessivas por riquezas com saques, matanças e expropriações (Lèzy, 2000).

O registro de Raleigh de sua primeira viagem à costa das Guianas na busca do *El Dorado*, em 1595, exemplifica a magnitude da expectativa resultante de décadas de esforço quase insondável dos *doradistas* espanhóis em busca de grandes tesouros. Isso deu às Guianas a fama de serem territórios ricos em ouro, e assim despertarem a cobiça de várias nações europeias. As rivalidades e até as guerras que decorreram em razão da procura pelo ouro forçaram os países europeus envolvidos a tentar definir limites entre suas respectivas colônias, sem se preocuparem, é claro, com as delimitações tradicionais realizadas pelos povos nativos, resultando em limites arbitrários do tipo *top-down* que separaram muitas comunidades indígenas de uma mesma etnia.

REDEFINIÇÕES TERRITORIAIS NA REGIÃO DAS GUIANAS: DA UNIÃO IBÉRICA AO TRATADO DE MADRI

Na história de ocupação territorial das Guianas, o final do século XVI e início do seguinte foi o mais turbulento, principalmente pela União Ibérica (1580-1640). Nesse período, as Guianas portuguesa e espanhola foram geridas por um único rei, Felipe II. Este fato histórico marcou a expansão portuguesa por terras até então espanholas na região das Guianas e, como consequência, inicia-se a ocupação militar lusitana na embocadura do rio Amazonas e de sua extensa malha hidroviária por meio de fortes e missões (Figura 2).

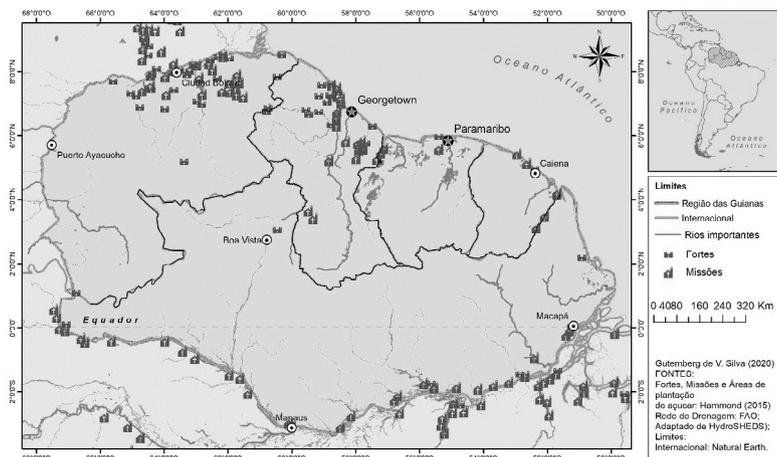
Havia uma disputa velada dos exploradores pelo domínio do território das drogas do sertão^[100], tanto pelos incentivados pela Coroa (Entradas) quanto pelos que promoviam iniciativas individuais (Bandeiras). Para complicar ainda mais, havia ainda o interesse de apropriação das outras potências coloniais expedicionárias. Naquela

100 Alguns exemplos de drogas do sertão são canela, cravo, anil, raízes aromáticas, sementes oleaginosas e salsaparrilha.

altura das relações ibéricas, o Tratado de Tordesilhas perdera seu sentido, ao mesmo tempo em que as posses portuguesa e espanhola se tornaram cada vez mais desrespeitadas por holandeses, ingleses e franceses, os quais conseguiram criar pequenos núcleos na costa atlântica das Guianas, desprezada pelos ibéricos. Inclusive, o equilíbrio de forças decorrentes de algumas guerras na Europa e respectivos tratados de paz – como o de Breda, em 1667, e de Utrecht, em 1713 – tiveram consequências sobre a posse e a delimitação das colônias guianenses, fazendo com que sucumbisse o monopólio de Portugal e da Espanha.

Missões e fortes tiveram um papel determinante na expansão e na dominação territorial europeia da Amazônia (Figura 2). Missões estabelecidas por capuchinhos e jesuítas na Venezuela, jesuítas ao longo do Rio Negro, do baixo Amazonas e das costas do Amapá e Guiana Francesa, moravianos na República da Guiana (Berbice) e Suriname e várias denominações protestantes (sul e noroeste) na República da Guiana permitiram um avanço do povoamento pela sedentarização de indígenas e de exploradores.

Figura 2 - Fortes e Missões na região das Guianas (1700-1850)



Desde então, configura-se um novo sistema de controle territorial, que se apoiava em pelo menos quatro elementos:

as fortificações, o povoamento nuclear, a criação de unidades administrativas e o conhecimento geográfico do território (Machado, 1989). Na costa das Guianas, em especial, o território teve dois usos novos: abastecimento das metrópoles europeias pelo desenvolvimento de uma agricultura exportadora (principalmente cana de açúcar e especiarias) baseada no trabalho de escravos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, e proteção das colônias caribenhas (Martiniere, 1987; Taglioni; Cruse, 2011).

Os numerosos fortes permitiram a defesa desses núcleos e das respectivas soberanias: espanhóis na Venezuela, holandeses e britânicos na Guiana e Suriname, franceses na Guiana Francesa, e portugueses no delta e ao longo dos rios Amazonas, Negro e Branco. Porém, as rivalidades e as guerras entre as cinco potências europeias não impediram que esses fortes frequentemente trocassem de mãos durante o período de 1700 a 1850, em momentos de grande instabilidade na região e na Europa.

Outra consequência da conjuntura europeia de União Ibérica foi a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, que alterou o controle territorial da Espanha nas Guianas. Por este tratado, Portugal passou a ser dominante na extensão de terras na região com a expansão das suas missões para o interior da Amazônia (Figura 2), deixando a Espanha com uma porção de terras nove vezes menor do que possuía nas Guianas antes do referido tratado. Naquele momento, Holanda, Inglaterra e França já se consolidavam na ocupação de boa parte da borda atlântica das Guianas, depois de séculos de litígios, guerras e mudanças de domínio territorial, embora o problema dos limites internacionais seja um capítulo à parte e não resolvido até hoje em partes da região.

O PERÍODO NAPOLEÔNICO E AS PRIMEIRAS INDEPENDÊNCIAS NA REGIÃO DAS GUIANAS

A Revolução francesa de 1789 também promoveu impactos significativos na região das Guianas, haja vista que as guerras revolucionárias opondo a França aos aliados da Inglaterra envolviam as potências colonizadoras das Américas. Os franceses ocuparam toda a península ibérica entre 1808 e 1814, no que ficou conhecido por *era*

napoleônica. Napoleão Bonaparte, que continuava a política militar que se desdobrou da Revolução francesa por causa das coligações hostis que se estabeleceram, tentou furar o bloqueio imposto pelos ingleses através da Espanha e se vingar de aliados dos britânicos, como Portugal.

Com a queda da monarquia espanhola pelas ações bonapartistas, um movimento independentista brotou nas suas colônias americanas tendo por líder Simon Bolívar, um jovem *crioulo* nascido na então colônia venezuelana que estudara na Europa onde obteve inspirações revolucionárias. Gradativamente, novos Estados independentes se constituíram na América espanhola até que, em 1811, foi a vez da Venezuela. Pela primeira vez, uma parte das Guianas escapava da dominação europeia e se encontrava integrada a uma soberania especificamente sul-americana.

No movimento de expansão de Bonaparte, as cortes portuguesas (o parlamento) – acuadas e prestes a serem dominadas pelas tropas napoleônicas – refugiam-se no Rio de Janeiro, em 1808, com a ajuda da Inglaterra. Com tal mudança, aquela até então desprestigiada colônia na América do Sul se torna o centro do poder imperial português. Em retaliação a Bonaparte, o Regente português, futuro D. João VI, invadiu, também com a ajuda inglesa, a Guiana francesa.

Do ponto de vista geopolítico, essa colônia francesa se tornou uma interface com o mundo caribenho do qual Portugal se encontrava totalmente ausente (Martiniere, 1978). Além disso, a invasão permitiu inserir a Guiana francesa em uma rede do tráfico de escravos dos portugueses e aos circuitos de comércio dos ingleses. Após a queda de Napoleão Bonaparte e a restauração da monarquia francesa, Portugal devolveu a Guiana Francesa à França pelo tratado de Paris, de 1817, que estipulava desta vez limites bem mais claros na fronteira do rio Oiapoque, o que não havia ocorrido no tratado de Utrecht, de 1713.

Em 1821, o fim da ocupação francesa, que já tinha ocorrido havia sete anos, fez com que o agora rei D. João VI voltasse para Lisboa por pressões das Cortes. No Brasil, que tinha alcançado o estatuto de reino associado a Portugal com a transferência da realeza em 1808, o rei deixara seu filho Pedro I como Regente. Não tardou para que Pedro I, além de recusar as recomendações das Cortes portuguesas para que regressasse a Portugal, proclamasse a independência do Brasil em 1822,

tornando-se seu imperador. Com isso, o Brasil se transformou no segundo país independente da região das Guianas e possuidor da maior extensão territorial, além do controle total do rio Amazonas (ver Figura 1). A França, por seu turno, aproveitou a independência do Brasil para proclamar o tratado de Paris caduco, e com isso o litígio franco-brasileiro continuou latente só se resolvendo – a favor do Brasil – em 1900.

As abolições da escravidão no século XIX, nas quais as Guianas estavam totalmente imersas, foram outro evento com forte pressão europeia. Muitas fazendas foram abandonadas, pois os agora ex-escravos – preferindo morar nas cidades ou explorar pequenas roças mais para o interior da região – foram sistematicamente saindo das grandes fazendas, o que desestabilizou a economia das ainda colônias (inglesa, francesa e holandesa). Com a falta de mão-de-obra, contratos de trabalho foram celebrados com populações asiáticas (indianos, chineses e javaneses), o que provocou mais mestiçagem no povoamento da borda norte da região com impactos profundos na história econômica, social e política das Guianas desde então.

AS (IN) DEFINIÇÕES DE LIMITES E AS ÚLTIMAS INDEPENDÊNCIAS DA REGIÃO DAS GUIANAS

Após as primeiras independências nas Guianas do século XIX, a região passou por mais de um século sem profundas mudanças territoriais, a despeito das definições fronteiriças, mesmo que ainda hoje tenhamos questões não resolvidas, tanto territoriais quanto marítimas (Cairo; Lois, 2014; Silva, 2017).

Cervo (1985) destaca que o Brasil, temendo uma penetração das ainda colônias europeias na Amazônia, iniciou uma política de definições fronteiriças com todos os seus vizinhos das Guianas. Assim, foram finalmente definidas as díades com a Guiana francesa, em 1900, com a Guiana inglesa, em 1904, com a Venezuela, em 1905, e com a Guiana holandesa, em 1906. Há que se destacar que a arbitragem de 1904 foi a única que não foi a favor do Brasil: esse só obteve 40% do território cercado um afluente amazônico, permitindo aos britânicos, à época, um acesso à bacia amazônica.

Satisfeito com os reajustes fronteiriços a seu favor, apesar da *meia* derrota com a Guiana inglesa, o Brasil não se preocupou mais com as Guianas europeias até a Guerra Fria. O fato é que, ao contrário da Venezuela e do Brasil, as Guianas inglesa e holandesa só conquistaram sua independência na segunda metade do século XX, despertando, com suas evoluções políticas, um receio geopolítico por parte do Brasil, incluindo aqui a Guiana Francesa, que nem se tornaria um país, mas parte integrante da França em 1946^[101].

Se para o geopolítico Mário Travassos o Brasil tinha desprezado as Guianas litorâneas por serem europeias, outros como Lysias Rodrigues e Golbery do Couto e Silva temiam a presença de colônias europeias, sublinhando o perigo de fronteiras porosas com partes despovoadas do Brasil, e destacando o papel de missionários ingleses e de contrabandistas que poderiam causar turbulências na ocupação do território. Outro perigo era a influência dos comunistas nas metrópoles europeias, que podiam interferir nas suas colônias, principalmente a francesa (Granger, 2013), mas o maior perigo vinha da evolução política da Guiana inglesa onde, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a consciência política popular e as demandas por independência cresceram em todos os segmentos de sua sociedade, algo que resultou na fundação dos principais partidos políticos de lá: o Partido Progressista do Povo (PPP), fundado em 1º de janeiro de 1950, e o Congresso Nacional do Povo (PNC), criado por meio de uma divisão do PPP, em 1957.

Esses partidos, com uma base étnica afrodescendente, de um lado, e indiana, de outro, ganharam espaço na cena política colonial, o que foi determinante para a independência da Guiana inglesa, que se tornaria, em 1966, República Cooperativista da Guiana. Desde então, aquele país passou a ser governado por administrações pró-socialismo,

101 A lei francesa de *departamentalização* (assimilação política e legislativa à metrópole) fez, a pedido dos seus parlamentares, com que a Guiana francesa deixasse o estatuto de colônia, que não tinha sentido, já que quase todos os habitantes desfrutavam da nacionalidade francesa, para se tornar parte integrante da França (Mam Lam Fouck; Anakesa, 2013). Trata-se de um modo de descolonização reconhecido até pela Organização das Nações Unidas (ONU).

em sua maioria, mas também no quadro da *Commonwealth*^[102]. Essa evolução política no contexto da Guerra Fria preocupou muito os governos militares brasileiros, assumindo o alinhamento ao campo ocidental e atlântico desde 1964 quando, no Brasil, aconteceu um golpe militar que durou até 1985.

A Guiana holandesa, por seu turno, seguiu um caminho bastante similar. Além de se tornar um país constituinte do Reino dos Países Baixos, como corolário da Carta do Atlântico (1941) e da Carta do Reino dos Países Baixos (1952), era consenso entre quase todos os partidos no parlamento holandês de que o Suriname^[103], custoso e sobre cujos assuntos o governo holandês em prática não tinha controle, deveria se tornar independente o mais rápido possível, fato que ocorreu em novembro de 1975. Naquele momento, o povo da Guiana holandesa estava dividido na opinião sobre o assunto *independência*, o que fez com que quase metade da população, principalmente a parte mais qualificada e de origem asiática, preferisse migrar para a metrópole.

Um golpe militar em 1980 e uma guerra civil na década que seguiu acabaram com as esperanças de uma independência próspera, e a orientação *socialista* do presidente da época, Desiré Delano Bouterse, provocou, como no caso da vizinha República da Guiana, um receio por parte do governo militar brasileiro, que tentou afastar o Suriname da influência cubana (e até da Líbia) com vantajosos acordos de cooperação^[104], mostrando que tanto a Guiana inglesa como a holandesa – liberadas da tutela europeia – teriam dificuldades em assumir protagonismos, como pequenas Estados independentes, já que estiveram e estão à sombra de países mais poderosos, como Venezuela e Brasil.

Essas independências tardias ou não efetivas (Guiana Francesa) podem se explicar pela fraca densidade demográfica, com origens diversas

102 Comunidade de Nações que foi originalmente criada como *Comunidade Britânica de Nações*. Trata-se de uma organização intergovernamental da qual participam 54 países membros e independentes. Todas as nações constitutivas, exceto Moçambique e Ruanda, faziam parte do chamado *Império Britânico* na expansão colonial (<https://thecommonwealth.org/>).

103 As colônias caribenhas dos Países Baixos como Curaçao, Bonaire, Aruba e Saba não traziam problema e não pediram a independência. Continuam pertencendo àquele país.

104 Acordos de cooperação militar, científica e de financiamento de infraestruturas energéticas e de transportes, assinados em 1983.

e sem identidades nacionais bem marcadas, e desfrutando de ajuda financeira das suas ex-metrópoles. Isso comprometeu as condições de emancipação política desses países, fato que marcou, inclusive, as outras colônias europeias na Ásia e na África, a partir da década de 1950^[105].

Outro destaque relevante do ponto de vista geopolítico é que as soberanias não puseram fim ao modelo estabelecido no pacto colonial, pois somente mudou-se o formato, já que a exploração vegetal e mineral permanece até hoje capitaneada por empresas estrangeiras, ao mesmo tempo em que as fraturas estabelecidas pelos ainda latentes litígios fronteiriços acirram turbulências regionais por conta das riquezas minerais existentes no continente e na zona marítima, como ouro e petróleo, respectivamente (Silva, 2017).

No entanto, depois de séculos de fragmentação, a inclusão da República da Guiana e do Suriname no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), a partir de 1978, e seus planos de integração física por meio de construção de estradas e hidrovias em anos recentes soam como uma tentativa de consertar divisões herdadas da colonização europeia para territórios que compartilham ecossistemas e problemas semelhantes.

CONCLUSÃO

O espaço político das Guianas se inicia com a ocupação dos povos indígenas. Variados grupos etnolinguísticos povoaram toda a região e criaram múltiplas relações territoriais seminômades e com certo grau de fragmentação socio-espacial em razão da ocupação diferenciada entre litoral e interior. Tal configuração se altera a partir do século XV, com o que metaforicamente se chama de *encontro dos dois mundos*, uma alusão ao momento do contato entre o *mundo europeu* e o *mundo americano*. Desde aquele século, todas as mudanças territoriais da região das Guianas tiveram relações umbilicais com o que ocorria na Europa até pelo menos a segunda metade do século XX.

As grandes navegações correspondem a um momento no

105 A maioria das ilhas britânicas se tornou independente na década de 1960-70, enquanto as ilhas holandesas e francesas continuaram sob a tutela das suas metrópoles.

qual ocorreram os primeiros choques culturais entre os *mundos*, na ânsia europeia pela busca do *Eldorado*, o que afetou significativamente as primeiras mudanças territoriais na região. Assim, os tratados internacionais cumpriram um papel importante para regular a geopolítica estabelecida pelas potências europeias, em que pese não ter havido respeito a alguns desses tratados por parte daqueles que neles não se sentiam complemplados. Desses tratados, o de Tordesilhas e o de Madri foram os mais relevantes, do ponto de vista macrorregional, embora outros tratados, como o de Breda^[106], de Utrecht e de Badajós^[107] tenham cumprido uma função geopolítica relevante para áreas específicas das Guianas.

Se as explorações europeias dos séculos XVI e XVII foram fundamentais para as configurações territoriais das potências europeias nas Guianas, no século XIX a marca fundamental na região corresponde às primeiras independências, com Venezuela, em 1811, e Brasil em 1822, fruto de um conjunto de instabilidades ocorridas na Europa e que, como uma de suas consequências, fragilizou o pacto colonial e promoveu a formação das primeiras soberanias nas Guianas.

No final do século XIX, a região já estava praticamente ordenada do ponto de vista político e territorial, e as fronteiras entre as nações envolvidas nas Guianas foram postas em relevo para as definições da extensão de cada nação. Embora muitas fronteiras tenham sido formalmente estabelecidas por acordos internacionais, ainda hoje há disputas latentes entre todas, com excessão do Brasil, cujo interesse central são as reservas minerais que nessas áreas existem, tanto no continente quanto na plataforma marítima.

Na segunda metade do século XX, em meio a um clima ideológico que fundamentou e foi o motor da Guerra Fria, ocorreram as últimas mudanças territoriais em macro-escala, na região das Guianas. A Guiana francesa se torna parte integrante da sua metrópole em 1946, e a República da Guiana e o Suriname são os últimos a se tornarem nações independentes, em 1966 e 1975, respectivamente.

Embora hoje sejam nações independentes politicamente, com excessão do caso franco-guianense, os países não ibéricos das Guianas, à

106 Quebrando o monopólio das Espanha a favor da Holanda.

107 Definindo os limites entre a Guiana francesa e o Brasil, em 1801.

imagem do mundo caribenho da qual também pertencem, ainda possuem muitas relações privilegiadas com suas ex-metrópoles, pois que muitos laços não foram perdidos, constituindo assim uma verdadeira interface entre Amazônia, Caribe e Europa; mas, de um modo geral, virando as costas às Guianas mais interioranas (Venezuela e Brasil).

REFERÊNCIAS

AGNEW, J; CORBRIDGE, Stuart. *Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy*, Londres: Routledge, 1995.

_____. *Geopolitics: Re-visioning World Politics*, 2.ed., Londres: Routledge, 2003

CAIRO, H. A América Latina Nos Modelos Geopolíticos Modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, 2008. p. 221-237,

_____; LOIS, M. Geografia política de las disputas de fronteras: cambios y continuidades en los discursos geopolíticos en América Latina (1990-2013), *Cuadernos de Geografía*, v. 23, n.o 2, 2014. p. 45-67.

CERVO, A. L. A política brasileira de limites no século XIX. *Revista brasileira de Política internacional* n° 111-112, julho, Brasília, 1985, pp. 49-61.

CHADE, Jamil. Mapa inédito revê disputa pela região do Amapá. *Jornal o Estado de São Paulo*, 2016. Link : <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,mapa-inedito-reve-disputa-pela-regiao-do-amapa,10000095231>

DEVEZE, M. *Les Guyanes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

ERIKSEN, L. *Nature and Culture in Prehistoric Amazonia: Using GIS to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory*. Human Ecology Division: Lund University, 2011.

FERRETTI, F. *Pierre Deffontaines et les missions universitaires françaises au Brésil : enjeux politiques et pédagogiques d'une société savante outremer (1934-1938)*. Cybergeo, 2014.

GRANGER, S. As Guianas e o Brasil entre contensão e continentalização, ou perigos e vantagens de uma interface caribenha e europeia. *Acta Geográfica*, Boa Vista, v. 7 n° 15, maio-agosto, 2013, p. 19-38.

GRENAND, P. *Ainsi parlaient nos ancêtres, essai d'ethnohistoire waiápi*. Travaux et Documents n° 148. Paris: ORSTOM, 1982.

HAMMOND, D.S (Org.). *Tropical Forests of the Guiana Shield Ancient Forests in a Modern World*. CAB International, 2005.

HURAUULT, J. M. *Français et Indiens en Guyane, 1604-1972*. Caiena: Guyane Presse Diffusion, 1972.

- LEZY, E. Guyane Guyanes, une géographie « sauvage » de l'Orénoque à l'Amazone. Paris: Belin, 2000.
- MACHADO, L. O. Mitos y Realidades na na ocupação da Amazônia Brasileira (1500-1912). Tese de Doutorado: Universidade de Barcelona, 1989.
- MAM LAM FOUCK, S ; ANAKESA, A. Nouvelle histoire de la Guyane. Matoury: Ibis Rouge, 2013.
- MARTINIÈRE, G. L'indépendance des Amériques et la Révolution française : l'enjeu géopolitique des Caraïbes aux Guyanes, Cahiers des Amériques latines n° 5, Paris, 1987, p. 5-36.
- PIANTONI, F. Mapa das disputas marítimo-territoriais da região das Guianas, 2013. Não Publicado.
- RALEIGH, W. The discoverie of the large, rich and beautiful Empryre of Guiana. 1596. Disponível em : <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4979>
- ROSTAIN, S. Archéologie du littoral de Guyane. Une région charnière entre les influences culturelles de l'Orénoque et de l'Amazone. Journal de la Société des Américanistes, Paris, 1994, p. 9-47.
- SILVA, G. V. A região das Guianas e o papel do OBFRON na compreensão regional. Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, n° 1, 2016, p. 6 - 23.
- _____. Litiges transfrontaliers sur le plateau des Guyanes, enjeux géopolitiques à l'interface des mondes amazoniens et caribéens. L'Espace Politique, 31, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacepolitique/4242>
- _____. Cartographic Expressions in the Guiana Region. Geosp, v. 25, n. 2, 2021.
- TAGLIONI, F ; CRUSE, R. Le Suriname : une île caribéenne comme les autres ?, in Cruse, R. et Rhiney, K. (dir.), Caribbean Atlas, 2011, [En ligne].

GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA DESDE O NORDESTE: UMA APRESENTAÇÃO

Caio Maciel^[108]

Pensar os desafios da Geografia Política contemporânea diante de mais 360.000 mortes pela pandemia do novo coronavírus em abril de 2021 se impunha como contexto incontornável, que se tornou ainda mais dramático enquanto escrevo esta apresentação, em setembro do mesmo ano – e já nos aproximamos dos 600.000 óbitos.

A mesa virtual relativa à contribuição dos professores do Nordeste para a agenda da Geografia Política contemporânea contou com a participação da Professora Doutora Tania Bacelar de Araujo, da Universidade Federal de Pernambuco; Professor Doutor Alcindo de Sá, da Universidade Federal de Pernambuco; e mediação de Caio Augusto Maciel, também da Universidade Federal de Pernambuco. Apresentamos, abaixo, as principais contribuições da mesa e dos textos aqui publicados^[109].

Tânia Bacelar de Araújo é economista e socióloga, doutora em economia, professora aposentada do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, atuando na Ceplan – Consultoria Econômica e Planejamento. Notabilizou-se por reavaliar as diferenças no seio do próprio Nordeste, apontando para novas áreas de dinamismo, diferentes trajetórias estaduais e metropolitanas, bem como áreas de resistência à mudança (ARAÚJO, 2004). Até a hecatombe representada pelo atual governo protofascista – que interrompeu décadas de avanços sociais no Brasil pós-constituição

108 Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

109 Lembramos que todas as mesas de debates virtuais estão disponíveis no canal da REBRAGEO no you tube. A mesa do Nordeste pode ser acessada em: (596) Ciclo de Debates IV CONGEO - Nordeste - YouTube

de 1988 – Tânia observava com otimismo a valorização da diversidade regional do país. Em meio ao período Lula, afirmava: “No passado, a enorme concentração econômica domou a diversidade e um certo afã de ser São Paulo tomou conta do país. Nos anos recentes, as deseconomias de aglomeração ficaram evidentes na Grande São Paulo, e o país dá sinais de redescobrir a importância de sua heterogeneidade ambiental, econômica, social e cultural” (ARAÚJO, 2007).

Havia, então, a perspectiva de que as diferenças regionais poderiam ser, finalmente, um trunfo, ajudando a desmontar o que ela chamou de *máquina de geração de desigualdades*, tanto sociais como regionais. As políticas regionais até a crise econômica e política de 2015/16, embora limitadas, buscavam ativamente esse lado positivo da realidade nacional, formulando propostas em diversas escalas de modo a neutralizar as forças concentradoras e homogeneizadoras que ao longo dos anos vinha caracterizando o desenvolvimento nacional (ARAÚJO, 2013, 2014). Hoje, a riqueza e a originalidade nordestinas enfrentam outros desafios, com a maioria dos estados dessa parte do país sendo identificados como não alinhados ao conservadorismo e buscando atuar em bloco.

A fala da prof.^a Tânia Bacelar abordou, então, a ação institucional do Consórcio de Governadores do Nordeste no enfrentamento à pandemia e ao programa de extrema direita em curso. Neste sentido, avaliou como relevante a ação dos consorciados na superação da guerra fiscal e no contrapeso à guinada conservadora que se consolidou nas eleições nacionais de 2018, onde o presidente eleito, Jair Bolsonaro, não venceu na macrorregião nordestina^[110].

Com o advento da pandemia, considerando que o Brasil estava se saindo muito mal em diversos indicadores de saúde pública (consistindo em 3% da população mundial, éramos responsáveis, em abril de 2021, por quase 1/3 das mortes por Covid-19 no planeta), observa que o Nordeste não se saiu tão mal face ao coronavírus quanto o país, devido em parte ao consórcio – com a criação de um comitê científico para ajudar os governantes a lidar com a situação. Apesar disso, a sombra do morticínio se coloca como uma herança sombria sobre todo o país,

110 A contribuição da Profa. Tânia Bacelar de Araújo para este capítulo deu-se por videoconferência.

daí a intervenção do professor Alcindo Sá a propósito da necropolítica e necropoder (SÁ, 2020).

Alcindo José de Sá é doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), onde foi orientado por Milton Santos. Atualmente, como professor do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, é Vice Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia e integra o comitê *Nonkilling Geography* do *Center for Global Nonkilling* (<https://nonkilling.org/center/>). No trabalho apresentado, refletiu sobre poder e morte na globalização, como processo dissimétrico, baseando-se em Mbembe, Agamben, Raffestin e Bauman. Para pensar a temática proposta propôs partir das ideias de Agamben sobre o corpo nu e a aparição *Homo sacer* - refugio humano à margem dos processos socioterritoriais, ou mesmo à margem da vida.

Nessa perspectiva, Alcindo Sá lembra que para haver necropolítica há de haver poder, cuja fonte é o trabalho como energia informada em corpos sintagmáticos, capazes de elaborar programas (Raffestin). Todas as organizações, desde estatais às corporações, são criadas e mantidas através de leis e normas – e as normas constituem formas socioespaciais (SÁ, 2013). Todavia, a partir do casamento do dinheiro com a razão, surge o Estado opressor no contexto de uma economia globalizada neoliberal (SÁ, 2020). Isto se reflete no tecido urbano: as cidades, antes tidas como símbolo da civilidade e da própria política, estão em permanente crise, fragmentando-se.

A *pólis* na necropolítica reflete, portanto, uma decadência da convivência entre estranhos, da diferença, do debate de projetos inclusivos – hoje tudo pretende ser exclusivo, segregador ou fragmentado. A cidade como civilidade, a política visando inclusão e resolução de conflitos, estaria crescentemente degradada, com reflexos diretos no mundo do trabalho. Antes do modismo em se falar de Necropolítica, Alcindo Sá relembra que o próprio Milton Santos já falava em necrópoles: e o Brasil teria sido um imenso laboratório desse processo, marcado por pobreza, miséria e segregação. O poder cada vez mais dissimétrico teria gerado no país aquilo que Bauman denominou de hiperpreariado (ou lixo humano, em termos menos eufemísticos).

Para grande parte da população, resta o trabalho informal assentado em novas tecnologias, atingindo níveis de precarização

jamais sonhados, que remetem às ideias de Marx sobre alienação. O mundo informacional, cheio de códigos e objetos inteligentes, também dispensa o trabalho humano na sua plenitude, gerando em consequência uma multidão de despossuídos, *homeless* que invadem as calçadas das cidades, sem oportunidades (SÁ, 2016). Se nos países ricos o socorro às pessoas na pandemia teve alguma efetividade, no caso do Brasil os auxílios foram extremamente modestos (embora importantes), num nível claramente necropolítico.

O Estado de *exceptio* apoia – desde antes da pandemia – armar a população “de bem”, e mesmo a celeuma pretérita em torno de operações judiciais como a Lava-Jato trouxe estes mesmos problemas a nível jurídico: aplica-se a lei desaplicando, burlando, revogando princípios jurídicos e constitucionais – transformando tudo em “excludente de ilicitude”. Para Alcindo Sá, teríamos chegado a um ponto de aberração, em que o exercício do direito de matar já não constitui monopólio do Estado e o Exército regular já não é o único meio de executar as suas funções. Nesse sentido, grandes massas vivem à esmo desde o nascimento até à morte nesses territórios do vale-tudo: pessoas mortas por poderes paralelos (milícias), sem direito à habitação, saúde etc. (SÁ, 2013).

Necropolítica, sim, pois o limite da morte foi abandonado, o Estado deixa de coibir certas violências para tudo permitir, relega populações a se contaminarem e morrerem por uma doença, em sacrifício ao mercado todo poderoso. No “Brasil que não pode parar” teríamos atingido uma situação complexa, onde o estado democrático de direito está em risco, com o incentivo à organização de forças polimorfas: grupos armados, sicários, cidadãos-soldados, com a concomitante proliferação de armas e associações “de caça”. O crime organizado, por sua vez, prossegue cooptando os jovens, completando o cenário de um desmanche completo da boa política no sentido clássico, refletido na vida arriscada e caótica de cidades como Recife, Fortaleza ou Rio de Janeiro. Alcindo Sá conclui que tal cenário é tragicamente coerente com o que estamos vivendo a respeito da Covid-19: descaso do governo no combate à pandemia, falta de insumos de saúde, escândalo das vacinas, número espantoso de vítimas. Uma necrogeografia do Brasil.

Caio Augusto Amorim Maciel é Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação de Iná Elias de

Castro. Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco, integra o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Coordena o Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo), grupo de estudos interdisciplinar com foco em Geografia Humana, Social e Cultural, sendo colaborador do Geopol/UFRJ.

Concluindo esta seção, de minha parte, busquei problematizar a premissa segundo a qual a centralidade territorial do Estado moderno deva ser o foco de uma geografia cultural e política cuja finalidade última estaria em entender a questão da adesão coletiva a um projeto de Nação. Para realizar tal reflexão, propus o conceito antropológico de interculturalidade crítica, apoiando-me nas ideias de Gunther Dietz (2012) de modo a evidenciar os desafios colocados ao Estado-nação face à diversidade cultural contemporânea.

O diálogo geográfico parte dos aportes de Jean Gottman (1952) à geografia política, segundo Iná Elias de Castro (2012). Assim, são debatidos os sentidos dos “sistemas de movimento” e dos “sistemas de resistência ao movimento” que organizariam o espaço, cotejando como tais noções – há muito apropriadas pela geografia política – poderiam ser enriquecidas pelos temas trazidos por estudos interculturais recentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Northeast, Northeast. What Northeast? *Latin American Perspectives*, Issue 135, Vol. 31, No. 2, March 2004, p. 16-41.

_____. A máquina da desigualdade. *Le Monde Diplomatique (Brasil)*, p. 6-9, 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-maquina-da-desigualdade/>, acesso em 15/04/2021.

_____; SADER, Emir et al. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de Governos Pós Neoliberais no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013, v. 1, p. 157-172.

_____. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Cultura e política em diálogo na Geografia Humana: comentário sobre as possibilidades de se pensar os espaços da interculturalidade. *Revista GeoSertões*, vol. 1, nº 1 (jan./jun. de 2016), p.8-21. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/30>, acessado em 15/09/2021.

_____; BARBOSA, David Tavares. Democracia, espaço público e imagens simbólicas da cidade do Recife. In: Ina Elias de Castro, Juliane Nunes Rodrigues, Rafael Winter Ribeiro. (Org.). Espaços da Democracia: Para a agenda da geografia política contemporânea. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, v. 1, p. 261-293.

SÁ, Alcindo José de. Necropoder e Necropolítica: uma reflexão sobre o contexto brasileiro. Revista de Geografia (Recife), v. 37, p. 339-358, 2020.

_____. Geocultura Política Pós-Moderna: Limites e Fronteiras em questão. 1ª Ed. Recife: Ebook, 2016. v. 1. 189p.

_____. Geografia do Direito: as normas como formas socioespaciais. 2ª ed. Recife: Editora Universitária, 2013. v. 1. 163p.

COVID -19 NO CORPO HUMANO COMO TERRITÓRIO MÓRBIDO: O MEU EU “NU” COMO VÍTIMA EM UMA GEOGRAFIA VIRAL GLOBALIZADA MUTANTE E ATIVA

Alcindo José de Sá^[111]

O CORPO COMO TERRITÓRIO, CAPITAL, TRABALHO, SAÚDE E PANDEMIA

Buscando geografizar este “lampejo” de história de vida, acho pertinente começar com Raffestin (1993, p.152), quando este assevera que:

as ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais os sistemas precedentes constituem um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no

111 Professor do Departamento de Ciências Geográficas e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: Alcindo.sa@ufpe.br

campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras em diversas relações de poder.

Sim, as imagens territoriais mostram as estruturas profundas do ser social, sob o escopo dos sistemas relacionais dissimétricos de poder, sob a égide de um capitalismo que não necessita mais, como frisou Karl Marx no século XIX, de um proletariado como reserva de valor. Na aurora de um capitalismo calcado na tecnociência, “na mão de obra ciência”, nas infovias, na robótica, só resta como, nos alerta Baumam (2005), no que tange ao usufruto do acúmulo do sobretrabalho, vidas desperdiçadas, precarizadas, ou seres descartáveis e matáveis. Nas entrelinhas desses espaços “luminosos” da mais-valia global (em especial as cidades ditas globalizadas), como bem ressaltou Santos (1996), o que mais tem aflorado são os territórios mórbidos, doentios, enfermos e necrófilos. Mas como chegamos a esses territórios, sejam por doenças, como a covid-19, assassinatos e todas as modalidades de violência? Raffestin (1993, p.56), embasando-se em Foucault e Deleuze, assinala que:

Todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação de saber...A energia pode ser transformada em informação, portanto, em saber; a informação pode permitir a liberação de energia, portanto de força. O poder também é, nessas condições, um lugar de transmutação. No entanto, o que de fato fundamenta o poder de homens sobre homens, em um contexto social dissimétrico de conflitos e morbidez? Segundo Lapierre (*Apud* RAFFESTIN, 1993, p. 56),

Mas como bem Raffestin (1993, p.57) nos alerta, não podemos cair no engodo de que os homens podem dispor livremente do seu trabalho, pois o capital ao

apropriar-se do trabalho, significa destruí-lo, ou mais exatamente submetê-lo a uma dicotomia e separar a energia da informação; apropriar-se de uma e/

ou da outra. No fundo, é impedir o homem de dispor de uma ou de outra ao mesmo tempo, o que, consequentemente, significa privá-lo do outro de sua capacidade primitiva de transformação.

Ou seja, o capital ao alienar o trabalho na sua totalidade, em especial na sua unidade de energia cambiante em informação, sacrifica ainda mais a **zoés** natural (AGAMBEN, 2004), ou, digamos, meu corpo **nu** do meu ser natural. Paralelamente, nesse mundo sob a crescente mão de obra ciência, ao invés de libertar, ou liberar, menos energia em informação trabalhada, no contexto de uma lógica produtivista, tem, pelo contrário, sacrificado mais trabalho (mais valia relativa – aquela decorrente da mais rentabilidade, em virtude dos objetos “mortos/vivos” inteligentes, com seus softwares), na cata de uma produção e uma produtividade, num processo de acumulação global desmedida, e que tem fomentado, inclusive novas patologias, doenças ocupacionais, como a Síndrome de Burnout, asma ocupacional, dermatose ocupacional, DORT – distúrbios osteomusculares, etc.

Desse modo, de acordo com Morin (2002), o homem nunca deixou de ser uma **zoés físico/bio/antropo/social**, em constante processo de metamorfose, sendo o seu equilíbrio físico/bio, muito dependente dos seus avanços antropo/sociais. Não por acaso as expectativas de vida em diversas civilizações, sempre tiveram profundas variantes, sendo justamente com o advento do capital, especificamente a partir do Século XIX, um divisor profundo entre morrer, como destino traçado por Deus (uma perspectiva ideológica medieval) e o viver, através das grandes descobertas físico/químicas, por intermédio de um meio técnico/científico, de uma racionalidade médica propiciadora de desenvolvimento de fármacos, como remédios e vacinas, que veio a propiciar uma explosão demográfica na face de nosso cambiante planeta. Todavia, como ressalta Morin (2002, p. 29), “o ser humano mortal, como todo ser vivo, possui a unidade bioquímica e a unidade genética da Vida”. Por isso, eu, como ser, conscientemente mortal, possuo as referidas duas unidades, elementos que propiciaram, indelevelmente, a não somente ser vulnerável ao acometimento pelo vírus da COVID-19, como ser vítima do mesmo, entre o final de abril de 2020 até o dia 13 de maio. Afinal, minha vida, nossa vida,

é terrestre e somos seres vivos. A organização viva, não instaura apenas um sistema de comunicação celular interno (DNA – RNA – Proteína), mas comporta, desde a era bacteriana, comunicações de indivíduo a indivíduo (contendo especialmente a injeção de informação do DNA de bactéria a bactéria), o que levou a supor que, apesar da sua diversidade, o conjunto de bactérias vivendo na terra, sob a terra e nos ares constitui uma espécie de organismo gigantesco cujos elementos comunicam-se em cadeia (MORIN, 2002, p.29).

Ressalte-se que bactérias e vírus agem de forma semelhante no corpo, se multiplicando dentro de nossos organismos e provocando uma reação do sistema imunológico. Todavia, os vírus sofrem mais transformações, alterações genéticas, dificultando o seu combate. Isso porque o vírus guarda informação não somente do DNA (composto por duas fitas genéticas), mas também no RNA, algo mais simples como uma carga de genes. Assim sendo, os vírus são responsáveis por muitas epidemias e demanda combates mais complexos. Já as bactérias, muito embora seus perigos, induzem enfermidades que foram e ainda são muito destrutivas à humanidade, como a pneumonia, a tuberculose, o tétano, a gonorreia, sífilis, hanseníase, mais “fáceis” de cura. Apesar disso, dialeticamente, em muitos casos, são ancoradas pelo próprio vírus, com as suas fitas genéticas e RNA, tornando-os mortais, afinal ele precisa de uma célula viva receptora. Assim, “a aptidão à convergência permitiu à formação e o desenvolvimento de vegetais e animais com tendência à associação em bandos, rebanhos e sociedades, enquanto que nas interações entre unicelulares, vegetais e animais formaram ecossistemas, os quais se uniram para formar a biosfera” (MORIN, 2002, p. 29)

MEU ZOÉ CORPÓREO VULNURÁVEL, FRENTE ÀS INVESTIDAS ANTROPO/SOCIAIS DAS MUTAÇÕES VIRAIS EM TEMPOS DE ECONOMIA GLOBALIZADA

Assim, como ser humano, no contexto do meu trabalho informado, manipulado e alienado, considerando, progressivamente,

a minha debilidade físico/bio/antropo/social, fui acometido, repito, em final de abril de 2000, pela Covid-19, mais um vírus complexo, no contexto das suas múltiplas variâncias. Os sintomas? Apesar de, na época, existir poucos estudos, a área médica já apontava, inicialmente, tosse “seca”, coriza, supressão do odor e paladar e, em casos já mais graves, cansaço corporal e dificuldades respiratórias. E justamente, seguindo essa trajetória, depois de duas semanas, fiquei convencido de que tinha sido infectado pela “nova” epidemia do mais “novo” vírus a circular de Wuhan, na China, para Recife-PE.

Assim, como diz Morin (2002, p.32), “estamos [também], mais do que nunca, na noite escura das origens”. No interim desses dias, por “negação?”, ou mesmo tendo por base experiências passadas, busquei aplacar as ações do vírus, como se fosse uma gripe viral comum, tomando chás de limão com alho, xaropes (vários), buscando minimizar os incômodos da tosse, dor de cabeça, dor corporal, mas, infelizmente, sem uma resposta à altura. Creio que no dia 29/04/2020, fui à agência do Banco, no qual tenho conta, fazer um pagamento. No referido recinto, senti um forte cansaço e insuficiência respiratória, algo parecido com minhas crises asmáticas na infância. De pronto, me convenci de grande suspeição de Covid-19 e, sem realizar a tarefa determinada, peguei um Uber (de máscara e álcool gel) em busca, ainda mais (tomei muitos medicamentos em casa), de uma ciência médica em um hospital privado em Recife, mais ativo, no caso, de uma medicina mais precisa, seja na busca de um diagnóstico mais acurado (já existia o famoso teste detector RT-PCR do vírus) sobre a minha enfermidade, seja, caso de um tratamento (mesmo na época com poucas informações e alternativas de cura), através de todos os aparatos técnicos, científicos e informacionais para uma pretensa supressão da possibilidade de uma morbidez, na época com grande difusão.

Ressalte-se que, infelizmente, o atendimento na rede pública estava ainda mais caótico, considerando a demanda muito grande por tratamento de Covid-19 e um déficit imenso para supri-la. Como ainda disponho, a um custo altíssimo, de um plano de saúde, pude recorrer ao referido serviço. Meses depois, o atendimento público teve pequena melhora, muito embora as tragédias de falta de oxigênio em Manaus, o uso de remédios cientificamente provados como inúteis, o negacionismo e a demora na compra de vacinas anti-covid, terem levado às mais de 612

mil mortes (novembro de 2021).

ECONOMIA EM REDE GLOBAL, COVID-19 E O “FRACASSO” DOS IDEAIS POSITIVISTAS DA SAÚDE PERFEITA

Como nos ressalva Pierre George (1993), o que diferencia um “foraminífero” do ser humano, é que este, apesar de ter aflorado, surgido da evolução de uma bactéria, é que, se contrapondo a outros biomas, oriundos da mesma origem,

O ser humano mortal, como todo ser vivo, possui a unidade bioquímica e a unidade genética da vida... Trata-se de um hipervivo que desenvolveu, de maneira extraordinária, as potencialidades da vida. Exprime ao extremo as qualidades egocêntricas e altruístas dos indivíduos. Atinge os paroxismos da vida os êxtases a na embriaguez, ferve de ardores orgiásticos e de orgasmos. É também hiperdinâmico, no sentido em que desenvolve de maneira nova a criatividade viva. Com a humanidade, dá-se o deslocamento da faculdade criadora para o espírito (MORIN, 2002, pp.29-30).

Um espírito, ressalta-se, pleno de emoção, mas, e acima de tudo, como assevera Milton Santos (1996) de razão, sendo esta, hoje, cada vez mais instrumental. Neste interim, em especial com a ascensão do capital e, no seu lastro, o racionalismo científico, a busca incessante do acréscimo das potencialidades da vida, por intermédio dos diversos avanços mecânicos, físico e químicos como supressores dos biomas deletérios e mortais dos zoés, torna-se fato, em prol de corpos plenos de saúde, tradutores de vidas cheias de biomas portadores de energia, trabalho informante e informado saudáveis e potenciais de criarem sempre mais lucro no processo acumulativo capitalista. Não por acaso, a “indústria” da tecnociência médica não parou de crescer e se intensificar do Século XIX até os nossos dias; uma indústria que abarca o que há de mais sofisticado tanto no avanço dos remédios, das vacinas e da química fina para a manipulação corpórea, até os aparelhos em que se fundem a mecânica, a física e a química, com vistas a dissecarem nossas entranhas

corpóreas, com vistas a ações médicas invasivas ou não. Para Morin (2011, p.163),

A medicina ocidental aparece como a única medicina autêntica. Seus descobrimentos, seus conhecimentos, seus sucessos não param de progredir desde o Século XIX: conhecimentos anatômicos, fisiológicos, celulares e bioquímicos; vacinas antibacterianas, corticoides, antibióticos; agregação de diagnóstico através da imagem (radiologia, scanner, cintilografia, endoscopia); êxitos prodigiosos nas cirurgias, especialmente cardíaca, pulmonar e hepática; vitórias sobre a mortalidade infantil, no parto, na mortalidade senil, controle sobre a hipertensão. Finalmente o descobrimento das células tronco nos organismos adultos, que constitui uma promessa de prorrogação da vida humana em parâmetros saudáveis. Por isso, a medicina ocidental se tem difundido por todos os continentes, relegando as medicinas tradicionais classificando-as de práticas retrógradas, quando não, ilusórias...Seus progressos na pesquisa, nos conhecimentos e nas terapias, atrelados aos da higiene, a educação, o modo de vida têm contribuído para prorrogar a esperança de vida desde os 25 anos até os 70 ou 80 anos no mundo ocidental...Por isso, a única medicina oficialmente reconhecida é a que é ensinada nas faculdades, praticam suas consultas nos hospitais [no caso do Brasil, também em clínicas particulares] com os médicos generalistas ou especialistas formados nessas mesmas faculdades...Muito embora o gigantesco progresso da medicina ocidental, a mesma comporta limites, insuficiências e carências.

Que diga o despontar do novo coronavírus e as insuficiências médicas para suprimi-lo, durante esses mais de dois anos, muito embora os grandes avanços no campo de novas vacinas e remédios, à exemplo de pílulas para minorar os efeitos de quem já foi acometido pela contaminação.

VULNERABILIDADE E DOR DO MEU EU EM UM CONTEXTO PANDÊMICO “PÓS-MODERNO”: O FIO DA NAVALHA ENTRE O BIO/FÍSICO VIRÓTICO E O ANTROPO/SOCIAL DOS AVANÇAS MÉDICOS

Aqui, mais uma vez, volto ao meu flagelo corpóreo pela ação da covid-19. Já ciente de ter os sintomas virais dessa nova pandemia, de pronto, decidi me dirigir ao hospital conveniado, no intento de fazer um check-up. Ao chegar na emergência central, fui de imediato, dado o meu estágio de crescente falta de ar, levado para uma outra emergência, no mesmo hospital, em um prédio já reservado para os pacientes da referida pandemia. Ao descer da ambulância do hospital, fui posto em uma cadeira de rodas e logo enviado para uma ala receptiva de pacientes para triagem e direcionamento para os microterritórios mais equipados ao estágio da doença em que me encontrava.

No meu caso, o uso imediato do cateter nasal que, segundo a médica plantonista, era a primeira opção ao chegar à referida ala hospitalar, com falta de ar leve ou moderada. Este “Consiste em um sistema de pequenos tubos ligados a uma fonte de oxigênio com duas aberturas que são adaptadas às narinas da pessoa. Como o cilindro de oxigênio é acoplado diretamente ao equipamento, o próprio pulmão faz o trabalho de puxar o ar para dentro”. Em algumas horas foi esse o aparelho que fiz intenso uso. Todavia, aos poucos a infecção pulmonar tomada pela Covid-19 foi se intensificando e, concomitantemente, a necessidade de mais oxigênio. Daí a médica ter substituído o referido cateter por uma máscara facial, já que com ela os meus pulmões seguiram puxando mais ar, pois ela aumentou o fluxo de oxigênio. Caso meu nível de “saturação” (de respiração) baixasse ainda mais, poderia acontecer o mais temia: a “intubação”. Esse é um procedimento no qual o médico insere um tubo desde a boca da pessoa até à traqueia, de forma a manter uma via aberta até o pulmão e garantir a respiração adequada. O tubo é ainda ligado a um respirador, que substitui a função dos músculos respiratórios, empurrando o ar para os pulmões. Na COVID-19, é utilizado esse procedimento em estados de gravidade e se faz necessário o uso de anestesia para o médico ter total controle

sobre a respiração^[112].

Ressalte-se que o controle e monitoramento, não apenas de minha respiração, mas também de outros sinais vitais se deu e se dá, através do Monitor Multiparâmetro de Sinais vitais. Através do eletrocardiograma (ECG), o **monitor** multiparâmetro de **sinais vitais** acompanha os batimentos cardíacos do paciente que são captados através do cabo de ECG que é conectado em alguns pontos do peito do paciente. O **monitor** de **sinais** multiparamétrico monitora pressão arterial não-invasiva, frequência cardíaca, saturação de oxigênio, temperatura corporal e glicose. temperatura: embora bastante simples, a temperatura corporal precisa ficar entre 36,1°C e 37,2°C. Se o aparelho apontar números abaixo, é sinal de hipotermia. Já para número acima do considerado normal, constata-se febre, pirexia ou hiperpirexia. Em ambos os casos, funcionam como sintomas que precisam ser avaliados. Destaque-se também, que era intenso o uso do aparelho bio/físico/químico do tomógrafo móvel, com vistas a tiradas de raio x, ou imagens da expansão ou retração da ação do vírus e seus mediadores, como a pneumonia no fluxo respiratório^[113].

Foi no meio de todos esses aparatos com inúmeros fios atrelados ao multiparamétrico que me via solitário, um estorvo contaminante e “prisioneiro”. Prisioneiro porque numa UTI, você fica restrito ao leito hospitalar como “território [ainda] vivido”, ou melhor, ocupado por um ser inerte, pois como portador de um vírus mortal e transmissor, não podia ter mobilidade por um espaço mais amplo. No máximo, seu [o meu] movimento era o induzido pelos enfermeiros e auxiliares no leito hospitalar, no suporte da limpeza corporal, troca de lençóis e travesseiros, além da aplicação de remédios injetáveis ou não, e muita coleta sanguínea, creio, para a mensuração do estágio do oxigênio. Aliás, à exceção do anticoagulante, fazia parte, creio, do “kit covid” e suas posologias, nos cinco primeiros dias, a ingestão de cinco comprimidos diárias, todavia, indagava quais eram os medicamentos e sempre tinha uma resposta negativa sobre o conteúdo deles. Como era quase no início da difusão da pandemia, supunha estar recebendo azitromicina, hidroclorotiazida, mas minhas especulações ficavam apenas no plano subjetivo. No terceiro dia retiraram

112 Disponível em: <https://tinyurl.com/bmcxvzmd>

113 Ver monitor multiparâmetro. Disponível em: <https://tinyurl.com/ty6j8ur5>

dois e no quinto dia houve a suspensão dessa linha medicamentosa.

O certo é que, em meio à dor, o temor, a angústia de não ter informações sobre a evolução ou involução do grau de minha enfermidade, então desenvolvi uma estratégia de mirar com constância o multiparamétrico e sua tela indicativa do grau dos batimentos cardíacos, mas, principalmente do grau de saturação, ou seja, de minha capacidade pulmonar de absorver em um nível “normal” o oxigênio imprescindível à sustentabilidade do meu corpo nu, mas abduzido pela expansão do vírus nos meus frágeis pulmões; do meu mero zoé. Sabia que abaixo de 95 era risco e quando chegava a 86, 87 entrava em desespero e angústia solitariamente. Em paralelo, buscava somar à fé na racionalidade científica e muitas, também muitas orações a todos os Santos e Arcanjos, enfim, ao metafísico e a emoção. Creio que foram importantes na minha plena recuperação da COVID-19 e, de certa forma, um fortalecimento não somente do meu zoé, como também do meu bio político para estar aqui escrevendo esse relato/depoimento “científico” /racional.

Aqui ainda cabe uma pequena e seminal observação: ao ser contaminado pelo referido vírus, e ainda no início da pandemia, percebi e vivi aquilo que mencionei acima: senti-me um estorvo contaminante e mortal; um antigo “leproso” afugentador de pessoas sanas para territórios distantes e fora de risco, já que eu ou você acometidos de tal doença era sinônimos de morte. Não relego (aliás, advogo) a premissa científica de distanciamento social como eficaz e correta, apesar de dolorosa. Daí, as poucas pessoas que tinham acesso a UTI (médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, auxiliares de limpeza), sempre estarem munidos das EPIs (equipamentos de proteção individuais), como máscara cirúrgica, máscara de proteção respiratória, avental (esses com mangas longas, abertura posterior, punho de elástico ou malha, não alergênico, etc.), luvas, protetor ocular ou facial. No entanto, repito, como paciente de Covid-19, além das inúmeras dores, a dor da solidão é uma das mais marcantes e ao ver os enfermeiros, médicos e auxiliares jogarem no lixo (lixo médico, muito mais seletivo) suas luvas e aventais descartáveis, que cobrem o avental manga longa, depois dos procedimentos médicos diários e nos apartamentos marcados, tive também a sensação de parte de mim ser também um estorvo descartável e fadado ao lixo; um viver e um sentir – pelo menos enquanto perdurou a enfermidade – como parte

dos territórios putrefatos, inúteis e custosos, aos olhos da maioria da população manipulada pela mídias sociais negacionistas e facistóides, das instâncias políticas e públicas de poder, pautadas, agora, sobre as premissas da necropolítica e do necropoder, em especial para os estratos socioespaciais do precariado no/do Brasil. Sendo um pouco mais realista e mais dramático, um paciente de COVID-19 no seu estágio mais contagiante é mais abjeto e desprezível, lixo humano, que um “noiado” consumidor de crack, um “pingunço” inveterado, um cocainômano que vivem à margem social e territorial, com suas vivendas nas ruas e o desprezo social da indiferença, pois ao “covidinho” só lhe resta seu corpo nu e sua cama hospitalar, à mercê psicológica da balança entre a reação natural, lastreada no suporte físico/bio/química e mecânica da ciência de forma positiva, ou seu definhamento e necrose total. Que falem as mais de 612 mil mortes até o momento em que escrevo este artigo, no Brasil.

Diante deste novo/velho panorama geográfico, não podemos deixar de questionar, de uma forma mais contundente, o otimismo médico/científico difundido pelo positivismo científico, desde o alvorecer do Século XIX, mas em especial, ao longo do século XX, como se o mundo físico/bio/antropo/social fosse algo estático, e os biomas bacterianos e virais fossem totalmente superáveis pelas fascinantes descobertas de fármacos, até então, inimagináveis. Isso porque, mesmo com os avanços no aspecto antropo/social, tendo como lastro as transformações econômicas, hoje pautadas numa tecnociência que, infelizmente, ela vem devastando e destruindo o mundo no seu lado sensível e limitado, do lado físico/bio, incluindo, como já aludido acima, a existência do próprio homem. A destruição de biomas, como o que presenciamos no Brasil, com as florestas tropicais, as emissões de CO₂, temas em pauta na COP 21, alertam para a necessidade de um freio nos dogmas econômicos preponderantes, de um consumo ilimitado, em favor da própria sobrevivência humana. Nesse prisma, Morin (2011, p.81) destaca que

Devemos superar [a infeliz] separação, ou disjunção absoluta entre o homem e a natureza, resultante do auge do racionalismo técnico ocidental e a influência do antropocentrismo judaico-cristão. A quimera [o sonho] de controle total do mundo, alimentada

pelo prodigioso desenvolvimento das ciências e das técnicas, tropeça hoje com a tomada de consciência sobre os poderes destrutivos que representa a tecnociência para a própria humanidade e sobre nossa dependência no que toca a biosfera. Como a via seguida pela humanidade conduz a piora de todos esses males e perigos, trata-se de mudar a via através da conscientização e da reforma. O Homo sapiens já não deve intentar dominar a terra, mas, sim, preservá-la e ordená-la”. Para tanto, “se impõe uma reforma do conhecimento”, com vistas a superar o pensamento disjuntivo e redutor. “Uma reforma do pensamento, inseparável de uma reforma da educação...nos levará a reconhecermos como filhos da terra, filhos da vida, filhos do cosmos. Nos faria tomar consciência de nossa comunidade de destino como seres humanos de todas as origens, ameaçados pelos mesmos perigos mortais. Saberíamos, então, que o pequeno planeta perdido chamado Terra é nossa casa (home, Heimat); que é nossa pátria, nossa Terra-Pátria. Todos os humanos habitam a casa comum da humanidade, sofrem a situação agônica desse início de milênio e compartilham um destino de perdição” (MORIN, 2011, p.81).

Enfim, precisamos de uma nova paidéia que situe a geografia patogênica (fungos, bactérias, vírus etc.), de doenças e de perdição de vidas humanas, no contexto de um mundo cada vez mais teleguiado por uma necropolítica e um necropoder, tendo com lastro uma tecnoc economia globalizada indutora de um crescente trabalho precarizado.

Nessa linha, no ciclo de debates virtuais do IV CONGEO, tendo como tema central: “Desafios e novos debates da Geografia Política Contemporânea no Brasil, tendo como debatedores aqui na UFPE, eu, Prof. Alcindo José de Sá e a Profa. Tânia Bacelar de Araújo, buscamos focar, por caminhos diversos, o cambiante, mas necessário, papel do Estado, suas federações e políticas públicas no campo da saúde. A referida Professora destacou o singular papel Consórcio Nordeste no combate regional da pandemia, frisando que, apesar dos boicotes e empecilhos do Governo Central, a união dos Estados nordestinos viabilizou a quebra de muitos obstáculos, tanto nas políticas de tratamento, combate e propaganda no combate da pandemia, quanto no esforço para a compra da vacina Sputnik V (russa), mas inviabilizada pela Anvisa. Eu,

por sua vez, tratei, dada a minha própria experiência como vítima da pandemia, de que, apesar de todo esse discurso privatista e neoliberal, hoje predominante, nunca foi tão proeminente o papel do “tradicional” da interferência do Estado-Nação como ente de ação política, em especial nos campos da saúde, da pesquisa e da educação. Isso fica evidente, não apenas nos tratamentos profiláticos, como no campo vacinal e outros mais preventivos, como também nos seres com doenças crônicas, ou não, que precisam de um acompanhamento médico com terapias, remédios e equipamentos custosos, incluindo os doentes de Covid-19 em unidades médicas/hospitalares especializadas.

Destaquei, de forma pessimista, que a referida doença não vai mudar radicalmente os princípios e valores de uma sociedade cada vez mais pautada no individualismo, na competição e competitividade, mas que ficou e continua a ficar evidente, que em todos os países, sem o papel ativo do Estado, as calamidades, sejam ambientais, financeiras/econômicas ou no campo da saúde, seriam ainda mais caóticas. Nos EUA, país símbolo do capitalismo mais sacrossanto, o Senado e a Câmara federal aprovaram recentemente o maior pacote econômico, com vistas a investimentos, em especial, nos setores de infraestrutura socioterritorial, grande propulsora de renda e consumo e, conseqüentemente, inclusão social. O Brasil para sair desse estado de pobreza, exclusão, fragmentação espacial e ambiental, não pode fugir dessa nova/velha forma de gestão do espaço; um novo New Deal tropical como verdadeira paidéia a redimensionar nossos avanços sociais.

Á GUIA DE CONCLUSÃO: POR UMA PAIDÉIA DA REUNIÃO HOMEM/MEIO E O VISLUMBRAR OU REVINSUMBRAR OS LIMITES DOS ESPAÇOS DE VIDA

De maneira premonitória, em trabalho por mim realizado em 2017^[114], abordei os conflitos territoriais dos espaços fronteiriços demarcados pelo Estado Nação brasileiro, em que aflorava a busca de alteridade por comunidades tradicionais, em recortes limítrofes instáveis

114 Geocultura Política Pós-Moderna: Limites e Fronteiras em Questão.

entre indígenas, ou comunidades assentadas em Parques Nacionais ou Reservas Biológicas, em um dos pontos abordei a necessidade da preservação dos ecossistemas, aliás, sempre um ponto de luta dos referidos povos. Isso porque a pós-modernidade na sua agressiva lógica da mais-valia absoluta e cada vez crescentemente relativa (produtividade tecnológica), pautada no aqui e agora, nesse tempo supermaquínico, tecnocientífico e em rede, não é um absoluto socio-territorial totalizador pleno, como apregoa o discurso ideológico neoliberal. Também outras temporalidades, como a do relógio natural/físico (manhã, tarde e noite) e humano, mas sem o controle rígido do relógio capitalista maquínico, fazem-se presentes nas múltiplas territorialidades geográficas no horizonte terrestre.

Portanto, como já relevado, ao invés de uma cultura meramente “moderna”, de uma ética tornada lei e manipuladora de escalas espaciais, temporais e comportamentais, parecem despontar também antimodernidades, mesmo a reboque do peso da modernidade ou pós, ou seja do **status quo** da geografia do poder do relógio instantâneo globalista e sua rede implacável, seja culturalmente, seja economicamente. Essa antimodernidade nos parece mais do que imprescindível no período histórico atual, pois dela desponta ou pode despontar a nova/velha simbiose, unidade do físico-bio-antropo-social. Isto porque o meio físico, apesar do peso avassalador da modernidade em busca da sua subordinação, da sua dominação, jamais suprimiu ou suprimirá sua força embutida nas suas entranhas superficiais ou profundas (que falem os eventos naturais do furacão catarina, vulcão Pinatubo, terremoto no Chile, etc.). Aliás, essa mesma modernidade pode e vem acirrando a ira dos fenômenos naturais/humanos, em virtude do seu ataque feroz em transformar toda matéria em recurso, especialmente os fenômenos climáticos; um desgaste incessantemente do peso da ação do capital, de desperdício de energia sem renovação na mesma intensidade.

Neste sentido, torna-se mais do que imprescindível não somente a preservação e conservação, mas a ampliação dos resquícios territoriais das áreas indígenas, de reservas biológicas e parques nacionais, pois serão desses relativos que vai depender a “auto-sustentabilidade” do absoluto do propalado mundo globalizado devastador, com a sua ideologia mortífera de que o mundo é infinito em todas as suas potencialidades econômicas, agora arrojadas pelas tecnocências antropo-sociais pós-modernas em

prol de uma cultura hedonista. Enfim, é necessário resgatar os relativos micromundos de natureza e homens concretos, dotados de razão e emoção, como tão bem ressaltou Milton Santos (1996), para fertilizar a mentira de cegueira discursiva de um absoluto, que ao negar o físico-bio, vem suprimindo a sua própria existência como cultura dotada de civilidade, tolerância, saúde (que diga a epidemia do vírus da Covid-19) e bem-estar, ou seja, uma síntese harmônica do homem com a natureza.

Afinal, a civilidade, a cidade, a moral, a ética, o território são frutos do homem estar para o outro em sua defesa e defesa coletiva, indícios de civitas, e não somente com o outro pautado em normas e leis como proclama a “modernidade pós-moderna”, como destaca o filósofo Lavinias (2007). Reserva indígena Pankararus-PE, Reserva Biológica Serra Negra-PE e Parque Nacional Vale do Catimbau-PE) talvez sirvam de referência ao absoluto globalizado, inclusive nas entranhas sertanejas do Nordeste brasileiro, estigmatizado como terra de indolentes, fanáticos religiosos e cangaceiros (sicários, matadores), muito embora já todo atrelado e “assediado” à rede da economia global. Seguramente a enfermidade que vivi e sofri, vítima da covid-19, uma mutação viral, como muitas que aconteceram e vão ocorrer, é fruto da disjunção perversa homem/natureza, por um sistema econômico que enxerga o físico/bio como matéria sem limites a ser transformada em objetos comercializáveis, no contexto de um processo de acúmulo de riqueza desmedido.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- GEORGE, Pierre. *O Homem na Terra. A Geografia em Ação*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- LAVINAS, Emmanuel. *Ética ao Infinito*. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- MORIN, Edgar. *O Método 5. A Humanidade da Humanidade*. Porto Alegre: Sulinas, 2002.
- _____. *Para la Vía. Para el futuro de la Humanidad*. Barcelona: Espasa Libros, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- SÁ, Alcindo José de. *Geocultura Pós-Moderna: Limites e Fronteiras em Questão*.

Recife: E-book, 2017. ISBN 978-85 922247 – 0 – 7

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

INTERCULTURALIDADE E GEOGRAFIA POLÍTICA: UMA MIRADA DESDE A REGIÃO NORDESTE

Caio Augusto Amorim Maciel^[1]

INTRODUÇÃO

Cultura, política e região são temas entrelaçados e caros à geografia humana. Roberto Lobato Corrêa, pensando as mudanças nas propostas de regionalização cultural do Brasil, afirma que “cada divisão regional tem a marca de seu tempo, isto é, reflete as condições objetivas e subjetivas de sua construção, assim como as características da realidade espacial” (CORRÊA, 2016, p.16). Uma vez que tanto condições objetivas quanto a realidade se transformam, novos imperativos conceituais e operacionais se fazem necessários.

Acolhendo tal premissa, a presente reflexão insere no debate as considerações de Iná Castro (2012) acerca das possibilidades de se pensar geograficamente cultura e política, compartilhando o pressuposto da indissociável relação entre essas duas dimensões da vida coletiva. Por outro lado, busca problematizar e atualizar a assertiva segundo a qual a centralidade territorial do Estado moderno deva ser o foco de uma geografia cultural e política cuja finalidade última estaria em entender a questão da adesão coletiva a um projeto de Nação. Para realizar tal releitura, o artigo lança mão do conceito de *interculturalidade* advindo da antropologia, apoiando-se nas ideias de Gunther Dietz (2012) para evidenciar os desafios colocados ao Estado-nação face à diversidade cultural contemporânea. O debate torna-se premente diante das dificuldades de se pensar a política a partir da Região Nordeste, como proposto pelos organizadores das sessões preparatórias ao IV CONGEO.

1 Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail: caio.maciel@ufpe.br

Em primeiro lugar, cabe ressaltar a concepção de Agnew e Muscarà (2012) para quem a geografia política investiga e decifra as maneiras pelas quais considerações geográficas fazem parte de toda sorte de política. Por outro lado, acrescenta-se que a geografia cultural deve integrar o âmbito dos debates sobre “políticas de identidade” características de grupos que conformam a plêiade social em Estados pós-coloniais, em que se perfilam fenômenos recorrentes tais que o surgimento de culturas híbridas, a essencialização de territorialidades étnicas ou a patrimonialização (muitas vezes arrogante) da natureza. As respostas dos diversos povos às dificuldades decorrentes da pandemia de Covid-19 podem ser avaliadas à luz desses entrecruzamentos, assim como diferentes ações políticas regionais, tais que a ação do consórcio de governadores do Nordeste abordado pela professora Tania Bacelar de Araújo em sua palestra.

Há turbulências identitárias em que os sujeitos concernidos vivenciam significativos rearranjos na tríade espaço, cultura e política, com novos processos territoriais que naturalizam, mascararam ou reafirmam certos interesses, ao mesmo tempo em que legitimam novas e velhas formas de poder político. Tal quadro é a maior das relações entre geografia política e cultural que emoldura o raciocínio aqui proposto. A dimensão intercultural interessa na medida em que remete “à igualdade de oportunidades, de forma a reconhecer os conhecimentos e os saberes de cada cultura, promover o enriquecimento das diferenças culturais em uma perspectiva coletiva” (RAMOS et al. 2020, p.8). No contexto do pensamento crítico, aponta-se para projetos em comum, portanto políticos, na medida em que pressupõe que todas as culturas podem e devem ser reconhecidas em suas especificidades – inclusive geográficas.

Para a geografia política contemporânea, a cultura continua uma questão de Estado, porém de maneira diferente das situações clássicas a que estivemos acostumados até tão pouco tempo atrás. Para ressaltar tal mudança, proponho seguir a trilha proposta por Castro ao revisitar as ideias do geógrafo Jean Gottmann (1952) sobre *sistemas de movimento e sistemas de resistência ao movimento* que organizariam o espaço, iluminando o caminho com os temas trazidos pelos estudos interculturais mais recentes. Deste modo, pretendo refletir de maneira sucinta sobre as consequências do surgimento de conjunturas e estruturas intergrupais de integração/diferenciação que vêm desafiando

os pressupostos geográficos das sociedades, pondo à prova o postulado segundo o qual haveria congruência entre sujeitos, identidades, culturas e comunidades – ou seja, uma harmonia expressa em fronteiras nítidas e estáveis entre pessoas, etnias, nações, regiões e assim por diante.

CULTURA, POLÍTICA E ESTUDOS INTERCULTURAIS NO SEIO DA GEOGRAFIA

O potencial do conceito de interculturalidade na geografia ainda é pouco reconhecido, embora seja evocado no contexto da virada decolonial. No campo cultural, especificamente, a dimensão dos conflitos permanece subsumida aos embates entre projetos políticos hegemônicos e contra hegemônicos, com atenção especial para estes subalternizados da sociedade brasileira, como indígenas ou quilombolas, frente aos avanços do agronegócio, por exemplo. Antes, porém, de definir interculturalidade à luz da proposta de Gottmann, cabe abrir um breve parêntesis para afirmar que uma geografia cultural que não coloca o Estado nacional enquanto problema central pode ser perfeitamente política, apenas apontando fenômenos e problemas que, de imediato, escapam à coesão moral, linguística ou territorial de crenças e valores notoriamente concatenados pelo poder estatal. Do local ao regional, muito interessa à fabricação do sentido nacional em um país diverso como o nosso. Na observação de Cavalcante:

É evidente que não existe uniformidade cultural entre populações de estados do Norte e do Sul, por exemplo, às vezes, nem mesmo no interior de um estado tal uniformidade pode ser verificada. Para além dessa diversidade (a dos não tradicionais), é preciso destacar a diversidade verificada com a presença das inúmeras comunidades tradicionais, tais como os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, os povos da floresta e tantos outros que certamente formam um mosaico inacessível em sua integralidade até mesmo para os pesquisadores (CAVALCANTE, 2017, p.86).

Prossegue o autor considerando a recente ascensão político-jurídica de valores interculturais, embora amplamente contestados por setores conservadores e mesmo reacionários da sociedade brasileira:

Historicamente, no entanto, **o Brasil só reconheceu essa diversidade como algo positivo e que deve ser preservado na sua Constituição Federal de 1988.** Por meio dela, oficialmente, o Estado abandonou a política assimilacionista e reconheceu o direito originário dos povos indígenas sobre suas terras de ocupação tradicional. Entretanto, na prática, o que se vê é que os ideais assimilacionistas continuam muito vivos no discurso e nas práticas estatais e, sobretudo, nos discursos produzidos pelas elites agrárias e econômicas do país (*Id., Ibid.*, grifo nosso).

Como presenciamos agora, a Constituição e os ideais de integração não autoritária encontram-se sob ataque – e não apenas por parte do governo Bolsonaro, mas refletindo perspectivas racistas e elitistas da sociedade brasileira. Portanto, de acordo com Paul Claval (1999, p.22), a geografia fundamentada na abordagem cultural é, em essência, política, uma vez que ela evidencia os instrumentos e as maneiras pelas quais os indivíduos e as sociedades se constroem, buscam afirmação e se transformam em um jogo de competição e cooperação.

Tal maneira de encarar a geografia tem privilegiado outras escalas que não o recorte nacional, da mesma forma que busca compreender a ação dos sujeitos sociais em seus espaços de vida, voltando-se mais para os indivíduos, as sociedades e seus conflitos do que para questões inerentes à apropriação da cultura pela política, embora não despreze tal aspecto. Todavia, essa é outra polêmica, cujo enfrentamento não será feito de pronto.

Voltando aos pressupostos do debate acima anunciado, parte-se de uma concepção mínima de estudos interculturais, termo que segundo Dietz (2012, p.78) foi alcunhado para designar um campo emergente de preocupações transdisciplinares em termos de contatos e relações entre culturas que, tanto no plano individual quanto no coletivo, articulam-se em contextos de diversidade e de heterogeneidade social. O autor acolhe a máxima de Néstor García Canclini segundo a qual nos dias de hoje, todas as culturas são de fronteira.

Em seus desdobramentos pragmáticos, a interculturalidade é uma noção convocada frequentemente pelos antropólogos em ambientes escolares que expõem situações de discriminação, de xenofobia e de racismo, ou seja, reação contra o Outro, onde há conflitos entre pessoas de diferentes origens, sobretudo étnicas. A “cultura do cancelamento” na sociedade maior também pode ser compreendida a partir desse contexto. A constatação da existência de desacordos entre sujeitos que vivenciam as mesmas práticas socioespaciais, aliada às tentativas de contê-los via educação, como sempre, mantém-nos sob o domo da geografia política. Mais recentemente, autores relacionados a perspectivas pós-coloniais, ao estudar a condição de opressão de povos autóctones, destacam a interculturalidade crítica como:

[...] uma ruptura epistêmica com base no passado e no presente, vividos como realidades de dominação, exploração e marginalização, simultaneamente constitutivas, como consequência do que Mignolo chamou de modernidade/colonialidade. Uma configuração conceitual que, ao construir um quadro social, político, ético e epistêmico para aquelas realidades que ocorreram e acontecem, o faz a partir de um lugar de enunciação indígena (WALSH, 2007, p. 50).

Várias disciplinas encontram-se, contudo, implicadas no desafio da interculturalidade, daí ser mais comum a referência a “estudos interculturais”. Campos clássicos da ciência vêm encampando essa temática, inclusive economia, filosofia, pedagogia e ciência política. Para a antropologia, isso implicou na perda definitiva do monopólio sobre o conceito de cultura (*Idem*). Dietz critica ainda o “essencialismo” atribuído ao conceito de cultura por diversas tradições teóricas interessadas no caráter intercultural das sociedades e apresenta um panorama dos desafios e respostas que os diferentes Estados nacionais experimentaram ante a diversidade cultural, sobretudo no campo educativo (NASCIMENTO, 2013). No que concerne à geografia, talvez a demanda mais flagrante consista em rever nossas próprias conotações do universo cultural. De modo específico, a própria geografia política passa a ser acionada enquanto...

[...] um conjunto de ideias acadêmicas e políticas sobre a relação entre a geografia e a política e vice-versa, possuindo raízes em certo número de disciplinas, particularmente geografia e ciência política, mas também sociologia, antropologia, estudos étnicos e relações internacionais (AGNEW; MUSCARÀ, 2012, p.2, tradução nossa).

A questão da superação do medo e do ódio ao Outro, bem como das possibilidades de integração, relação e convivência com a diferença abarca desde circunstâncias pessoais, sociais até políticas de Estado, aproximando geografia e antropologia. Pergunta-se então: como o diálogo entre essas disciplinas pode contribuir para o desafio de compreender as transformações espaciais das sociedades contemporâneas?

Constata-se uma vasta expansão de redes culturais que, segundo Edensor (2012, p.27), coloca em questão noções antigas sobre identidades corporificadas em um lugar específico ou a sentimentos auto evidentes de pertença a culturas e sociedades (nacionais) particulares. Assim, identificações grupais e individuais perpassam lugares e regiões diante da proliferação de diásporas, tramas políticas e redes cibernéticas.

CIRCULAÇÃO E RESISTÊNCIA: REEXAME DE GOTTMANN

Um exercício instigante consiste na recolocação em exame da contribuição gottmanniana sobre as necessidades de proteção e movimento na formação territorial das sociedades modernas (vide CASTRO, 2012, p.163-175), pois resguardar e transformar são questões paradoxalmente intrínsecas à interculturalidade em geral, bem como caras à geografia cultural e política, abarcando identidades territoriais, nacionalismos, regionalismos. Nesse sentido, também há os acalorados debates sobre o Nordeste e sua reinvenção (ALBUQUERQUE Jr., 2008). Em resumo, o pensamento de Gottmann sustenta que processo de divisão do mundo habitado em nações e Estados, poderia ser explicado...

[...] pela dialética existente entre as forças da circulação, responsáveis pelas mudanças que se impõem de fora e a iconografia que são as forças

da resistência a essas mudanças, encontradas na cultura, ou seja, nos símbolos e crenças de grupos territorialmente definidos (GOTTMANN, 1952, p.223 *apud* CASTRO, *op. cit.*, p.168).

Constata-se, nessa teoria, que os sistemas de movimento são aqueles da circulação e da troca de pessoas, informações, mercadorias e demais elementos no espaço, enquanto os sistemas de resistência ao movimento aparecem na qualidade de “cercas do espírito”, isto é, símbolos e crenças de grupos plantados no espaço (iconografia), correspondentes a uma cultura, a qual é contestada, confrontada ou desprezada por outras comunidades.

Nesse momento, abre-se uma reflexão de fundo: o que o autor chama de iconografia possui certa conotação negativa (ou pelo menos de negação), posto que a cultura resumir-se-ia a “oferecer resistência” enquanto um cimento simbólico ou simulacro de uma unidade mais ou menos estável, coincidente com os interesses de um estado nacional?

O papel dos sujeitos sociais também não é muito claro, posto que pouco concernidos no esquema de análise em pauta, parecendo adotar posturas de autômatos diante de um poder demiurgo. Por outro lado, a circulação brota como algo proativo, portador de mudança e dinamicidade, criação e deslocamento. Mesmo que o autor chame atenção para o fato de que pode haver circuitos de troca em mão dupla ou simplesmente rotas de transferência unidirecional, resta a dicotomia ação-ativa/reação-passiva no conjunto de sua proposta teórica.

Com o avanço tecnológico dos últimos cinquenta anos e, em especial, com a conectividade e convergência midiática propiciada pelo aparato técnico-científico da globalização, resta-nos indagar sobre os novos significados e a potência da circulação, inclusive nas repercussões de uma alucinante produção e trânsito de informações. Se “localizar no espaço os fenômenos consiste em colocá-los nos sistemas de relações que a circulação anima”, considera-se que tais sistemas estão se tornando crescentemente complexos e, ao mesmo tempo, seletivos, intensivos e instantâneos, porém hierarquizados. Conduzem tanto a energia para mudar, como também constituem sólidas máquinas ou lógicas de padronização e manutenção de modelos e valores que podem ser intranacionais, supranacionais ou transnacionais.

Insera-se, então, a necessidade de uma nova ética territorial e de uma hermenêutica intercultural, no sentido de refletir sobre as novas condições que possibilitam a compreensão e a comunicação entre seres humanos em um mundo ao mesmo tempo uno e fragmentado, pois “o Estado-nação e sua identidade estão porosos à investida de outras identidades” (SÁ, 2012, p.24).

Ainda quanto ao sistema de forças contrárias, ou seja, de contenção, podemos pensar de saída que a ideia de iconografia conduz a algumas confusões, pela sua parcialidade em relação ao emprego de termo, muito difundido no universo das artes. Para um melhor entendimento, reforça-se a conotação de marcadores geossimbólicos (por analogia aos marcadores étnicos da antropologia), de modo a envolver todas as manifestações da cultura que se inscrevem no espaço, em busca de contrabalançar forças que tenderiam a dissolver a organização preestabelecida. Talvez a paisagem enquanto uma retórica possa ser considerada um dos elementos mais contundentes do que Gottmann chama de iconografia, assunto ao qual retornaremos adiante.

Originalmente, o autor estabelece que as “cercas espirituais” (símbolos, códigos) que sustentam os nacionalismos são o exemplo mais bem-acabado do papel de estabilidade política acionado pelos sistemas de resistência. Somente através dessa contraposição à mobilidade seria possível cimentar os membros de uma comunidade de modo a fazê-los aceitar a coabitação sob um mesmo comando político (*Idem, apud CASTRO, p.167*). Castro, por sua vez, inclui tal horizonte em escalas abaixo do Estado nacional, assumindo que a mesma lógica é passível de aproveitamento na compreensão dos regionalismos, bairrismos e outras representações sociais. Todavia, a ênfase prossegue recaindo no recorte nacional. Na geografia humana contemporânea, a permanência dos recortes e invólucros nacionais é reconhecida, mesmo aceitando o avanço de processos inerentes à “matriz cultural da globalização”:

A nação continua a ser a principal construção espacial em um mundo em que o espaço é dividido em porções nacionais. A nação distingue-se espacialmente como uma entidade delimitada, possuindo fronteiras que a marcam como separada de outras nações. Fronteiras encerram uma certa população sujeita a uma administração hegemônica sob a forma de

um sistema político discreto dominando todo este espaço, mas que, em um mundo de nações, deverá respeitar a soberania de outras nações. Essas fronteiras também são imaginadas para incluir uma cultura particular e independente, uma noção que é articulada por formas hegemônicas de diferenciar e classificar as singularidades culturais. **Não é que as diferentes culturas não possam existir dentro de qualquer nação, mas elas são subordinadas à nação, e concebidas como parte da diversidade cultural nacional** (EDENSOR, 2002, p. 37, tradução nossa, grifo nosso).

Ao se considerar tais fenômenos caros à geografia política e cultural, torna-se manifesto que suas iconografias não brotam espontaneamente do espírito ou da vida material e simbólica dos povos em cotejo. A própria condição de surgimento, expressão e manutenção das iconografias é circunstanciada por relações de poder, ainda mediadas pela centralidade do Estado ou de uma identidade nacional, mesmo se a estabilidade espacial dos sentimentos de pertença esteja ameaçada por outros tipos de identificações e recortes.

Aceitando todos os predicados deste raciocínio, deve-se, contudo, levar em conta que cada vez mais as argamassas simbólicas são perpassadas pela interculturalidade, inclusive pelo concurso de identidades descentradas, para usar a expressão de Stuart Hall (2007), que desafiam as unidades de berço. Cabe, por conseguinte, colocar que o maior desafio à escala do Estado-nação é decidir se a multiplicação de iconografias na globalização é ou não um problema – e, em caso afirmativo, como lidar com ele.

Nesse sentido, é interessante aprofundar a averiguação: em um mundo de contatos crescentes e hibridez cultural, caberia ainda tomar como princípio que política tenderia mais ao movimento/mudança enquanto cultura tenderia mais à inércia/manutenção? Apesar do recurso de Castro à concepção de cultura de Raymond Williams (enquanto processo), a ideia de iconografia de Gottmann parece de fato reservar à cultura um papel mais estável enquanto conjunto de símbolos chancelados pelas relações de poder e autoridades políticas. Relembrando, cultura seria um conjunto de conteúdos simbólicos que aglutinariam solidamente os membros de uma comunidade, os quais

aceitariam e legitimariam a coabitação sob um dado comando político. Caberia às forças de movimento deslocar a cultura, pois a circulação seria naturalmente criadora de mudanças na ordem estabelecida no espaço. Isto é, a circulação, do ponto de vista da ordem cultural, “desconjuntaria” as ideias, recomporia as pessoas.

A ordem cultural constituiria um conjunto concatenado de ideias e valores, melhor dizendo, uma dada relação ao mundo, comum aos membros de uma comunidade, que o movimento inerente à política tenderia a colocar em xeque, mexer, torcer, arrastar... Quer dizer, os marcadores geossimbólicos refletiriam “as cercas mais importantes [que] se encontram nos espíritos” cujo exemplo maior encontrar-se-ia no nacionalismo. Todavia, tal raciocínio aplica-se de maneira menos plausível a situações de insegurança ontológica das identidades nacionais e regionais características da pós-modernidade.

PROBLEMATIZAÇÃO DA INTERCULTURALIDADE PARA A GEOGRAFIA CULTURAL E POLÍTICA

A noção de interculturalidade elenca alguns desafios à geografia política e cultural hodierna. Gunther Dietz, ao examinar as fontes das atuais “turbulências identitárias” de que padecem os Estados nacionais confrontados à diversidade cultural, elenca três dimensões que parecem ser encruzilhadas postas a todas as ciências humanas:

Sustento que é a combinação de três processos diferentes, mas interligados, que gera respostas específicas pelo projeto dominante de ‘política de identidade’ para cada contexto nacional e regional – a **crescente integração supranacional**, a **(re)aparição de identidades subnacionais**, assim como o estabelecimento de **redes e comunidades transnacionais** (DIETZ, 2012, p.132, grifos nossos, tradução nossa).

Devido ao seu evidente aporte à reconsideração das relações entre fixação e influxo na teoria gottmanniana, vale a pena determo-

nos, em resumo, na problematização do nacionalismo e da etnogênese apresentada pelo supracitado antropólogo. Longe de esgotar o tema, são apresentadas algumas balizas que possam interessar aos novos estudos de cultura e política na geografia. Embora repartidas em três grandes famílias, representam processos interligados que apontam para uma crescente hibridização das pautas reivindicativas e dos arranjos de valores em sociedades que vivenciam a confluência de diversas identidades territorializadas e/ou desterritorializadas.

Inicialmente, os *desafios supracionais*, talvez os mais debatidos pelos geógrafos. A globalização ou mundialização, em sua dimensão comunicativa (mas também sanitária, como constatada no contexto pandêmico atual), suportada por fluxos de informação, capital e pessoas, configura interações num mundo pós-colonial e estrutura redes que perpassam antigas fronteiras cognitivas e de mercado. O movimento vertiginoso da era atual sacode certezas acerca da estreita relação entre Estado, nação e economia, paradigma dominante até meados do século passado, quando foi estabelecida a teoria geográfica dos sistemas de circulação e contenção.

Uma definição radical e provocativa do momento que vivemos pode ser encontrada de novo em Canclini:

[...] uma nação, por exemplo, se define pouco a essa altura pelos limites territoriais ou por sua história política. Sobrevive melhor como uma comunidade interpretativa de consumidores, cujos hábitos tradicionais – alimentares; linguísticos – os levam a relacionar-se de modo peculiar com os objetos e a informação circulante nas redes internacionais (CANCLINI, 1995, p.49-50 *apud* DIETZ op. cit. p.134, tradução nossa).

A metáfora cibernética da internet aparece como modelo futuro de sociedade globalizada, interconectada sob a égide da convergência midiática e do consumismo. Por outro lado, a exacerbção dos fluxos internacionais desperta a explosão de estereótipos de todo tipo em recortes os mais diversos: localismos, nacionalismos, regionalismos e toda uma gama de essencialismos novos e/ou recauchutados (SÁ, 2012, p.20-21). Em todo caso, a circulação acelerada põe à prova a capacidade

mobilizadora e congregadora do nacionalismo e sua iconografia enquanto um contrato identitário estável, o que nos leva à dimensão interna do problema.

Ou seja, os *desafios subnacionais* (dentre os quais os regionais), aqueles que colocam face a face os poderes nacionais e os poderes dissidentes, muitas vezes empoderados por uma visibilidade mundial. Em paralelo aos fenômenos acima esboçados, o Estado e a nação são confrontados pelo “despertar étnico-regional” (*Idem*), no bojo do qual são questionados os êxitos das políticas de homogeneização cultural e construídas agendas alternativas ao destino nacional – ou mesmo contra-hegemônicas. O tema do regionalismo, paradoxalmente, ganha novas cores e contornos estimulados pela globalização, que passa a ser considerada enquanto ameaça ou oportunidade para as sociabilidades autóctones.

O argumento da centralidade territorial é reforçado, não importando em que nível da mancha nacional (local ou regional), enquanto a exacerbação de retóricas chauvinistas conduz frequentemente a guerras identitárias, resvalando muitas vezes para os preconceitos – inclusive aí os de origem geográfica. Dietz ressalta a construção de afinidades e antipatias linguísticas, as quais conduzem a formas de distinção preconceituosas a que ela chama de “linguicismo”, cujas manifestações afins são racismo, sexismo e estratégias separatistas que podem atestar fraqueza ou fracasso do projeto nacionalista. Quanto ao Nordeste brasileiro, as diferenças nas escolhas políticas eleição após eleição recriam, em outras regiões, discursos de ódio ou de estigmatização:

A revolta com os resultados eleitorais de 2010 e 2014, imputados como responsabilidade nordestina, foi capaz de escancarar como a população desta região é considerada inapta politicamente [pelos paulistas]. A racialização e demarcação econômica nas ofensas que foram proferidas – “povo de empregadas e porteiros que não sabe votar” “pretos dinheiristas dependentes de bolsas” – expõe um ideal perverso que considera racional e moralmente superiores aqueles que são brancos e ricos (REGO, 2018, p. 309-10).

Por outro lado, a africanidade pode se transformar em um

imaginário geográfico atuante no plano pragmático: exemplos como o reconhecimento de comunidades quilombolas no Brasil podem ser aqui evocados; ou ainda, diante de uma campesinidade latente em áreas de *plantation* crescem os movimentos por uma re-campesinização em terras de assentamento, muito embora os pequenos produtores possam ter outros planos para si – isto é, os desafios se multiplicam. Por outro lado, como afirma Edensor (2002, p.26 e 27) a proliferação de reivindicações numa agenda de direitos e cidadania cultural pelos mais diferentes grupos (deficientes, gays, lésbicas, etnias, mulheres, organizações da terceira idade e jovens) “ressoa com os avanços feitos através de políticas de identidade que desafiam a centralidade das identidades nacionais exclusivas” (*idem*).

Como quer que seja, aqui estão temas caros à geografia política e cultural, uma vez que muitas dessas repartições acabam por se constituir em motivos práticos e “objetivos” que embasam ações políticas em determinados territórios, como compensação por assimetrias históricas de recursos ou de poder. A reação dos Estados-nacionais a esse tipo de contraposição/fragmentação tem sido a de fomentar a descentralização e conceder direitos históricos a grupos subnacionais, mas sem realmente resolver os conflitos subjacentes (vide os impasses da educação intercultural e bilíngue dos indígenas brasileiros em Nascimento, 2014). Se não chegam a efetivar rupturas e separações, tais questões recolocam os termos dos acordos em torno dos significados de uma cultura nacional.

Enfim, a terceira e última dimensão, os *desafios transnacionais*. No caso, o tema mais candente, além do mundo em tempos de pandemia, são as migrações de pessoas entre países, levando os Estados-nação a elegerem a mobilidade humana como um grave problema, posto que esta desafiaria “não apenas a capacidade do Estado de controlar, disciplinar e sedentarizar a cidadania”, mas ainda “o princípio mesmo da territorialidade, eixo da ‘soberania nacional’ e da ‘inviolabilidade’ de suas fronteiras” (DIETZ, *op. cit.*, p.143).

Os geógrafos têm insistido nos atritos gerados, mormente, pela imigração estrangeira para grandes metrópoles, constituindo-se um tema quente da geografia cultural o estudo da visibilidade e confronto entre culturas diferentes convivendo nos espaços públicos (CASTRO, *op. cit.* p. 173). Por outro lado, a ênfase das abordagens antropológicas prefere

deslindar os caminhos da possibilidade de superação dos confrontos, sem, contudo, negá-los.

O que está em jogo são os vínculos de caráter transfronteiriço, fomentando, por exemplo, redes migratórias, laços de parentesco e formação de grupos de vizinhança que passam a ser combatidos pelas forças hegemônicas sob a égide da “ilegalização” ou da formação de guetos. Colônias étnicas em processo de desterritorialização e reterritorialização com repercussões para as nações em que se instalam já são estudadas pelos geógrafos (HAESBAERT, 2006); por outro lado, antropólogos, como Arjun Appadurai, falam na formação de *ethnoscapes*:

Por ‘ethnoscape’, quero dizer a paisagem de pessoas que constituem o mundo mutante em que vivemos: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores temporários e outros grupos em movimento, pessoas que constituem uma característica essencial do mundo e que **parecem afetar a política das nações e entre as nações**, em um grau até então sem precedentes (APPADURAI, 1990, p.285-286, tradução nossa).

No caso de países continentais como o Brasil, acredito que os movimentos de pessoas e ideias em escala intranacional também contribuam para complexificar o cenário, haja vista a considerável heterogeneidade cultural entre as suas diferentes regiões – e mesmo na escala intrarregional. O caso dos migrantes nordestinos de retorno e sua influência na transformação/consolidação de um imaginário geográfico de Nordeste tem sido objeto de reflexões recentes que ajudam a corroborar tal hipótese (SOUZA, 2015). Mais recentemente, o fenômeno da maciça afluência de uma gama de refugiados venezuelanos (desde indígenas de diversas etnias, quanto moradores de zonas urbanas) e suas implicações humanitárias, tanto nas fronteiras quanto a respeito das políticas de interiorização e assimilação, tem mostrado os novos desafios de um planeta unificado pelos êxodos.

Como quer que seja, a maior porosidade das fronteiras para a circulação de indivíduos em territórios e civilizações diversas dá margem a novos processos de hibridização cultural, interações passíveis de compreensão pelas lentes da interculturalidade. Até que ponto

comunidades transnacionais ou fruto de diásporas podem diminuir a força domesticadora dos Estados? A transnacionalização de migrantes, ao provocar o transplante de “cercas mentais” (iconografias) teria o poder de abalar lealdades nacionais e identidades coletivas nos locais de recepção? Questões abertas para a geografia humana, estreitando a reciprocidade entre sistemas de circulação e sistemas de resistência. Percebe-se aqui um sistema de movimento das resistências ao movimento (iconografias) – algo não tão explícito na formulação original de Gottmann.

Para completar esse breve apanhado de indagações e preocupações compartilhadas com os antropólogos, deve-se lembrar da advertência de Dietz (*idem*), para quem o transnacional não deve confundir-se com o ‘transcultural’ – falha recorrente de pensadores fascinados com a multiplicidade virtualmente ilimitada de identificações pós-nacionais. Em um mundo em que mover-se e permanecer mostram-se cada vez mais enlaçados, os estudos interculturais (incluindo os da geografia política e cultural) devem, por conseguinte, rever com cuidado suas metodologias de recorte territorial e temporal, de modo a abarcar os sujeitos sociais híbridos que geram, encenam e codificam culturalmente seus espaços. A sobrecodificação do espaço, por sinal, é uma seara preciosa para os geógrafos, posto que as iconografias contemporâneas se tornam cada vez mais polissêmicas, e as possibilidades de interpretação dos marcadores geossimbólicos exigem um olhar intercultural.

PAISAGEM: ELEMENTO-CHAVE DAS ICONOGRAFIAS INTERCULTURAIS?

É por este motivo que, para fechar esse breve exercício, retorno à paisagem enquanto um conceito geográfico que compartilha explicitamente preocupações a propósito da relação da cultura e da política com o espaço. Ora, a paisagem é uma peça-chave da iconografia quando se trata de identidades espaciais. No momento, é factível perguntar: quais as paisagens da interculturalidade? Como dito, a paisagem quando usada na qualidade de retórica aproxima-se de uma poderosa iconografia no sentido gottmaniano do termo: uma cerca do pensamento. Por conseguinte, defende-se aqui que é por intermédio das paisagens emblemáticas que o conceito de marcadores geossimbólicos se

faz mais integralmente geográfico.

A paisagem é o grande teatro dos discursos, imagens e narrativas fundadoras de diversos recortes: cidades, lugares, espaços públicos, regiões, nações. Ou seja, o conjunto de imagens representativo dessas porções territoriais pode ser sintetizado e concatenado em uma retórica espacial. Inclusive de tal forma que tanto paisagens culturais quanto paisagens políticas tornam-se, a rigor, pleonasmos. Isto é, não há possibilidade de se falar em paisagem separadamente de seus conteúdos e condicionantes culturais e políticos – pelo menos no âmbito da geografia humana.

Em outros momentos (MACIEL, 2009; 2010; 2012) já procurei ressaltar que a cultura, quando se expressa num lugar geossimbólico (sobretudo no espaço público), caracteriza-se por conter ao mesmo tempo debate, confronto e negociação, quer dizer, abarca a adaptabilidade e a variabilidade, sendo fundada em uma práxis que pode assim ser concebida: a ação de persuadir ou de convencer o outro mediante a palavra – definição básica de retórica. Portanto, pode-se entender retórica enquanto parte indissociável da política, pois ambas incluem “a negociação da distância de opinião das pessoas a propósito de uma questão ou problema” (MEYER, 1993, p.22). Na paisagem, a palavra é simbioticamente associada à imagem. Por isso, a imagem/paisagem tem o poder comunicativo de uma metonímia. Portanto, seja na negociação das distâncias ou na hibridização das afinidades culturais, as metonímias geográficas participarão ativamente dos processos de identificação dos povos em contato.

Assim, a definição de retórica de Meyer vem a ser entendida como um princípio essencial para a política, abarcando negociação em seu sentido lato (para além de trocar e ceder, incluindo coagir, trapacear e iludir). A tradução de pensamentos, ideias, valores, crenças e intenções em imagens e narrativas territorialmente circunscritas coloca a paisagem no teatro de uma geografia humana *tout court* (cultural e política), uma vez que a busca de consensos/críticas sobre um lugar e suas iconografias implicará em disputas e tensões ideológicas com base em diferentes convicções relacionadas a comunidades reais ou imaginárias, corporificadas em imagens e modos de colocar o espaço em imagens.

Por isso, o estudo dos fundamentos imaginários da sociedade

(isto é, suas metonímias espaciais prediletas, suas paisagens icônicas, politicamente eficazes) deve levar em conta que os valores simbólicos e estéticos são um produto social e supõem, portanto, diferentes interesses e escolhas políticas (CASTRO, 2002, p.123) em diferentes escalas. O estudo da retórica ligada ao espaço permite, por conseguinte, compreender por um viés geográfico como as identidades são forjadas no (e através do) território, evidenciando as paisagens enquanto fontes de símbolos e, ao mesmo tempo, meios de expressão privilegiada destas identificações politicamente circunstanciadas – que sejam nacionais, mas sempre desafiadas pelas três conexões apontadas por Dietz (integração supranacional/reaparição de identidades subnacionais/redes transnacionais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo dos processos interculturais, apenas esboçado no presente ensaio, sugere que integremos outras variáveis à compreensão das maneiras como vemos os Estados nacionais e suas regiões, em um mundo onde sistemas de circulação e sistemas de resistência se imbricam de maneiras inéditas – e, até agora, não previstas pela geografia humana, seja em sua vertente cultural ou política.

Mesmo que a centralidade territorial do Estado moderno permaneça um dado incontornável na arena da globalização, os estudos culturais têm demonstrado que o entendimento da adesão coletiva a um projeto de Nação é, nos dias de hoje, bastante influenciado por escalas supra e trans nacionais, as quais também influenciam a dinâmica de fenômenos internos, como os regionalismos. Há, por conseguinte, um retorno da região – mesmo que desconstruída em alguns de seus estereótipos.

No âmbito da geografia brasileira, os trabalhos de Iná Castro (2002; 2012) têm dialogado proficuamente com a clássica contribuição de Jean Gottmann (1952), ressaltando a necessidade de se considerar de modo prudente a fragmentação da era global e o enfraquecimento do papel do Estado e dos recortes nacionais. Na perspectiva inversa, os aportes de estudos interculturais recentes colocam em questão os desígnios dos invólucros e cercas do pensamento baseados exclusivamente

em solidariedades organizadas por ideias de Nação.

Como o próprio Gottmann adiantou, “enquanto a circulação se estende e se intensifica e derruba as fronteiras, as mentes dos homens se reagrupam segundo a lealdade aos sistemas de signos. As fronteiras mais duras atualmente são aquelas da lealdade à fé ou à doutrina. A era aberta 500 anos atrás pode estar se fechando” (GOTTMANN, 2012, p.543). O futuro certamente nos desafia.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. & MUSCARÀ, L. (2012). *Making Political Geography*. Lanham, Maryland, USA/Plymouth Rowman & Littlefield Publisher Inc. 2ª Ed.
- ALBUQUERQUE JR., D. M. (2008). O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p.55-67, jan./jun. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>, acessado em 26 de maio de 2021.
- APPADURAI, A. (1990). *Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. Theory, Culture & Society*. SAGE (London, Newbury Park and New Delhi), vol.7, 1990, p.295-310.
- CAMILLOTO, B.; URASHIMA, P. (2021). Liberdade de expressão, democracia e cultura do cancelamento. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, v. 7, n. 02, p. e317, 11 fev. 2021. Disponível em <http://177.38.182.246/revistas/index.php/Revistadedireito/article/view/317> acessado em 15 de setembro de 2021
- CASTRO, I. E. (2002). Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (dir.), *Turismo e Paisagem*. São Paulo, Contexto, p.121-140.
- _____. (2012). Um modelo geográfico para pensar a cultura e a política na geografia cultural. In: MACIEL, C. A. A.; GONÇALVES, C. U & PEREIRA, M. C. B. *Abordagens geográficas do urbano e do agrário*. Recife, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, p.163-175.
- CAVALCANTE, T. L. V. (2017). A Interculturalidade Crítica como possibilidade para um diálogo sobre as territorialidades no Brasil. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 17, n. 32, p. 85-101, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/434>, acessado em 30 de setembro de 2021.
- CLAVAL, P. (1999) *Qu'apporte l'approche culturelle à la géographie? Géographie et Cultures*, n° 31, p.5-24.
- CORRÊA, R. L. (2016). Região Cultural - um tema fundamental. *Iberografias - Revista de Estudos Ibéricos*, Centro de Estudos Ibéricos, Número 12, Ano XII, 2016, p.9-19.
- DIETZ, G. (2012). *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación. Una aproximación antropológica*, México: FCE, 2012.

- EDENSOR, T. (2002). *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*. Oxford/New York: Berg.
- GOTTMANN, J. (1952). *La politique des États et leurs géographie*. Paris, Armand Colin.
- _____. (2012). A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, vol. 2, nº3, p. 523-545.
- HALL, S. (2007). *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo, DP&A Editora, 11ª Ed.
- HAESBAERT, R. (2006). *Territórios Alternativos*. São Paulo, Contexto, 2006. 2ª Ed.
- MACIEL, C. A. A. (2009). A Retórica da Paisagem: um instrumento de interpretação geográfica. *Espaço e Cultura (UERJ)*, v.26, p. 32-48.
- _____. (2010). Métonymies géographiques des espaces publiques à Recife (Brésil): entre images figées et rhétorique du paysage. *Géographie et Cultures (Paris)*, v.73, p.63-76.
- _____. (2012). A geografia política da paisagem: imagens, narrativas e sensibilidades culturais em disputa no espaço público recifense. In: MACIEL, C. A. A.; GONÇALVES, C. U & PEREIRA, M. C. B. *Abordagens geográficas do urbano e do agrário*. Recife, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, p.34-50.
- MEYER, M. (1993). *Questions de rhétorique: langage, raison et séduction*. Paris, Le Livre de Poche.
- NASCIMENTO, R. N. F. (2013). Resenha. DIETZ, Gunther. *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación. Una aproximación antropológica*. México: FCE, 2012, 279 p. In: *Revista Brasileira de Educação*, vol.18, nº 54, Rio de Janeiro July/Sept. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000300015>, acessado em 10 de agosto de 2016.
- _____. (2014). *Interculturalidade e educação escolar indígena em Roraima: da normatização à prática cotidiana*. Doutorado em Antropologia, Recife: UFPE.
- RAMOS, K. L.; NOGUEIRA, E. M. L.; FRANCO, Z. G. E. (2020). A interculturalidade crítica como alternativa para uma educação crítica e decolonial. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 54, p. 1-10, e17339, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n54.17339>, acessado em 30 de setembro de 2021.
- REGO, M. C. M. (2018). *Paulistanidade e Racialização - O Caso Nordeste*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. São Paulo.
- SÁ, A. J. (2012). Ética, identidade e território: reflexões uma perspectiva geográfica. In: SÁ, A. J. & FARIAS, P. S. C. *Ética, identidade e território*. Recife, CCS Gráfica, p.17-73.
- SOUZA, T. R. (2015). *Lugar de origem, lugar de retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo*. Doutorado em Geografia, Recife: UFPE.
- UNICEF. *Crise migratória venezuelana no Brasil. O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes*. Disponível em <https://www.unicef.org/>

brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil, acessado em 29 de setembro de 2021.

WALSH, C. (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Ed.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

SOBRE AS AUTORAS E SOBRE OS AUTORES

ADRIANA DORFMAN

É professora associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. É co-Presidente da Comissão de Geografia Política da União Geográfica Internacional. (CGP-UGI) e fundadora da Associação Latinoamericana de Estudos Fronteiriços (ALEF). Coordenadora do Unbral Fronteiras - Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras. Tem experiência na área de Geografia Política e Social e em Estudos Fronteiriços, atuando principalmente nos seguintes temas: fronteiras, segurança, contrabando e ilegalidades; ensino de Geografia, diálogos entre geografia e literatura e geografias descoloniais.

AIALA COLARES OLIVEIRA COUTO

Professor Assistente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará. É Coordenador e Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UEPA). É vinculado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). É, ainda, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atua na área de Geografia Política, com interesse nos seguintes temas: territórios e redes do narcotráfico, violências e racismo nas periferias, fronteiras e redes do tráfico de pessoas, crime organizado e crimes ambientais na Amazônia, territórios, identidade e r-existência dos povos quilombolas da Amazônia.

ALCINDO JOSÉ DE SÁ

É Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Econômica, Geografia Política e Epistemologia da Geografia, atuando, principalmente, nos seguintes temas: epistemologia da geografia, globalização, transformações territoriais, espaço e modernidade, geografias da violência e do medo.

ANTÔNIO MARCOS ROSEIRA

Professor Adjunto do Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) no Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) da Universidade Federal do ABC (UFABC). É também Professor do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H) na mesma instituição. Atua na área de Geografia Política, com enfoque nos seguintes temas: geopolítica global, integração sul-americana, globalização, fronteiras internacionais, regionalização, regionalismo, política internacional, projeção internacional do Brasil e teorias e discursos em Geografia Política.

AGRIPINO COELHO NETO

Professor do Mestrado Acadêmico em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenador do Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS/DCET/UNEB/CAMPUS I) e pesquisador do Grupo de Pesquisa GEOMOV (DCHF/UEFS). Atua nas áreas de Geografia Política, Geografia Regional e Geografia Econômica, com enfoque nos seguintes temas: Política e Gestão Territorial, Irrigação Pública, Ação coletiva e territorialidades, cidades pequenas e ruralidades.

ANDRÉS RIVAROLA PUNTIGLIANO

Professor Associado de História Econômica e conferencista de Estudos Latino-Americanos em Nordic Institute of Latin American Studies (NILAS), Stockholm University. É também diretor do NILAS.

CAIO AUGUSTO AMORIM MACIEL

Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco, integrando o Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordena o Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo), grupo de estudos interdisciplinar com foco em Geografia Humana, Social e Cultural, fundado em 2008. Possui experiência na área de Geografia Humana e Geografia Política, com destaque nos temas: Geografia e audiovisual, Nordeste brasileiro, sertão, semiárido, plantation canaveieira, retórica da paisagem, paisagem e fotografia, patrimonialização da paisagem e espaço público.

ELISA PINHEIRO DE FREITAS

É professora e pesquisadora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal (CPAN), lecionando no Curso de Geografia e no Mestrado em Estudos Fronteiriços. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Mídias e Territorialidades Ameaçadas (MITAS) do núcleo do Jornalismo da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Desenvolve pesquisas em Geografia Política; Geografia dos Recursos Naturais; Geografia Agrária; Geografia Econômica, com ênfase nos seguintes temas: políticas de ordenamento territorial voltadas para a regulação da produção de recursos energéticos alternativos (biocombustíveis) e para regiões de fronteira, questão agrária, movimentos sócios-territoriais e políticas voltadas para a educação pública.

GONZALO HATCH-KURI

Geógrafo, Professor do Colegio de Geografía, F.F. y L., UNAM, e da Universidad Autónoma de Querétaro (UAQ). Pesquisador Nível 1 do Sistema Nacional de Investigadores (México). Assessor científico e consultor na área de gestão ambiental e hídrica.

GUTEMBERG VILHENA DA SILVA

Professor do Departamento do curso de Geografia do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e dos Programas de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) e em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Desenvolve pesquisas na área de Geografia Política e de Geografia Regional, priorizando os temas: Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas (Brasil, Venezuela, República Cooperativa da Guiana, Suriname e França/Guiana Francesa). É fundador e coordenador do Grupo de Pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento.

HÉLIO CAETANO FARIAS

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). É Coordenador do Grupo de Pesquisa Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento. Tem interesse de pesquisa nas áreas de Geopolítica, Economia Política Internacional e Economia de Defesa, com ênfase nas seguintes temáticas: Estratégias Nacionais de Defesa; Dimensão Geopolítica da Base Industrial de Defesa, Sistemas Nacionais de Defesa e Desenvolvimento.

JULIAN MOKWA FELIX

Bacharel em Relações Internacionais. Mestrando em Ciência Política no Centro de Estudos Internacionais do Colegio de México.

MARCOS LEANDRO MONDARDO

É professor Adjunto do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, Geografia Política, Geografia Agrária e Geografia da América Latina, atuando e pesquisando principalmente com os seguintes conceitos e/ou temas: território e territorialidade; fronteira e migração; regionalização e globalização; povos indígenas e comunidades tradicionais, com livros, capítulos e artigos publicados nessas áreas. É líder do Núcleo de Pesquisa sobre Território e Fronteira (NUTEF/UFGD).

MILTON REYES HERRERA

Professor da Escuela de Seguridad y Defensa do Instituto de Altos Estudios Nacionales, IEAN / Pontificia Universidad Católica del Ecuador, PUCE.

RAFAEL FRANCISCO FRANÇA

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais. Delegado da Polícia Federal do Brasil, Chefe do Núcleo de Inteligência Policial na Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu.

RICARDO GILSON DA COSTA SILVA

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS) da Universidade

Federal de Rondônia (UNIR). É coordenador do Laboratório de Gestão do Território (LAGET/UNIR) e do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/CNPq). Desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: Globalização e dinâmicas territoriais agrárias na Amazônia; Campesinato, Agricultura Familiar e Movimentos Sociais; Gestão do Território e Dinâmicas Produtivas Agrícolas; Geografia Agrária, Direitos Humanos, Território e Cartografia Crítica na Amazônia.

SOFIA ZARAGOCIN

Geógrafa feminista decolonial. Integrante do Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador e professora visitante e pesquisadora associada do Departamento de Sociología y Estudios de Género, Flacso-Ecuador.

STEPHANE GRANGER

Professor de Historia e Geografia no ensino médio na Guiana francesa desde 1997. Professor convidado no Instituto de Estudos Superiores da Guiana francesa (IESG/Universidade das Antilhas e da Guiana 2002-2011), e na Universidade da Guiana francesa 2014 e 2016.

VIVIANE VIDAL DA SILVA

Professora associada da Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/ IEAA-UFAM. Desenvolve pesquisas com ênfase nos seguintes temas: Uso da terra e gestão e dinâmica territorial ambiental na Amazônia. É líder do grupo de pesquisa Política, Cultura e Meio Ambiente no contexto amazônico e pesquisadora do Grupo de pesquisa Gestão Territorial e Geografia Agrária.

WANDERLEY MESSIAS DA COSTA

É Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.

SOBRE AS ORGANIZADORAS E ORGANIZADORES

JULIANA NUNES RODRIGUES

É professora e pesquisadora em Geografia Política do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Desenvolve e orienta pesquisas nos seguintes temas: federalismo brasileiro e território; políticas públicas, governança, cooperação territorial e desigualdades; democracia, representação, participação e ativismos políticos. É coordenadora do Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF).

LICIO CAETANO DO REGO MONTEIRO

Professor Adjunto de Geografia Política e Geopolítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua no Grupo Retis (UFRJ), no Grupo de Estudos da Baía da Ilha Grande (GEBIG/UFF), no Programa Escolas do Território (UFF/Angra), com a formação de professores de escolas de comunidades tradicionais em Paraty e Angra dos Reis, e no Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS/Fiocruz/FCT), no âmbito do Projeto Redes. Atualmente pesquisa os temas: limites e fronteiras internacionais; geografia política e geopolítica; integração e segurança na América do Sul; conflitos territoriais na Baía da Ilha Grande.

AUGUSTO CESAR PINHEIRO DA SILVA

É professor do quadro permanente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) desde 2002, ocupando cargos diversos de gestão. É Vice-Decano de Graduação do Centro de Ciências Sociais (CCS) da PUC-Rio, desde 2015; É professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência nos estudos geográficos nas áreas de Gestão do Território, Geografia Política e Regional (Mundo e Rio de Janeiro), Políticas Públicas Setoriais e Educação Geográfica, atuando, principalmente, nos seguintes temas: gestão territorial no estado do Rio de Janeiro, arquiteturas políticas de governanças cooperativas, ensino de Geografia e temas contemporâneos de Geografia Regional e Humana

LETICIA PARENTE RIBEIRO

É professora Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2006. É pesquisadora do grupo Território e Cidadania (UFRJ), e colaboradora do Grupo RETIS de pesquisa (UFRJ). Atua principalmente nas seguintes áreas de conhecimento: cidades e urbanização balneária, espaços públicos e sociabilidade urbana, geografia das fronteiras internacionais, história do pensamento geográfico, metodologia da geografia, e geografia dos riscos socioambientais.

RAFAEL WINTER RIBEIRO

É Professor Associado do Departamento de Geografia da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. É também professor no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atuou em diferentes projetos na área de preservação do patrimônio e da paisagem, entre os quais a preparação do dossiê de inscrição do Rio de Janeiro na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO (2009-2012) e seu Plano de Gestão (2012-2014). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase nos seguintes temas: Geografia Política, Patrimônio Cultural e Política da Paisagem.

REBECA STEIMAN

É professora do Departamento de Geografia/UFRJ, onde atua em linhas de pesquisa sobre Limites e Fronteiras na América do Sul, com especial interesse em: Políticas e Iniciativas de Conservação em Zona de Fronteira e Amazônia Sulamericana. É investigadora vinculada ao Grupo de Estudos Fronterizos da Universidad Nacional de Colombia, integrante da Rede Global de Conservação Transfronteiriça (IUCN WCPA) e organizadora do evento bianual Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços (junto com o Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS)

